UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO

MARIO OLAVO MALFATTI IANHEZ

NÃO HÁ HOMOFOBIA!

QUANDO A MEDIAÇÃO DOS HOMOSSEXUAIS FAZ CIRCULAR MERCADORIAS

Campo Grande - MS
Junho/2018

MARIO OLAVO MALFATTI IANHEZ

NÃO HÁ HOMOFOBIA!

QUANDO A MEDIAÇÃO DOS HOMOSSEXUAIS FAZ CIRCULAR MERCADORIAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, para o Exame de Defesa, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profª Drª Inara Barbosa Leão

Campo Grande - MS
Junho/2018

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIO OLAVO MALFATTI IANHEZ

NÃO HÁ HOMOFOBIA!

QUANDO A MEDIAÇÃO DOS HOMOSSEXUAIS FAZ CIRCULAR MERCADORIAS

Dissertação apresentada para o Exame de Defesa no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Curso de Mestrado, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Aprovado em ____/____/____

COMISSÃO EXAMINADORA

_____
Profª Drª Inara Barbosa Leão
Orientadora
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

_____
Profª Drª Branca Maria de Meneses
Membro Titular
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

_____
Profª Drª Lívia Gomes dos Santos
Membro Titular
Universidade Federal de Goiás - UFG

_____
Profª Drª Alexandra Ayach Anache
Membro Participante
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

A todos os homossexuais que sofrem, diariamente, o peso do preconceito em suas vidas.

Às pessoas que lutam contra a homofobia e contra qualquer outro tipo de preconceito.

Aos meus pais, Rosa Maria Malfatti Ianhez e Paulo Sérgio Ianhez.

AGRADECIMENTOS

Quando se entende que a vida carrega um valor próprio para existirmos no mundo, percebe-se que sem ela nada seríamos. Para se constituir sujeito, é necessário o reconhecimento de que ninguém se torna alguém desconsiderando a existência do outro, afinal, sozinho não há a possibilidade de ser humano. Essa questão sempre me fez pensar nas possibilidades de mudanças, minhas e da sociedade, pois a vida perderia a graça se nada pudéssemos modificar nela ou em nós. Esse pensamento me ajudou a escolher o curso de Psicologia, a fazer este mestrado, e, principalmente, a desenvolver esta pesquisa, porque, apesar de ela dizer algo sobre mim, diz também muito sobre várias pessoas.

Assim, pensando a minha trajetória acadêmica, eu me lembrei de pessoas que foram fundamentais para realizá-la. Apesar das dificuldades de se fazer o mestrado, eu sempre tive o apoio e a ajuda de familiares, amigos e amigas. Por isso, vejo a necessidade de agradecê-los. Desde o momento em que eu resolvi cursar psicologia, os meus pais me apoiaram e, logo, decidiram isso comigo. Esse apoio permeceu por toda a graduação, estendendo-se, também, por todo o período do mestrado. Sem a minha família, eu não chegaria até aqui.

Portanto, agradeço muito aos meus heróis Paulo Sérgio Ianhez e Rosa Maria Malfatti Ianhez, por confiarem e acreditarem em mim, por me mostrarem nas próprias atitudes como ser uma pessoa do bem, por me esinarem a respeitar qualquer pessoa, por me respeitarem mesmo não concordando comigo, e, acima de tudo, por sempre demonstrarem que nunca foi preciso estar perto para estarmos juntos. Obrigado pai e mãe, não só por tudo isso, mas, também, pela oportunidade que me deram de estudar;

À minha irmã Maria Ercília Malfatti Ianhez, que mesmo sem saber se fez presente durante esse período, nos momentos de angústia e tristeza pelos quais vivi, fazendo-me sentir mais confiante.

Essas pessoas da minha família me ensinaram muito do que hoje eu sou. Mas, estudando Psicologia, eu pude aprender para além de tudo isso. Entendi tantas outras coisas que agora me fazem pensar o mundo e as pessoas de maneira diferente: se antes era o acaso, agora há determinações

reais na nossa existência; se antes enxergava mais a mim, hoje percebo mais o grupo; antes era uma realidade dada, hoje uma realidade a ser desvelada. De forma a me libertar da ignorância, tais conhecimentos vêm sendo construídos em mim, principalmente através da participação ativa da professora e amiga Dra Inara Barbosa Leão, que desde a graduação me recebeu como seu aluno, compartilhando comigo o seu conhecimento e a sua experiência acadêmica. Além disso, ela sempre confiou na minha capacidade intectual, incentivando-me em minha formação profissional e mostrando-me que eu posso sempre aprender mais sobre algo. Por isso se faz a minha referência profissional. Professora Inara, muito obrigado!

Agradeço também aos companheiros de estudo do GEPAPET, pela realização de discussões teóricas importantes, e por dividirem momentos de aprendizagem;

Aos professores do programa de mestrado em psicologia, pela possibilidade de contruir novos conhecimentos através das disciplinas oferecidas. Especialmente, eu agradeço a professora Dra Branca Maria de Meneses, que antes mesmo de eu me tornar psicólogo, ensinou-me a importância de se desenvolver pensamento crítico sobre qualquer coisa, para sermos, assim, sujeitos autônomos e inteligentes. Professora, obrigado por sempre acreditar em mim, isso fez muita diferença;

À professora Dra Alexandra Ayach Anache, por ter me ensinado a sensibilidade de perceber o outro nas suas necessidades e potencialidades;

Ao professor Dr. Marco Aurélio Máximo Prado, pelas contribuições teóricas e por todos os questionamentos críticos feitos no exame de qualificação para o melhoramento desta pesquisa;

À professora Dra Lívia Gomes dos Santos, por ter aceitado avaliar este trabalho, mesmo não tendo participado do exame de qualificação, e a quem eu admiro muito pela sua inteligência, carisma e atenção. Já agradeço de antemão as contribuições que realizará, pois tenho a certeza que se farão importantes;

À minha turma de mestrado, que desde a sua formação já me presentou com pessoas incríveis, as quais me ensinaram e dividiram comigo tantas coisas de Psicologia, como também do dia a dia. Percebi que todos são excelentes profissionais e pesquisadores, e que juntos formamos a melhor

turma desse mestrado. Essas foram palavras da Ludmar, secretária do programa, a quem eu só tenho a agradecer por toda ajuda que me deu durante todo esse tempo. Em especial, eu agradeço a Isadora Juliana Pires de Mattos e ao Cléber Longo Xavier Junior, amigos de linha de pesquisa e de mãerientadora, por compartilharmos momentos de dificuldades e alegrias em desabafos e palavras de incentivo e força. Agradeço muito a vocês.

Muito obrigado ao meu harém da Psicologia: Juliana Morinigo, Marcela Papa, Priscila Sampaio, Caroline Rigon e Quelle Carina, que sempre me incentivou a fazer esse mestrado e a ser um ótimo profissional;

Obrigado aos meus amigos que sempre me escutaram dizer sobre a minha pesquisa, ouviram muitas reclamações, cansaram de receber vários “nãos” de mim para fazermos algo, enfim, penso que sem eles eu não conseguiria muitas coisas. Em especial, quero destacar o meu agradecimento à amiga Marcela de Rezende Costa, por toda a ajuda, o cuidado, companherismo, carinho e atenção que sempre dedicou a mim, inclusive para a realização desta pesquisa. Em todos os momentos você se fez presente, mostrando a importância da nossa amizade e me mostrando como ser uma pessoa melhor. Eu só tenho que te agradecer, e muito!

A vontade é de que fiquem registrados outros tantos agredecimentos a várias outras pessoas em especial que também contribuíram comigo de alguma forma. Mas, é isso. Amém.

La Cantata Del Diablo (el Dios de Los Tristes)

O salmo dos desesperados

“Pai nosso, de todos nós;
Dos pobres e dos sem teto. Dos marginalizados e dos desprotegidos.
Dos desamparados e dos donos da miséria.
Dos que te seguem e dos que em ti já não crêem mais.
Desce dos Céus, pois aqui está o inferno.
Desce do teu trono, pois aqui há guerras, fome e injustiças.
Não há falta que sejas uno e trino.
Com um apenas que tenha vontade de ajudar, nos bastaria.

Qual é o teu Reino? O Vaticano? A banca? A alta política?
Nosso Reino é Nigéria, Etiópia, Colômbia, Hiroshima.
O pão nosso de cada dia são as violações, a violência de gênero,
A pederastia, as ditaduras, a mudança climática. Na tentação caio a habitual.

Não há manhã em qual não esteja tentado de criar a um Deus humilde,
A um Deus justo. Um Deus que está na terra, nos vales, nos rios.
Um Deus que vive na chuva, que viaje através do vento e acaricie nossa Alma.
Um Deus dos tristes, dos homossexuais. Um Deus mais humano.
Um Deus que não castigue que ensine. Um Deus que não ameace que proteja.

Que se eu caio me levante. Que se eu me perco me estenda sua mão.
Um Deus que se erro não me culpe, e que se duvido que me entenda, pois
para isso me dotou de inteligência.
Para duvidar de tudo...”

(Mago de OZ, tradução livre).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 11

2. O TRABALHO CONSTITUI O HUMANO E A SOCIEDADE: O CAPITAL OS DESHUMANIZA 41

2.1. SETOR TERCIÁRIO DA ECONOMIA: O TRABALHO HUMANO EMPREGADO NO COMÉRCIO 45

2.2. PSICOLOGIA SOCIAL MATERIALISTA HISTÓRICO-DIALÉTICA 66

3. PRODUTO DAS NECESSIDADES DO POVO LATINO-AMERICANO: TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO. 81

3.1. A PSICOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: BUSCAR O MOTIVO PSÍQUICO PARA A SUPERAÇÃO DA INJUSTIÇA E DA OPRESSÃO SOCIAL 96

4. "POR QUE É QUE, CULTURALMENTE, NÓS NOS SENTIMOS MAIS CONFORTÁVEIS VENDO DOIS HOMENS SEGURANDO ARMAS DO QUE DANDO AS MÃOS?" (ERNEST GAINES) 115

4.1. O QUE JÁ SABEMOS SOBRE A HOMOFOBIA NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS 124

4.2. O QUE A PSICOLOGIA NOS DIZ SOBRE O PRECONCEITO 146

4.2.1. A LUTA CONTRA A HOMOFOBIA AINDA É A PELEJA DE TODOS NÓS 161

5. TAL COMO O MUNDO É, ASSIM DEVE SER ENTENDIDO- METODOLOGIA ... 186

5.1. AS TÉCNICAS - INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS PARA MEDIAR A RELAÇÃO ENTRE REALIDADES DIFERENTES 198

5.2. UM INSTRUMENTO DE ANÁLISE DA REALIDADE TAL COMO É ALTERADA PELO CAPITAL E SEUS REPRESENTANTES - A ANÁLISE GRÁFICA DO DISCURSO SIMPLIFICADA 202

6. A REALIDADE COMO ELA É. 215

6.1. EXPLORAR CRITICAMENTE A REALIDADE: INTERPRETAÇAO DOS RESULTADOS DA PESQUISA 216

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS 254

REFERÊNCIAS 259

ANEXOS 272

ANEXO A – ROTEIRO DA ENTREVISTA 273

ANEXO B - TRANSCRIÇÃO E SINALIZAÇÃO DA ENTREVISTA 274

ANEXO C - QUADRO COMPLETO DE REGISTRO DAS INCIDÊNCIAS DAS PALAVRAS NO DISCURSO 279

ANEXO D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE 285

RESUMO

Este trabalho decorreu de uma pesquisa qualitativa sobre os aspectos psicossociais do preconceito homofóbico. A análise histórica da homossexualidade revela que os homossexuais já foram vistos como doentes, mas, ao adquirirem condições e se subordinarem à lógica socioeconômica capitalista, tornaram-se sujeitos consumidores e, atualmente, também trabalhadores especializados em um nicho de serviço: o de roupas, calçados e acessórios. Com isso, eles atendem às duas posições mais determinantes de identidade nesse sistema social, sendo também considerados sujeitos políticos. Uma observação empírica dos pesquisadores, construindo um conhecimento intuitivo, mostrou a ampliação do quantitativo de trabalhadores homossexuais, principalmente nas lojas de shoppings. Esta constatação levou ao interesse pelo tema desta pesquisa. A hipótese levantada foi que esse aumento da contratação de trabalhadores específicos em lojas decorreria de os homossexuais estarem se submetendo à sobre-exploração na utilização de suas forças de trabalho. A mediação estabelecida pelos homossexuais na relação entre o consumidor e o produto no comércio ampliaria a circulação das mercadorias e seria suficiente para promover as contratações deles nesse período de crise do sistema capitalista. Além disso, essa mediação das relações de venda estaria condicionada pela aplicação das características dos homossexuais, como delicadeza no trato com as pessoas, bom gosto, interesse e domínio na aplicação da moda, sem que, para isso, haja remuneração por aplicar tais qualidades como ferramentas de trabalho. Assim, o objetivo dessa pesquisa foi perscrutar se, apesar da homofobia, o mercado de trabalho no comércio tem optado por contratar a força de trabalho dos homossexuais para que as características pessoais destes medeiem a circulação ampliada das mercadorias, e, consequentemente, aumente o lucro capitalista. Esse estudo foi orientado pelos pressupostos teóricos e metodológicos do materialismo histórico-dialético, tal como apropriado pela Teoria Psicológica da Libertação, de Ignácio Martín-Baró, a qual está substanciada pela Teologia da Libertação. A entrevista semiestruturada foi utilizada como instrumento para a coleta dos dados, os quais foram analisados por meio da técnica da Análise Gráfica do Discurso. Os aspectos da relação entre os homossexuais e os condicionantes socioeconômicos investigados mostraram que a ampliação das suas contratações, no setor terciário da economia, tornou-se uma opção concretizada como política das empresas. Os resultados ainda apontam que, dentre os elementos homofóbicos dos discursos, o verdadeiro motivo dos capitalistas para contratarem os homossexuais é a capacidade destes em vender produtos, mas tal capacidade não elimina a crença de que a homossexualidade seria uma opção sexual. Portanto, pelos determinantes psicossociais da homofobia nos diferentes momentos históricos e pela compreensão do sistema de produção capitalista, pode-se confirmar, neste trabalho, a conversão da homossexualidade em instrumento para mediar a circulação de mercadorias, bem como entender a homofobia como preconceito aprendido e mantido socialmente.

Palavras Chaves: Atividade. Consciência. Preconceito Homofóbico. Teoria Psicológica da Libertação.

ABSTRACT

This work was based on a qualitative research about the psychosocial aspects of homophobic prejudice considering the labor market. The historical analysis of homosexuality reveals that homosexuals, formerly seen as sick, when they acquired conditions and subordinated themselves to the capitalist socioeconomic logic, they became consumer subjects and, nowadays, also specialized workers in a service niche: clothing, shoes and accessories. With this, they attend to the two most determinant positions of identity in this social system, being also considered political subjects. An empirical observation of the researchers, constructing an intuitive knowledge, showed the increase of the quantitative of homosexual workers, mainly in the mall stores. This finding led to the interest in the theme of this research. The hypothesis was that this increase in the hiring of specific workers in stores would result from homosexuals subjecting themselves to over-exploitation in the use of their labor forces. The mediation established by homosexuals in the relationship between the consumer and the product in commerce would increase the circulation of merchandises and would be sufficient to promote their hiring in this period of crisis in the capitalist system. In addition, this mediation of the sales relations would be conditioned by the application of the homosexuals' characteristics, such as delicacy in dealing with people, good taste, interest and mastery in the application of fashion, without, for that, remuneration for applying such qualities as tools. Thus, the aim of this research was to examine whether, despite homophobia, the labor market in commerce has chosen to hire the labor force of homosexuals so that their personal characteristics mediate the amplified circulation of goods, and consequently increase the capitalist profit. This study was guided by the theoretical and methodological assumptions of historical-dialectical materialism, as appropriated by Ignacio Martín-Baró's Theory of Liberation, which is substantiated by Liberation Theology. The semi-structured interview was used as an instrument for data collection, which was analyzed using the Graphical Analysis of Speech technique. The aspects of the relationship between homosexuals and the socioeconomic determinants investigated showed that the expansion of their contracting in the tertiary sector of the economy became an option as a corporate policy. Moreover, the results point out that among the homophobic elements of the discourses, the real motive of the capitalists to hire homosexuals is their ability to sell products, but such capacity does not eliminate the belief that homosexuality would be a sexual option. Therefore, by the psychosocial determinants of homophobia at different historical moments and by the understanding of the capitalist system of production, the conversion of homosexuality into an instrument to mediate the circulation of goods can be confirmed, in this work, as well as to understand homophobia as learned and socially maintained prejudice.

Keywords: Activity. Conscience. Homophobic Prejudice. Psychological Theory of Liberation.

1. INTRODUÇÃO

A luta contra a homofobia e contra qualquer outro tipo de preconceito exige se indignar e combater toda forma de arbitrariedade de um homem contra outro, até que eles desapareçam. Assim, pensa-se que são as mudanças culturais que podem alterar as relações entre sujeitos diferentes, sem tornar nenhum parâmetro certo para todos os demais. Tal consideração adveio da avaliação do problema da homofobia ao analisar as condições concretas de sua manifestação no capitalismo, e de encontrar, na sua origem, as determinações sociais do preconceito, tendo ela influência econômica e política. Para isso, foi necessário o entendimento da lógica social que condiciona as relações humanas e, aqui, especificamente, a que incide sobre as manifestações homofóbicas.

Considera-se que os ataques e toda a violência contra as pessoas homossexuais não são acontecimentos isolados e que ocorrem em partes específicas do mundo, além disso, constata-se nos estudos de psicólogos sociais e de outros cientistas dedicados à questão do preconceito (LEÃO, 2009, 2010, 2011; LEWIN, 1935; 1940; 1943; ADORNO, 1950; GOFFMAN, 1993; MAISONNEUVE, 1998; MOTT, 2001; CARNEIRO, 2003; CROCHIK, 1996, 2006, 2012; entre outros), que a agressividade contra eles, assim como contra qualquer pessoa de outro grupo minoritário, é fortalecida pelos períodos de crise na sociedade capitalista, devido aos princípios básicos desse modo de produção: calcado na naturalização da competição, da valorização da agressividade como condições inerentes aos vencedores, e do desprezo aos que não exibem tais características.

Para as análises feitas neste trabalho, a delimitação histórica tomou como contexto para a problemática, a sociedade capitalista e a sua organização social por divisão de classes: a burguesia e o proletariado. Entretanto, como esta pesquisa foi baseada no materialismo histórico-dialético, as condições sociais e materiais de outros modos de produção também foram abordadas, porque, estes determinaram o processo histórico do desenvolvimento da sociedade capitalista, seja de forma direta ou em seus resquícios indiretos.

Sendo assim, com o intuito de analisar os fenômenos não somente da forma como eles são apresentados, mas, a partir da sua complexidade, esta investigação adotou o compromisso de revelar as condições capitalistas de exploração, dominação e mistificação, assumindo o dever da psicologia de “intervir nos processos subjetivos que sustentam e viabilizam essa estruturação injusta” (MARTÍN-BARÓ, 1996, p. 22). Afinal, “o psicólogo pode contribuir para a formação de uma identidade, pessoal e coletiva, que responda às exigências mais autênticas dos povos” (MARTÍN-BARÓ, 1996, p.22).

O tema investigado foi se, apesar da homofobia, a mediação estabelecida pelos homossexuais na relação entre o consumidor e o produto no comercio, amplia a circulação das mercadorias o suficiente para promover as suas contratações neste período de crise do sistema capitalista. Isto porque, conforme os pressupostos metodológicos adotados nesta pesquisa, a realidade das relações humanas e sociais contemporâneas, marcada pelo sistema de produção capitalista em vigor, é velada por discursos de igualdade que encobrem as desigualdades socioeconômicas e a liberdade humana.

Esse velamento acontece via superestrutura capitalista por meio da ideologia. Assim, entender a realidade exige considerar que uma dada ideia possa motivar a inversão da determinação do real, ou seja, o objeto quando apresentado na realidade não mostra a determinação verdadeira de sua constituição, pelo contrário, ele aparece como fenômeno naturalizado e mistificado. (TROTTA, 2015). Isso acontece, porque, as relações sociais e a subjetividade humana se constituem de maneira mediada.

Um dos mediadores que promove estas condições é a ideologia. Mas, nesta pesquisa não se pretende estender discussões sobre o termo ideologia para que se possa discutir homofobia. Ele foi utilizado tal como é explicado na lógica marxista, para mostrar que os preconceitos, em geral, são disseminados como uma verdade e têm como origem os interesses do modo de produção que ainda persiste. Entende-se, então, o conceito de ideologia como o conjunto de explicações sobre a realidade, que é verdadeiro para a classe hegemônica, mas, que é divulgado como verdade universal que contemplaria a realidade de qualquer classe social, em qualquer cultura.

Assim, não acaba não permitindo a tomada de consciência daqueles que não compartilham a mesma posição de classe e que são privados das

explicações sobre si mesmos e das suas problemáticas na divisão social do conhecimento. É a mesma questão sobre, por exemplo, o trabalho das mulheres e ou das crianças que podemos ver modificar-se historicamente na relação dialética entre a sociedade e as necessidades do capital.

Portanto, devido à ideologia, a consciência humana pode se estruturar com significados sociais falsos e sentidos individuais equivocados, que se tornam mecanismos pelos quais os membros da classe trabalhadora objetificam as representações da realidade como se fossem verdadeiramente suas. Assim, suas consciências lidam com representações falsas da realidade e não conseguem perceber as contradições sociais reais.

> Logo, não podendo resolver os problemas concretos, os homens tentam solucioná-los sob a forma ideológica, isto é, no plano abstrato, encobrindo as contradições do mundo concreto sob as reproduções das formas de pensar dominantes. Logo, os homens são dominados pelas representações que eles mesmos constroem, e, nesse caso, os ideólogos interpretam o real diferentemente do modo como esse mesmo real está posto porque, ao não se submeterem aos fatos objetivamente, "põem tudo às avessas" (TROTTA, p. 223, 2015. Destaque no original).

Verifica-se, então, que o sistema de mistificações, criado pela ideologia, impede o desenvolvimento da criticidade da consciência do homem sobre a sua própria realidade. O sujeito não percebe que suas opiniões, que são assumidas por ele como verdadeiras, escondem a submissão de suas condições existenciais aos interesses da classe dominante, como se estes fossem universais e necessariamente verdadeiros.

O próprio termo ideologia, segundo Chauí (1982), é interpretado como falsidade ou falsa motivação para algo, sendo utilizado, na teoria marxista, para explicar o mascaramento da realidade da classe proletária pela classe dominante.

É nesse sentido que esta pesquisa buscou desvelar o motivo que realmente determina a atual contratação de trabalhadores homossexuais para um mercado de trabalho em crise, caracterizando, assim, o motivo que foi analisado como verdadeiro. Assim, parte-se do entendimento de que há motivos a desvelar por causa da ideologia, dos processos psíquicos e da mediação existente na produção da vida, porque a realidade é apresentada a partir de uma ideologia dominante, que mascara os acontecimentos sociais e

oculta a determinação histórico-cultural da relação entre infraestrutura e superestrutura sobre a consciência individual.

Como o recurso mais influente de manutenção e perpetuação do sistema capitalista, e que foi imposto ideologicamente, pela classe dominante, o conservadorismo tem confundido a grande maioria das pessoas quanto à realidade das reais condições materiais da existência humana. A noção de conservadorismo surgiu no período moderno, em meados de 1789, constituído, de início, como um sistema de ideias e posições políticas marcadamente antimodernas, antirrepublicanas, antiliberais e, portanto, antiburguesas (SOUZA, 2015b)

Conforme Souza (2015), esse sistema passou por transformações ao longo da história, e, através da corrente filosófica e científica positivista, teve a sua reconciliação com a sociedade capitalista, alterando o foco das disputas políticas de posições antiburguesas para posições antiproletárias, uma vez que quem deter o controle da sociedade tomará todas as providências para mantê-lo, sendo reis contra burgueses, e capitalista contra proletariados. Essas transformações são historicamente fundamentadas nas contradições existentes entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, e elas – as contradições – são originárias dos períodos de crises estruturais do capitalismo, as quais implicam no acirramento das lutas de classes e exigem que as ideologias sejam aprimoradas e que promovam alienações.

Assim, identifica-se o conservadorismo como reação ideológica e política às mudanças da realidade, sendo que:

> O pensamento conservador surge e se desenvolve no contexto da moderna sociedade de classes, marcado por seu dinamismo, por suas múltiplas e sucessivas transições, como função dessa sociedade, não é um sistema fechado e pronto, mas sim um modo de pensar em contínuo processo de desenvolvimento [...] É comum entre os conservadores a importância dada à religião, a valorização das associações intermediárias situadas entre o Estado e os indivíduos (família, aldeia tradicional, corporação) e a correlata crítica á centralização estatal e ao individualismo moderno; o apreço às hierarquias e a aversão ao igualitarismo em suas várias manifestações; o espectro da desorganização social visto como consequência das mudanças vividas pela sociedade ocidental (FERREIRA, BOTELHO, 2010, p. 11, 12).

Sabe-se que, no sistema capitalista, o seu mais forte pilar de sustentação é o liberalismo econômico, enquanto uma ideologia que defende que a economia seja livre de intervenções governamentais, e a liberdade individual para que, através do capitalismo, possam ser feitas escolhas de consumo. O liberalismo econômico também defende a existência da propriedade privada, caracteriza-se pela livre oferta e procura no mercado, e pela formação de preços a partir de benefícios acima dos custos. Tal liberdade defendida para as transações econômicas decorre da concorrência estimulada entre os vendedores, e da ausência de impostos. Portanto, esse sistema ideológico se estrutura pelo conjunto de valores impulsionado por interesses de classe.

Os princípios do liberalismo econômico se dão em torno de objetivos, tais como: aumentar a exploração e a opressão dos trabalhadores e de pessoas que, por algum aspecto ou características particulares, possam ser oprimidas e vir a ampliar o exército de trabalhadores de reserva para, assim, pressionar os empregados a se submeterem a condições de exploração da mais-valia, além de colocar uns contra os outros, ocasionando na fragmentação da classe proletária. Com isso, o controle social da classe dominante sobre os trabalhadores é ampliado.

Constata-se que “a necessidade da classe dominante de aumentar a exploração é ainda maior em tempos de crise do capitalismo. Para dobrar a resistência dos trabalhadores contra a exploração, aumentam as manifestações fascistas, machistas, racistas e homofóbicas” (ESPAÇO SOCIALISTA, 2011). Desse modo, há uma busca de superação da resistência dos trabalhadores a partir da promoção de manifestações preconceituosas, fortalecendo, assim, as ideias conservadoras, uma vez que esse aumento de manifestações violentas se dá pela ideia de liberdade individual, que é defendida por todos e que sustenta e aprova a violência como direito pessoal.

Almeida (s/d) destaca que os golpes de Estado são gestados em momentos de crise estrutural do capitalismo, sendo que estas crises afetam, primordialmente, os grupos historicamente vulneráveis. Assim, em momentos em que se busca solucionar a crise do sistema capitalista, aumentam-se as manifestações preconceituosas contra grupos politicamente minoritários, cujas características foram historicamente denegridas em função do aumento de

controle produtivo sobre grande parcela da população. Isso acontece, porque, a existência do preconceito tem relação direta com as diferenças grupais, e, no capitalismo, com a luta de classes, a qual tem sido evidente na constituição de grupos minoritários.

Nesse sentido, em psicologia, os grupos sociais podem se diferenciar em função das determinações produtivas da sua existência material e da consciência de seus membros sobre a posição deles no grupo. Assim, um grupo pode ser considerado maioria psicológica quando, independentemente da quantidade de seus membros em relação à população demográfica, dispõe de estruturas, de estatuto e de direitos que lhe permitem autodeterminar-se em relação ao seu destino coletivo. O próprio grupo possuiria condições concretas no meio social que lhe seriam favoráveis para que escolhesse o modo de produzir a sua existência, sem grandes problemas. Dessa forma, os grupos humanos que forem minorias demográficas podem ser entendidos como grupos humanos de maiorias psicológicas, afinal, quando estas minorias se percebem na posse de plenos direitos e de condições que lhe são favoráveis para serem grupos autônomos, isso se torna possível (LEWIN, 1935, 1940, 1943[1] apud MAILHIOT, 1997).

Já um grupo é classificado como minoria psicológica quando o destino coletivo dele vem determinado pela vontade de outro grupo. As pessoas do próprio grupo minoritário, psicologicamente, mais ou menos conscientemente, percebe o grupo como menor, como não possuindo direitos totais ou estatuto que lhe assegure direitos plenos para optar e orientar o seu próprio destino. É como se estivesse sob a tutela de outro grupo. Para a psicologia social, estes grupos minoritários são grupos discriminados, afinal, o seu destino está na dependência de um grupo majoritário e privilegiado.

Conforme Mailhiot (1977), o grupo privilegiado, com o passar do tempo, pode se tornar uma oligarquia, atribuindo ou reservando privilégios exclusivos para si, além de torna-se um grupo fortemente atuante no poder político. Então, as maiorias psicológicas podem se estratificarem, e uma minoria de seus membros se faz forte, determinante em destinos coletivos de outros grupos.

[1] MAILHIOT, G. B. **Dinâmica e Gênese dos Grupos**: atualidade das descobertas de Kurt Lewin, 4 ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977

Uma minoria privilegiada nada mais é do que uma minoria demográfica no interior de uma maioria psicológica, controlando e manipulando ao seu favor.

De acordo com o mesmo autor (1977), as conclusões de Lewin sobre o preconceito direcionado aos grupos minoritários afirmam que se trata de um problema social e que, portanto, a sociologia e a psicologia social teriam muito a contribuir ao tratar desse assunto em termos científicos. Ainda destaca que, na História moderna, o que tem sustentado o preconceito é a necessidade que o grupo autocrático tem de um "bode expiatório como meio de distrair as massas" (LEWIN, 1935, s/p), e aqui, pode-se pensar a questão da manifestação da homofobia, sem grandes impedimentos, pela classe burguesa. Esse grupo privilegiado e autocrático – que no capitalismo é a burguesia -, que governa a maioria oligárquica, consegue mobilizar uma multidão de pessoas para atender aos seus interesses, canalizando, assim, a agressão contra a minoria rejeitada.

Sendo assim, não são os comportamentos e as atitudes dos membros das minorias psicológicas que despertam as agressões e o preconceito. Mas, quando algum membro do grupo minoritário se destaca socialmente, reações são provocadas do grupo majoritário, que mobiliza a massa para seus fins e contra os do grupo minoritário. É por isso que os preconceitos contra estes mudam historicamente, mesmo que tais grupos permaneçam os mesmos (MAILHIOT, 1977).

Portanto, entende-se que as acusações dirigidas aos grupos minoritários ocultam problemas sociais mais profundos. Por isso, em geral, os grupos que são mantidos numa posição subordinada por outro grupo privilegiado depende, para se emancipar do primeiro, que haja mudanças provocadas nas necessidades e sentimentos da maioria. A necessidade de um bode expiatório pode resultar da tensão provocada, por exemplo, por uma depressão econômica e, portanto, o combate desse problema está na união dos grupos desprivilegiados com outras forças e auxílio de outros grupos. Essa questão da necessidade do bode expiatório pela classe dominante auxilia no entendimento, por exemplo, das dificuldades que os homossexuais sempre tiveram de se inserção no mercado de trabalho.

Pode-se pensar que o proletariado, enquanto maioria populacional, devido às imposições ideológicas de um grupo dominante – a burguesia -

permanece crente da sua incapacidade de modificar a realidade, sendo ludibriado pela ideia da impossibilidade de ser alterada a sua inserção social devido a características individuais. Por ser assim, a maioria das pessoas compõem a classe social que está submetida à obediência dos interesses burgueses.

A ideia que melhor demonstra essa intenção, que inclusive está expressamente redigida na própria Constituição Federal de 1988, é aquela que apresenta a família patriarcal como a base fundamental da sociedade. É fácil entender o motivo disso, uma vez que a família patriarcal garante a reprodução da força de trabalho e favorece a reprodução de princípios da lógica capitalista, como o conservadorismo, por exemplo.

Das formas de garantir e proteger a riqueza produzida, o casamento e a família foram os mais bem sucedidos. De início, assim como comprava as terras, o homem também adquiria uma mulher, para que esta carregasse o seu nome. Os filhos gerados pela procriação do casal continuavam o acúmulo de riquezas, a partir da herança que recebiam. Para isso, a mulher deveria ser monogâmica, garantindo ao homem a certeza da paternidade de seus filhos.

Essas necessidades das sociedades de classes criaram dificuldades contra os homossexuais, afinal, estes não levariam adiante a estrutura familiar como forma de perpetuação da riqueza acumulada, e muito menos como reprodutores de força de trabalho.

Portanto, pondera-se que, no sistema capitalista, a possibilidade de se proteger contra o preconceito homofóbico seria a de o sujeito homoafetivo trabalhar para produzir além de suas necessidades, enriquecendo, assim, outras pessoas que não a ele; bem como garantir a acumulação do capital por instituições sociais como a família, e que ambas as condições sejam controladas. Quem faz tal controle é o Estado, depois das decisões politicamente manifestas. Como o estado no capitalismo é um braço de defesa dos interesses da burguesia, a acumulação de bens pelos homossexuais da classe popular nunca alcançará o padrão de capital. Por isso que, conforme Borrillo (2012), as manifestações homofóbicas não são práticas coletivas ou meramente individuais, são socialmente construídas, “servindo para nutrir um sistema de exclusão e dominação” (Borrillo, 2012, p.586).

Assim sendo, os homossexuais que são constantemente perseguidos na sociedade de classes, em sua maioria, pertencem à classe trabalhadora -, porque, os da burguesia resolvem suas dificuldades comprando as soluções oferecidas pelos mercados (MARSIAJ, 2003). Os que não se enquadram no padrão da família patriarcal nem na condição de membros da classe dominante, tornam-se membros do grupo que, ideologicamente, vem sendo nomeado de minoria social. Esta é uma designação ideológica, utilizada para vários grupos de pessoas com reivindicações sociais diferentes, e, portanto, busca igualar as diferenças e dificultar a tomada de consciência da falta de solução para os problemas que se concentram na classe popular. Como alerta Viana:

> O uso do termo “minorias” pode, em muitos casos, aparecer para substituir classes sociais. Eis aqui uma questão importante. Um termo genérico como “minorias” coloca em evidência uma divisão social, entre “maioria” e “minoria” e deixa de lado a questão das classes sociais. No plano das classes sociais, o condenável não é a maioria e sim a minoria, a classe dominante. Mesmo quando se acrescenta a esta as suas classes auxiliares (burocracia e intelectualidade), continua sendo minoria. A maioria é composta pelas classes desprivilegiadas (proletariado, lumpemproletariado, subalternos, camponeses, artesãos, etc.). O uso do termo minorias confunde essa situação e ofusca não só as diferenças de grupos sociais, mas entre os grupos, homogeneizando o que não é homogêneo. A homogeneização *dos* grupos é acompanhada pela homogeneização *nos* grupos. (VIANA, 2016, s/p. Destaques no original).

Mesmo os homossexuais sendo sujeitos trabalhadores, eles são considerados a parte inferior, imoral e pecadora desta classe social, assim como as mulheres e os negros também são tratados. Isso faz com que eles se tornem aptos para ampliarem o exercito de trabalhadores, quando necessário, ou comporem o exército de reserva, conforme as necessidades de manutenção do capital.

Os preconceitos manifestados contra os trabalhadores, a homofobia, por exemplo, fragmenta a própria classe proletária que, através de mecanismos que diferenciam os trabalhadores pelas suas características e que são evidenciados pela classe dominante, acaba, ainda, colocando os trabalhadores uns contra os outros (ESPAÇO SOCIALISTA, 2011).

Assim, observam-se dois aspectos importantes: a utilização pela classe dominante de mecanismos para diferenciar trabalhadores conforme, por

exemplo, a condição sexual no intuito de tornar aparentemente natural toda forma de violência contra os homossexuais, para, assim, utilizar as características da homossexualidade e da homofobia de acordo com os interesses econômicos da ordem social vigente. Como consequência deste primeiro aspecto, acontece a divisão artificial do proletariado, fazendo com que os próprios trabalhadores reproduzam a lógica de dominação e opressão ao se discriminarem entre si.

Verifica-se, ainda, que as ideias impostas pela classe dominante à classe trabalhadora devem ser entendidas em seus entrelaçamentos, pois, os homossexuais ainda serão vítimas de ofensas, humilhações, desemprego, agressões, torturas, assassinatos, mesmo quando eles acatam as características que lhes são impostas. Como não entendem a função ideológica dos discursos discriminatórios, muitos homossexuais são levados a acreditar que serão socialmente aceitos, com a demonstração de seu poder aquisitivo.

Também são iludidos que se forem mais próximos do padrão burguês exigido, demonstrando comportamentos de homem - discretos, bem-comportados, para os gays e de mulher para as lésbicas, ou sendo bem-sucedidos profissionalmente e não se misturando com os pobres, serão socialmente valorizados. Porém, eles, além de continuarem sendo discriminados, também serão reféns da escravidão do consumismo, onde não há a verdadeira liberdade (ESPAÇO SOCIALISTA, 2011).

Mesmo que todos os trabalhadores entendessem esta verdadeira realidade e o funcionamento do sistema capitalista, quanto a ter que criar condições para manter a exploração da burguesia sobre os trabalhadores, e que o preconceito é parte desta ideologia, ainda assim, a materialidade mostra que vencer o preconceito não é simplesmente uma questão de adquirir conhecimento. Afinal, o preconceito decorre da mediação dos aspectos culturais que são privilegiados pelo sistema que o gera, e é por isso que muitas pessoas se mostram resistentes na luta contra a homofobia.

Destaca-se, aqui, que o significado trazido pela palavra, expressa o preconceito como uma ideia ou juízo pré-concebido que pode se manifestar em atitudes discriminatórias. Tal ideia pré-concebida é formada sem fundamentação crítica ou lógica da realidade. Assim, a própria palavra nos traz

esse entendimento de que algo – o conceito precedente – é pré-acatado, antecede aos fatos para os quais foi construído, seja para explicar alguém ou algum objeto possível de ser apreendido. Nessa construção de explicações, formadas antes da constatação dos fatos, utiliza-se de características julgadas universais, para tratar os fenômenos a serem explicados de maneira generalizada e naturalizada (SIGNIFICADOS, 2017).

Então, para esta pesquisa, o conceito de preconceito está caracterizado como um sistema psicológico derivado da relação dialética dos indivíduos com a cultura do período histórico, e, também, tal caracterização se dá de forma mediada pelas qualidades da repressão a que cada classe social goza na sociedade capitalista. O movimento histórico da humanidade mostra que a constituição da sociedade capitalista sempre esteve calcada em formas de controle econômico e opressão social, de uma minoria privilegiada – burguesia – contra uma maioria populacional, que produz a vida humana. Portanto, a repressão utilizada para esse controle terá no preconceito condições eficazes para promover a fragmentação e a alienação dos membros da classe controlada - proletariado (LEÃO, 2009).

Conforme Martín-Baró (1989a, 1998, 2003, 2005), as análises sobre os preconceitos devem, além de considerar as raízes sociais que caracterizam os traços de identidade e de papéis sexuais numa sociedade, priorizar, também, a busca da significação dessas características para o sistema de produção estabelecido. “Ou seja, o que se tem de verificar é a funcionalidade do preconceito e da violência que ele produz para os interesses concretos dominantes na estrutura social e que são contemplados quando se mantém os sentidos discriminatórios desses traços”.

Tal entendimento mostra que o preconceito vem sendo utilizado como mecanismo ideológico pela classe dominante para fragmentar a classe trabalhadora em parcelas socialmente desvalorizadas, e, assim, submeter setores da classe para intensificar os níveis de exploração e manter a ordem de dominação e controle da burguesia sobre a exploração da mais valia.

Nesse sentido, a homofobia foi entendida, nesta pesquisa, como um preconceito que, segundo Borrillo (2012), acontece como “uma forma de inferiorizar, desumanizar, diferenciar e distanciar o indivíduo homossexual à semelhança de outras formas de exclusão como a xenofobia, o racismo, o

antissemitismo ou o sexismo” (p.585). O autor descreve a homofobia como um fenômeno “invisível, cotidiano, compartilhado e que, ao mesmo tempo em que transforma o homossexual naquele com quem não se deve identificar e que não deve ter plenos direitos, gera, também, ônus aos heterossexuais ao aliená-los” (BORRILLO, 2012, p. 585).

Já a discriminação acontece, conforme informações do Dicionário dos Direitos Humanos (2016), quando há atitude adversa do sujeito perante alguma característica particular de indivíduos ou grupos específicos. Portanto, a discriminação consiste no ato de considerar que características particulares de um grupo social são motivos para interditar as pessoas desse grupo aos direitos que outras pessoas de grupos distintos já possuem. Essa vedação de direitos acontece via ideologia e com interesses específicos da classe social dominante.

Assim, essa dissertação permite que se pense o preconceito e a discriminação a partir da funcionalidade de ambos para o sistema produtivo capitalista, como formas de exploração econômica e opressão política.

Partimos do entendimento de que os fenômenos sociais, dentre eles, o preconceito, decorrem de aspectos culturais da própria sociedade. O preconceito é, então, articulado com outros aspectos da realidade e transmitido pela superestrutura social e, assim a existência humana, no sistema capitalista, fica determinada tanto pelo modo de produzir materialmente a vida, quanto pelos elementos ideológicos necessários a sua reprodução e susentação, mas subordinados aos interesses econômicos da classe dominante.

Ou seja, há uma base material que condiciona determinada ideologia e estabelece conteúdos que tipificam as consciências, porém, essa realidade subjetiva, sustenta determinado tipo de produção material. Tais condicionamentos devem ser entendidos nas relações dialéticas entre infraestrutura e superestrutura.

Pode ser que mudanças culturais, influentes na relação de infraestrutura e superestrutura, tornariam possível a igualdade de todos, sem classes sociais, e minimizaria a luta contra a exploração do homem pelo homem. Então, não se teria a necessidade de nenhum tipo de violência e/ou de discriminação, principalmente em questões referentes à condição e identidade sexual.

Isso, porque, a homofobia é um preconceito e, sendo assim, a sua origem é cultural. É também um fenômeno psicossocial complexo de ser analisado, por ser manifestado de diferentes formas. A sua presença está posta desde as formas mais sutis – o modo velado – até as formas mais agressivas e violentas que se possa imaginar, como nos casos de torturas e assassinatos, raramente noticiados pela mídia.

Pensando em uniformizar a maneira de abordar a temática desta pesquisa, resolveu-se clarificar alguns termos que foram utilizados para descrever as pessoas e as relações, aqui, analisadas. Lembramos ao leitor que esta dissertação, apesar de reconhecer a importância das inúmeras discussões em diversas pesquisas sobre os termos aqui referidos, não tem o objetivo de aprofundar as discussões sobre todos eles, mas, apenas de situar o leitor quanto aos significados que cada um possui no entendimento comum e verdadeiro quando se trata preconceito homofóbico.

Decidiu-se, então, pela utilização dos termos Homossexual ou Homossexuais quando há referência, de forma específica, aos gays ou às lésbicas, enquanto membros de uma minoria sexual e política. Essa minoria política, enquanto totalidade é considerada como o Grupo ou População LGBTs, lembrando que a sigla representa as pessoas nas suas diversas formas de sexualidade, considerando tanto a orientação sexual como a identidade de gênero.

Apesar de se saber que existem outras siglas que representam esta minoria política, a sigla LGBTs é a mais utilizada pelos movimentos sociais brasileiros e por entidades governamentais nos três âmbitos da federação e, dessa forma, foi utilizada nesta pesquisa para o tratamento de todas as pessoas que fazem parte desse grupo, sejam elas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexuais, assexuais, simpatizantes ou qualquer outro tipo de denominação referente às variações da sexualidade humana.

O termo Condição Sexual foi utilizado para caracterizar a manifestação da sexualidade, ou seja, a capacidade de cada pessoa em se sentir atraída emocional, afetiva e/ou sexualmente por indivíduos que tenham ou o gênero diferente do seu ou o mesmo gênero ou, ainda, mais de um único gênero. Lembrando que as características da condição sexual variam para cada sujeito

e que há três condições sexuais preponderantes: a condição homossexual, referente ao mesmo gênero; a condição heterossexual, referente ao gênero oposto; e a condição bissexual, referente aos dois gêneros.

> Orientação sexual é a atração afetiva e/ou sexual que uma pessoa sente pela outra. A orientação sexual existe num *continuum* que varia desde a homossexualidade exclusiva até a heterossexualidade exclusiva, passando pelas diversas formas de bissexualidade. Embora tenhamos a possibilidade de escolher se vamos demonstrar, ou não, os nossos sentimentos, os psicólogos não consideram que a orientação sexual seja uma opção consciente que possa ser modificada por um ato de vontade (BRASIL, 2004a, p. 29).

Importante saber que os termos Condição e Orientação Sexual são considerados mais apropriados do que os termos Opção ou Preferência Sexual, uma vez que já se tem o conhecimento de que a manifestação da sexualidade não é uma escolha consciente do sujeito, pois, ninguém é capaz de escolher a própria sexualidade, seja a pessoa hétero, homo ou bissexual. A fim de esclarecimento, a atividade ou o desempenho sexual não tem vinculação direta com a definição de condição ou orientação sexual ou de identidade de gênero, uma vez que a sexualidade envolve um conjunto de aspectos que vão muito além do ato sexual/genital em si.

Destaca-se que:

> Sexualidade e gênero são dimensões diferentes que integram a identidade pessoal de cada indivíduo. Ambos surgem, são afetados e se transformam conforme os valores sociais vigentes em uma dada época. São partes, assim, da cultura, construída em determinado período histórico, ajudando a organizar a vida individual e coletiva das pessoas. Em síntese, é a cultura que constrói o gênero, simbolizando as atividades como masculinas ou femininas (BRASIL, 2009, p. 46).

Nesta pesquisa, os termos sexo e gênero não são sinônimos, mas, eles contêm características explicativas particulares que os diferenciam. Enquanto sexo é uma categoria biológica utilizada para diferenciar membros de espécies animais, a palavra gênero corresponde a uma construção social de distinção sociológica dos seres humanos.

O conceito de Gênero refere-se, conforme Brasil (2009), à sexualidade das pessoas por ser produto cultural. O conceito foi criado na década de 1970, sob a influência do pensamento feminista, para “distinguir a dimensão biológica

da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura" (BRASIL, 2009, p.43). Assim, entendemos que existe a dimensão biológica da sexualidade – conjunto de informações da espécie que caracterizam o sexo biológico: o macho e a fêmea -, mas, esta dimensão não é suficiente para dizer o que é ser homem ou mulher na sociedade, afinal, esta caracterização depende de fatores socioculturais.

Portanto, Sexo Biológico se refere ao conjunto de características físicas do ser humano, como por exemplo, informações cromossômicas, órgãos genitais, capacidades reprodutivas e funcionamento fisiológico. Este conjunto de características biofisiológicas diferencia, assim como em qualquer espécie animal, o macho da fêmea. Já o gênero do ser humano é constituído a partir da cultura que ele está inserido, e do grupo social onde ele é atuante.

Estas duas palavras – sexo biológico e gênero - ainda se diferenciam de outra palavra, que foi muito utilizada nesta pesquisa: Sexualidade que, conforme Martín-Baró (2005), depende dos fatores ideológicos e sociais. Esses fatores remetem à origem biológica ambígua que oponhe macho e fêmea, e permite entender que a homossexualidade está incluída nas duas faces, de homem e mulher, que constituem o ser humano.

Nesta pesquisa, a homossexualidade é considerada na sua verdadeira acepção: como um dos modos de manifestação da sexualidade humana. E, se contra ela se manifestam preconceitos, o mesmo ocorre, também, contra as pessoas deficientes, as mulheres, as crianças, os idosos, etc. Ou seja, o preconceito se manifesta conforme as condições sociais e culturais, em diferentes períodos históricos. Mas, é no interior dos seus marcos que se dá a eleição de quem atrapalha a plena realização da forma de vida hegemônica.

Outro conceito, também, muito confundido e que precisa de esclarecimento é o de Identidade Sexual ou Identidade de gênero. Este está explicado como "[...] a percepção subjetiva de ser masculino ou feminino, conforme os atributos, os comportamentos e os papéis convencionalmente estabelecidos para homens e mulheres" (Brasil, 2009, p.43). Sendo assim, o próprio sujeito afirma a sua identidade sexual como sendo do gênero masculino, feminino ou da combinação de ambos, independente do sexo biológico.

Em relação ao termo Homoafetivo, ele não foi utilizado como adjetivo para descrever as pessoas homossexuais em si, mas, as relações afetivas e/ou sexuais entre as pessoas do mesmo sexo e/ou do mesmo gênero. Portanto, a palavra Homoafetivo não deve ser entendida como sinônimo de Homoerótico e, muito menos, de Homossexual, pois, ela é utilizada para descrever a complexidade e a multiplicidade das relações no âmbito afetivo e sexual entre pessoas do mesmo sexo e/ou gênero. Dias (2003), na tentativa de desassociar a conotação sexual dos relacionamentos interpessoais entre pessoas LGBTs, criou a palavra homoafetividade para destacar que, nas relações homoafetivas, o aspecto relevante não é de ordem sexual, mas sim afetiva.

Esses foram alguns termos que utilizamos nesta pesquisa e que merecem atenção quando abordamos a temática do preconceito homofóbico, afinal, há muita confusão nas suas utilizações pela maioria das pessoas, conforme já registrado por Leão (2010b). É importante deixar claro a diferenciação dos termos e conceitos utilizados para fazermos referência a esta temática, evitando, assim, a confusão de sentidos sobre os significados sociais de tais palavras, o que poderia nos levar a pensamentos equivocados sobre o assunto e a desconsideração de aspectos importantes.

Sendo assim, um dos motivos de interesse por esta investigação também se deu pelo fato de que algumas pesquisas vêm apontando o elevado número de denúncias registradas por grupos de combate à homofobia no Brasil, como, por exemplo, o Grupo Gay da Bahia (GGB). Este grupo é a organização mais antiga do Brasil de defesa dos homossexuais e tem, também, grande importância na luta constante por direitos para os Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e de qualquer outra expressão de sexualidade (LGBT). Além disso, tal grupo assume responsabilidades nos trabalhos de orientação e acolhimento das pessoas que sofrem diariamente essa violência.

O GGB (2015) divulgou um relatório sobre a quantidade de homicídios contra homossexuais no Brasil, informando que 318 casos foram registrados no ano de 2015. Já em 2016 foi o ano que mais se registrou casos de violência contra pessoas LGBTs, pois, foi o período mais violento contra essas pessoas desde a década de 1970. De 1970 a 2016 foram registradas 6.882 mortes de pessoas LGBT em todo o Brasil. Lembrando que esses dados são

subnotificados. Afinal, sabe-se que muitos casos não são registrados pela polícia, principalmente quando eles se referem aos homossexuais burgueses, como também outros casos que a polícia não trata como casos decorrentes da homossexualidade, além dos que decorrem de violência entre casais homoafetivos, que acabam não sendo considerados como problemas de homofobia. Dessa forma, os casos de violência que ocorrem superam os registros divulgados pelo GGB.

Conforme o relatório divulgado por este mesmo Grupo, em 2017, aconteceram 445 mortes de pessoas LGBTs no Brasil, sendo destas 387 mortes por assassinatos e 58 por suicídio. Houve um aumento significativo de 30% de mortes de pessoas LGBTs em comparação com o ano de 2016, que teve 343 casos de mortes registrados. A estimativa é de que a cada 19 horas uma pessoa LGBT foi assassinada ou suicidou por ser vítima do preconceito. Sem contarmos os casos de violência e agressões física, psicológica e moral.

Esses dados de assassinatos fazem do Brasil o país onde mais se pratica crimes contra este segmento da população, no qual se mata mais homossexuais até mesmo quando comparado a outros países em que a pena de morte para os homoafetivos está legalizada. Lembrando que esse título se sustenta quando se compara o Brasil com outros países que também realizam esse levantamento de dados.

No Brasil, São Paulo é o estado onde mais se notificou os crimes contra pessoas LGBTs, e, logo após, vem o estado de Minas Gerais, sendo que o primeiro estado contou o registro anual de 59 casos e o segundo com 35 casos notificados de mortes anuais. A região do Brasil onde mais se tem vítimas por milhão de habitantes é a região Norte, conforme o relatório. A região Centro-Oeste, em 2017, ultrapassou a região Sudeste, ocupando o segundo maior índice de casos de LGBTfobia. Não há estatística governamental real sobre os crimes de ódio, e os bancos de dados sobre os registros desses casos de homofobia são construídos a partir das notícias publicadas nas mídias sociais e de informações pessoais.

Portanto, devido aos dados subnotificados e a indiferença midiática no registro dessa realidade, entende-se que é ainda maior o número de crimes e de atos violentos contra as pessoas homossexuais. E, pouco se assiste, quase

nada se lê e muito menos se ouve sobre as crueldades promovidas pela homofobia.

O mesmo Relatório (2017) apontou que dos 445 assassinatos registrados em 2017, 194 eram homens gays, 191 transexuais e travestis, 43 lésbicas, 5 bissexuais, incluindo 12 assassinatos de heterossexuais amantes de transexuais – os denominados *T-lovers*. Também foram computados os assassinatos de familiares e amigos de homossexuais que se envolveram com as vítimas para defendê-los das agressões.

Impossível não fazer destaque do homicídio qualificado de motivação homofóbica, sofrido pelo jovem Itaberli Lozano pela sua própria mãe Tatiana Lozano Pereira, em 2016, na cidade de Cravinhos – SP. A assassina confessou à polícia que matou o próprio filho a facadas por ele ser homossexual. Ou, também, o caso da travesti Dandara, de 42 anos, que foi brutalmente assassinada, em Fortaleza-CE, por 5 homens.

O Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil (2017) também explica o preconceito homofóbico como uma ideologia socialmente construída por componentes que estão enraizados numa cultura heteronormativa e machista. Lembrando que, conforme Meyer e Petry (2011):

> A heteronormatividade visa regular e normatizar modos de ser e de viver os desejos corporais e a sexualidade. De acordo com o que está socialmente estabelecido para as pessoas, numa perspectiva biologicista e determinista, há duas – e apenas duas – possibilidades de locação das pessoas quanto à anatomia sexual, ou seja, feminino/fêmea ou masculino/macho (p.195).

Portanto, o conceito da heteronormatividade confirma as ideias conservadoras de que o desenvolvimento das características humanas, dentre elas as da sexualidade, coincidem com as normas socialmente estabelecidas por um falso padrão de normalidade heterossexual. A lógica heteronormativa é de que se o indivíduo nasce com pênis, ele será considerado masculino pelo grupo social e, logo, deverá ter desejo sexual pelo feminino – vagina – para, assim, ser caracterizado como homem. O mesmo acontece com o indivíduo que nasce com o sexo biológico feminino, nasceu com vagina, é feminina, e, para ser considerada mulher, deverá desejar o masculino – pênis (BUTLER, 2000). Neste sentido, as pessoas LGBTs, que não apresentam coerência com

tal modelo hegemônico, de sexo–gênero–desejo, acabam sendo vítimas dessa ideologia heternormativa e consideradas pessoas fora da normalidade. É como se essas pessoas fossem colocadas numa posição social de suspeição perante o restante da sociedade, a partir do desconhecimento da maioria das pessoas sobre a homossexualidade e sobre o que fazer diante dos homossexuais.

Conforme relatório do grupo gay da Bahia, sobre Violência Homofóbica no Brasil (2015), entre 2013 e 2014, a ouvidoria do Sistema Único de Saúde – SUS – fez um questionário sobre a identificação sexual dos usuários, protocolando que das 85.803 pessoas que responderam ao questionário, apenas 40.852 delas responderam sobre a identificação de condição sexual. Dessas pessoas, 952 registraram orientação sexual diferente da heterossexual, sendo metade identificada como Gays (44%), outros identificados como Bissexuais (18%) e Lésbicas (13%). Portanto, percebe-se que, conforme tal relatório, apesar da resistência de muitas pessoas em informar conteúdos sobre aspectos da sexualidade, aquelas que o fazem, são quase metade homossexuais. Isso nos leva a pensar que, nos dias de hoje, está mais fácil um homossexual se assumir gay, apesar das inúmeras manifestações homofóbicas.

Outro dado importante divulgado pelo mesmo relatório (2015) foi sobre o perfil construído dos suspeitos da prática homofóbica. O relatório mostra que 32,1% das vítimas já conheciam os suspeitos e 32% eram desconhecidos. Dos conhecidos, os mais frequentes são os próprios familiares das vítimas. A faixa etária mais frequente dos suspeitos abrange jovens de 15 a 30 anos de idade, num percentual de 19,6% do total de 2.461 suspeitos, seguida pela faixa etária de 31 a 40 anos (15,8%). Observa-se, portanto, que a faixa etária dos suspeitos se concentra na juventude. Os principais locais registrados onde ocorrem as violações dos direitos humanos de caráter homofóbico foram**:** nas ruas (26,8%), nas casas das vítimas (25,7%) ou na casa dos suspeitos (6%) ou de ambos ou terceiros (4,4%) e em outros locais como delegacias de polícia, hospitais, igrejas, escolas, local de trabalho e outros (37,5%).

São vários os tipos de violência, como: violência psicológica (40,1%), discriminação (36,4%), violências físicas (14,4%), negligências (3,6%), e outros tipos de violências como a sexual e a institucional (5,5%).

Dentre as violências psicológicas sofridas pelas vitimas da homofobia, encontram-se 36,4% de humilhação, 32,3% à hostilização e 16,2% as ameaças de ocasionar algum mal injusto ou grave. Dentre as discriminações que, comumente são realizadas no Brasil, a discriminação por orientação sexual corresponde a 77,1% das denúncias, seguida pela discriminação por identidade de gênero (15,1%). Dentre todas as discriminações, seja por racismo, discriminação social, contra pessoas com deficiência, religiosa, geracional, entre outras, a discriminação por orientação sexual é a mais reportada das denúncias.

Nas manifestações homofóbicas, as lesões corporais (52,5%) são as mais registradas no total das violências físicas, seguidas por maus tratos (36,6%). Outro dado impressionante é que 4,1% foi o percentual de tentativas de homicídios reportadas, com 28 ocorrências. As negligências no amparo e responsabilização, foram citadas como 58,1%, sendo 16,2% por medicamentos e assistência à saúde, 4,1% em relação à alimentação, 2% em limpeza e higiene e 18,9% em outros tipos de negligência, mostrando que a homofobia é manifestada até mesmo sobre os direitos humanos básicos do cidadão.

De toda forma de violência apresentada, a sexual acontece frequentemente com a população LGBT. As notificações apontam que, dentre a violência sexual, 43,2% são de abuso sexual, 36,5% de estupro, 9,5% de exploração sexual e 1,4% de exploração sexual no turismo. Lembra-se, aqui, que muitas pessoas, pertencentes à população LGBTs, são consideradas popularmente como pessoas sem direitos e, portanto, disponíveis e mais vulneráveis aos abusos sexuais. Muitas dessas pessoas, devido ao preconceito, conseguem encontrar apenas na prostituição o sustento da sua vida, sendo, assim, colocadas em situação onde a probabilidade de acontecerem abusos sexuais é alta.

Mesmo com essa realidade cruel instalada pelo preconceito, tem-se observado que a partir da última década veio aumentando a quantidade de trabalhadores homossexuais no setor terciário da economia, especialmente em lojas de shoppings. Esses trabalhadores estão sendo empregados como vendedores (classificação da CBO 5211-10) por proprietários ou gerentes de lojas, responsáveis pela contratação de funcionários.

Verifica-se essa preferência por trabalhadores homossexuais também em algumas publicações, divulgadas em jornais eletrônicos, por exemplo. Sanchotene (2008) realizou uma reportagem para entender se realmente o vendedor homossexual faz aumentar a venda das mercadorias, e, para isso, realizou uma entrevista com alguns empregadores. A reportagem mostra as opiniões de alguns gerentes responsáveis pela contratação de funcionários em lojas de luxo específicas de shopping. Dentre tais opiniões, destacam-se aquelas que dizem que o trabalhador homossexual é “muito dedicado e as clientes confiam muito nele. Elas até pedem sugestão, como que sapato usar com a roupa que estão comprando”; “eles têm mais sensibilidade na hora de identificar o estilo de uma cliente”; e “são antenados nas tendências da moda”. Com isso, a autora verificou que alguns empregadores de lojas têm preferido empregar homossexuais a heterossexuais, como vendedores de suas mercadorias.

A revista Exame, em 2016, também trouxe alguns dados interessantes. na reportagem, em que informa sobre as grandes empresas virem inserindo os trabalhadores da população LGBT no mercado de trabalho, porque, elas buscam construir uma sociedade mais justa e igualitária. Apesar de publicar essa justificativa como o motivo dessas empresas contratarem homossexuais, a própria revista destacou que elas reconhecem que os trabalhadores homossexuais aumentam o retorno financeiro para os donos das lojas. A revista apontou uma pesquisa que foi realizada pela Management Science – revista científica que publica pesquisas sobre a prática da administração -, mostrando que as empresas que inseriram os homossexuais no mercado de trabalho apresentaram aumento de 8% nos registros de patentes (CERIONI, 2016).

Até mesmo o portal de notícias do grupo Globo – G1 – divulgou, em 2015, uma reportagem com o título “1 em cada 5 empresas não contrataria homossexuais, diz estudo”. Apesar de a reportagem mostrar dados sobre as restrições que muitas empresas oferecem para contratar homossexuais, principalmente para determinados cargos como o de gerência, por exemplo, ela também mostra que, ao contrário disso, há tipos específicos de trabalho onde os homossexuais não só são aceitos, mas também são “cultuados”. Essas informações foram obtidas a partir de uma pesquisa realizada pela Elancers –

empresa de sistemas de recrutamento e seleção – com dez mil empresas. Cezar Tegon é o presidente da Elancers e afirma que “no segmento da moda ou design de interiores, o homossexual declarado é muito mais bem aceito e parece mesmo existir o consenso de que eles são melhores profissionais do que homens e mulheres” (GLOBO.COM, s/p, 2015).

Tais dados permitem que se pense sobre os resultados de alguns estudos e pesquisas (LEÃO, 2009; 2010b, 2011), os quais apontam que a manifestação da homofobia está atrelada à posição que o homofóbico ocupa na sua classe social. Basta verificar a sistematização dos registros policiais, os autos da justiça e as noticias da imprensa, que impedem que se negue que as condições de opressor e dominante dos membros da burguesia se reproduzem em relação aos homossexuais, pois, esta é a sociedade estruturada para lhes oferecer e garantir exatamente essas condições.

Assim, Leão (2010b) desenvolveu uma pesquisa de opinião e aplicou mais de mil questionários a fim de buscar traçar um perfil psicológico do homofóbico, verificando que as pessoas que manifestaram maior quantidade de opiniões preconceituosas e atitudes discriminatórias contra os homossexuais, e com menos constrangimento, foram aquelas que possuem salários mensais de valores altos e maior poder aquisitivo. Neste sentido, de acordo Leão (2010b), a expressão da homofobia pelo sujeito está condicionada à classe social ou a posição que ele ocupa na classe.

A mesma autora (2011) afirma que as pessoas que compõem a classe burguesa ou aquelas que estão na classe trabalhadora numa posição mais próxima da classe dominante, devido à crença na ideologia dominante influente nas relações de infra e superestrutura, que movimentam a sociedade burguesa, são as pessoas que manifestam o preconceito com mais facilidade. Elas parecem confiar que esta pertença lhes oferece prerrogativas para agredirem sem grandes impedimentos sociais. Desse modo, a contenção da manifestação homofóbica é enfraquecida, ou seja, dificilmente o sujeito da classe dominante será controlado ou punido perante a manifestação do seu preconceito. Nestas posições sociais estão incluídos tanto os proprietários ou gerentes de lojas, quanto às pessoas que frequentam e consomem os produtos vendidos nelas.

O entendimento de classe social, adotado aqui, é o mesmo explicado na visão marxista de que, no capitalismo, há duas classes: a burguesia, composta pelos proprietários dos meios de produção, e o proletariado – os que detêm unicamente a força de trabalho para viverem. Segundo a sociologia moderna, não pertence à classe burguesa quem não possui capital e/ou aquele que, para viver, tenha que vender a sua força para colocar em movimento os meios de produção daqueles. Por isso, são chamados de trabalhadores ou proletário, conforme conceituação marxista. Esse é o entendimento da conformação da sociedade que adotamos nesta pesquisa, uma vez que o modo de produção em vigor é o capitalista. O entendimento sociológico do que seja a classe burguesa não pode mudar desde que se lide com a teoria que a criou: a sociologia e a filosofia de Marx (1996, 2008).

Portanto, entende-se que a classe dominante é a burguesia, cujas preocupações são: a preservação da propriedade e do capital privados, além de deter o domínio dos meios de produção, explorar a mais-valia e controlar toda a riqueza produzida pela classe trabalhadora. Assim, tal classe garante a supremacia socioeconômica em detrimento do proletariado.

Assim, se o sujeito pertence a uma classe social, logo, ele não pertencerá à outra, mas, o trabalhador, conforme a sua posição dentro da sua classe e a sua atividade de trabalho, pode representar os interesses burgueses.

Ao considerarmos os preconceitos, dentre eles a homofobia, como instrumentos utilizados pela classe dominante para intensificar a exploração dos trabalhadores, não deixamos de considerar que a burguesia cria e fortalece a ideologia que estimula a rivalidade entre heterossexuais e não heterossexuais, assim como entre brancos e negros, mulheres e homens, pobres e ricos.

Toitio (2012) reitera que a desigualdade social não é apenas uma questão cultural ou política, mas, principalmente, econômica. O autor afirma que a manifestação da homofobia acontece com mais frequência contra os homossexuais das conhecidas classes populares, inclusive por policiais, do que contra homossexuais das “classes ricas” (s/p). Ele ainda lembra que há necessidade de se investigar “a forma como a opressão se dá nas diferentes classes” (s/p), uma vez que o Brasil é um país estruturado pela desigualdade

econômica, política e social. Aqui, destaca-se: não só o Brasil, mas, toda sociedade onde se vive sob o regime de produção capitalista.

Outro estudo que objetivou investigar a percepção sobre as práticas sociais discriminatórias e as atitudes preconceituosas em razão da orientação sexual também confirmou, em seus resultados, o preconceito homofóbico. Conforme o autor (2010), apesar de o Brasil ter uma imagem que caracteriza o povo brasileiro como liberal, especialmente nas manifestações da sexualidade, "há graus de intolerância com a diversidade sexual bastante elevados – coerentes, na verdade, com a provável liderança internacional do Brasil em crimes homofóbicos" (VENTURI, 2010, s/p).

Venturi (2010) identificou que a dinâmica de identificação do preconceito homofóbico deve considerar que as identidades sexuais estão, para a maioria das pessoas, entrecruzadas por diversos marcadores sociais:

> (pensemos em negras lésbicas idosas). [...] na investigação da opinião pública estamos sempre no campo nebuloso das percepções, e que, no terreno moral dos temas em pauta, a 'realidade' encontra-se ainda menos acessível, mediada pela disposição e confissões (s/p).

Nesse sentido, o autor reconheceu a necessidade de se aprofundar na análise do fato identificado, que a homofobia é mais facilmente admitida pelas pessoas, em comparação com o fato de assumirem outros preconceitos.

> [...] se em 2006 apenas 4% dos não idosos admitiam ser preconceituosos em relação aos idosos, e se em 2003 também apenas 4% dos de cor não preta assumiam ser preconceituosos em relação aos negros (taxa que era de 10% em pesquisa do Datafolha, em 1995), agora encontramos em média 27% declarando ter preconceito contra LGBTT [...] E com metodologia muito parecida, inclusive com perguntas análogas – por exemplo, como reagria 'se sua filha ou filho casasse com um/a negra/o', feita para os de cor não preta – e ainda com algorítimo semelhante para montagem de uma escala de preconceito racial velado, 74% manifestaram algum grau de preconceito racial, em 2003 (87% em 1995), contra os 99% de preconceito potencialmente homofóbico, achados agora (VENTURI, 2010, s/p).

Essa diferença tem suscitado quatro hipóteses sobre a dinamicidade do preconceito homofóbico no Brasil. A primeira delas considera a homofobia como um preconceito pouco criticado, o que permite a sua manifestação mais constantemente e acentua o seu enraizamento na cultura. A segunda hipótese,

e a mais comum, diz respeito ao entendimento que se tem da natureza da sexualidade, pois, é parte do conteúdo preconceituoso acreditar que a homossexualidade é uma escolha do sujeito sobre si, e que, por ser assim, essa opção é um erro do indivíduo. A terceira hipótese é sobre a ausência de leis que punam criminalmente as pessoas que manifestarem atitudes e atos homofóbicos e transfóbicos, o que ampliaria a sua repressão. Já a última destaca o peso que os discursos religiosos possuem no incentivo de percepções homofóbicas.

Considerando o conteúdo de tais hipóteses, justifica-se o fato de que o preconceito contra a população LGBTs seja mais facilmente admitido (VENTURI, 2010). Entretanto, apesar desta dissertação considerar que a manifestação desse preconceito tem, também, influência de outros marcadores sociais como, por exemplo, a cor da pele e a etnia, entende-se que a homofobia, como outros aspectos culturais das sociedades de classes, são manifestados conforme os interesses de classe social. Pois, a sua aceitação depende de a ideologia dominante acatar, divulgar e manter como comportamento social.

Especificamente nesta investigação, a contradição observada foi que mesmo as pessoas, representantes ou membros da classe dominante, manifestando a homofobia e impedindo a inserção dos homossexuais no mercado de trabalho ou as suas qualificações para o exército de reserva de trabalhadores e, consequente, barateamento do preço da força de trabalho diante da crise econômica, passaram a optar pela contratação de homossexuais para venderem os produtos de suas lojas.

Ou seja, apesar de todas as constatações acima apresentadas sobre a homofobia, verifica-se empiricamente e com investigações acadêmicas formais e com as pesquisas de opinião dos órgãos de comunicação social que, atualmente, aumentou a quantidade de homossexuais empregados em lojas de shopping. Daí decorreu a nossa hipótese, de que os capitalistas se utilizam da atividade desses trabalhadores para incrementar a circulação de mercadorias, uma vez que parece que os homossexuais são mais aptos ao trabalho de vendedor.

Então, em consonância com as bases teóricas e metodológicas que esta pesquisa constata ser a que conduz à verdade, devido aos seus fundamentos,

foi proposto como objetivo desta pesquisa perscrutar se, apesar da homofobia, o mercado de trabalho no comércio tem optado por contratar a força de trabalho dos homossexuais para que as características pessoais destes medeiem a circulação ampliada das mercadorias, e, consequentemente, aumente o lucro capitalista.

O sujeito dessa pesquisa é um trabalhador responsável pela contratação de funcionários de uma loja de departamento – um empregador. Portanto, ele, ocupando cargo de gerência, torna-se um representante do capitalista por estabelecer os contratos de trabalho e inserir pessoas no mercado de trabalho, de acordo com as exigências da empresa: as políticas empresariais. Afinal, o presidente de uma empresa ou o gerente de uma loja, assim como outros empregados que tenham poder decisório, representa os seus empregadores na mediação necessária para que o capital mantenha a relação de controle do capitalista sobre os trabalhadores e os meios de produção, pois, o mediador tem que ter características de ambos os aspectos que precisam da mediação. Ou esses trabalhadores fazem conforme os interesses do capitalista ou eles são demitidos.

Na busca de encontrar tal sujeito, selecionamos algumas lojas de um Shopping Center, onde se observa nitidamente a concentração de vendedores homossexuais. A identificação de vendedores como homossexuais foi feita tanto a partir da fala dos próprios vendedores homossexuais quanto pela fala do empregador, o qual sinalizou que determinados funcionários são homossexuais assumidos.

Os dados relativos à contratação, recolhidos para esta pesquisa, foram produzidos no discurso obtido através de entrevista semiestruturada com o gerente de recursos humanos, responsável pela contratação de funcionários que, com autorização prévia do entrevistado e a assinatura do TCLE (anexo D), foi registrada por gravador de áudio. A gravação da entrevista foi transcrita pelo próprio pesquisador e normalizada pra compor um *corpus* de pesquisa, conforme exigência da técnica de Análise gráfica do discurso simplificada. Desse *corpus,* chegou-se aos núcleos do pensamento do empregador, os quais foram analisados pela teoria da Psicologia da Libertação, de Ignácio Martín-Baró (1942–1989).

Lembrando que a metodologia adotada para o desenvolvimento desta pesquisa psicológica foi o Materialismo Histórico-Dialético e que, por estar também na fundamentação da Psicologia da Libertação, possibilitou que fosse analisado o movimento dialético constituinte das relações entre o sujeito e sociedade, a função mediadora que o trabalho promove na constituição de processos psicológicos, bem como a determinação psicossocial sobre o preconceito homofóbico, conforme o sistema produtivo vigente. Devido à utilização dessa teoria psicológica, que apesar de ter sido elaborada sob a determinação do Concilio Vaticano II e da Teologia da Libertação, foram mantidas as bases materialista histórica e dialética.

Sendo assim, esta pesquisa parte do princípio de que os aspectos constituintes do sujeito, incluindo a sua sexualidade, são processos do desenvolvimento humano, o qual é mediado, contínuo e dinâmico. Conforme Leão (2012), sendo a sexualidade um processo de identificação, ela permite que o sujeito sofra as influências do meio social onde ele é atuante. Como processo de identificação, a sexualidade, na relação com a sociedade, na convivência do sujeito com outras pessoas, e na atividade dele com o grupo social, acaba ganhando características que se tornam mais ou menos dominantes em determinados momentos da vida. Assim sendo, nada está definido no sujeito, mesmo quando a manifestação da sexualidade se mantém nos moldes tradicionais da heterossexualidade.

No que diz respeito ao preconceito, os comportamentos homofóbicos são estruturais no Brasil, gerando, unicamente, consequências negativas que desumanizam as expressões da sexualidade que diferem do padrão heterossexual, bem como a violência social. A maioria das instituições e dos segmentos da sociedade brasileira fomenta o entendimento de que a homossexualidade é um pecado, crime ou doença e que ela precisa ser corrigida ou eliminada para evitar uma suposta contaminação (LEÃO, 2012).

Essa crença, que em parte explica os dados da violência contra os homossexuais, citados anteriormente, põe em destaque a necessidade de a psicologia participar das ações que visem o combate da homofobia, pois, no Brasil, a manifestação de tal preconceito é constante e leva a morte de muitas pessoas. Tais atos de violência e de intolerância às diferenças sexuais acontecem, porque, os homofóbicos ignoram as várias possibilidades que há

para as pessoas existirem no mundo, e isso mostra a importância de se realizar pesquisas que contemplem a temática e promovam a elaboração de políticas, orientadas ao combate da homofobia e de qualquer outro tipo de preconceito.

Lembra-se que os dados empíricos acumulados permitem que seja apreendida apenas a aparência deste problema. A sua verdadeira manifestação se encontra na violência do homem contra o homem, que é inerente ao sistema capitalista e ao preconceito, que é própria das instituições sociais. Estas sustentam tal sistema social, justificando as falsas diferenças de grupos que ele cria em seu desenvolvimento, como é o caso da educação, da igreja e da legislação.

Sendo assim, com o intuito de melhor apresentar esta pesquisa, considerando a lógica teórica e metodológica aqui utilizada, de que a materialidade precede a subjetividade, os capítulos foram organizados de forma que o segundo capítulo - O trabalho constitui o humano e a sociedade: o capital os deshumaniza –, incluindo os seus subcapítulos – Terceiro setor da economia: o trabalho empregado no comércio – e – Psicologia Social materialista histórico-dialética -, apresentem a base estrutural e os aspectos materiais da realidade, sob os quais se constituem os processos psicológicos, os quais para serem analisados necessitam de uma metodologia específica. Lembrando que é no e pelo trabalho que ocorre a humanização do sujeito, e que esse processo constitutivo acontece sempre de forma mediada.

Já o terceiro capítulo - Produto das necessidades do povo latino-americano: a Teologia da Libertação -, que contém o subcapítulo - A Psicologia da Libertação: buscar o motivo psíquico para a superação da injustiça e da opressão social -, mostra como a temática do preconceito homofóbico é passível de ser analisada a partir de uma teoria psicológica materialista histórico-dialética, a Psicologia da Libertação, que está comprometida com a realidade dos povos latino-americanos.

Apesar de se reconhecer a importância social e política de outras abordagens teóricas para a investigação da mesma temática, esta dissertação foi orientada para investigar os processos psicológicos que promovem o preconceito homofóbico e suas manifestações, conforme a função da homofobia no sistema de produção capitalista vigente.

A Psicologia da Libertação, a partir dos princípios epistemológicos e metodológicos do materialismo histórico-dialético, pensou o cristianismo pela lógica marxista, apontando a libertação de todos seria possível pela ação dos trabalhadores, os fiéis. A ação modificadora da realidade acontece pela ação dos sujeitos na terra e não de Deus no reino dos céus, pois, as condições injustas, promovidas pelo sistema capitalista, só serão minimizadas se houver o enfrentamento da classe dominada. Assim, o capítulo mostra como foi possível a um padre jesuíta abordar questões tão complexas como o preconceito.

O quarto capítulo - Por que é que, culturalmente, nós nos sentimos mais confortáveis vendo dois homens segurando armas do que dando as mãos?- foi organizado a fim de esclarecer a escolha pelo tema desta pesquisa. Esse é um capítulo importante, pois, mostra alguns dados de pesquisas que possibilitaram a elaboração da hipótese investigada. Os seus subcapítulos - O que já sabemos sobre a homofobia nas ciências humanas e sociais -, - O que a psicologia nos diz sobre o preconceito - e - A homofobia é uma luta de todos nós -, apresentam discussões interessantes sobre o preconceito homofóbico, realizadas tanto pela psicologia em suas diferentes abordagens teóricas, quanto em outras áreas das ciências humanas e sociais. Essas considerações são relevantes não só para que se entenda melhor a manifestação do preconceito homofóbico na atualidade, mas também, a maneira que outras teorias vêm explicando a homofobia.

Assim, surgiu a necessidade da discussão sobre o posicionamento teórico desta pesquisa, o qual foi apresentado através de indicações sobre a discordância com algumas explicações psicológicas sobre a homofobia, por elas desconsiderarem aspectos importantes da constituição do psiquismo como, por exemplo, a determinação da materialidade e das condições infra e superestruturais do modo de produção da vida humana nos fenômenos sociais e psicológicos. Tal objetivo não comporta a crítica pela crítica, mas, mostra as possibilidades de abordar a homofobia na Psicologia. Assim, a constituição de tal ciência deve considerar o seu processo contínuo de mudanças da realidade e, consequentemente, do sujeito.

Em seguida, o quinto capítulo se refere à metodologia. Denominado de - Tal como o mundo é, assim deve ser entendido -, comporta a explicação sobre

o instrumento que foi utilizado, nesta pesquisa, para mediar a relação entre realidade diferentes. Foi pela entrevista semiestruturada que obtivemos os dados para serem analisados.

Os dados obtidos foram analisados com o instrumento denominado de Análise gráfica do discurso simplificada, o qual permite a investigação da consciência humana pela linguagem utilizada nos discursos individuais. Por esta técnica, é possível analisar o movimento dialético da consciência no confronto com a realidade material da existência humana, identificando, assim, os conteúdos reais que motivam os comportamentos, devidos às emoções e pensamentos do sujeito expressos nos Núcleos de Pensamento que são revelados, uma vez que tais conteúdos são internalizados sempre de forma mediada.

No capítulo quinto - A realidade é assim! Como? - foram organizados os resultados construídos durante o desenvolvimento desta pesquisa, a partir da síntese construída da relação entre homofobia e o trabalho empregado. Uma das descobertas logo no início da pesquisa foi o fato de que os empregadores estão buscando homossexuais, através de pessoas empregadas por eles, as quais procuram trabalhadores específicos. Esses empregados são denominados vulgarmente de olheiros, e eles buscam, tal como os head hunters, o que os capitalistas exigem. Esse acontecimento também aponta a existência de uma fantasia criada ideologicamente sobre a homossexualidade, que medeia a relação dos homossexuais com as mercadorias vendidas por eles.

2. O TRABALHO CONSTITUI O HUMANO E A SOCIEDADE: O CAPITAL OS DESHUMANIZA

Existem diferentes formas de se considerar o conceito Trabalho na psicologia. Para esta pesquisa, entende-se tal conceito numa relação universal e ontológica como a condição necessária para que o sujeito construa o mundo e a si próprio. Assim, o indivíduo se constitui de maneira mediada, através do que ele produz no meio social. Esta categoria – trabalho - torna-se imprescindível para qualquer estudo que se utiliza da compreensão do historicismo concreto de uma totalidade histórica e dialética.

Portanto, a partir dessas questões sobre a perspectiva histórica de compreensão da realidade humana, entendemos que é pelo trabalho social que as características físicas e psicológicas do sujeito são constituídas. O trabalho social permite ao ser humano se inserir num grupo social, num determinando período histórico. Assim, o Trabalho é o elemento constituído conforme o modo de produção de cada período histórico, além de ser a principal atividade constitutiva do ser humano.

Nesse sentido, esta pesquisa adotou a categoria Trabalho do materialismo dialético, como a atividade vital humana para a formação do sujeito, que possibilita a relação do homem com o meio e com os outros homens, ocasionando o que se chama humanidade. Assim, tal categoria carrega a sua importância para que se entenda tanto a humanização do indivíduo pela sua atividade no meio social, quanto para que se analise a constituição dos processos de desenvolvimento da consciência e das capacidades humanas (ALBORNOZ, 1994).

Sabe-se, então, que a subjetividade não decorre unicamente do funcionamento psíquico interno e inerente ao sujeito, mas, ela é concebida como produto da história e da cultura, através do trabalho humano, da utilização de instrumentos construídos pelos homens na humanidade, e esse processo só é possível em função da existência de uma estrutura biofisiológica específica: o corpo humano (LEÃO, 2003).

Conforme Antunes (1998), os processos psicológicos são socioculturais, pois, acontecem, primeiramente, no âmbito social para, depois, tornarem-se particulares – partem do interpsicológico ao intrapsicológico. Assim, o psiquismo é formado a partir das relações do sujeito com o mundo e suas condições objetivas, e, estas relações, só são possíveis no e pelo trabalho, quando o sujeito modifica o meio social e modifica a sua própria natureza, objetivando suas características físicas e psíquicas no produto de seu trabalho.

A atividade de trabalho tem, portanto, caráter criador, e a relação entre o que o sujeito produz e a maneira que ele apreende o sentido de sua ação é mediada pelo uso de instrumentos e signos, dentre estes, a linguagem. Os signos foram criados conforme as necessidades reais de cada cultura, em determinado período histórico, e agem como instrumentos no psiquismo, da mesma forma como os instrumentos agem na transformação da realidade objetiva e material. Um dos signos fundamentais para a constituição do sujeito é a linguagem, pois, ela permite a transmissão do conhecimento acumulado na cultura, além de possibilitar a relação do sujeito com os objetos e com os outros sujeitos.

Sabe-se que o processo de humanização do individuo acontece nas relações de apropriação da história, contida nos objetos que são produzidos pelo sujeito em sua prática humana, a qual inclui a produção de conhecimento e a qual abrange sempre a relação entre o singular, o particular e o universal histórico. Para se compreender esta prática humana, deve-se levar em consideração a unidade existente entre o sujeito cognoscitivo – capaz de aprender e pensar a sua realidade – e o objeto de conhecimento, numa relação sujeito-objeto.

Assim, o ser humano é compreendido como sujeito coletivo, social e histórico, que produz conhecimento sobre a sua existência. Atualmente, no modo capitalista de produção, o qual contém as relações sociais de dominação e no qual se efetiva a contradição entre capital e trabalho, o conhecimento produzido pelo sujeito faz parte dessa determinação histórica de contradição, além de buscar, objetivamente, a superação de uma realidade que, estruturalmente, almeja o acúmulo de capital em detrimento do trabalho humano.

O sujeito considerado nesta pesquisa é ativo, pois, ele se constitui por meio da sua atividade na realidade em que vive, e que, ao transformá-la, também é transformado. Portanto, este sujeito é produto e produtor de sua existência. Já o objeto a ser conhecido por ele são os pressupostos materiais da sua realidade. As capacidades humanas e as contradições internas determinantes do movimento histórico estão presentes nesta realidade. Assim, no objeto estão contidas as relações sociais produção humana, as quais estão expressas na contradição ontológica entre o que, aparentemente, mostra-se ao sujeito e o que realmente o constitui como tal. A constituição do conhecimento não se dá apenas a partir do plano concreto, representado pelo objeto - realidade objetiva -, nem a partir do plano subjetivo, representado pelo sujeito em si – pensamento -, mas, se dá através do movimento destes dois planos, representado na relação entre a primariedade da realidade concreta com a consciência constituída sobre ela.

Até aqui se considorou a importância do trabalho humano para a constituição do sujeito, enquanto ser social. Porém, é sabido que, no capitalismo, o trabalhador não se reconhece no que faz e, muito menos, no que produz. Em vez disso, o sujeito se nega, pois, o trabalho humano em vem de afirmar a existência do sujeito no meio social, acaba mortificando o corpo e alienando a consciência do sujeito sobre de si mesmo e sobre o mundo onde vive. A industrialização, o assalariamento e a propriedade privada impedem que o trabalhador participe da constituição dos objetos materiais que estejam envolvidos, direta ou indiretamente, no processo produtivo, bem como nos resultado do seu trabalho, desumanizando, assim, o sujeito, pois, ele perdeu o contato com a realidade a ser transformada, não conseguindo transformar nem a si mesmo.

Nesse sentido, a constituição do ser humano está submetida ao processo de desumanização, impedindo a constituição da individualidade e dos aspectos criativos do trabalhador, pois, estando fragmentado o trabalho humano no processo produtivo, o sujeito, além de estar sendo utilizado como mero recurso para a produção da mercadoria, ele tem, também, as suas necessidades manipuladas. Provavelmente, o funcionário de uma indústria trabalhará na construção de um produto que jamais terá condições financeiras

para comprá-lo, mas, a mídia manipulará a falsa necessidade que este trabalhador terá para ter este produto.

No caso desta pesquisa, percebe-se a atribuição aos homossexuais de uma série de características e habilidades que fazem as pessoas considerá-los como excelentes vendedores e bons entendedores de moda e de tudo que é adequado para quem quer se destacar no convívio social. Assim como ocorre com qualquer trabalhador, essa fantasia criada sobre os homossexuais acabou coisificando tais trabalhadores específicos, pois, as características da homossexualidade vêm sendo utilizadas para valorizar a mercadoria vendida por eles no setor terciário da economia. Para analisarmos essa realidade, entendamos melhor o que se refere tal setor econômico.

2.1. SETOR TERCIÁRIO DA ECONOMIA: O TRABALHO HUMANO EMPREGADO NO COMÉRCIO

Para se analisar o aumento da utilização dos homossexuais no mercado de trabalho, há a necessidade de se compreender, antes, as condições materiais que promovem tal realidade. Para tanto, a contextualização histórica ficou delimitada a partir do processo de reestruturação produtiva no Brasil – processo este de consolidação do modelo flexível do trabalho industrial -, como a gênese necessária para o esclarecimento sobre o porquê, em um momento de desemprego ascendente, o setor econômico responsável pela circulação das mercadorias e, portanto, pela ampliação do lucro da burguesia, resolveu contratar empregados homossexuais com os quais lidavam, até então, manifestando sentimentos e comportamentos homofóbicos (LEÃO, 2010b).

Tal contexto socioeconômico remete à superestrutura ideológica do capitalismo, que permite levantar a hipótese que essas contratações seriam determinadas pela necessidade de ampliar a circulação da mercadoria para compensar a retração do mercado no comercio varejista e, para tanto, a promoção do fetiche da mercadoria seria um recurso.

O fetiche da mercadoria é o processo de construção de valores simbólicos para os produtos elaborados pelo trabalho humano na modernidade. Em O Capital, Marx (1996) explicou a fetichização, mostrando que a mercadoria, depois de pronta, adquire um valor de venda sem fundamento na realidade, infundado. Os produtos, ao seguirem para o mercado onde circularão até o consumidor, não mantêm o seu valor real de produção, que vem determinado pela quantidade de trabalho materializado no artigo. No mercado de vendas o produto ganha uma representação que amplia seu preço, como se não resultasse do trabalho humano e nem pudesse ser mensurado.

Assim sendo, o processo de fetichização faz com que a mercadoria perca sua relação com o trabalho humano, dando a sensação de como se ela ganhasse vida própria. Marx (1996) supôs que é para ajudar na construção do fetiche da mercadoria que se atribui aos produtos feitos pelos homens, ou aqueles produzidos pela natureza, um poder milagroso que contribui para a

valoração da mercadoria e, consequentemente, para a venda fantástica e infundada. A partir dessa lógica, nós supomos que seja por esta razão que se vem contratando, no Setor Terciário da Economia, mais homossexuais: os seres fantásticos e inexplicados.

Como esta pesquisa teve como ponto de partida os aspectos materiais organizadores da subjetividade, os capítulos foram preparados pela lógica de que a materialidade precede a subjetividade. Ao contrário de como muitas teorias abordam o conceito de subjetividade na psicologia – como fenômeno inerente ao sujeito, que o difere de um todo social -, considera-se, aqui, que a distinção entre sujeito e meio social não é possível para analisar a constituição da subjetividade, afinal, os processos psicológicos e sociais são determinados pelo caráter contraditório e não dicotômico dos fenômenos.

Assim, é necessário que se entenda o princípio da mediação existente entre as funções intra e interpsicológicas do processo de constituição do sujeito. Lembrando que a subjetividade é constituída socialmente, a partir da atividade do sujeito numa dada formação social e num determinado período histórico, e que, portanto, há uma determinação de infra e superestrutura do sistema de produção vigente na formação subjetiva.

Nessa determinação, a superestrutura tem relação dialética com a infraestrutura, o que possibilita pensar que, a partir de lógica marxista, toda a ideologia e todos os aspectos estruturais jurídico-políticos da nossa sociedade estão em relação constante com a complexidade de ações praticadas na materialidade social. É partindo dos mecanismos da força produtiva e das relações de produção que se consegue analisar os fenômenos das ciências humanas e sociais, como, por exemplo, o preconceito. O próprio Marx (2008) já esclareceu que:

> As relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas [...] essa relações têm, ao contrário, sua raízes nas condições materiais de existência [...]. Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina

> o seu ser; ao contrário, é o ser social que determina a sua consciência (MARX, 2008, p. 47).

Sendo assim, destaca-se que a relação infraestrutura-superestrutura não é mecanicista e, muito menos, reducionista, afinal, a economia não dita os conteúdos da ideologia ou o modo das pessoas se comportarem; não há subordinação entre os sistemas sociais, mas sim uma interdependência funcional e sistêmica entre eles. Portanto, a realidade humana é constituída por transformações dinâmicas interligadas em que, mesmo a materialidade sendo a base concreta para o desenvolvimento das condições subjetivas, a dinâmica material do modo de produção capitalista necessita da eficiência dos subsistemas sociais para ser organizada de forma eficaz e estrutural.

Considerando que esse capítulo foi pensado para apresentar as principais mudanças que vêm ocorrendo na esfera produtiva do trabalho empregado no terceiro setor da economia, e de como essas transformações organizam novas relações sociais, percebeu-se, no cotidiano, um aumento significativo de trabalhadores homossexuais empregados no comércio, o que também coaduna com resultados de algumas reportagens e pesquisas.

Nesse sentido, buscou-se saber sobre o emprego gerado pelo terceiro setor da economia, bem como identificar quem são as pessoas que ocupam estes postos de trabalho, uma vez que, no sistema capitalista, o trabalho humano ficou dividido em manual e intelectual, além de ser caracterizado pelos atributos do trabalho-empregado.

Para Marx (1996), o sistema capitalista deve ser entendido pela produção de capital, a partir da expropriação do valor do trabalho assalariado, em que os donos dos meios de produção, chamados capitalistas, acumulam seus bens a partir da exploração do trabalho do proletariado, ocasionando, assim, uma série de consequências como, por exemplo, a luta de classes e a alienação do empregado sobre o seu próprio trabalho.

Em síntese, no capitalismo, existe a divisão da sociedade em duas classes sociais, e que a diferença de privilégios e direitos entre elas é cada vez maior. Numa classe, os capitalistas que sobrevivem do lucro, na outra, a grande maioria da população que depende do salário para sobreviver. Em

outras palavras, classificamos como os patrões e os empregados; os exploradores e os explorados.

Mas, o capitalista, para viver do lucro, precisa de propriedade privada. Ele tem que ser dono das máquinas, das fábricas, das usinas, da terra. Além disso, ele precisa de alguém que não tenha propriedade privada, alguém que seja despossuído e que precise receber o salário para sobreviver. O trabalhador não tem nada disso e, precisando sobreviver, acaba recorrendo à única coisa que ele tem para vender: a sua força de trabalho. Desse modo, tudo o que é produzido pela exploração da mão-de-obra dos trabalhadores não é, igualitariamente, distribuído, concentrando-se nos domínios de uma minoria dominante e controladora.

Assim, toda fortuna decorre da exploração de força de trabalho humana, e a pregação ideológica, construída para naturalizar a exploração do trabalho, de que é possível enriquecer trabalhando arduamente, torna-se uma mentira para a maioria dos trabalhadores. O empregado não só trabalha na esperança de um dia enriquecer como ainda acha que o capitalista está lhe fazendo um favor ao empregá-lo, quando, na verdade, é o capitalista que precisa do trabalhador para tornar possível a produção e a venda de algo. Não é por acaso que o slogan do governo de Michel Temer diz “não pense em crise, trabalhe!”.

Para que sejam analisadas as relações entre o empregador e o empregado homossexual no comércio, é importante que se entenda a composição da vaga de emprego e o tipo de público que consome as mercadorias vendidas nas lojas. Assim, buscou-se esclarecer o Terceiro Setor da Economia, com algumas informações.

Em síntese, enquanto o Setor Primário da economia integra as atividades direcionadas à agropecuária e ao extrativismo, o Setor Secundário caracteriza-se pela atuação industrial. Conforme Offe (1994), já o Setor Terciário abrange, além do comércio, as atividades relacionadas à prestação de serviços, que envolvem a produção de bens imateriais para o consumidor, ou seja, os serviços como o dos transportes, do funcionalismo público, das atividades educacionais, de saúde e liberais, de auxílio jurídico, de turismo, de segurança, de consertos de objetos, entre outros, correspondem ao Terceiro Setor da economia. Os profissionais dessas áreas aplicam a sua força de

trabalho para o fornecimento de serviços considerados úteis ao consumidor, como, por exemplo, os vendedores de lojas.

Offe (1994) destaca que o setor terciário da economia se diferencia dos outros setores pelo fato de nele não se restringir a utilização de ferramentas e objetos materiais, uma vez que isso acontece a partir das relações interpessoais e da capacidade intelectiva. Na visão do autor (1994), o enfoque deste setor não é apenas o trabalho concreto, afinal, a sustentação da sua existência decorre da capacidade da circulação do capital.

Cada vez mais, a concentração de empregos no Setor Terciário está aumentando tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos. Já a força de trabalho, está cada vez mais sendo dispensada nos setores primário e secundário. Incluem-se, também, os camelôs e vendedores ambulantes como parte do aumento de trabalhadores no Setor terciário.

Conforme Antunes (1998), o fato de um dos setores da economia concentrar a maior quantidade de empregos não significa que os outros setores deixaram de existir ou que um setor é complementar ao outro. Todos eles devem ser analisados nas suas complexidades e nunca isoladamente. Dessa forma, mesmo com o crescimento explosivo do Terceiro Setor, as atividades em serviços não acumulam capital autônomo e permanecem, portanto, dependentes do Setor industrial, fato que caracteriza uma sociedade altamente industrializada como, também, uma sociedade de serviços.

Sabe-se, que em alguns países europeus, como ocorreu na França, houve algumas regras de aplicação ao mercantilismo. Bom exemplo disso foi a lei que proibiu aos estabelecimentos comerciais colocar preços fixos nas mercadorias, incentivando a existência de preços flutuantes para a negociação entre os vendedores e compradores no varejo. Sennett (1998) destacou que na loja Bom Marché, na França, em 1852, três foram os princípios que percorreram o Setor do comércio: a grande quantidade de mercadorias vendidas e que a cada mercadoria existira um preço fixo; o preço seria livre apenas no atacado; e a entrada livre das pessoas nas lojas, mesmo que elas não comprassem nada.

Novos estabelecimentos comerciais foram sendo criados e, devido a grande quantidade de mercadorias produzidas em curto período de tempo, as lojas passaram a vender o máximo possível de produtos, fazendo-os circular.

Conforme Oliveira (2008):

> O sucesso da loja de departamento também foi produto das novas estratégias para atrair as massas de compradores, do aumento populacional, que estimulou o crescimento do comércio varejista, e da criação dos transportes rápidos, destinados a transportar trabalhadores para as fábricas e lojas. As multidões foram estimuladas a comprar quando as lojas ofertavam produtos cada vez mais diferentes, que causavam “estranhamento” no comprador. Isto fazia com que as mercadorias desaparecessem rapidamente, e percebendo este fato, os donos das lojas eram capazes de simular a escassez de mercadorias. Desta forma, o cliente estava inclinado a pensar que poderia facilmente perder a chance de comprar alguma novidade. Além disso, as vitrinas tornavam-se cada vez mais elaboradas, decoradas e fantásticas (p. 27).

Assim, com o aumento das vendas e a adoção de estratégias para fazer circular as mercadorias nas lojas de departamentos, independente de qualificação profissional, houve aumento da contratação de funcionários para o varejo, afinal, com os preços fixos a barganha tornou-se restrita. Dessa forma, não era exigida dos funcionários grande capacidade intelectual para o trabalho. Já para os donos das lojas, a capacidade intelectual era necessária para o desenvolvimento de estratégias eficazes no processo de excessiva venda das mercadorias aos clientes.

Com o mercantismo ainda em vigor e a expansão marítimo-comercial de alguns países europeus, instaurou-se a Revolução Industrial - inicialmente na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII -, fato que consolidou o capitalismo, enquanto sistema econômico de produção material da vida humana. Essa revolução caracterizou-se pelo uso indiscriminado de recursos materiais, apropriando-se de novas fontes de energia e das máquinas como recursos para aumentar a produção em período de tempo reduzido. Este fato possibilitou aos ingleses impor o livre comércio ao mundo, abandonando, assim, os princípios mercantilistas na busca por novos consumidores.

Assim, tanto a primeira como a segunda revoluções industriais e tecnológicas incitaram mudanças históricas no sistema capitalista de produção e, consequentemente, no modo da existência humana. Nos anos de 1760 a 1830, a Primeira Revolução Industrial permitiu, a partir da industrialização, o desenvolvimento da máquina a vapor e do tear mecânico. Nesse período, o trabalhador deixou de realizar o seu trabalho de forma completa e passou a

executar trabalhos fragmentados e desqualificados. Um bom trabalhador seria aquele que tivesse seus conhecimentos restritos à execução das tarefas que lhes fossem designadas, tendo a sua força de trabalho explorada para fins manuais. Desse modo, o trabalhador passou a dominar não mais o trabalho completo, mas, partes do processo, submetendo-se às especializações das tarefas realizadas. (ANICETO, 2009)

Nesse período a Inglaterra era a fonte principal da disseminação dessa nova forma de organização do trabalho humano. Segundo Leão (2010a):

> As transformações na base técnica e produtiva eram relativamente simples, embora o padrão de uso e remuneração da força de trabalho sofresse profundas alterações, concentradas fundamentalmente no setor secundário – a produção de bens físicos por meio da transformação de matéria-prima, a Indústria. No setor primário – obtenção de bens não transformados, agropecuária, extrativismo, caça e pesca, as mudanças foram ocasionadas por fatores diferentes, tais como as alterações na estrutura fundiária e as políticas de abertura comercial, que estimularam a queda da renda agrícola e a aceleração da proletarização de grandes massas de camponeses. Com o excedente de mão-de-obra, o padrão de uso e remuneração da força de trabalho na indústria caracterizou-se por extensas jornadas de trabalho, contratos individuais e de adesão, uso intensivo do trabalho feminino e infantil, baixos salários, etc. (s.p).

Já no final do século XIX, emergiu a Segunda Revolução Industrial e tecnológica, com incentivos do petróleo, do aço, da energia elétrica e de outros recursos, responsáveis pelo inicio de um novo ciclo de acumulações de capital. Dessa vez, a Alemanha, Estados Unidos e a Inglaterra promoveram o processo gerador de uma nova organização na sociedade capitalista, processo que exigiu o aumento da concentração do capital, a fusão de várias empresas rivais e a absorção de empresas menores, dando origem às multinacionais. Com o progresso técnico, novos empregos foram gerados no setor industrial e de serviços. Além disso, a expulsão da população rural do campo, também, contribuiu para o desenvolvimento de uma sociedade industrializada, no final do século XIX e início do século XX, período em que se acentuou o controle das máquinas sobre o processo produtivo e a distinção entre trabalho manual e intelectual (OLIVEIRA, 2008).

Com a participação mínima do Estado nas questões econômicas e da produção, os princípios neoliberais se tornaram, na década de 70, a base da sociedade, propondo que o mercado se autorregulasse. Também surgiu a

necessidade de fortalecimento do Estado para que ocorresse a regulamentação das relações econômicas, políticas e sociais. Dessa maneira, o capital se apropriou do Estado para defender os seus interesses, direcionando o processo produtivo para os modelos produtivos taylorista com apoio no fordismo. Conforme Ancieto (2009), em 1929, com a queda da bolsa de valores em Nova Iorque, o mundo sofreu as consequências provocadas pela crise econômica, conhecida como A Grande Depressão. Essa queda da bolsa de valores aconteceu em razão da contraposição entre o aumento produtivo das empresas e o restrito mercado consumidor.

Foi nessa época que o sistema de produção desenvolvido por Frederick Taylor (1856–1915) espalhou-se por diferentes países, a fim de racionalizar o trabalho humano, economizar tempo e matérias-primas, e simplificar a produção das mercadorias, tornando as atividades dos operários únicas e repetitivas. Henry Ford (1863 – 1947) utilizou os princípios tayloristas e desenvolveu o processo de produção em série, promovendo o aumento da produção e da acumulação de mercadorias, sendo necessário remunerar bem os trabalhadores para que estes fossem capazes de consumi-las. Assim, os trabalhadores foram incluídos no circuito capitalista de consumo, garantindo a eles a compra e a venda de mercadorias pelos mecanismos de crédito e juros moderados (OLIVEIRA, 2008).

A partir de 1970, ocorreu uma reorganização do capitalismo em função de mais uma de suas crises energéticas, dessa vez foi o inicio da escassez do petróleo. Assim, o padrão fordista-taylorista de produção ficou enfraquecido em razão da incapacidade de produzir riquezas e de atender a demanda pela variedade dos produtos. Neste momento, novas estratégias empresariais foram formuladas para o crescimento econômico, através do aumento da inflação pelo corte de custo e pelo aumento da margem de lucro na venda de produtos. O setor da economia que mais sofreu com a eliminação de postos de trabalho foi o terciário, principalmente, porque este não pode usufruir dos avanços científicos como as outras áreas do sistema produtivo, que promovem mudanças nas suas bases técnicas.

O processo de reestruturação produtiva acabou fortalecendo a concorrência das empresas por mercadorias. Além disso, o novo processo produtivo aconteceu em função da intensificação do uso do conhecimento

científico e tecnológico. Esse período ficou conhecido como a Terceira Revolução Industrial e culminou em inúmeras mudanças no processo de produção, ocorridas na segunda etapa da globalização. (ANCIETO, 2009)

Singer (1998) retratou a Terceira Revolução Industrial como o período em que o aumento da produtividade do trabalho nos setores industriais e de serviços foi significativo. Momento este que contribuiu para a descentralização da produção, ou seja, algumas empresas passaram a terceirizar alguns serviços a fim de diminuírem os custos e gastos com a força de trabalho qualificada. Este momento foi marcado pelo grande avanço tecnológico e fez com que aumentasse, consideravelmente, o desemprego na área de trabalhos manuais, como atividades rotineiras e repetitivas, trabalho humano substituído pelas máquinas. Porém, nesse período, houve a criação de novos e poucos postos de trabalho para pessoas que desenvolviam atividades mais complexas.

O modelo produtivo japonês, conhecido como toyotismo, conquistou espaço e passou a servir de base para o novo modelo de produção capitalista. A insuficiência do modelo fordista-taylorista propiciou que novas estratégicas econômicas fossem adotadas para o avanço do capital, tais como: a flexibilização da mão-de-obra e da remuneração, a aplicação do método que visou à diminuição do desperdício - produção enxuta -, a organização da produção limitada ao consumo, e a produção de vários modelos do mesmo produto.

Foi neste contexto econômico que o Setor de Comércio e de Serviços da economia promoveu, da mesma forma que no modelo industrial, a substituição do trabalho humano pela tecnologia. Assim como no Setor Secundário, as empresas de Comércio e Prestação de Serviços constituíram corporações multinacionais e fortaleceram os meios de controle econômico, através da racionalização do processo produtivo e da flexibilização da mão-de-obra e da remuneração,

A partir do que foi discutido até aqui, buscou-se entender como o Setor Terciário da Economia está, atualmente, estruturado no processo de produção capitalista, uma vez que este Setor tem como função a circulação de mercadorias. Além disso, as exigências para os trabalhadores são diferentes das exigências do setor industrial. O processo de vendagem cumpre função específica para o avanço do capital, e nele, a utilização da atividade

empregada de homossexuais possibilita a ampliação da circulação de mercadorias, afinal, no sistema capitalista, nada acontece de maneira desinteressada e indeterminada, muito menos, sem gerar lucro e privilégios para a classe dominante.

Com o intuito de apresentar reflexões sobre as transformações organizacionais e tecnológicas, que vêm ocorrendo no ramo do comércio, Almeida (1997) afirma que é grande o número de pessoas que ocupam os postos de trabalho nas lojas, e que isso está ocasionando, no Brasil, mudanças significativas no processo de trabalho. Verificou-se que, no comércio, assim como em outros setores de atividade econômica, está acontecendo um processo de reestruturação produtiva, desencadeado pela questão da competição estrangeria e nacional. Além disso, a autora apontou que, no comércio, os processos de trabalho não são complexos, ou seja, a formação profissional dos trabalhadores é constituída por conhecimentos práticos e operacionais. “O trabalho no comércio já era simples e assim permanece” (ALMEIDA, 1997, p. 155).

O comércio brasileiro está enfrentando uma crescente competição internacional com a entrada de concorrentes estrangeiros no país, fato que promove o processo de concentração de capitais, como “exemplo do que já ocorre nos Estados Unidos, onde três empresas detêm 75% do segmento de lojas de departamento, e na França, onde seis redes de supermercados detêm 60% do comércio varejista” (ALMEIDA, 1997, p. 141). Portanto, o comércio exige a criação de estratégias de competição, que variam conforme as características de cada empresa.

Almeida (1997) desta que a reestruturação ocorrida no comércio se dá por mudanças organizacionais, com a utilização de equipamentos informatizados, principalmente o computador. Além disso, a automação comercial possibilita às empresas a redução de custos e a racionalização do processo de trabalho. A tecnologia elimina tarefas que pessoas executariam, reduzindo o tempo e aumentando o número dos atendimentos. Assim, as mudanças organizacionais mais significativas acontecem em todos os níveis hierárquicos, através da redução de mão-de-obra e da formalização dos serviços, inserindo aqui, a comercialização.

A autora (1997) também verificou que as lojas estão reconhecendo a importância da educação e da qualificação dos trabalhadores, devido ao contexto concorrencial. Sendo assim, as empresas comerciais estão investindo pesado em treinamentos dos funcionários, a fim de torná-los mais preparados para venderem as mercadorias.

Mesmo sabendo das diferenças particulares de cada loja quanto à preferência por seus trabalhadores, sabe-se que as habilidades do sujeito em saber executar as funções do seu trabalho são altamente valorizadas pelos empregadores, afinal, conforme Almeida (1997), as habilidades técnicas – conhecimento prático-operativo – não são tão valorizadas no comércio quanto às características comportamentais do vendedor.

Sabe-se, também, que as lojas estão preferindo a contratação de trabalhadores que não tenham experiência no varejo, facilitando, assim, o treinamento para que aprendam as novas formas de trabalho, bem como maior facilidade em explorá-los. A proposta de remuneração destes trabalhadores é flexível e acontece em função da sua produtividade, recebendo o vendedor um piso salarial mínimo, acrescido de valores correspondentes às suas vendas. Uma estratégia para mantê-los trabalhando por mais tempo, sem ter a certeza de que eles irão receber por esse tempo a mais trabalhado.

Quanto à exigência do grau de escolarização, ela não está relacionada com a complexidade do trabalho no comércio, mas, é analisada sob dois aspectos: por um bom nível intelectual para melhor relacionamento interpessoal no ambiente de trabalho, por conta da situação do mercado atual altamente concorrencial. Assim, percebe-se que há exigências mais valorizadas pelos empregadores de lojas do que o nível de escolarização dos vendedores.

Outro aspecto, também analisado por Almeida (1997), foi sobre os mecanismos discriminatórios que atuam no momento da contratação dos vendedores. Características pessoais como a cor e o sexo discriminam os candidatos concorrentes à mesma vaga de emprego numa loja, bem como diferem o cargo destinado ao trabalhador. Por exemplo, a autora verificou que somente as mulheres eram contratadas para operar caixas e que foi difícil encontrar pessoas negras trabalhando no atendimento ao público. Portanto,

verificou-se que o perfil de trabalhador desejado é construído por aspectos mais relacionados à identidade do que à formação profissional do vendedor.

Dentre os aspectos característicos do comércio, Almeida (1997) ainda apontou que a média da faixa etária dos trabalhadores varia de 18 a 24 anos, sendo, na maioria das vezes, o primeiro emprego de jovens. O número de homens é superior ao número de mulheres – cerca de 60% de trabalhadores do sexo masculino -, e as mulheres apresentam maior nível de escolarização. Além disso, a autora também destacou que a rotatividade dos trabalhadores no comércio é alta e o tempo de permanência deles no emprego é curto, sendo que tanto os homens quantos as mulheres, na maioria das vezes, ficam por volta de um ano no mesmo emprego.

A partir desta síntese, pode-se pensar onde o trabalhadore homossexual está sendo usados no capitalismo, para atender aos interesses econômicos e sociais da classe dominante, uma vez que, nesta sociedade, qualquer relação humana é controlada pela ideologia burguesa conforme os interesses desta minoria econômica. Portanto, assim como ocorre com qualquer outro trabalhador, a atividade de trabalho dos homossexuais está sendo explorada pelo capitalista, mas, neste momento, tal atividade vem ampliando a circulação de mercadorias. No presente momento do capitalismo, verifica-se que os produtos adquirem maior valor de venda quando vendidos por trabalhadores homossexuais.

Intensificando a circulação de mercadorias, os homossexuais, ao promoverem aumento do lucro capitalista, acabam assumindo uma valoração diferenciada. Se o interesse dos capitalistas é aumentar o faturamento de seu comércio, e isso vem acontecendo pela mediação do trabalho de homossexuais, podemos analisar o fato de que os empregadores estão dando preferência em contratá-los.

Lembrando que, também, deve haver diferenciação no tipo de trabalhador homossexual que está sendo empregado, afinal, vivemos numa sociedade onde as pessoas são mais bem aceitas do que outras em função de características específicas, como, por exemplo, a cor de pele. Portanto, a preferência dos empregadores por contratar homossexuais deve sofrer a influência de um padrão estético exigido pela sociedade, afinal, sabemos que, independente de condição sexual, as pessoas também sofrem preconceitos e

discriminações de outras naturezas, por serem negras, pobres, gordas, ou, ainda, por serem consideradas feias quando comparadas ao padrão estético de beleza europeu ou americano, entre outras características. Assim, apesar do homossexual sofrer o preconceito homofóbico, se ele for branco, rico, magro e/ou bonito, ele não sofrerá o preconceito da mesma forma que outro homossexual negro, pobre, gordo e/ou feio.

Nesse sentido, os homossexuais e suas características vêm compondo o fetiche das mercadorias vendidas por eles, ampliando o valor e aumentando a circulação delas. Essa atribuição de valor às mercadorias deve-se ao ideario criado sobre os homossexuais, que os tornam mais aptos para vender os produtos das lojas. Tal aptidão não necessariamente condiz com as reais capacidades e habilidades dos trabalhadores homossexuais, mas, o que se tem é a influência que as características da homossexualidade e dos homossexuais vêm exercendo no fetiche das mercadorias.

A palavra Fetiche é um substantivo masculino de origem francesa, do termo *fetiche,* que pode significar comportamento ou objeto que desperta excitação sexual em alguém, atribuindo à ele a característica de estar enfeitiçado (SIGNIFICADOS, 2014). Mesmo sendo uma palavra muito utilizada no senso comum, para designar as inúmeras ideias que as pessoas têm a respeito das relações humanas, especificamente as relacionadas aos comportamentos sexuais, esta pesquisa a considerou a partir da lógica marxista.

Compreender a função do Fetiche ou do Fetichismo nos estudos de Karl Marx (1818–1883) foi necessário para se buscar entender as novas relações construídas na sociedade capitalista entre o sujeito e o meio; e o sujeito e o outro, bem como no desenvolvimento humano em termos de processos psicológicos. A expressão Fetichismo da Mercadoria foi utilizada nos escritos de Marx (1996), em sua teoria sobre o desenvolvimento da sociedade de classes, que foi elaborada a partir da observação das principais mudanças sociais, conforme o modo econômico de produzir a existência humana. A forma de mercadoria veio sendo discutida pelo autor, que disse:

> Se as mercadorias pudessem falar, diriam: é possível que nosso valor de uso interesse ao homem. Ele não nos compete enquanto coisas. Mas o que nos compete enquanto coisas é o nosso valor. Nossa

> própria circulação como coisas mercantis demonstram isso. Nós nos relacionamos umas com as outras somente como valores de troca (MARX, 1996, p. 207).

A análise de Marx (1996) partiu do conceito de mercadorias em sua aparência imediata percebida pelos sentidos humanos, apreendendo o modo como elas atendem às necessidades humanas, e sobre suas utilidades. Entretanto, a gênese dessa necessidade não é fundamental, porque, “A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa” (MARX, 1996, p.165).

O valor de uso de algo é constituído pela sua utilidade, além de ser determinado pelas propriedades do corpo da mercadoria. Independentemente da forma social da produção da vida humana, o valor de uso corresponderia ao material da riqueza e, especificamente, no capitalismo, comportaria, materialmente, tudo aquilo que Marx chamou de Valor de Troca, valor este simbolizado na seguinte formula:

> x mercadoria A = y mercadoria B ou; x mercadoria A vale y mercadoria B
>
> ou
>
> 20 varas de linho = 1 casaco; 20 varas de linho vale 1 casaco (MARX, 1996, p. 177).

Essa equação criada por Marx expressou o valor de troca, denominada de expressão de valor ou forma simples de valor. Ela foi elaborada a partir do valor decorrente da utilidade dos objetos para os indivíduos, ou seja, pela troca de valores praticada cotidianamente pelas pessoas (DEZAN, 2013).

Juntamente com a noção de valor de uso, Marx (1996) também abordou a diferenciação do que ele chamou de trabalho concreto e trabalho abstrato, destacando que o primeiro tipo de trabalho constituiria a produção de algo conforme a sua utilidade ou finalidade, já o trabalho abstrato constituiria algo conforme o seu valor de uso. O trabalho abstrato seria aquilo que restaria do desaparecimento do trabalho concreto, a cristalização da substância residual

do trabalho social, o “dispêndio produtivo do cérebro, músculos, nervos, mãos, etc. humanos [...]” (p. 172).

Durante suas análises sobre a troca de mercadorias, Marx (1996) destacou a existência de duplo caráter da mercadoria, que estaria constituído pelo valor de troca e valor de uso. Assim, seria necessário abstrair o valor de uso para se chagar ao valor correspondente à mercadoria. Para um produto se tornar mercadoria, ele precisaria ser “transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca” (p. 170), ou seja, a existência da mercadoria só seria possível pela utilização do produto por outra pessoa, que não fosse aquela que o produziu, e essa utilização do produto se dá por meio da troca.

Marx (1996) também definiu que as mercadorias “[...] possuem a forma de mercadorias apenas na medida em que possuem forma dupla, forma natural e forma valor” (p.176), levando a outra determinação no conceito de mercadoria: a forma valor ou a forma sob a qual o valor é expresso. Assim, observa-se que a mercadoria é multideterminada, além de ser algo complexo na sua compreensão, mas, sendo definida primeiramente como coisa a serviço das necessidades humanas.

As múltiplas determinações da mercadoria também carregam o seu significado quanto ao fetichismo, expresso nas próprias palavras de Marx de que os homens “ao equiparar seus produtos de diferentes espécies na troca, como valores, equiparam seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Não sabem, mas o fazem.” (MARX, 1996, p. 200).

Os produtos do trabalho humano ocultam as relações sociais que promovem o trabalho. Além disso, quando as pessoas trocam mercadorias, elas nem imaginam que estão equiparando diferentes tipos de trabalho. É como se acontecesse, no lugar das relações sociais, uma relação fanstasmagórica, fazendo com que as relações humanas sejam orientadas pelos objetos de consumo.

Conforme Marx (1996), as relações humanas são estabelecidas por relações de trocas de mercadorias, camufladas ideologicamente, nas quais ocorre o esvaziamento de todo o trabalho humano depositado nos objetos durante a produção. Assim, o fenômeno fetiche seria identificado na ocultação universal da produção mercadológica. Conforme Rodrigues e colaboradores (2007), a teoria de Marx alerta para o fato da desigualdade estrutural, que é

proporcionada pelo sistema produtivo, ressaltando também o poder místico da mercadoria, que reflete as características do trabalho social daqueles que as produziram como características dos próprios produtos. Assim, a relação do produto com o trabalho total que o produziu extrapola para uma relação entre objetos.

> Para tornar mais clara a importância da ideia de fetichismo no esquema teórico marxista, é importante referir à noção de preço político em contraposição à de preço de mercado. Considerando o preço como expressão monetária do valor, as relações que valem para o preço valem também para o valor. Se numa sociedade de tipo socialista, o preço (e o valor) é politicamente determinado, não se esconde nos produtos, nas coisas, nenhuma relação de produção. Ao contrário do que ocorre num sistema de mercado. No socialismo, a relação é do tipo homem-homem, não havendo a necessidade da interposição da mercadoria. Ou seja, não se constitui uma relação homem-mercadoria-homem. Os objectos de uso não se tornam mercadorias, pois não são produtos de trabalhos privados. Os objectos de uso, portanto, não se fetichizam; não se apresentam assim atributos mágicos ou escondendo relações sociais. A forma social valor, na verdade, perde significado. É clara a relação entre trabalho individual e trabalho social (RODRIGUES et al; 2007, s.p).

Desse modo, o sujeito, ao produzir uma mercadoria, deposita conteúdos do seu trabalho fragmentado no objeto, e o valoriza conforme permite a sua classe social. O produtor da mercadoria, provavelmente, não terá as mesmas condições econômicas das pessoas que a adquirirão, mas, terá a necessidade criada pela lógica do consumo, de tê-la. E, a partir desse processo, as desigualdades nas relações entre pessoas e entre pessoas e mercadorias são estabelecidas (RODRIGUES, 2007).

De acordo com Barros (2011), a execução do trabalho assalariado, devido ao assalariamento dos trabalhadores por aqueles que dominam os meios de produção, tornou alienantes as relações entre as classes, o que possibilitou a solidificação da ascendência de uma sobre a outra. O processo de alienação é a perda pelo trabalhador do controle sobre o seu próprio trabalho e os produtos que elabora. Ela faz com que a sua consciência apreenda a realidade de forma fragmentada, colocando-o em posições sociais desiguais e promovendo a ignorância do trabalhador em relação a sua própria existência.

Por isso, podemos entender como as relações humanas são mediadas por instrumentos culturais, produzidos pelos próprios homens, e porque os

sujeitos agem de maneira alienada. Tais instrumentos carregam características históricas e culturais que possibilitam a interiorização da objetividade representada nos aspectos subjetivos e, assim, permitem a modificação do meio pela ação do sujeito. Os objetos produzidos carregam características do trabalho humano e das relações sociais, materialmente estabelecidas. Além disso, o valor dos produtos é atribuído a qualidades intrínsecas neles, fazendo com que o sujeito esqueça que eles - as mercadorias - são produção humana.

O fetichismo esconderia as relações de classe e, ao possibilitar as relações humanas, promoveria a construção subjetiva conforme o consumo de mercadorias.

A filósofa Marilena Chauí (1982) explicou o conceito marxista sobre Fetichismo a Mercadoria, a partir de dois momentos específicos:

> O primeiro momento do fetichismo é este: a mercadoria é [...] uma coisa que existe em si e por si. O segundo momento do fetichismo, mais importante, é o seguinte: assim como o fetiche religioso (deuses, objetos, símbolos, gestos) tem poder sobre seus crentes ou adoradores, os domina como uma força estranha [...] (CHAUÍ, 1982, p. 57).

Nos estudos marxistas, a definição de mercadoria perpassa três momentos distintos e de complexidades diferentes para o seu entendimento. Inicialmente, Marx (1996) definiu mercadoria a partir da sua utilidade, como um objeto que atenderia as necessidades do sujeito, que o utilizaria em sua prática. Assim, em termos teóricos, a mercadoria foi caracterizada de início pelo seu valor-de-uso e, por este valor, foi reconhecida através dos sentidos humanos, possuindo propriedades materiais e particulares. O valor-de-troca também foi atribuído à definição de mercadoria, por também ser entendida a partir da sua relação de compra e venda na sociedade burguesa.

Após o andamento da sua investigação social, Marx (1996) redefiniu o conceito de mercadoria, atribuindo um duplo caráter a ele: o que realmente a mercadoria seria enquanto valor, dispondo de uma forma própria e diferente da sua forma natural. Essa forma isolada enquanto produto produzido em relação de valor ou de troca revelou novas relações quanto a sua utilização e determinação produtiva. A partir daqui, foi negada a primeira afirmação de que a mercadoria possibilita a reflexão, sugerindo que o que é mostrado na

realidade vai além da sua aparência. Para compreender a essência do fenômeno concreto se faz necessário partir do processo de abstração, ou seja, reconstruir o processo constitutivo que não é palpável aos sentidos.

Num terceiro momento de definição de mercadoria, Marx discorre como se ela tivesse vida própria e lhe atribui caráter misterioso que pode ser analisado a partir da sua própria forma. Conforme Carone (1987):

> É preciso observar que a terceira definição completa um circulo dialético que tomou a mercadoria como ponto de partida e ponto de chegada. Mas é evidente que a terceira definição desmente a primeira de forma cabal. A mercadoria, tal como é representada por nós, numa primeira instância, aparece como mera utilidade ou meio para atender a uma finalidade, ou seja, para atender às nossas necessidades materiais e espirituais. Ela reaparece, no final da análise, como um objeto não-trivial, não como um meio para atender a um fim (p. 25).

Foi nesse momento que Marx (1996) definiu a noção de mercadoria, sendo entendida como os produtos do trabalho humano. Assim, toda vez que há produto de trabalho em forma de mercadoria, o fetichismo influencia na sua construção mercadológica. Portanto, a mercadoria como fetiche corresponde a objetos aparentemente conhecidos por todos e com poder de controlar as necessidades humanas, sejam elas materiais ou psíquicas. Desse modo, sobre as mercadorias devemos pensar além da sua aparência e pelo inverso da sua realidade, afinal, os produtos-mercadoria não são produzidos a serviço das necessidades do sujeito, mas, são as necessidades humanas que estão submetidas ao controle e a manipulação das mercadorias. São estes produtos que fomentam aquilo que o homem deseja e busca pra si e para o outro.

No desenvolvimento do modo de produção capitalista ocorreram inúmeros acontecimentos históricos, econômicos e sociais para a manutenção da sociedade, sendo a circulação monetária um fator não suficiente para isso, pois, é o valor do capital que interesse ao capitalismo. O valor de troca conduziu ao surgimento do dinheiro como instrumento “fundido” em qualquer relação mercantil, e os excedentes de ambos os processos de circulação - monetária e mercantil - promoveram a prática do empréstimo e a desigualdade dos usuários, além da incapacidade destes dominarem o processo de produção.

Assim, o capital expandiu as relações de produção capitalista e teve a necessidade de explorar o trabalho assalariado para direcionar o trabalho acumulado nos bens de produção. A teoria marxiana:

> Conduz à desmistificação do fetichismo da mercadoria e do capital. Desvenda-se o caráter alienado de um mundo em que as coisas se movem como pessoas e as pessoas são dominadas pelas coisas que elas próprias criam. Durante o processo de produção, a mercadoria ainda é matéria que o produtor domina e transforma em objeto útil. Uma vez posta à venda no processo de circulação, a situação se inverte: o objeto domina o produtor. O criador perde o controle sobre sua criação e o destino dele passa a depender do movimento das coisas, que assumem poderes enigmáticos. Enquanto as coisas são animizadas e personificadas, o produtor se coisifica. Os homens vivem, então, num mundo de mercadorias, um mundo de fetiches. Mas o fetichismo da mercadoria se prolonga e amplifica no fetichismo do capital (OLIVEIRA, 2008, p. 34).

Então, a decifração de Marx (1996) para o fetichismo da mercadoria aconteceu pelo entendimento originário da acumulação do capital, sendo este não mais mercantil e sim industrial, devido à divisão social do trabalho ocasionada pelo desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. A expansão do capital também ficou ausente de considerações moralistas e humanitárias, voltada apenas a ânsia da exploração e da valorização. A ideia da apropriação do excedente ganha forma, afinal:

> O trabalho não é senão o uso da força de trabalho, cujo conteúdo consiste nas aptidões físicas e intelectuais do operário. Sendo assim, o salário não paga o valor do trabalho, mas o valor da força de trabalho, cujo uso, no processo produtivo, cria um valor maior do que o contido no salário. O valor de uso da força de trabalho consiste precisamente na capacidade, que lhe é exclusiva, de criar um valor de grandeza superior à sua própria. O dono do capital e empregador do operário se apropria deste sobrevalor ou mais-valia sem retribuição (OLIVEIRA, 2008, p. 37).

Assim, o comprador da força de trabalho se apropria do que é produzido pelos trabalhadores como forma de lucro na condição capitalista, ampliando a relação de dominação de uma classe pela outra, mantendo o processo exploratório e a desvalorização da maioria social. As relações sociais são determinadas e mantidas pelo modo e pela organização da produção, os objetos correspondem à acumulação do trabalho humano somado a componentes que despertam o desejo no sujeito para adquiri-los, e a

manutenção do individuo e do sistema produtivo acontece nesse processo de disputa política e econômica de classes.

Portanto, os sujeitos, trabalhadores e produtores da sua existência, são usados pelo sistema capitalista de modo a garantir a lucratividade, isso a partir da sua inserção no mercado de trabalho. Mesmo os grupos, antes marginalizados numa sociedade heteronormativa e impedidos de pertencerem à força produtiva, como o dos homossexuais, por exemplo, atualmente, as passaram a concentrar-se em determinados locais de trabalho para atender aos propósitos da manutenção do sistema.

Dessa forma, sabe-se que a fonte única da mais-valia é o aprofundamento da exploração pelo capitalista da força de trabalho humana e que, ao contrário do que é comumente pensado, o capital investe muito pouco nela. O que acontece é que ou o próprio trabalhador realiza esse investimento, buscando aprimorar-se, seja com a escolarização regular, que os submete à homofobia presente nas escolas, seja nos cursos de curta duração que eles mesmos pagam ou que são oferecidos pelo estado. Apesar dos cursos de capacitação ou atualização que as empresas oferecem aos seus funcionários, elas investem quantidade mínima de capital em comparação com o investimento que o Estado realiza nesses cursos. O capital também transfere ao Estado a responsabilidade de aperfeiçoamento ou de preparação do trabalhador para o mercado de trabalho.

A venda da força de trabalho por salário consolidou o controle da força produtiva da burguesia sobre o proletariado, fazendo com que essa classe dominante oriente o próprio trabalho do sujeito empregado. Assim, no comércio, a situação vem acontecendo da seguinte forma: as empresas comerciais vêm buscando apenas sinalizar o seu interesse pelos trabalhadores homossexuais, isso através de olheiros que procuram por eles ou através de reuniões rápidas com o intuito de oferecer oportunidades de emprego. Ficou claro que com os homossexuais, em sua atividade de trabalho, ampliaram o valor de consumo – de compra e venda - das mercadorias, fazendo-as, assim, circularem mais rapidamente.

O conhecimento exposto permite que se analisem as novas mudanças sociais que estão ocorrendo no trabalho humano, além de recohecer as medidas políticas e econômicas que, antes, restringiam os postos de trabalho a

tipos específicos de trabalhadores, diferentes dos de hoje. O trabalhador homossexual tinha a sua inserção no mercado de trabalho, muitas vezes, dificultada ou impedida, devido às características particulares da função da homossexualidade para o sistema capitalista. Já hoje, mesmo com a pouca produção de pesquisas e de dados estatísticos sobre esta realidade observada, verifica-se que os homossexuais estão sendo, preferencialmente, escolhidos para serem inseridos no Setor Terciário da Economi. Sendo assim, o tema investigado neste estudo decorreu da observação empírica, a qual, inicialmente, orientou os pesquisadores pelos aspectos sensíveis que construíram um conhecimento intuitivo, mas, pôde mostrar a ampliação do quantitativo de trabalhadores homossexuais, principalmente em lojas de shopping.

Levando em consideração a produção de poucos dados científicos e divulgados desta observação feita sobre a situação destacada - do aumento considerável de trabalhores homossexuais no mercado de trabalho -, foi que o desenvolvimento desta pesquisa se fez importante, a fim de esclarecer os aspectos psicossociais que influenciaram na escolha destes trabalhores específicos em conformidade com a dinâmica capitalista da nossa sociedade.

Dessa maneira, a ciência psicológica, propondo-se entender o ser humano em seus aspectos subjetivos, deve, antes de tudo, buscar compreender que tipo de sujeito vem sendo analisado e qual é o mundo onde ele vive e como nele se constitui. Por isso, a seguir são apresentadas explicações sobre as funções, processos e sistemas psicológicos, responsáveis pela constituição do psiquismo humano, sendo que as instâncias psíquicas decorrem das determinações sociais, mas, objetivadas nas exigências das características históricas. Tais explicações permitem ao leitor o entendimento de que tipo de teoria psicológica está sendo utilizada nesta dissertação, bem como o esclarecimento do próprio objetivo desta pesquisa.

2.2. PSICOLOGIA SOCIAL MATERIALISTA HISTÓRICO-DIALÉTICA

Esta dissertação considera que toda psicologia é social, mas conforme o entendimento da sociedade como aspecto necessário e constintuinte do âmbito psicológico dos sujeitos humanos. Tal concepção exige que seja feita uma análise sobre as diferenças entre as teorias psicologicas tradicionais e as teorias psicologicas que foram elaboradas com base na epistemologia materialista histórica dialética.

Estas têm ampliado o entendimento sobre as determinações históricas e sociais na constituição do psiquismo. Isto, porque, as explicações dialéticas dessas determinações eliminaram o dualismo presente em várias abordagens psicológicas, que dependem da separação entre homens e sociedade, e na análise dos próprios sujeitos quando dependem da separação entre o corpo e a constituição psicológica.

Na Europa, especificamene na União das Republicas Socialistas Soviéticas (URSS), foi elaborada a teoria psicológica Sócio-Histórica, por Liev Seminovich Vigotsky (1896-1934). Esta teoria surgiu como uma exigência da parte do processo de constituição sobre um novo homem para a consolidação da revolução socialista. Ela parte da crítica ao dualismo, alegando que uma das suas conseqüências foi a divisão da psicologia em várias teorias distintas, com objetos de estudo diferentes: o inconsciente na psicanálise; o comportamento no behaviorismo, e o psiquismo e suas propriedades pela teoria da gestalt; o que impossibilitou de se ter uma explicação coerente para todos os fenômenos psicológicos. Houve, então, a proposta de uma nova psicologia baseada no método e nos fundamentos do materialismo histórico dialético, ou seja, elaborou-se uma teoria com base no marxismo sobre o funcionamento da consciencia humana, que incluiu tanto os mecanismos cerebrais subjacentes à formação e desenvolvimento das funções psicológicas, como as determinacação da sociedade onde se dá o desenvolvimento. Esta nova psicologia, elaborada por Vigotsky, baseou-se na demonstração que os processos, funções e sistemas psiquicos humanos têm as suas gêneses na cultura. Destaca-se que essas funções e processos são superiores, por

decorrrerem da relação dos sujeios com os aspectos sociais, culturais e históricos do grupo social onde se desenvolve.

Para se analisar como estas dicotomias foram superadas no Brasil e em outros países da América Latina, destacam-se as explicações de Banchs (1997) sobre a Psicologia Social, que passa a ser construída nessa região a partir de 1980. Ela indica que, no Brasil, esses avanços se deram "[…] desde una perspectiva marxista no ortodoxa y com los desarollos más continuados de la escuela de São Paulo." (BANCHS, 1997, p. 226). E, que esta teoria se inseriu nos paradigmas mais importantes na Psicologia Social latino-americana, que está configurada da seguinte maneira: Psicologia Sócio-Histórica, de Silvia Lane, no Brasil; Psicologia Política e Transformação Social de Maritza Monteiro, Venezuela; Psicologia Comunitária de Éster Weisenfeld e Euclides Sanchez, na Venezuela. Todas inspiradas na matriz principal da Psicologia da Libertação de Martín-Baró, espanhol radicado em El Salvador e a Psicologia Social Crítica Construcionista de Thomaz Ibanez, com ênfase na análise das práticas discursivas na Espanha.

Lane (1987a), que participou da construção das explicações produzidas na América Latina na década de 1980, criticou o fato de o conhecimento da psicologia social ter sido produzido em duas direções distintas: numa tentativa pragmática de interferir no funcionamento do grupo a partir de suas relações para melhor adaptá-lo ao meio social e, assim, garantir a sua produtividade; ou, numa tradição europeia, pelos princípios da fenomenologia em que a explicação sobre a existência do sujeito era reduzida a fenômenos psíquicos. Ambas as tendências tiverem o objetivo de diminuir os conflitos grupais para que as relações sociais permanecessem equilibradas e os indivíduos felizes. No Brasil, a produção de estudos em psicologia social variou entre as duas tradições, na tentativa de explicar e compreender um tipo de sujeito que não corresponde com a verdadeira realidade brasileira.

Com o desenvolvimento das pesquisas científicas, a eficácia da psicologia social começou a ser questionada. Na década de 60, a Psicologia Social enfrentou uma "crise do conhecimento psicossocial" (LANE, 1987a, p.10), pois, as tentativas de explicar, intervir e prever os comportamentos sociais, a partir das metodologias americana e europeia, tornavam-se inadequadas. Este tipo de psicologia estrangeira não garante a formulação de

leis universais sobre as relações que analisam, uma vez que desconsidera as influências das condições socioculturais para compreender o sujeito, que é específico de cada região do mundo.

A própria crise pode ser entendida a partir daquilo que a ciência positivista pretendeu fazer na psicologia: reduzir o ser humano a fenômenos observados pela constância entre os eventos condicionantes. Nessa tentativa de objetivar os fatos psicológicos, a psicologia se torna incapaz de explicar o ser humano, pois, considera o sujeito de modo descontextualizado da sua época histórica e da sua cultura.

Aa psicologia social de 1960 entendia o sujeito como um ser limitado à existência de um organismo, composto por uma estrutura biofisiológica, que interage com o meio físico e se adapta a ele. Portanto, os processos psicológicos eram entendidos como o conjunto de causas para explicar o comportamento humano e que, para entendê-lo, bastaria verificar o que aconteceria no interior do sujeito em relação aos estímulos do ambiente. Neste sentido, o indivíduo biológico apenas sobreviveria por questões particulares em função de mudanças ambientais e de mudanças no seu próprio organismo, assumindo, assim, uma posição passiva no produzir da sua existência conforme a produção material do seu meio social.

Lane (1987a) também destacou que a psicologia nunca deveria ter sido um tipo de conhecimento ideológico e irreal. Essa questão não incentivou o abandono da produção de conhecimento que as outras psicologias vinham produzindo, mas, a nova psicologia teria que superar as suas limitações metodológicas.

Assim, a responsabilidade da psicologia social materialista histórico-dialética é com o entendimento de sujeito, que leva em consideração a realidade social e histórica dele, além de promover mudanças que melhorem as condições da existência material e subjetiva das pessoas. Caso essa responsabilidade não for levada em consideração no fazer psicológico, a psicologia apenas estará reproduzindo a ideologia da classe dominante, pois estará sendo utilizada como mero instrumento de adaptação e reprodução dos interesses da burguesia.

A partir destas considerações, Lane (1987a) destaca que a psicologia social deve sempre considerar o seu objeto de estudo – o ser humano – como

produto e produtor da sua história e da história da sociedade. Portanto, na relação entre sujeito-objeto, o sujeito é ativo e não um simples receptáculo de caracteres sociais, que estariam inseridos nele apenas por esquemas simples de condicionamento.

Conforme Leão (1999), no trajeto histórico das ciências humanas e sociais, a discussão do entendimento de sujeito e de sociedade foi, e ainda é, uma questão importante para o desenvolvimento de explicações sobre ambos os conceitos, tanto na psicologia como na sociologia. Para a psicologia, é importante que se analise o funcionamento psicológico do sujeito, sem desconsiderar a relação dele com a sociedade, afinal, a estrutura da consciência do sujeito jamais será constituída de forma dissociada da totalidade objetiva do mundo, uma vez que é pela necessidade do individuo refletir sobre a sua forma de agir no grupo social que a subjetividade será constituída.

Assim, as teorias psicológicas que se estruturam, teórica e metodologicamente, pelos fundamentos epistemológicos do materialismo dialético iniciam suas análises considerando a objetividade das formas de movimento da matéria, para, depois, entender os processos psicológicos do individuo. Logo, para analisar a subjetividade a partir da dialética, é necessário utilizar os sistemas interpretativos e conceituais que permitem analisar o movimento existente na relação materialidade-subjetividade.

A essência da dialética subjetiva está contida na dialética objetiva, sendo a primeira capaz de, através de leis, de categorias e de sistemas, interpretar, comparar, abstrair, generalizar e analisar a realidade concreta. Pela lógica dialética é possível entender tanto as mudanças sociais e históricas no mundo, como a constituição de processos psicológicos na consciência do sujeito. Para tanto, é importante saber quais são os princípios da dialética.

Conforme Bottomore (1988), um desses princípios da dialética se refere à conexão universal entre os objetos concretos do meio com os processos e fenômenos materiais. Assim, entende-se que a mudança de um objeto movimenta outros objetos, que estão em conexão com ele. Tal conexão é universal e abrange todo tipo de relação entre objetos, havendo interação entre eles e, logo, movimento. Além disso, a existência do movimento permite a transformação recíproca dos objetos e de suas relações.

As relações materiais interferem na consciência e, neste processo, forma-se um conjunto de ideias que determinam, nos sujeitos, toda a ideologia da lógica de produção material vigente. Ao pensar dialeticamente, o sujeito pode perceber o movimento dos elementos materiais na relação com os processos subjetivos, uma vez que a conexão entre os objetos e o próprio sujeito forma uma totalidade, seja por interações físicas, mecânicas, biológicas e/ou sociais.

Outro principio importante da dialética diz respeito ao desenvolvimento contínuo dos objetos, pois, o mundo não é um aglomerado de objetos prontos. Tais objetos estão sempre em mutação, e tais mudanças indicam o movimento transformador existente no sujeito e na sociedade, do mais simples para o mais complexo, ou seja, o que existe no presente é o que de mais desenvolvido a humanidade já criou, e, para compreender tal complexidade, necessita-se da desintegração de seus processos, fenômenos ou objetos. Lembra-se que o desenvolvimento das coisas, da forma mais simples para a forma mais complexa, é caracterizado como progresso, podendo gerar mudanças qualitativas e, portanto, irreversível. Mas, também, no desenvolvimento da humanidade, o regresso de transformações efetivadas pode acontecer, sendo isso o processo inverso.

Conforme Oliveira (2005), o desenvolvimento social não é retilíneo, mas histórico, pois, as categorias de análise apresentam avanços e retrocessos nesse processo. A concepção dialética tem caráter revolucionário e jamais permitirá o entendimento do mundo de modo estático, sem movimento e sem contradição. Ao contrário da ciência metafísica, que busca as causas de transformação fora dos objetos, sem levar em consideração o movimento histórico assim como a contradição existente e a historicidade; a dialética se oferece como ferramenta interpretativa que considera as relações objetivas, os mecanismos interativos, os fenômenos e processos.

Interpretar dialeticamente algo é, também, conforme Oliveria (2005), considerar a interferência ativa do sujeito pelo trabalho social. A prática social do sujeito transforma as condições de sua existência concreta ao modificar a natureza social e, neste processo de transformação, o sujeito que modificou não é o mesmo que aquele antes da modificação. Ele agora tem sua realidade subjetiva também transformada.

Dessa maneira, a sociedade é constituída a partir do conjunto amplo de determinações objetivas e subjetivas, e ambos os tipos de determinações estão em relação entre si no movimento contraditório exposto pela história da humanidade. Esse movimento contraditório compõe a essência da dialética, que, através da prática humana social, dimensiona a ligação do sujeito com a sociedade, afinal, compreender o primeiro exige antes a compreensão do segundo, e é nesse dimensionamento que ocorre o ritmo e a direção do avanço social.

Ressalta-se que a essência da dialética é composta pela lei da unidade e o movimento da contradição de elementos contrários, vinculando a sua importância com a causalidade dos fenômenos e da correlação com as causas internas deste. Assim, os elementos contraditórios, determinantes do objeto, existem e se excluem mutuamente um em função do outro, com a constituição da síntese desse processo. Na síntese dialética, os elementos antigos são destruídos e os novos, resultantes do processo, são constituídos sobre a destruição do velho.

Aspectos contraditórios estão presentes em todos os objetos, fenômenos e processos da natureza social e natural. Na sociedade capitalista, a luta existente entre as classes sociais – burguesia e proletariado – é exemplo disso, bem como a existência da luta de contrários em toda a história da humanidade. Mesmo com a destruição da sociedade feudal, e mesmo com a existência de resquícios desta organização na atualidade, o sistema capitalista é a forma de produção material, concreta e subjetiva da existência humana mais avançada que a humanidade criou para a sua sobrevivência, mesmo que a distribuição do que é produzido por esse sistema seja feito de modo desigual.

Em todos os períodos históricos da humanidade sabe-se que a contraposição entre classes se fez e faz presente. Nelas, o antagonismo aponta que novas estruturas surgem e negam estruturas antigas a elas, mas, as novas carregam, em si, os aspectos anteriores. Dessa forma, a unidade de tais aspectos, inerentes à totalidade histórica, não comporta elementos complementares e, muito menos, coexistentes. Contrário disso, o que se entende é a existência de aspectos em contradição. Esta contradição deve ser sempre considerada pelo pesquisador ao estudar os objetos, fenômenos e processos da realidade humana (OLIVEIRA, 2005).

Há, também, outro princípio que merece atenção na lógica dialética: a lei de transformação da quantidade em qualidade, sendo esta o conjunto de características particulares que expressam a natureza dos traços específicos de um objeto ou processo ou fenômeno. Os elementos quantitativos caracterizam o objeto, fenômeno ou processo em nível de desenvolvimento, grau e intensidade, pois, expressam tais propriedades em termos numéricos. A ciência prática exige essas medidas e, quando expressam uma nova realidade, gera uma mudança qualitativa na realidade (OLIVEIRA, 2005).

A dialética também comporta a lei da negação, a qual consiste em três momentos: colocar fim em algo, conservar este algo e superá-lo em forma e conteúdo. Conforme Oliveira (2005), quando se fala a expressão - superar algo -, a referência que é feita não diz respeito à eliminação deste, mas, significa transformá-lo em sua essência, superar as estruturas estabelecidas, preservar a sua base.

A ligação do velho com o novo entre as etapas do desenvolvimento da natureza e do pensamento humano é estabelecida pela negação da negação. Negar a negação tem caráter universal, identificando os elementos contraditórios com valores e papeis distintos, modificando-os numa intensão, ideologicamente, progressiva. Ao negar algo se conserva os seus aspectos positivos para gerar nova composição social (OLIVEIRA, 2005).

Neste sentido, é a partir do grupo social que compreender o s sujeito se torna algo possível. Além disso, deve-se considerar, também, que o desenvolvimento humano acontece de maneira mediada e não imediata, pois, são os aspectos culturais que direcionaram a constituição psíquica.

Conforme Lane (1987b), o conceito de mediação cumpre função principal no desenvolvimento humano e na constituição das funções psicológicas superiores, afinal, o sujeito tem toda a sua vida construída de maneira mediada, que, a partir da sua relação com o meio social, haverá determinações da cultura por meio da palavra, do grupo social, de outras pessoas, e da sua própria atividade. Portanto, existe uma relação mútua entre sujeito e o mundo onde ele vive, e esta relação é mediada.

Muitas das mediações se dão a partir das instituições sociais. Essas mediações institucionais têm caráter ideológico na atribuição de papeis sociais e nas representações estabelecidas conforme as relações sociais de

manutenção da sociedade capitalista. A mediação ideológica é promovida pelas instituições, como a igreja, a escola, o jurídico, entre outras, que mascaram a realidade e escondem as contradições existentes na sociedade. Estas contradições são geradas conforme o desenvolvimento dialético da história (LANE, 1987b).

Segundo Lane (1987b), a mediação ideológica acontece através da linguagem. Este sistema linguístico tem como uma de suas funções a possível reprodução de conteúdos informativos correspondentes a interesses particulares de uma classe social. Esta função específica da linguagem acontece de forma inerente aos significados das palavras, os quais carregam, em si, um conjunto de valores e ideias que está cristalizado no cotidiano das pessoas e que explica a realidade, a partir de afirmativas inquestionáveis, universais e naturais, além de camuflar as contradições existentes no mundo.

De acordo com Leão (1999), a linguagem é produto histórico da coletividade e que, por ele, a humanidade reproduz o conhecimento acumulado na cultura, bem como os valores associados nas práticas sociais. Além disso, o aprendizado da linguagem pelo sujeito o introduz na história da sua sociedade, permitindo com que ele se torne cada vez mais humano. Também, ao aprender a língua materna, o sujeito, ao falar, já poderá reproduzir a ideologia permeada e mantida pelas relações sociais do seu grupo. Esse conjunto de produto coletivo compõe aquilo que chamamos, cotidianamente, de visão de mundo do sujeito.

Lembrando que essa visão de mundo não comporta necessariamente a verdade. Grande parte do conhecimento cristalizado na cultura é falsa, pois, trazem palavras que carregam, em si, significados que, ao serem articuladas numa frase, podem expressar conteúdo ideológico. Esse conteúdo corresponde apenas à realidade de um grupo e ignora a realidade de outro, impondo uma à outra. A visão de mundo do sujeito é o produto das relações desenvolvidas pelo e no trabalho produtivo da humanidade, para garantir a sobrevivência do grupo social.

Portanto, é através da linguagem que o sujeito consegue interpretar o mundo material, seja por códigos escritos, falado ou de outra natureza, orientando o seu pensamento e, também, o seu comportamento. Além disso, é pela linguagem que é possível construir sentidos e significados para que o

sujeito seja capaz de orientar e planejar as suas ações e, dessa forma, organizar a sua existência.

Conforme Leão (1999), a língua carrega consigo o conjunto de códigos e significados produzido socialmente que possibilita a construção de sentido pessoal pelo sujeito. Essa construção é feita para as palavras que são utilizadas no decorrer das relações humanas, e permite a relação entre pensamento e ação. Portanto, os significados são produzidos pela coletividade, se processam e se transformam no decorrer das atividades e dos pensamentos de sujeitos concretos. Tais significados apenas são interiorizados e individualizados na medida em que retornam para a materialidade. Assim, as palavras vão se relacionando com a realidade, com a própria vida e com os motivos do sujeito, construindo, assim, o sentido pessoal de cada pessoa.

Conforme a Leão (2015), o sentido pessoal e subjetivo é construído a partir da individualização do significado cultural que o representado tem para cada consciência, ou seja, pela experiência individual do sujeito, ocorre a integração da realidade significada socialmente.

Assim, a relação entre linguagem e realidade do sujeito é mediada pela posição que o sujeito ocupa no seu grupo e na sua classe social e, dessa forma, todo discurso que é produzido por ele se dá sempre no confronto com as significações já produzidas no mundo. Este mundo já é repleto de um tipo de ordenamento que só acontece através do efeito da produção social e subjetiva dos sentidos. Esta última produção reproduz a primeira, uma vez que a base determinante da subjetividade e das relações humanas é a materialidade.

O desenvolvido humano do individuo não é só mediado por outras pessoas, mas, também, por instrumentos utilizados neste processo e pela sua própria atividade. Para haver a execução de ações realizadas pelo sujeito em conjunto com outros indivíduos a fim de uma necessidade comum, a comunicação entre eles é essencial, bem como o fato do sujeito pensar e planejar as suas ações no mundo.

Leão (1999) afirma que, no processo de reflexão sobre a sua própria atividade, o sujeito repensa as suas ações, envolvendo a si mesmo, os outros, os sentidos pessoais construídos por ele e atribuídos às palavras, as consequências possíveis e as geradas em determinadas circunstâncias pelo

grupo social, o confronto dos sentidos com as suas próprias experiências, e, nessa reflexão, processa-se a consciência do sujeito de si mesmo e do seu meio social. Para que o sujeito entenda a realidade e a si mesmo, ele deve ter consciência da existência e do funcionamento do seu grupo social e da posição que ele ocupa no grupo.

Conforme Leão (2015), a consciência humana deve ser compreendida como o conjunto de processos e relações, estabelecidas no funcionamento psicológico a partir de componentes estruturais. Estes elementos são formados tanto por sensações apreendidas do meio externo/interno, quanto pelas relações entre sentido e significado, por representações e por outras características psicológicas. A consciência é uma especificidade do psiquismo humano, caracterizada por dois subcomponentes: afeto e intelecto.

A afetividade é o processo desencadeado pelo afeto e deve ser entendido pela importância que tem no funcionamento psíquico e na constituição da consciência individual. A função da afetividade é de “mediar as relações interpsicológicas, sociais e as intrapsicológicas, estabelecidas entre as pessoas e suas funções e sistemas psíquicos” (LEÃO, 2015, p. 2).

O processo afetivo emocional na constituição da consciência é assunto inerente à psicologia e que foi deixado em segundo plano, desde que o sistema capitalista passou a determinar a ciência psicológica. Com o desenvolvimento do capitalismo, mudanças vieram acontecendo no mundo a partir da valorização da racionalidade pela sociedade, reproduzindo a lógica dominante e hegemônica: de caracterizar como natural e preditivo os fenômenos históricos e sociais. Com isso, houve uma grande falha nos estudos psicológicos, que é constantemente retratada nas ciências ideológicas: a separação entre o aspecto afetivo do aspecto intelectual da consciência.

O processo afetivo emocional deve ser cuidadosamente analisado e considerado nas investigações psicológicas. Segundo Leão (2015):

> Por promover essa mediação entre os aspectos afetivos sociais, interpsicológicos e as funções intrapsicológicas; a afetividade proporciona as forças integradoras e motivacionais à consciência; mas as relações entre os afetos do meio e o psiquismo são interfuncionais e se caracterizam por transformações constantes e influência mútua. Isto porque as relações interfuncionais são dialéticas e no decorrer do desenvolvimento ocorrem mudanças que promovem novas mudanças. Portanto, após o aparecimento das

> formações psicológicas superiores, estas passam a influir nesse processo que as engendrou, acarretando alterações entre as conexões interfuncionais, em particular entre as relações do intelecto e da afetividade (p. 3).

Os processos psicológicos estão organizados em sistemas e, por este motivo, funcionam de forma integrada e em conjunto. Tais sistemas psicológicos são originados a partir da relação entre o intelecto e a afetividade, sendo derivados da vida coletiva. Portanto, os sistemas psicológicos são formados socialmente, acarretando a possibilidade de pensar os afetos por sistemas de conceitos, que são criados pela humanidade e estabelecidos na cultura. Esse processo de nomeação do afeto inclui a exigência dos sentimentos na medida em ocorre a elaboração do afeto, promovida por sua nomeação e que é mantida na sua relação com os pensamentos (LEÃO, 2015).

Quando se identifica um afeto, uma mudança acontece no funcionamento psíquico, ou seja, no momento em que se pensam os afetos, estes são situados em outras relações com o intelecto, influenciando os próprios conceitos criados por sistema culturais complexos. Por esse motivo que as emoções são entendidas historicamente e conforme aos padrões culturais de uma sociedade. Além disso, elas são modificadas em função de meios ideológicos e psicológicos específicos.

Conforme Leão (2015):

> As emoções são, então, estados predominantemente ideais e situacionais com os quais estão vinculados sentimentos objetivos, tais como as vivências emocionais estáveis, cristalizados no objeto da atividade; que tornam-se estados de ânimo, fenômeno subjetivo muito importante por suas funções nos comportamentos dos sujeitos (p.6).
>
> É assim que a afetividade, sob a influencia social e maior independência da sensorialidade, passa a ser manifestada pelas palavras e torna-se emoções. Como tal, se diferencia em varias formas de expressão porque ao ser determinada pelos pensamentos ou pelas situações torna-se estado. Os estados são condições relativamente duradouras, persistem enquanto a situação ou o pensamento desencadeador se mantém. Estes estados manifestam os sentimentos que são as formas como as emoções são vivenciadas, e que se cristalizam na palavra. Mas, a emoção tem função específica para cada pessoa e esta função individualizada é que promove a atividade. Esta função especificamente motivadora da atividade é denominada na Teoria Sócio-Histórica de sentido pessoal da emoção (p. 6).

Leão (2015) disse que a emoção acontece num movimento que parte do psicológico para a sociedade, afinal, quando o sujeito é afetado pelo meio, ele sente o afeto e entra em movimento devido ao que sentiu. Nesse sentido, a sociedade regula o movimento do sujeito afetado de acordo com o conteúdo estabelecido pela cultura, e o sujeito interioriza esse processo, gerando, assim, a emoção. Portanto, as emoções medeiam a atividade do sujeito, as quais "estabelecem as relações com a realidade objetiva, com as pessoas circundantes, com a sociedade e consigo mesmo (p. 7).

Sabe-se que a constituição interna da consciência pelo sujeito é caracterizada pela representação psicológica das relações entre sentido e significado, sendo que ambos são entendidos como os principais componentes característicos da estrutura e do funcionamento da consciência. Enquanto o significado é construído socialmente através da determinação da cultura, o sentido é uma construção individual devido à internalização do significado social que, portanto, tem a sua vinculação com a materialidade. Assim:

> O sentido subjetivo é a internalização do significado que o representado tem para cada consciência. Isto se dá porque a realidade aparece ao homem na sua significação social, mas mediada pela sua experiência individual da prática social e a ela integrada. É um fato psicológico que depende de cada um se apropriar e assimilar, ou não, uma dada significação, do grau de assimilação e do que ela se torna para cada um (LEÃO, 1999, p. 20).

Para que o sujeito entre em atividade e conscientize as relações sociais e as determinações culturais, é necessária a construção do sentido pessoal - processo que garante o sujeito tornar-se consciente de algo. Portanto, não é a simples apropriação do significado social que garante a conscientização do sujeito pela sua atividade, mas, quando ele constrói sentido pessoal, entra em atividade e faz com que este sentido torne algo consciente.

No processo de significação, apresenta-se no objeto ou fenômeno concreto todo um sistema de relações entre o sujeito e a realidade objetivada. Portanto:

> A significação é a generalização da realidade representada e fixada em um vetor sensível, geralmente uma palavra ou uma alocução linguística onde ganha constância e permanência. Torna-se a forma ideal de objetivação da experiência e da prática social da

> humanidade. É como significação linguística que as relações e interações do objeto com a realidade constituem o conteúdo da consciência social e a partir de então se torna “consciência real” dos indivíduos (LEÃO, 1999, p. 20).

É na atividade do sujeito que a relação entre significado social e sentido pessoal torna-se consciente. Na medida em que o sujeito vai representando as relações dele com o meio - a partir da utilização de instrumentos, da linguagem e da sua atividade -, ele vai tendo a sua consciência ampliada, tornando-se consciente das relações humanas que são desempenhadas por funções, fixadas socialmente. Portanto, entende-se que as consciências e seus estruturantes são sínteses das relações sociais e históricas, que são interiorizados como vivências das atividades de cada sujeito, e que determinam o processo de constituição humana, sendo este sempre mediado.

Assim, Leão (1999) afirma que a existência de consciência forma-se, principalmente, a partir da atividade do sujeito, a qual pode acontecer por diversas ações com objetivos específicos para a sua execução. A autora também diz que quando o sujeito constrói o sentido individual da sua atividade, ele se conscientiza do significado relacionado ao(s) objetivo(s) desta atividade. Isso implica tanto na afetividade quanto no significado social, que cada ação carrega. Lembrando que neste processo a construção de sentido e a conscientização dos significados acontecem de forma simultânea.

Conforme Leão (2003), a atividade do sujeito é polimotivada por responder a vários interesses do individuo e é constituída pela concretização de ações do sujeito no meio. Ela organiza o modo com os estados emocionais vão se manifestar no meio social e avalia as atividades que derivam dessa manifestação emocional. O sujeito deve tomar consciência dos interesses e dos fins da sua atividade para engendrar os interesses motivadores dela. Estes interesses são representados psicologicamente na forma de tônus emocional das ações.

A atividade de trabalho do sujeito, sendo socialmente polimotivada, permite entender a coexistência de motivos situados em diferentes planos, sejam subjetivo ou material. Quando o sujeito se torna consciente do objeto-motivo, a emoção é constituída antes da valoração social da atividade que engendrou este processo, e é por isso que as emoções não são elementos constituintes das ações e operações realizadoras das atividades, mas sim, da

própria atividade. Nesse sentido, as emoções são geradas pelos motivos que estimulam a atividade. (LEÃO, 2015).

Alguns dos motivos subjetivos, num momento afetivo-emocional, são gerados apenas pelo sentido pessoal do sujeito e acabam não permanecendo na esfera social e, muito menos, racional. Sendo assim, esses motivos emocionais funcionam como estimuladores da atividade e reguladores do movimento da personalidade, além disso, eles estão contidos na consciência e no plano da afetividade imediata do sujeito que, mesmo sendo constituídos pela atividade do homem no mundo objetivo, podem permanecer não conscientes.

Como qualquer outra representação psíquica, dependendo da posição ocupada pelo objeto representado na estrutura da atividade e também no movimento do sistema psíquico integrado, os motivos são difíceis de serem compreendidos na e pela atividade do individuo. Muitas vezes, o sujeito não sabe o porquê de ele agir ou sentir de determinado modo, existindo o conjunto de características do objeto que impulsiona ou impede a atividade do sujeito, porém, ainda não existe a representação consciente dele. Isso faz com que o objeto permaneça no plano das sensações primárias e sem a elaboração do pensamento racional na sua constituição.

Esse processo faz com que o individuo não saiba o que o levou a emitir determinados comportamentos em circunstâncias e para pessoas específicas. Portanto, o sujeito pode não ter a consciência do objeto representado e, muito menos, dos próprios motivos impulsionadores desta sua atividade no meio (LEÃO, 2015).

Dessa forma, esse subcapítulo esclarece a importâncias das mediações para o desenvolvimento humano, sendo que a realidade do sujeito lhe permite a constituição de si já de forma mediada, e, por isso, há a necessidade de se compreender o processo constitutivo a partir da análise crítica de tais mediações e das devidas determinações sociocultural.

Portanto, torna-se impossível que haja relações imediatas e diretas entre sujeitos e meio social, sem a participação das características das classes sociais, uma vez que cada sujeito, apesar de existirem numa mesma cultura, constituir-se-á de forma única devido a sua atividade no grupo, mas, sempre

em conformidade com as delimitações promovidas pelas mediações, dentre elas, a de classe social.

Sendo assim, pela Psicologia da Libertação, objetivou-se analisar uma nova realidade observada, considerando as determinações e mediações influentes no aumento considerável de trabalhadores homossexuais no comércio. Nesse sentido, esta dissertação teve o objetivo de entender a utilização dos homossexuais no setor terciário da economia, analisando-a como mediador capaz de aumentar a circulação de mercadorias, devido à reafirmação de estereótipos comportamentais atribuídos aos homossexuais como características naturais.

Pretendeu-se, também, investigar se há mediação do pressuposto socioeconômico do fetiche da mercadoria, que indica a ampliação do valor de circulação daquelas, nas mediações para a inserção dos homossexuais nesse setor da economia quando o mercado de trabalho capitalista está em crise. Isto, porque, teria se estabelecido nessa cultura a crença no fetiche que os homossexuais agregam valor às mercadorias, porque, as suas intervenções, no processo de circulação, promovem a percepção diferenciada dos produtos. Assim sendo, as suas presenças explicitariam que as relações sociais, envolvidas na produção, não são relações entre as pessoas, mas, são relações econômicas entre o dinheiro e as commodities negociadas no mercado.

Antes de se perguntar como foi possível analisar tais questões relacionadas ao preconceito homofóbico, a partir de uma teoria psicológica que foi elaborada por um padre jesuíta, já fique informado que a construção dessa psicologia foi mediada pela Teologia da Libertação. Sendo assim, torna-se fundamental compreender os princípios mediadores de tal Teologia para que, assim, entenda-se a Psicologia da Libertação.

3. PRODUTO DAS NECESSIDADES DO POVO LATINO-AMERICANO: TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO.

> "Yo creo que el compromiso del científico social [...] hoy tiene que ser con las aspiraciones y luchas de las mayorías populares, y ello tanto por un imperativo de lógica científica: ellas tienen más razón; cuanto por un imperativo ético: ellas tienen mejor razón". (Martín-Baró, citado em Dobles, 1986).

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, muitas pessoas perguntaram como seria possível utilizar a teoria de um padre jesuíta para trabalhar homofobia. Tal dúvida é compreensível, uma vez que os ensinamentos cristãos da igreja católica promovem a homofobia em vez de combatê-la.

Outro aspecto fundamental de questionamento, contemplado claramente por esta teoria psicológica, é o fato que, no capitalismo, não basta que poucos tenham a propriedade privada, mas, é preciso garantir que muitos não a tenham. Só assim, o trabalhador aceita vender a sua força de trabalho em troca de um salário insuficiente para a sua sobrevivência. Martín-Baró (1998) reconhecia que a dominação é possibilitada sempre que houver mais gente sem propriedade. Assim, o salário que o sujeito capitalista paga ao trabalhador precisa ser sempre menor. Essa é a lei primordial do capitalismo: a lei da exploração da mais-valia; que cria características psicológicas muito particulares nos indivíduos que estão envolvidos nessa relação de dominação.

Essas questões são importantes para se entender os princípios fundamentais da teoria psicológica da Libertação, que foi construída por uma nova leitura cristã: a partir da Teologia da Libertação.

Conforme Camilo (2011), a gênese dessa teologia se deu pelas condições sociopolíticas do século XX, o século das opressões e das revoluções. Considerando os avanços das teorias sociológicas, econômicas, políticas e das filosofias libertárias e comunistas, a Igreja católica se preocupou com as questões sociais que vinham proliferando devido à intensificação da

exploração de grande parte da população, provocando a fome, o desemprego, a violência e a Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética.

Como a Igreja Católica já era bastante presente na América Latina, o continente acabou recebendo atenção especial para o desenvolvimento de novas ideias religiosas, que melhor explicassem e possibilitassem intervir na realidade de dominação e exploração de classe e das políticas internacionais que acirravam conflitos e criavam ditaduras a fim de favorecer a exploração para atender ao capital internacional. Buscava-se uma teologia que adequasse a Igreja Católica às necessidades da sociedade que, naquele período, sofria com as ditaduras advindas dos golpes militares que, no Brasil, por exemplo, teve inicio em 1964 e duraram trinta anos até 1985. Isso promoveu a criação da Teologia da Libertação.

Historicamente, tal teologia começou a ser pensada durante os estudos preparatórios da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano (CGELA), a qual aconteceu em 1968, na cidade de Medellín, na Colômbia. O papa Paulo VI convocou esta Conferência para que os ensinamentos do Concílio Vaticano II fossem aplicados pelos representantes católicos às necessidades das igrejas na América Latina. Foi um momento importante para que a igreja entendesse o mundo e as pessoas, afinal, não há como falar sobre a fé das pessoas sem falar de suas condições materiais (GIBELLINI, 1988).

Os Concílios são reuniões realizadas entre as dignidades eclesiásticas e os teólogos para formularem medidas que incentivem a preservação e a defesa da igreja, e melhorem a clareza doutrinária. Esses encontros são nomeados conforme o local onde se dá o Concílio episcopal e a numeração se refere à quantidade de encontros que aconteceram em tal localidade. Por isso, o Concílio Vaticano II foi o segundo encontro episcopal realizado na cidade-estado do Vaticano, tendo durado de 1962 a 1965. Neste período, os padres conciliares latino-americanos mantiveram reuniões que incentivaram a realização da II Conferencia Geral do Episcopado latino-americano (CGELA). O pontífice responsável, Paulo VI, acolheu a proposta e a convocou para Medellín, Colômbia, no período de 26 de agosto a 06 de setembro de 1968 (GIBELLINI, 1998).

No Concílio Vaticano II, importantes temáticas foram abordadas, dentre elas, a justiça, a paz e a pobreza da igreja. Elas refletiram sobre as péssimas

condições materiais da população e a possibilidade de libertá-la dessa opressão. Decidiram que o episcopado latino-americano não poderia se posicionar de maneira indiferente às injustiças sociais existentes na América Latina, as quais vêm mantendo a maioria da população em situação de pobreza e, em alguns casos, de miséria humana. Para isso, seria necessário libertar o povo desta condição de existência miserável concreta e, segundo estudiosos dos movimentos da Igreja Católica, foi a Teologia da Libertação que lhe ofereceu "um rosto próprio, o rosto do cristo no pobre e no excluído." (VEIGA, 2009, s/p).

> A contribuição mais decisiva de Paulo VI consiste em ampliar o campo doutrinal. Para isso, de acordo com as explicações de Camacho, o papa apresenta o ensinamento social como um processo dinâmico em três passos: ver-julgar-agir, e destaca a importância que tem nesse processo toda a comunidade crente e cada Igreja em particular. Com o concílio, terminou a época de auto-suficiência da Igreja que reconheceu os valores do mundo e da história, e se reinterpretou. (CAMACHO LARAÑA[2], 1995, apud: BARBOSA, 2007, p. 18-19).

Antes da chegada da Teologia da Libertação na América Latina, ela já vinha sendo fomentada no interior da própria Igreja Católica por autores europeus, católicos e protestantes, além, é claro, de ter sofrido a influência da teoria marxista, que estabeleceu aproximação com a Teologia da Libertação ao centrar o pobre ou o proletariado como o salvador da humanidade. Contrário ao modo como os santos católicos fizeram, a Teologia da Libertação não busca ajudar o pobre, mas, pretende servir-se dele para agir contra aqueles que gozam de boa posição econômica e política numa sociedade estruturada pela desigualdade social e luta de classes.

Assim, uma pessoa bastante importante nesse processo de configuração da Teologia da Libertação dentro da Igreja católica foi o filósofo francês, convertido ao catolicismo, Jacques Maritain (1882 – 1973). Conforme Solimeo (2015), embora Maritain criticasse o ateísmo e o totalitarismo do comunismo, ele reconheceu a importância da tese defendida por Marx de que na sociedade capitalista há alienação imposta à mão de obra, e que tanto o

[2] CAMACHO LARAÑA, I. Doutrina Social da Igreja: abordagem histórica. Trad: J.A. Ceschin. São Paulo: Loyola, 1995.

proletariado quanto os capitalistas sofrem o processo da desumanização. Portanto, Maritain considerou a essência do marxismo ao reconhecer na sociedade capitalista a existência da luta de classes sociais e o papel redentor do proletariado, além disso, ele criticou e assumiu posição contrária ao anticomunismo católico, que imperava na Igreja católica, sugerindo a criação de uma terceira posição: nem capitalista nem comunista. Essa terceira posição de Maritain tornou-se a cartilha orientadora do movimento religioso conhecido como Ação Católica, que constituiu a base da Democracia Cristã – movimento político que defendeu uma democracia baseada em princípios de liberdade, solidariedade e justiça.

A partir dessa pretensa neutralidade entre o socialismo e o comunismo, a Ação Católica e a Democracia Cristã foram sendo alinhadas aos movimentos de esquerda por registrarem – na declaração produzida no I Congresso da Democracia Cristã na América, Montevidéu, Uruguai - aversão pelo anticomunismo (SOLIMEO, 2015).

No Brasil, a partir de 1960, foi feita aliança entre os jovens comunistas e a juventude da Democracia Cristã que, em 1962, destacou-se da Igreja e originou a Ação Popular – movimento político socialista que levou jovens católicos a entrar na Guerrilha do Araguaia. Lembrando que a Guerrilha do Araguaia foi um movimento guerrilheiro criado pelo Partido Comunista do Brasil e que ocorreu na região amazônica brasileira, tendo como objetivo fomentar uma revolução socialista com base nas experiências vitoriosas da Revolução Cubana e da Revolução Chinesa. Foi neste contexto que os teólogos latino-americanos lançaram as bases da Teologia da Libertação (SOLIMEO, 2015).

Conforme Libanio (1987), tal contexto histórico também foi caracterizado pelo movimento continental de libertação devido à situação de miséria, alienação e privação, vivida pela maioria da população latino-americana. Promovia-se a expansão destes princípios a partir de outras influências, dentre elas, a promovida pela teologia de Karl Barth (1886-1968). Este teólogo cristão-protestante foi um dos líderes da Teologia Dialética e Neo-ortodoxia protestante. Outra influência foi da Teologia da Esperança do teólogo alemão Jurgen Moltmann, enfatizando que Cristo não é apenas o consolo, mas, também, o protesto de Deus contra o sofrimento humano. Uma última influência foi da Teologia da Revolução, que foi desenvolvida em Genebra, em

1966, com o intuito de denunciar toda a injustiça institucionalizada e a necessidade de transformações radicais na sociedade.

Noronha (2012) destacou que, a partir da Segunda Conferência do Episcopado Latino-Americano, as igrejas católicas e protestantes na América Latina construíram um novo significado para as suas existências, direcionando as suas ações e interpretações para a realidade do povo, que é marcada pela pobreza, miséria e pelas injustiças sociais. Segundo (2010), a Igreja Católica "Ao invés de partir da dogmática para fazer um documento abstrato, doutrinário, optou-se pelo método da Ação Católica, o Ver-Julgar-Agir, que partia da realidade para julgá-la aos olhos da fé e atuar nela a partir deste julgamento" (p.83).

Portanto, a Segunda Conferência do Episcopado Latino-Americano concordou sobre a necessidade de uma teologia mais condizente com a realidade da região, e a Igreja Católica propôs a Teologia da Libertação. Como destacou Gustavo Gutiérrez (2000):

> O encontro de Medellín causou, para a América Latina, um impacto semelhante aquele do Concílio para o mundo, sobretudo no que diz respeito a uma concepção de Deus pouco baseada nos dogmas e tradições e mais na experiência que flui a partir do contato com os vencidos da história, "como os indígenas, os quais Las Casas denominava de Cristos açoitados da América. (p. 35).

Entendia-se que esta teologia mostraria o verdadeiro posicionamento de Jesus Cristo: ao lado dos excluídos e ao lado daqueles que realmente necessitavam da ajuda do Mestre e da ajuda do grupo social, sendo eles os pobres, cegos, aleijados, coxos, endemoninhados, paralíticos, ou seja, todos aqueles que estariam sofrendo a opressão. Biblicamente, como nos mostrou Dom Paulo Evaristo Arns: "Medellín era como o Vaticano II traduzido para a América Latina" (ARNS, 2011 [3]apud BRITO, 2010, p 82).

No período de sua formulação, entre os anos de 1968 a 1975, a Teologia da Libertação expandiu-se, e buscou se associar com outras ideologias que proveram a resistência de minorias, como por exemplo, as teologias negra, indígena e a feminista. Todas elas mostraram a opressão que

[3] ARNS, D. P. E. Da Esperança à Utopia: Testemunho de uma vida. Rio de Janeiro: Sextante. 2001.

essas minorias sociais sofreriam e ainda sofrem: as mulheres oprimidas e que lutam numa sociedade machista pelos mesmos direitos que já possuem os homens, denunciando a diferença sexual e a diferença de gênero que separam as pessoas conforme o papel social.

Em 1979, aconteceu a Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, cidade de Puebla, Los Angeles. Na Conferência de Puebla, a Teologia da Libertação foi consolidada. Dois são os aspectos presentes no documento de conclusão da Conferência de Puebla que expressaram o caráter de libertação, adotado pelos bispos e arcebispos da América Latina: devia-se buscar tanto a libertação pessoal dos pecados individuais, como, também, a libertação da situação político-econômico-cultural, tratada como pecado social.

Para o teólogo brasileiro Leonardo Boff, um dos formuladores da Teologia da Libertação e agente norteador do discurso teológico latino-americano, “O quadro de degradação apresentado na América Latina é o fundamento gerador do conceito de libertação. A libertação, então, é toda ‘ação que visa criar espaço para a liberdade’”. (BOFF, 1980, p. 15). Pensava-se, então, que a Teologia da Libertação seria um caminho à paz para os conflitos criados pelo preconceito e o egoísmo humanos. Ela se tornou um fator orientador para se alcançar uma sociedade igualitária, onde a desigualdade e a pobreza desapareceriam. Portanto, vários religiosos se envolveram nas revoluções e outras lutas populares na América Latina.

A partir de 1989, de acordo com Camilo (2011), a Teologia da Libertação expandiu seus horizontes e passou a se preocupar com questões da ecologia, defendendo um relacionamento fraterno entre o ser humano e o planeta Terra, mostrando a necessidade de o ser humano ser solidário não só com o pobre, mas, também, com a natureza e o planeta Terra. Foi nesse período que, no Brasil, iniciava-se o processo de redemocratização com o fim do regime militar, e a luta do povo contra a opressão do estado deixava de ter sentido. Assim, como o engajamento dos religiosos era justificado pela perseguição e pela violência exercida pelas forças armadas, com o fim do regime militar, não mais era necessário o engajamento do Vaticano para lutar por mudanças sociais.

Nesse sentido, a postura conservadora do Vaticano buscou incentivar medidas que diminuíssem o seu envolvimento direto com a questão social. Essa mudança aconteceu juntamente com a formação de um novo contexto

político que se iniciou com o fim do regime militar, com o forte crescimento de outras religiões – como a pentecostal, por exemplo -, com os próprios movimentos menos comprometidos com a questão social dentro da própria Igreja Católica.

Atualmente, deve haver a necessidade de a Igreja Católica estimular e se utilizar da Teologia da Libertação como uma forma de pensar criticamente tanto na realidade contemporânea quanto no agir humano, principalmente das pessoas que sofrem algum tipo de discriminação e exclusão social. De acordo com Solimeo (2015), essa mudança na orientação política do Vaticano deve estar atrelada ao avanço científico, reconhecendo a necessidade do uso da razão e da técnica. Assim, deve haver o reconhecimento de que os pobres, por exemplo, não são apenas objetos de caridade, mas, seres criadores e que devem produzir conforme as necessidades da sua própria realidade material. Os seres humanos devem não só combater a opressão e as injustiças sociais, mas, também, recriarem as suas vidas de forma mais igualitária, com menos diferenciações socioeconômicas.

Conforme Noronha (2012):

> A forma mais adequada encontrada pela Teologia da Libertação de ajudar os oprimidos é entendê-los como sujeitos ou agentes de sua própria libertação. Aqui o assistencialismo é substituído pelo entendimento que o pobre tem força, consciência, capacidade de transformar as relações sociais, descobrindo as causas que geram a situação opressora em que se encontram. A articulação de movimentos que reivindicam melhores condições salariais ou de moradia são exemplos de como os pobres atuam promovendo sua própria libertação, utilizando-se de instrumentos, como por exemplo os sindicatos (p. 190).

Contudo, a partir destas influências já mencionadas, juntamente com a tradição católica e a teologia política, a Teologia da Libertação, além de um aprofundamento de estímulos teológicos, tornou-se um movimento de caráter revolucionário que só pode ser entendido em seus próprios pressupostos.

É importante destacar que a Teologia da Libertação tem estreita relação com o marxismo, e o que proporcionou essa aproximação foi a vitória da Revolução Cubana e o surgimento dos golpes militares nos anos de 1960 e 1970 na América Latina. Esses acontecimentos geraram, nos países latino-americanos, um período de lutas sociais. Tanto os cristãos da Teologia da

Libertação como os Socialistas criticaram o sistema capitalista, as doutrinas liberais e as visões individualistas de mundo. Mas, a Teologia da Libertação pregava a conquista de um mundo mais justo para todos, onde as pessoas seriam mais fraternas e as relações sociais mais igualitárias (NORONHA, 2012). Tanto que as igrejas condenaram os teólogos e todas as ações pastorais ao silencio quando estes aderiram a movimentos revolucionários.

Para ambos os conjuntos de pensamentos, os pobres são os responsáveis por se emanciparem e melhorarem as suas condições existências, e isso decorreria dos seus próprios trabalhos. Este princípio deriva do entendimento de que o papel principal de mudança corresponde ao próprio proletariado, rompendo, assim, com a visão tradicional da igreja cristã de que os homens apenas podem ser ajudados por ações paternalistas e orações.

Conforme Noronha (2012), a Teologia da Libertação aderiu ao principio de que o sujeito da emancipação está presente nas classes sociais, nas raças e nos grupos oprimidos e subalternizados nas diferentes culturas, porque, são eles que conhecem, por vivê-las, quais são as necessidades de mudança, além de dominarem os instrumentos para promovê-las. Este entendimento e a certeza que os opressores nunca abandonarão, espontaneamente, seus privilégios levaram à conclusão de que: os próprios sujeitos terão que se tornar responsáveis pela própria libertação, sendo que, para tanto, eles devem se tornar capazes de se organizarem em grupos e lutarem por melhores condições de vida.

Assim, o principal significado desta teologia é solidarizar-se com os oprimidos e lutar a luta deles, bem como produzir mudanças para aqueles que realmente precisam delas.

Mesmo tendo uma das maiores população católica do mundo, o Brasil promoveu uma série de transformação desde a Proclamação da República, em 1889, quando o catolicismo deixou de ser a religião oficial. A própria igreja brasileira foi obrigada a se reorganizar a partir da desvinculação do clero ao Estado, afinal, durante o período colonial, entre os séculos XVI e XIX, o catolicismo esteve enraizado ao poder da Coroa portuguesa, e essa situação se manteve até mesmo no Brasil Imperial do século XIX, através da Constituição de 1824, que afirmava a fé católica como religião oficial do Estado

brasileiro. Neste período imperial, o imperador teve direitos do Padroado concedidos por parte da Igreja.

A partir desse momento histórico, a hierarquia católica reagiu àquela situação e buscou ações para que a Igreja tivesse liberdade e autonomia para a elaboração de uma teologia voltada, quase que unicamente, às discussões de caráter espiritual. Assim, direcionou-se a população com a divulgação da ideia de que havia duas sociedades perfeitas e distintas entre si: uma seria o Estado, responsável por questões de ordem política, temporal e socioecônomica; já a Igreja ficaria reservada para tratar dos aspectos religiosos de ordem espiritual das pessoas. A Igreja a passou a desenvolver a sua responsabilidade de forma autônoma ao Estado, além de ter participação, quase que nula, aos movimentos sociais como, por exemplo, da abolição da escravidão.

Naquele período, a mentalidade religiosa afirmou no Império uma visão puramente espiritual do mundo e adotou um novo discurso de Deus relacionado ao mérito de que o religioso terá o céu conforme as obras que realizar na terra, sendo esta teologia uma resposta católica à mentalidade da burguesia, que se firmava a partir do mercantilismo (VEIGA, 2009).

Assim, com a reforma do catolicismo no Brasil, algumas questões foram sendo mudadas: o episcopado passou a se preocupar mais em trazer os fiéis para dentro da estrutura eclesiástica do que em colaborar com a questão social. O catolicismo deixou de se comprometer com os debates políticos e sociais de uma nação, para tornar-se uma religião preocupada apenas com a vida espiritual de seus fiéis, afastando-se da realidade material deles.

Sabe-se que alguns fatores contribuíram para a redução da força e da popularidade da Teologia da Libertação no Brasil como, por exemplo, o fim do regime militar, atrelado ao crescimento da religião pentecostal e à exigência do Vaticano com a diminuição do envolvimento direto das igrejas com questões sociais, o quê possibilitou questionamentos sobre a importância deste movimento religioso para a alteração da realidade vivida pela população. Apesar disto, é importante saber que o catolicismo, a partir da influência da Teologia da Libertação, se faz atuante através dos movimentos sociais e da sua influência política (CAMILO, 2011).

Principalmente em países pobres, onde as violências física e psíquica acontecem de forma exagerada, exigiu cada vez mais a necessidade de libertação humana, e a Teologia da Libertação foi a que mais se destacou ao tratar dos problemas sociais. Ao mesmo tempo, foi a Teologia que mais sofreu críticas, afinal, para alguns interesses particulares burgueses, colocar-se ao lado dos pobres e oprimidos não era vantajoso e, muito menos, lucrativo. Mesmo assim, essa teologia marcou, historicamente, uma mudança significativa ao povo latino-americano e à igreja católica (GUIMARÃES E LANZA, 2015).

> Erguendo a voz e defendendo o injustiçado: esta foi a maneira com que os teólogos da libertação e pensadores dos mais diversos segmentos da sociedade e da Igreja encontraram para reformular a teologia latino-americana, que trabalhava em favor dos interesses europeus. É provável que novas formulações teológicas surjam no futuro; algumas com mais, outras com menos acertos. Mas até o momento, a Teologia da Libertação tem sido a resposta mais prática da Igreja cristã ao olhar para a maioria desprezada da América Latina na sua necessidade social, político e econômica imediata (p. 9).

Portanto, reitera-se que a Teologia Latino-americana ou Teologia da Libertação é o conjunto de princípios religiosos que foi elaborado a partir do evangelho cristão e da própria experiência das pessoas, que se comprometeram a entender e modificar as condições que oprimem o povo deste subcontinente. Conforme Libanio (1987), esta teologia promove uma reflexão crítica e teológica sobre a realidade da maioria populacional que viveu e ainda vive em situação de opressão. Esta corrente teológica cristã tem a sua origem na América Latina e está orientada à promoção de reflexões em prol da injustiça social e da construção de uma sociedade justa, fraterna e livre.

A partir de um movimento sócio-eclesial, a Teologia da Libertação buscou dar auxílio aos oprimidos, e os seus adeptos entraram em conflito com o próprio Estado, com os interesses econômicos burgueses e até mesmo com a própria hierarquia da instituição católica. Sendo assim:

> A Teologia da Libertação é resultado do processo histórico, político, social e econômico que aconteceram especialmente na América Latina, vinculado de certo forma a alguns pensadores e religiosos (principalmente dentro da Igreja Católica) que puderam contribuir para a elaboração de uma nova teologia que tivesse uma maior contextualização com o continente latino-americano. A teologia “tradicional”, importada dos moldes europeus, já não respondia e nem

> explicava a realidade em que as massas populares viviam (GUIMARÃES E LANZA, 2015 p.1).

Conforme Boff (1986), a Teologia da Libertação, sendo uma teologia, tem como preocupação primordial a experiência do sujeito com a fé, mas, isso não extingue a sua preocupação com os pobres e oprimidos. Essa foi até mesmo uma das importantes questões tratadas por Leonardo Boff sobre essa teologia, dizendo que “não se trata de outra fé, mas, da fé dos apóstolos e da Igreja articulada com as angústias e as esperanças de libertação dos oprimidos” (BOFF, 1986, p.65).

Conforme Gibellini (1998), a Teologia da Libertação tem, em sua estrutura, três elementos centrais que caracterizam a ideologia da sua existência material: ela é uma opção política, pois, o teólogo que dela participa ou se utiliza não é politicamente neutro ao assumir o lado dos oprimidos; é, também, uma opção ética, porque, o seu nascimento se dá por um questionamento ético; e, por fim, uma escolha evangélica, afinal, está motivada e orientada pelo Evangelho.

Um dos aspectos mais fundamentais é que a Teologia da Libertação percebe que contemplar a Deus não é suficiente para demonstrar o amor a Ele, mas, também, é necessário demonstrar esse amor através do serviço aos pobres.

Ao romper com os conceitos tradicionais da igreja cristã institucional e aderir para si os ideais referentes à igualdade social e aos Direitos Humanos, a Teologia da Libertação surgiu como importante expressão na história da teologia, sob a influência marcante da Revolução Francesa (1789–1799) com os lemas de fraternidade, igualdade e liberdade. Porém, foram os confrontos, próprios da América Latina, entre a situação de pobreza extrema e a fé da maior parte da população, que lhe deu as bases para se estruturar. Pregavam que a pobreza extrema fere o espírito do evangelho e, consequentemente, ofende a Deus.

Conforme Noronha (2010), algumas pessoas foram protagonistas para o nascimento e o desenvolvimento da Teologia da Libertação, sendo elas:

> Hugo Assman, Frei Betto, Maria Clara Luucchetti Bingemer, Clodovis Boff, Leonardo Boff, Jose Mígez Bonino, Pedro Casaldáliga, Enrique Dussel, Ignácio Ellacuría, Ivone Gebara, Gustavo Gutiérrez, Franz

> Hinkelammert, María Pilar Aquino, Pablo Richard, Oscar Arnulfo Romero, Samuel Ruiz García, Juan Luis Segundo, John Sobrino, Paulo Suess, Elsa Tamez, Ana Maria Tepedino e Aiban Wagua (NORONHA, 2012, p. 185).

Importante destacar a influência principal de dois expoentes da Teologia da Libertação: Gustavo Gutiérrez e Leonardo Boff. Cada um deles, ao seu modo, “engajou-se na luta pelas massas pobres que não tinham voz e vez na América Latina” (GUIMARÃES e LANZA, 2015, p. 8). Ambos se utilizaram da Teologia da Libertação para realizar análises críticas da realidade latino-americana na tentativa de reestruturar a igreja católica em uma práxis positiva ao reino de Deus. Isso tudo aconteceria apenas quando as ações dos religiosos se direcionassem especialmente aos pobres e oprimidos.

Tanto para Gutiérrez quanto para Boff, a produção de uma teologia que não fosse ser utilizada dentro de uma igreja heterogeneizante deveria ser construída a partir da atitude de ouvir o outro. Neste sentido, Gutiérrez afirmou que para ouvir o outro é necessário:

> [...] sair do pequeno mundo em que se está [...] Sair do gueto é uma espécie de abertura para o mundo. De modo mais positivo, tal abertura pressupõe compartilhar sem restrições que o homem latino-americano tem de sua própria situação,, contribuir com competência para a sua elaboração e aprofundamento e comprometer-se sem ambiguidades na ação que dela deriva. [...] A miséria, a injustiça, a situação de alienação e a exploração do homem pelo homem que se vive na América Latina configuram uma situação que a conferência episcopal de Medellín não vacila em qualificar e acusar de “violência institucionalizada” (GUTIÉRREZ, 1981, p.44-45).

E, assim, Leornardo Boff compartilhou desse mesmo pensamento, dizendo que:

> [...] devemos assumir a perspectiva das vítimas, em primeiro lugar, por uma questão de justiça. Os ameríndios e afro-americanos nunca puderam ser ouvidos. A cultura europeia bem como as Igrejas missionárias andaram por um caminho de mão única durante cinco séculos. Agora é hora e a vez de ouvir o reverso da conquista. Dar a vez ao discurso dos que viviam neste continente já há séculos e que estavam na praia espreitando os seres estranhos das caravelas. Em segundo lugar, porque se trata de uma questão ética. A chegada dos europeus significou violência. O desenvolvimento autônomo das culturas aqui presentes foi interrompido abruptamente. De autônomas passaram a dependentes e subjugadas (BOFF, 1992, p.59).

Mesmo sendo um conjunto de textos produzidos por alguns teólogos, a partir da década de 1970, a Teologia da Libertação, também, revela a participação da fé e da luta de um povo que promoveu e ainda promove a transformação histórica de suas condições humanas. Desse modo, independente da produção conceitual de textos por profissionais teólogos a partir de termos técnicos ou populares, essa teologia se utiliza de uma linguagem mais espontânea e próxima da realidade populacional. Além disso, o ideário em seu entorno aponta uma crítica ao sistema capitalista de produção da sociedade humana.

Os componentes do clero, os religiosos e todos aqueles líderes de movimentos ligados à atuação social da igreja compreenderam que: “num continente marcado pela pobreza – resultado da exploração colonial, a libertação humana deveria ser plena e integral” (GUIMARÃES E LANZA, 2015, P. 2).

Sendo assim, conforme Gutiérrez (2000), três são os fatores que foram responsáveis pelo nascimento na América Latina da Teologia da Libertação. Dentre eles, está o contexto político, econômico e social do continente, que foi marcado por regimes antipopulares que governaram os países com extrema violência e desigualdade social acentuada. Nas ciências sociais, o marxismo estava se desenvolvendo como instrumento de análise social, embora ele não tenha sido usado na construção de projetos sociais alternativos. Mas, a organização da sociedade estabeleceu condições para o seu surgimento, afinal, era um período em que se enfrentavam as mudanças advindas da filosofia do neoliberalismo econômico e da globalização, que, juntamente com a edificação do pluralismo religioso, promoveu uma crise nas igrejas cristãs.

Do mesmo modo que foi feita a crítica sobre a idolatria do dinheiro – a cobiça de possuir o dinheiro, colocando a fé a favor dele e não de Deus -, na Teologia da Libertação foi elaborada reflexão crítica sobre a idolatria do desenvolvimento econômico, que, ao invés de proporcionar soluções para a real situação de miséria e pobreza da maioria da população, acabou acentuando os problemas de desemprego e da desigualdade social. Isso fez com que inúmeras consequências negativas para os pobres fossem geradas.

Importante destacar que os teólogos envolvidos na elaboração da Teologia da Libertação não rejeitam e nunca rejeitaram o progresso econômico

dos países em desenvolvimento. Ao contrário disso, Noronha (2012) apontou que “o que eles fazem é analisar os resultados gerados pelo desenvolvimento levando em consideração a vida dos pobres” (p.186).

Portanto, o desenvolvimento da Teologia da Libertação na América Latina se iniciou pela necessidade de novas reflexões críticas sobre a realidade dos povos oprimidos e que, segundo Gutiérrez (2000), esteve atrelada a uma dupla fidelidade: da fé ao Deus e, também, ao povo latino-americano. Sempre foi inconcebível a separação entre o processo histórico e as discussões religiosas sobre Deus, e o processo histórico aqui entendido oferece os recursos críticos para uma ação no aspecto libertador de um povo que ainda está sob o domínio e o controle de uma ideologia dominante.

Produzir algo a partir da Teologia da Libertação, também, deve inspirar à luta por melhores condições concretas da existência humana, especificamente daquelas pessoas consideradas minorias sociais e maioria populacional como os pobres, por exemplo. Tal teologia é favorável ao processo de busca unitária das Igrejas cristãs, a fim de superar a cisão entre os diferentes tipos de Igrejas, sejam elas católica, ortodoxa, anglicana ou protestante. Esta superação de divergências históricas e culturais promoveria a cooperação comum e uma melhor aceitação da diversidade existente nelas. Além disso, tal teologia é a favor de que se levem em conta os aspectos culturais específicos dos países que praticam o cristianismo, incorporando-os em sua interpretação religiosa e em sua prática diária.

Conforme Gutiérrez (2000), a premissa indispensável da Teologia da Libertação é a de que: ela deve encontrar sempre o seu novo lugar no contexto do povo de Deus, afinal, o mundo e as pessoas que vivem nele estão sempre em constante mudança. Assim, para abordar a realidade da existência humana, é necessário que ocorra a reflexão sobre a práxis. Isso faz com que a teologia não permaneça em uma posição neutra frente aos problemas que dividem e atormentam o mundo.

A partir da Teologia da Libertação, o ser humano é entendido como um ser social e histórico por excelência, ou seja, o sujeito jamais existirá de forma independente das suas relações com as outras pessoas e com aquilo que já está produzido na sua cultura. Conforme Boff (1992), o individuo sempre terá uma posição na história e na sociedade onde vive, podendo assumir esta sua

posição social ou transformar, conscientemente, a realidade em sua ação. Dessa maneira, o sujeito é entendido também como um ser político, pois é capaz de interferir na realidade concreta.

Sendo assim, a Teologia da Libertação considera a realidade do povo em primeiro lugar, antes mesmo da consideração do sujeito como individuo da espécie e, é claro, que sem desconsiderar a sua origem divina. Para desenvolver a sua prática é necessário verificar a real situação da população, aprendendo com o seu sofrimento e com a luta para renunciar o monopólio do conhecimento teológico e fazer com que o povo assuma o evangelho no contexto da verdadeira realidade. Esse processo faz com que o povo desenvolva a capacidade de criticar os valores e o controle, que paralisam a história de Deus e, consequentemente, de todos. Além disso, a Teologia da Libertação proporciona o motivo que impulsionaria as pessoas a superarem a situação de injustiça e opressão social, extinguindo, assim, qualquer domínio pela manipulação do povo por líderes religiosos (BOFF, 1992).

Do ponto de vista de Boff (1992), quando se é falado em história, é a realidade do sujeito que está sendo considerada, tanto divina quanto da humanidade, pois, primeiramente, todas as pessoas estariam vivendo num mesmo período no processo histórico e o objetivo final desta existência seria o reino de Deus, seja este reino no céu ou numa nova terra. Atingindo esta finalidade, as injustiças, a alienação, o pecado e o sofrimento deixariam de existir. Pelo amor seria iniciado na própria existência material e atual do sujeito o combate das mazelas sociais, pois, o amor faria com que todos se tornassem solidários com os pobres, com os necessitados e com aqueles que sofrem a injustiça, lutando, assim, pelos oprimidos. Esse amor já estaria atrelado ao processo de libertação. Desse modo, “Por detrás da Teologia da Libertação existe a opção profética e solidária com a vida, a causa e as lutas destes milhões de humilhados e ofendidos em vista da superação desta iniquidade histórico-social” (BOFF, 1986, p.13-14).

3.1. A PSICOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: BUSCAR O MOTIVO PSÍQUICO PARA A SUPERAÇÃO DA INJUSTIÇA E DA OPRESSÃO SOCIAL

> No se trata de abandonar la Psicología; se trata de poner el saber psicológico al servicio de la construcción de una sociedad donde el bienestar de los menos no se asiente sobre el malestar de los más, donde la realización de los unos no requiera la negación de los otros, donde el interés de los pocos no exija la deshumanización de todos (MARTÍN-BARÓ, 1998, p, 77)

A Psicologia da Libertação é o referencial teórico em que nos apoiamos nesta dissertação. Tal Psicologia foi elaborada por Ignácio Martín-Baró (1942–1989), e é reconhecida como uma das contribuições mais profícuas para o entendimento das especificidades social e psíquica, para dar consciência aos pobres e oprimidos.

> Martín-Baró fez a sua licenciatura em psicologia na Universidade Centro Americana José Simeon Cañas, em El Salvador. Em 1979 concluiu o doutorado em Psicologia Social e Organizacional na Universidade de Chicago, onde se promovia a elaboração e a prática de estratégias conceituais de grande alcance. Nos dois tomos do seu livro Acción e Ideología (1983 y 1989), nos apresentam uma revisão e crítica da Psicologia Social tradicional, individualista e majoritariamente acrítica, legitimadora de um sistema de dominação. É interessante que neste processo de revisão e redefinição, o autor não se coloca em uma posição hipercrítica, que desvaloriza todas as experiências e conhecimentos elaborados até aquele momento no campo desta disciplina, mas, ao contrário, no fundamental, como ocorria também em outros lugares naquela época de "crise" da psicologia social hegemônica, foi examinar o existente de outra perspectiva, neste caso, baseado nas aspirações e nas necessidades das maiorias populares latinoamericanas. A proposta não é provinciana, nem se fecha em regionalismos absurdos: é uma psicologia social que "tinha como referência" a América Central, não uma psicologia social "da" América Central. Dito de passagem, continua sendo, até o dia de hoje, uma das contribuições mais significativas que foi feita a partir de uma psicologia elaborada na América Latina. (DOBLES, 2009, p.1-2. Destaques no original).

Maritza Montero (2006) indicou que as principais influências sobre Martín-Baró, acerca da necessidade de se ter uma posição politicamente consistente com as necessidades dos oprimidos e perseguidos da América Latina, vieram das considerações de pensadores de várias origens:

> [...] desde etapas muy tempranas de su producción, en la problemática del poder y de la dominación. No es que el tema de la dominación social, – fundamental en su obra– haya sido ajeno a la psicología latinoamericana. Tenemos, para citar algunos ejemplos, a Marie Langer, psicoanalista que fuera expulsada de Austria por los nazis en los años treinta y perseguida por la dictadura militar en Argentina en los setenta, José Bleger y Pichón Riviere en la misma Argentina, Marcelo Viñar, preso en Uruguay por atender a víctimas de la represión, Alfredo Moffat causando conmoción en la Argentina de los años setenta con la publicación de un libro titulado "psicoterapia del oprimido" y, por otro lado, la influencia – tan decisiva para Martín Baró– de Paolo Freire en Brasil, o de Orlando Fals Borda en Colombia, y los trabajos pioneros sobre nacionalismo, ideología y dependencia de José Miguel Salazar en Venezuela, así como las búsquedas alternativas de los anti psiquiatras, en México y otros lugares, y, la emergencia en medio de una crisis de la psicología social hegemónica de la psicología comunitaria latinoamericana. (MONTERO, 2006 apud DOBLES, 2009, p.3).

De acordo com Dobles (2009), as proposições científicas e éticas de Martín-Baró encontram resistências até os dias atuais, porque, põem em discussão o papel dos intelectuais e suas relações com a classe popular e os grupos sociais dominados. Para tanto, seu conceito fundamental é o do engajamento crítico, o qual exige da Psicologia social a criticidade. A qual, para Martín-Baró, conforme explica Dobles:

> Esto constituye un posicionamiento que sigue produciendo resistencias, ya que pone en un primer plano la discusión acerca del papel de los intelectuales, y sus relaciones con los sectores populares. El concepto clave aquí es el de compromiso crítico. Estimo que la mirada puesta en la criticidad que destaca Martín-Baró (De La Corte, 2000:76) no puede convertir al otro concepto, el del compromiso, en un "punto ciego". La "independencia" del intelectual, y su criticidad, para Martín Baró, se dirime sobre este eje de compromiso. No puede entenderse fuera del lugar social que ocupa el intelectual o profesional en sus relaciones concretas, y su posicionamiento ante las relaciones de poder existentes. El compromiso crítico implica la criticidad ante los proyectos populares

> (movimientos, partidos, programas), pero desde una perspectiva situada, de compromiso con las víctimas. (DOBLES, 2009, p. 6).[4]

Portanto, vamos apresentar a Teoria Psicológica da Libertação destacando o modo como ela aborda a nossa temática, bem como a relação entre a sua estrutura filosófica, teológica e os mecanismos que adotou para combater a dominação de uma classe sobre outra.

Sabemos que foi a partir da Teologia da Libertação, que o psicólogo jesuíta Ignácio Martín-Baró encontrou recursos para elaborar uma nova psicologia, preocupada com as questões sociais importantes e de relevância política, econômica e estrutural e com a superação das suas consequências psíquicas. Dentre tais problemas, a sua preocupação com o povo latino-americano, especialmente com a população de El Salvador, foi o motivo suficiente para que buscasse entender a realidade dos pobres, bem como toda a violência envolvida na luta de classes produzida e mantida pelo sistema social de produção capitalista.

A mediação da Teologia da Libertação proporcionou novos fundamentos para Psicologia elaborar explicações diferentes das tradicionais sobre os sujeitos e a sociedade, fazendo com que muitos psicólogos sociais se envolvessem nas buscas por entendimentos guiados pelo materialismo histórico dialético, capazes de nos desvelar a realidade para nela interceder. Dentre esses psicólogos que buscaram construir uma metodologia específica para produzir pesquisas, analisar, conhecer e intervir na realidade do povo latino-americano, dois deles foram fundamentais: Silvia Tatiana Maurer Lane (1933-2006) e Ignácio Martín-Baró (1942-1989). Mesmo sendo dois autores que utilizamos nesta pesquisa, é importante explicitarmos que as suas

---

[2] [...] não se pode converter em outro conceito, o de **compromisso**, como um "ponto cego" A "independência" do intelectual, e sua criticidade, está estabelecida neste eixo de compromisso. Não pode ser entendido fora do lugar social ocupado pelo intelectual ou profissional em suas relações concretas e seu posicionamento em relação às relações de poder existentes. O engajamento crítico implica criticidade para projetos populares (movimentos, festas, programas), mas de uma perspectiva situada, compromisso com as vítimas. (DE LA CORTE, 2000, p. 76, apud DOBLES, 2009, p. 6. Traduzido por nós para uso nesta dissertação).

discussões contribuíram significativamente para o avanço de questões teóricas e metodológicas da Psicologia Social.

A história da Psicologia mostra que esta ciência sempre ofereceu explicações sobre as características psíquicas pautadas em visões de sociedade e de sujeitos que nunca foram condizentes com a realidade latino-americana. Essa miséria histórica da psicologia poderia dever-se à ausência de uma epistemologia, elaborada a partir das necessidades do povo da América Latina. Esse fato culminou na reprodução de modelos cientificistas de forma acrítica e desfocada das questões sociais condizentes com esta realidade.

Os interesses teóricos e práticos que orientaram a Psicologia da Libertação ajudaram a construir uma nova Ciência Psicológica que direcionou suas preocupações para as maiorias populares advindas da classe trabalhadora, sendo esta classe marcada pela pobreza coletiva e pela violência. Buscou-se assim, que a Psicologia se inscrevesse no conjunto dos conhecimentos com o caráter libertador e se mantivesse empenhada com o projeto histórico das massas populares (MARTÍN-BARÓ, 1998). Ou seja, havia o reconhecimento da necessidade de uma mudança na radicalidade quanto a ser uma ciência para a adaptação dos explorados à sociedade ou para a transformação da sociedade:

> Quizá la opción más radical que confronta la Psicología centroamericana hoy radica en la disyuntiva entre un acomodamiento a un sistema social que personalmente nos ha beneficiado ou una confrontación crítica frente a ese sistema. En términos más positivos, la opción estriba em si aceptar o no el acompañar a las mayorías pobres y oprimidas en su lucha por constituirse como pueblo nuevo en una tierra nueva. No se trata de abandonar la Psicología; se trata de poner el saber psicológico al servicio de la construcción de uma sociedad donde el bienestar de los menos no se asiente sobre el malestar de los más, donde la realización de los unos no requiera la negación de los otros, donde el interés de los pocos no exija la deshumanización de todos (MARTÍN-BARÓ, 1998, p, 77).

O caráter libertador da Psicologia latino-americana visa contribuir com a possibilidade de enfrentamento pela população a toda forma de opressão. O princípio de libertação não deve ser confundido com o principio de liberdade individual, que é defendido e marcado ideologicamente pelos dogmas do sistema ideológico liberal capitalista. Assim, a Psicologia da Libertação é um instrumento teórico e prática possível para o enfrentamento destes dogmas

liberais, como toda forma de desigualdade, de violência, de miséria e dentre outras tantas características presentes no cotidiano das pessoas, que são oriundas de uma realidade opressora que tornam a vida indigna e desumana.

Conforme Ibáñez (2000), a Psicologia da Libertação também tem como perspectiva para a sua realização a dimensão práxica. Portanto, orienta a elaboração teórica pelas questões práticas, e assim é direcionada pelas necessidades da realidade para reestruturar a Psicologia Social, que vinha sendo construída de modo pouco ou nada reflexivo, além de reproduzir os padrões cientificistas estrangeiros.

A psicologia latino-americana estava percorrendo o mesmo caminho da psicologia norte-americana: buscar o reconhecimento científico e social que daria às suas produções certa seriedade, e, para isso, a psicologia norte-americana se preocupou em entender e explicar o ser humano a partir das ciências naturais, a fim de:

> [...] adquirir un método y unos conceptos que la consagraran como científica mientras negociaba su aporte a las necesidades del poder establecido a fin de recibir un puesto y un rango sociales. La Psicología latinoamericana lo que hizo fue volver su mirada al big brother, quien ya era respetado científica y socialmente, y a él pidió prestado su bagaje conceptual, metodológico y práctico, a la espera de poder negociar con las instancias sociales de cada país un status social equivalente al adquirido por los norteamericanos (MARTÍN-BARÓ, 2006 p. 8).

A partir da crítica a estas condições de (re)produção na Ciência Psicológica e das influências da Teologia da Libertação e da Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire (1921–1997), foi que o padre jesuíta Ignácio Martín-Baró idealizou os princípios de uma nova psicologia ancorada num compromisso ético e político, sendo ela exercida de forma crítica para o realização da conscientização e da libertação do povo latino-americano.

> Desde la perspectiva de conjunto, hay que reconocer que el aporte de la Psicología, como ciencia y como praxis, a la historia de los pueblos latinoamericanos es extremadamente pobre. No han faltado ciertamente, psicólogos preocupados por los grandes problemas del subdesarrollo, dependencia y opressión que agobian a nuestros pueblos; pero, a la hora de materializarse, en mucho casos essas preocupaciones se han tenido que canalizar a través de un compromiso político personal al margen de la Psicología, cuyos esquemas resultan inoperantes para responder las necesidades populares (MARTÍN-BARÓ, 2006, p. 7).

Os modelos que fundamentam os aportes teóricos e metodológicos da Psicologia tradicional e que participaram das discussões que possibilitaram a criação da Psicologia da Libertação foram, dentre eles, o positivismo, que valoriza os dados empiricamente observáveis para o conhecimento; o subjetivismo ou fenomenologia, que valoriza a existência subjetiva do indivíduo; e o naturalismo ou ahistoricismo, que considera a natureza humana como natural e universal. Martín-Baró (2006) fez críticas ao modo como se aplicavam estes princípios em Psicologia, dizendo que, a partir destes, desconsideram-se algumas questões importantes:

> De ahí que el positivismo subreye el cómo de los fenómenos, pero tiende a dejar de lado el qué, el por qué y el pra qué. Esto, obviamente, supone un parcialización de la existencia humana que le ciega a sus significados más importantes [...] Con todo, el problema más grave del positivismo radica precisamente en su esencia, es decir, en su ceguera de princípio para la negatividad. El no reconocer más de lo dado lleva a ignorar aquello que la realidad existente niega, es decir, aquello que no existe pero que sería historicamente posible, si se dieran otras condiciones (MARTÍN-BARÓ, 2006, p. 9).

E, continuando as críticas, ainda afirmou que:

> El problema con el individualismo radica en su insistencia por ver em el individuo lo que a menudo no se encuentra sino en la colectividad, o por remitir a la individualidad lo que sólo se produce en la dialéctica de las relaciones interpersonales. De esta manera el individualismo termina reforzando las estructuras existentes al ignorar la realidad de las esctructuras sociales y reducir los problemas esctructurales a problemas personales (MARTÍN-BARÓ, 2006, p. 9)
>
> El último presuposto que quiero mencionar de la Psicología dominante es quiza el más grave: su ahistoricismo [...] Sin embargo, una concepción del ser humano que pone su universalidad en su historicidad, es decir, en ser una naturaleza histórica, acepta que tanto las necesidades como la inteligencia son en buena medida una construcción social y, por lo tanto, que asumir dichos modelos presuntamente transculturales y transhistóricos, elaborados en circunstancias distintas a las nuestras, puede llevarnos a una grave distorción de lo que en realidad son nuestros pueblos (MARTÍN-BARÓ, 2006, p 10)

Portanto, verifica-se que a Psicologia da Libertação de Martín-Baró é, antes de qualquer coisa, uma ciência crítica e reflexiva sobre a realidade do povo latino-americano, caracterizada por fatores de injustiças sociais, desigualdade econômica, pobreza, entre outros. A teorização desta psicologia se faz já com a preocupação que seja coerente com a sua prática, que se volta

para as necessidades do povo latino-americano e não as da classe dominante. Assume, assim, posicionamento político claro a favor da classe popular especificamente. (BLANCO e CORTE 2003).

Já é sabido que, dentre os movimentos sociais, a Teologia da Libertação foi o mais importante fundamento para a elaboração da Psicologia da Libertação, na década de 1970, e o próprio Martín-Baró (2011) apontou os principais pontos da Teologia da Libertação que ajudaram na elaboração desta nova psicologia, sendo que o primeiro foi:

> A afirmação de que o objeto da fé cristã é um Deus de vida e, portanto, que o cristão deve assumir como sua primordial tarefa religiosa promover a vida. Dessa perspectiva cristã, o que se opõe a Deus não é o ateísmo, mas, a idolatria, isto é, a crença em falsos deuses que produzem a morte. A fé cristã em um Deus de vida deve buscar, por consequência, todas aquelas condições históricas que dão vida ao povo, e no caso concreto dos povos latino-americanos, essa busca de vida exige um primeiro passo de libertação das estruturas sociais; pessoais depois – que mantém uma situação de pecado, ou seja, de opressão mortal sobre as maiorias (MARTÍN-BARÓ, 2011, pp. 190-191).

Observa-se a primazia na busca de um padre por conhecimento da realidade histórica sem ignorar a situação social. Isso a partir da utilização de uma teologia que alimentasse a fé cristã e que não exigisse dúvidas inerentes à ciência, porque, nestes princípios, a fé encontra-se naquilo que foi feito historicamente pelo e para o povo de Deus, o Cristo encarnado.

> La verdad práctica tiene primacía sobre la verdad teorétical, la ortopráxis sobre la ortodoxia. Para la Teología de la Liberación, mas que importante que las afirmaciones son las acciones, y más expresivo de la fe es el hacer que el decir. Por lo tanto, la verdade de la fe montarse en realizaciones históricas que evidencien e hagan creíble la existencia de un Dios de la vida. En este contexto, adquieren toda su significación las necesarias mediaciones que hacen posible la liberación histórica de los pueblos de las estructuras que los oprimen e impiden sua vida e su desarrollo humano (MARTÍN-BARÓ, 2006, p.12).

Como terceiro ponto, Martín-Baró (2011) assinalou que:

> La fe cristiana llama a realizar una opción preferencial por los pobres. La teologia de la liberación afirma que a Dios hay que buscarlo entre los pobres y marginados, y con ellos y desde ellos vivir la vida de fe. La razón para esta opción es múltiple. En primer lugar, porque ésa fue, en concreto la opción de Jesus. En segundo lugar, porque los

> pobres constituyen la mayoría de nuestros pueblos. Pero en tercer lugar porque los pobres ofrecen condiciones objetivas y subjetivas de apertura al otro y, sobre todo, al radicalmente otro. La opción por los pobres es el lugar teolólogico por excelencia desde el cual realizar la tarea salvadora, la construcción del reino de Dios (MARTÍN-BARÓ, 2006, p.11).

Sendo coerente não só com a Teologia da Libertação, mas principalmente com o marxismo, destaca que são as transformações provocadas pelas ações dos homens na natureza que permitem a manutenção das suas vidas. Mas, como estes movimentos são planejados para atingirem um resultado determinado pelas necessidades humanas, se tornaram trabalho, o quê Martín-Baró (1989a) confirmou em sua Psicologia como a principal atividade que constitui o ser humano. Sendo assim, e, por consequência, o trabalho, e todas as suas exigências e implicações interferem nas determinações sociais das características sexuais dos seres que irão trabalhar ou usufruir do trabalho alheio.

Ao tratá-lo na sua íntima relação com a ordem política burguesa estabelecida na sociedade capitalista e considerando que o trabalho humano explica as características psíquicas das pessoas, Martín-Baró (1989b) estudou os comportamentos dos homens no trabalho enquanto articulações dessa ordem social.

Ao levar em consideração a importância das alienações como instrumentos ideológicos, e saber que as sociedades classistas não têm ensinado que as transformações da realidade, inclusive as sexuais, são necessárias para a manutenção da vida, Martín-Baró (1996) apontou o princípio da Conscientização tal como proposto e praticado por Paulo Freire, como outro aspecto a ser trabalhado pela psicologia.

Esse princípio orienta para o entendimento de que a conscientização dos sujeitos não se restringe e nem é iniciada na esfera individual e subjetiva, mas, que para compreender a própria vida, o sujeito deve antes de tudo entender as condições concretas que estruturam o seu grupo social. Logo, a conscientização é um fenômeno comunitário e que só possibilita a libertação pessoal através da transformação das condições materiais de seu grupo, ou seja, tal processo se inicia do coletivo para o individual (IBÁÑEZ, 2000).

Nesse sentido, Martín-Baró (1996) afirmou que seria necessário que a psicologia voltasse às suas raízes históricas: analisar a consciência humana, sendo que:

> A consciência não é simplesmente o âmbito privado do saber e sentir subjetivo dos indivíduos, mas, sobretudo, aquele âmbito onde cada pessoa encontra refletido o impacto de seu ser e de seu fazer na sociedade, onde assume e elabora um saber sobre si mesmo e sobre a realidade que lhe permite ser alguém, ter uma identidade pessoal e social. A consciência é o saber, ou o não saber sobre si mesmo, sobre o mundo e sobre os demais, um saber práxico mais que mental [...] (MARTÍN-BARÓ, 1996, p. 14).

Blanco (1998) destaca, portanto, que no primeiro texto que Martín-Baró publicou, ele já afirmava que o desafio da Psicologia da Libertação seria o de dar atenção às questões da realidade do povo da América Latina e, para isso, agir com o intuito de livrar as maiorias populares do fatalismo que justifica tanto a opressão política como a exploração econômica.

O conceito de fatalismo foi analisado criticamente por Martín-Baró (1998), que contesta a proposição que, independentemente das condições sociais, o fatalismo seria um traço do psiquismo humano ou uma característica inerente aos pobres e ao povo latino-americano. Ele fez objeções a teses psicologizantes, porque, atribuíam às camadas marginalizadas a responsabilidade da sua própria exclusão, bem como também criticou a ideia que a estruturação social estaria fundamentada no psiquismo humano.

> El fatalismo es, por ello, una realidad social, externa e objetiva antes de convertirse en una actitud personal, interna y subjetiva. Las classes dominadas no tienen possibilidad real de controlar su propio futuro, de definir el horizonte de su existencia y moldear su vida de acordo a esta definicíon. El lugar de nascimento se convierte en lugar de destino (MARTÍN-BARÓ, 1998, p. 96).

Segundo Martín-Baró (1998), o fatalismo existe como um sistema ideológico que se origina nas estruturas sociopolíticas internalizadas no psiquismo, de acordo com as experiências cotidianas do sujeito com o mundo social. Esse sistema ideológico, enraizado psiquicamente no sujeito, garante a reprodução e a manutenção da dominação e da ordem social. É um importante instrumento ideológico utilizado pela classe dominante, mascarando os acontecimentos sociais em fenômenos naturais para, assim, induzir o

proletariado à aceitação social e resignação perante os acontecimentos da vida, cujas transformações seriam improváveis.

Por isso, a Psicologia da Libertação, baseada nos princípios do materialismo histórico-dialético, não valoriza a ideia da existência de subjetividade privatizada e que esteja construída a partir dos princípios liberais e do desenvolvimento do sistema produtivo capitalista. Observa-se que tal Psicologia adota um posicionamento de ciência crítico e articulado com a realidade social da maioria populacional.

Assim, sabe-se que a psicologia tradicional cumpriu um projeto de ciência que acabou sendo um dos instrumentos a confirmar a ideologia burguesa como o parâmetro de verdade e normalidade psíquica; sendo, então, utilizada como ferramenta de dominação. Na América Latina, a psicologia tradicional consolidou-se ao importar, universalizar e naturalizar modelos teóricos e metodológicos da psicologia americana e europeia, sendo que tais modelos promovem a primazia da teoria sobre a prática e permitem, assim, que se ignore a realidade do povo latino-americano (MARTÍN-BARÓ, 1998).

No que se refere aos processos constitutivos do sujeito, dentre eles os de identidade sexual, Martín-Baró (2005) destaca que não basta compreender os fatores genético-biológicos, que explicam a natureza sexual como um conjunto de caracteres orgânicos ou da personalidade individual, mas, é indispensável que se recorra aos fatores de ordem ideológica e social, pois, há características específicas do homem e da mulher latino-americanos que os estereotipam como modelos generalizados.

Por isso, Martín-Baró utilizou a expressão Tipologia Machista para descrever com clareza o padrão masculino do heterossexismo, sendo um processo descrito sobre o estereótipo masculino nas sociedades latino-americanas, denominado de Síndrome da Tipologia do Macho, o qual descreve algumas características comuns na diferenciação sexual tal como ocorre na América Latina.

As diferenciações sexuais entre homens e mulheres correspondem à média das pessoas latino-americanas e muitas de suas características são atribuídas erroneamente à natureza humana. Assim, Martín-Baró (1985) entendeu que o problema não se reduz a produção desta diferenciação humana, mas, além disso, que se tenda a justifica-la, atribuindo-a a natureza.

Exemplos disso são as crenças de que a mulher tem o instinto de ser mãe e criar os filhos, já o homem o de ser másculo por natureza, como, por exemplo, agir sem a manifestação de suas emoções. O contrário disso supõe o pensamento de que algo está errado, de que não pode acontecer, de que deve ser combatido.

Assim, verificou-se que, com origem nas estruturas sociais e na educação, um conjunto de ideias vai sendo afetivamente construído no sujeito. Este conjunto “producen en nuestro psiquismo temores o alegrías, tristezas o ilusiones, angustias o felicidades. Es decir, no son unas ideas meramente objetivas, sino unas ideas que afectan nuestro ser, moviéndole a emociones diversas (MARTÍN-BARÓ, 1968, p. 38).

Essas ideias afetivamente transmitidas aos sujeitos no decorrer das suas relações interpessoais se referem ao que Martín-Baró denominou de Complexos, sendo que “un complejo consiste en un grupo o conjunto de ideas, impregnadas afectiviamente, que desarrollan actividades inconscientes y se manifiestan por una serie de síntomas externos” (MARTÍN-BARÓ, 1968, p.38). Assim, a atividade desse conjunto de ideias no psiquismo nem sempre é conscientemente pensada ou refletida pelo sujeito, mas, ela ainda interfere no modo de ele proceder no mundo.

Os complexos, dentre eles o Complexo do Macho, podem gerar sintomas iguais em diferentes indivíduos, e quando estes são transmitidos por padrões sociais, criados e mantidos socialmente, estamos tratando de um complexo que afeta toda a sociedade. Destaca-se que, sem dúvidas, o complexo será manifestado de formas diferentes, mas, a sua base estrutural é a mesma, ainda que ele esteja influenciado por conteúdos do ambiente específico, da classe social, da situação econômica, religiosa, do nível cultural, dentre outros (MARTÍN-BARÓ, 1968).

Independente dessas variáveis - de classe social, situação econômica, religião, nível cultural -, o preconceito contra os homossexuais se manifestará quando assim for necessário para a manutenção do capital, seja esta manifestação desde as formas mais violentas como nos casos de assassinatos ou espancamentos noticiados raramente pela mídia, seja de modo mais sutil como nas piadas e deboches. O preconceito tem a sua função para o sistema capitalista e esta função é econômica: fragmentar a classe trabalhadora para

baratear a mão de obra, aumentar a exploração da mais-valia, ampliar o controle da classe dominante e aumentar o lucro do capitalista. Esta fragmentação pode acontecer pela disseminação da homofobia através das instituições sociais.

A religião, por exemplo, tem uma história de fomento à homofobia que, independente do seu ponto de sustentação, tem o seu embasamento calcado na ideia de que o homem e a mulher foram criados para reproduzirem a espécie e, portanto, a própria humanidade, por meio da transmissão das características de Deus ou de Jesus Cristo aos homens. Essa explicação contribui para disseminar a supervalorização das características físicas e culturais de uns em detrimento da diferenciação e discriminação de características diferentes de outros.

Nesse sentido, levando em consideração a determinação cultural, o autor aponta outro Complexo que estaria formado de modo complementar ao machismo, presente na cultural latino-americana, e que está presente na fundamentação cristã: o Complexo de virgindade, o qual, assemelhando as mulheres à virgem Maria, exige delas comportamentos considerados como os da mãe de Jesus Cristo como, por exemplo, o de socorrer e educar a fé dos seus filhos, ser submissa às vontades de Deus e levar uma vida simples e silenciosa.

Nesta visão, as mulheres deveriam estar sempre submetidas às vontades masculinas. Para serem aceitas socialmente, elas deveriam seguir alguns requisitos como o de obedecer às vontades do homem. Na maior parte de seu tempo diário, elas deveriam permanecer dentro de casa; elas não poderiam estudar; e deveriam ter a obrigação de chegar ao matrimônio virgem para que, assim, se tornassem instrumento de seu marido. O marido ensinaria à esposa, conforme suas vontades, as práticas e conhecimentos sexuais a fim de moldá-la a seu gosto.

O Complexo do Machismo pode gerar algumas consequências. Exemplo disso é o homem macho desenvolver problemas psicológicos, de ordem emocional pelo impedimento da manifestação de seus afetos, bloqueando, assim, a liberação de energia psíquica. Também existem consequências do machismo que interferem na vida matrimonial do casal heterossexual e na própria educação dos filhos. As crianças acabam aprendendo a reproduzir tais

padrões sociais. Assim, é importante esclarecer que uma sociedade machista produz efeitos destruidores à vida das pessoas, além de bloquear o progresso social (MARTÍN-BARÓ, 1968).

É claro que homens e mulheres não são sujeitos idênticos em seu desenvolvimento físico e psicológico, mas, eles devem ser tratados igualmente em aspectos de dignidade, educação e oportunidades. Como afirmou Martín-Baró (1968), homens e mulheres “Son las dos vertientes del ser humano, iguales em su diferencia, mutuamente necesitantes e complementarias” (p.42) e que, para superar tal complexo seria necessária a reestruturação das condições sociais tanto nos planos cultural e educativo quanto nos econômico e político.

Já foi apontado que as diferenciações sexuais das pessoas não são determinadas geneticamente, mas sim por fatores socioculturais. Martín-Baró (2005) buscou definir os mitos que descreveram, ainda que de forma incompleta ou errônea, a realidade cultural das pessoas quanto às questões sobre a sexualidade. Para isso, ele utilizou-se da expressão Mitologia Sexual.

Por Mitologia Sexual explica-se que as diferenças sexuais são atribuídas à natureza humana. Isso seria capaz de embasar a discriminação social e de tornar-se indicador de caráter ideológico do que é ser homem ou mulher nesta sociedade, afirmando:

> Machismo e feminismo são verdadeiros mitos sociais que amparam práticas convenientes aos interesses dominantes em nossa organização social. Por mito entendemos aqui aquela idéia ou conjunto de idéias que pretendem refletir e explicar uma determinada realidade, porém que, de fato, as distorcem e ocultam em benefício daqueles que detêm o poder. (MARTÍN-BARÓ, 2005, p.174, tradução nossa).

Verificando alguns estudos empíricos sobre o hermafroditismo humano e sobre o desenvolvimento de características específicas em meninos e meninas de diferentes culturas, Martín-Baró (2005) observou que, depois do nascimento do sujeito, a diferenciação psicossocial se torna função da história social, que deixa marcas tão profundas quanto a programação fiologenética. As conclusões destes estudos foram também a de que as diferenças entre os sexos são de ordem histórica, cultural e social, afastando-se, assim, de

qualquer tentativa naturalista de classificá-las, pois, se assim fizesse, estaria contribuindo com a promoção da discriminação social.

Desse modo, tal processo de mistificação é verificado empiricamente através dos comportamentos das pessoas e pela análise da sua funcionalidade social. A diferenciação entre os sexos satisfaz necessidades sociais de divisão de trabalho e, também, de atribuição à natureza aquilo que se fez produto de uma determinada história social. A mistificação é um processo que acontece de forma muito sutil e ainda está presente na própria produção científica, trazendo em si a identificação da ciência sem considerar a determinação sociocultural.

Desse modo, as características que determinam o modo de ser homem ou de ser mulher são ao mesmo tempo reais, ao se verificar algumas delas com certa frequência nas pessoas, mas são também místicas, pois, elas mascaram a verdadeira realidade histórica e funcional e indica uma suposta naturalização à essência humana.

O que existe de grave nesta tipologia machista é o seu caráter discriminatório que perpassa as questões da mulher, afirmando um estado de subserviência e subordinação aos interesses e projetos da vida do homem. Como toda forma de opressão, a discriminação é prejudicial tanto ao oprimido quanto ao opressor, desumanizando-os em seu processo, além de que a sexualidade pode apresentar uma profunda alienação desumanizante (MARTÍN-BARÓ, 1985).

Nessa linha de raciocínio, as pessoas aprendem a ser masculinas ou femininas da mesma forma que aprendem a falar idiomas e atuar conforme a ideologia dominante, que sustenta a ideia de princípios morais. Sendo assim, a aprendizagem sexual transmite ao sujeito condutas e padrões diferenciados de masculino e feminino, caracterizando, portanto, como uma aprendizagem tipificada.

Neste sentido, Martín-Baró (2005) explicou o processo que ensina o sujeito sobre os padrões construídos da sexualidade humana na sociedade capitalista a partir do conceito da Tipificação Sexual:

> Processo de aprendizagem pelo qual o indivíduo adquire padrões de conduta sexualmente tipificados: primeiro aprende a *distinguir* entre estes padrões; depois a *generalizar* estas experiências concretas de aprendizagem para situações novas, e, finalmente, a *praticar* tais condutas. O processo inclui ainda o condicionamento direto ou

> indireto de muitos estímulos que adquirem valor diferenciador e provocam nos sexos respostas emocionais e atitudes diferentes. (Mischel, 1942, pág. 38). Deste modo, os indivíduos adquirem condutas sexualmente tipificadas, ou seja, aquelas que acarretam diversas conseqüências para os indivíduos de sexos diferentes. Certos movimentos corporais são considerados como próprios da mulher e as tornam mais atraentes, porém acarretam a rejeição quando são executados por um homem; se trata de gestos sexualmente tipificados. (MARTÍN-BARÓ, 2005, p. 169-170. Tradução nossa).

Martín-Baró (2005) fez uma síntese crítica após analisar diferentes explicações sobre a construção da identidade sexual, retratando que:

> 1 – O fisiológico-corporal é o condicionante básico da identidade sexual das pessoas, o ponto de partida de qualquer processo de socialização sexual. Mas, este condicionamento não é determinante no sentido mecânico, mas sim que a pessoa alcança sua identidade sexual através de uma histórica pessoal que parte desse dado primário, ainda que nesta joguem um papel também essencial os elementos sociais e culturais. Na concepção de Frank A. Beach (1977, pág. 5) "é razoável pensar que as diferenças sexuais congênitas no cérebro não funcionam como 'determinantes' totais das diferenças comportamentais subseqüentes, mas sim como fontes de tendências ou predisposições para responder a programas sexualmente diferentes de treinamento social".
>
> 2 – Cada organização sócio-cultural determina, explicitamente, as formas aceitas como exemplares e necessárias para cada sexo; estas formas podem diferir acentuadamente de um grupo para outro e de uma para outra cultura. Os modelos sociais a respeito da sexualidade não são conseqüências de uma determinação mecânica a partir dos dados biológicos nem uma escolha arbitrária, mas correspondem a interesses, necessidades e experiências próprias de cada sociedade ou grupo social.
>
> 3 – Através dos processos de aprendizagem, o indivíduo humano vai se convertendo em homem ou mulher, seus hábitos e comportamentos vão se tornando caracteristicamente masculinos ou femininos. Esta aprendizagem é diferencial, já que as condutas sexualmente tipificadas produzem diversos tipos de reforço segundo a identidade fisiológica da criança, ainda que nesta também influenciem as diferenças intra-sociais.
>
> 4 – No desenvolvimento da identidade sexual tem papel importante o desenvolvimento das estruturas cognitivas e, por conseqüência, a imagem que de si mesmo como homem ou mulher adquire cada indivíduo. Os valores e atitudes aceitos mais tarde estarão condicionados pela necessidade de consistência com esta imagem própria de cada indivíduo, ainda que, como o caso da moralidade, certas inconsistências formais correspondam ao caráter ideológico dos valores sexuais. (MARTÍN-BARÓ, 2005, p. 169-171. Tradução nossa).

Assim, ele alegou que para compreender a sexualidade humana, é necessário partir das diferenciações biológico-corporais dos indivíduos mesmo

que, enquanto processo psicológico, estas sejam fatores suficientes para a identificação sexual. Psicologicamente, a identidade sexual é constituída no processo das relações do individuo com a sociedade.

Entretanto, quando um grupo social dominante institui a subordinação de outros grupos devido às características distintas daquelas defendidas pelos interesses dos dominantes, a diferenciação torna-se discriminatória. Assim, ao invés do grupo discriminado afirmar as suas características próprias na aceitação delas pelos outros grupos, acaba ocorrendo a depreciação da sua condição de existência.

Martín-Baró (2005) explicou essa violência sofrida pelas minorias políticas pelo conceito da Socialização, o qual permite explicar que os processos desenvolvidos na subjetividade humana se constroem em decorrência da estrutura social. Estes processos indicam as relações primárias de constituição do sujeito. Estas relações primárias são desenvolvidas historicamente e mantêm as características culturais, que promovem a constituição de aspectos violentos na personalidade e na subjetividade. Dessa forma, a princípio, todas as pessoas são preconceituosas se analisadas pelo seu processo constitutivo, pois, o preconceito tem as suas raízes na cultura, cultura esta que o sujeito está inserido e que dela é constituído.

Para Martín-Baró (1997), a família é a primeira instituição social responsável pelo processo de socialização do sujeito e, como tal, ela responde às necessidades sociais, sendo transportadora dos regulamentos que a sociedade exige. A família irá reproduzir as exigências da sociedade cuja ideologia em relação a ela determinará a transmissão de valores que nortearão a constituição da sexualidade de seus membros, na forma como assumem a masculinidade ou a feminilidade.

Estas diferenciações humanas não devem ser consideradas como lados opostos que dividem as pessoas, mas, devem ser entendidas como normais e deveriam ser socialmente desejadas, na medida em que elas expressam o processo histórico de diversificação humana. A não aceitação desse processo de diferenciação faz com que as pessoas, ao desenvolverem a consciência da sua identidade pessoal na vida social, não percebam que estão reproduzindo a alienação e a desumanização. Esse destaque foi feito por Martín-Baró (2005), alertando sobre o:

> [...] processo de socialização sexual, não só porque através dele as pessoas adquirem uma dimensão de sua identidade crucial na vida social, mas porque através desse processo pode-se estar reproduzindo situações de alienação e desumanização em benefício de alguns interesses determinados socialmente (MARTÍN-BARÓ, 2005, p. 166).

Analisando o processo de socialização, percebe-se que nele o sujeito sofre violência. Neste processo acontece a apropriação de componentes culturais e, dentre eles, têm-se as exigências do sistema produtivo imperante. A interiorização desses componentes por cada pessoa faz com que o percurso do desenvolvimento de cada sujeito siga determinados caminhos e não outros.

Quando Martín-Baró (2003) destacou que, no processo de socialização, o controle social constitui a forma de violência interiorizada por cada pessoa, ele alertou para o cuidado de não se recorrer aos idealismos abstratos, pois, toda constituição humana supõe doses de coerção e o próprio desenvolvimento humano requer opções. O problema apresentado pelo autor não se resume a esta dose necessária de coerção, mas, abrange ao caráter de coerção imposta através do ordenamento social.

Assim, quando a classe dos oprimidos recorre à violência para buscar a sua libertação, através de movimentos e organizações populares, vê-se que ela deriva da violência estrutural da sociedade capitalista. Sabe-se que o ciclo da violência não começou com os oprimidos, mas sim, com o estabelecimento da opressão. Isso faz com que os oprimidos também “levantem armas” como uma reação.

Para se falar de violência institucional ou estrutural, deve-se considerar que as estruturas sociais podem exercer influência sobre as pessoas a ponto de direcioná-las a possíveis estados ou situações que as obriguem a agir de forma contrária aos seus interesses, vontades e prazeres. Seria difícil provar a existência desta violência estrutural, mas, sabe-se que esta violência é primária e objetiva beneficiar o grupo dominante – burguesia, e, para isso, violentam os grupos sociais dominados – proletariado. Verifica-se, então, o caráter negativo da violência.

Martin-Baró (2003) também apontou que uns dos conteúdos mais presentes nas análises psicológicas estão direcionados a formas de violência da vida humana, que acontece em função do poder estabelecido. O conteúdo

violento que se torna objeto de análise tem sido os atos e as manifestações contrárias ou as que prejudiquem, de alguma forma, o sistema produtivo vigente, seja por manifestações em violências física ou psicológica – constituinte individual ou coletiva.

A violência se apresenta de inúmeras formas, conforme cada situação, além de ser um conjunto de condutas e atitudes que estão em constante mudança. Assim, ela tem o seu caráter histórico, sendo impossível de entendê-la fora do contexto social que a produziu, obrigando o pesquisador analisá-la conforme o "marco de los intereses y valores concretos que caracterizan a cada sociedad o a cada grupo social en una situación y momento concreto de la historia de un país" (MARTÍN-BARÓ, 2003, p. 81).

Os atos violentos nem sempre são atos racionais e razoáveis A violência exige sempre "una justificación frente a la realidad a la que se aplica; y es ahí donde la racionalidad de la violencia se confluye con la legitimidad de sus resultados o con la ligitimación por parte de quien dispone del poder social (MARTÍN-BARÓ, 2003, p. 88).

Assim como a sociedade salvadorenha, outras sociedades latino-americanas se encontram organizadas e divididas em grupos sociais, os quais possuem interesses incompatíveis. Essa incompatibilidade de interesses sociais dos grupos está na gênese da oposição objetiva das classes sociais – burguesia frente ao proletariado, e que, a cada momento histórico, o ordenamento social constitui o produto deste movimento de forças sociais.

> Puesto que el orden social es producto y reflejo del dominio de una clase social sobre el resto, la conclusión más importante que de ahí se sigue es también la más obvia; la violencia ya está presente en el mismo ordenamiento social y, por tanto, no es arbitrario hablar de violencia estructural. Esta violencia no es una violencia de individuos; ni siquiera es necesario que exista conciencia personal sobre ella. Por el contrario, se trata de una violencia de la sociedad en cuanto totalidad y, mientras no entre en crisis, se impone con una connaturalidad de la que no se es consciente en forma refleja. Pero que la violencia está allá y que supone una continua coerción impuesta a las clases dominadas, há sido puesto de manifiesto históricamente con los movimientos de desobediencia cívica e no violenta (MARTÍN-BARÓ, 2003, p. 121).

Assim, tratar a violência como uma questão estrutural na sociedade não significa reduzi-la a inadequada distribuição dos recursos produzidos e

disponíveis para a satisfação das necessidades básicas da maioria social, mas, significa dizer sobre o próprio ordenamento social dessa desigualdade opressiva, através de uma legislação que ampara esta distribuição desigual da riqueza produzida, além de criar mecanismos que estabelecem uma força coercitiva para fazer todos respeitarem essa desigualdade opressiva.

4. “POR QUE É QUE, CULTURALMENTE, NÓS NOS SENTIMOS MAIS CONFORTÁVEIS VENDO DOIS HOMENS SEGURANDO ARMAS DO QUE DANDO AS MÃOS?” (ERNEST GAINES)

Iniciar qualquer pesquisa exige do pesquisador uma revisão de literatura, a fim de buscar o que a ciência vem produzindo sobre a temática investigada. Para tanto, este capítulo contempla alguns dados de pesquisas realizadas sobre o preconceito homofóbico, bem como eles podem contribuir ou não para esta investigação acadêmica. Assim, a partir deste capítulo, pode-se entender sobre a realidade condizente às questões investigadas, especificamente sobre a homofobia e a homossexualidade nas relações de trabalho.

A partir daqui, será possível pensar o já sabido, verificar os novos caminhos de investigação e analisar o que a presente pesquisa nos oferece de novo. Lembrando que esse novo não acontece do nada, mas, emerge daquilo que a própria humanidade produziu em seu modo de vida social, afinal, a novidade não independe da realidade concreta do sujeito como um simples fruto da imaginação.

Este capítulo da pesquisa traz dados que, também, caracterizam a materialidade da relação trabalho-preconceito homofóbico. Assim, sabendo que, atualmente, vive-se no modo de produção capitalista, faz-se necessário analisar a superestrutura da sociedade a partir da sua infraestrutura. Toda a estrutura ideológica e jurídico-política da sociedade só pode ser mais bem entendida através da prévia compreensão das forças e meios de produção, pelos próprios sujeitos que constroem o meio social – os trabalhadores -, pela base econômica que sustenta a sociedade.

E é nesse sentido que pensamos este capítulo, a fim de constatar o modo como nós estamos lidando com as questões relacionadas à homofobia na Psicologia. De início, para se compreender o ponto de partida desta investigação, estão expostos os principais resultados de outra pesquisa, que foi desenvolvida por nós, a qual está intitulada “Determinações Psicossociais do Preconceito contra a Homoafetividade em Mato Grosso do Sul (MS)”. A realização dela se deu no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre os Aspectos

Psicossociais da Educação e do Trabalho (GEPAPET), entre os anos de 2009 e 2012, na cidade de Campo Grande – MS.

Tal pesquisa, também, foi orientada metodologicamente pelos princípios e fundamentos do materialismo histórico-dialético, com os quais se buscou entender a gênese e os determinantes do preconceito homofóbico no Estado de Mato Grosso do Sul, e a forma como os interesses de instituições sociais medeiam à constituição das identidades sociais e sexuais.

Como ramificação desta pesquisa do GEPAPET, especificamente no ano de 2011, uma Pesquisa de Opinião também foi realizada, a fim de identificar o que as pessoas pensavam sobre a homossexualidade e sobre a homofobia – desde o que são esses fenômenos até o entendimento que possuem sobre a origem deles - na cidade de Campo Grande – MS. Para tanto, foi elaborado um questionário, construído a partir da testagem de vários questionários espelhos - com questões fechadas -, conforme as orientações de teóricos como, por exemplo, o sociólogo Jean Stoetzel (1910–1987) e o psicólogo Ignácio Martín-Baró. Na pesquisa, mil questionários foram aplicados, em locais de intenso fluxo de circulação pessoas, como no aeroporto, na rodoviária, nas universidades e nos hospitais da capital.

Dentre os resultados, identificou-se que um dos aspectos caracterizadores das pessoas que expressaram o preconceito homofóbico, seja em forma de opiniões seja em forma de agressão física, possui, também, relação com a classe social e a posição que a pessoa ocupa nela. Conforme Leão (2011), quase todos os sujeitos que disseram sentir nojo, constrangimento ou indignação, quando presenciaram alguma manifestação de comportamento homossexual, disseram possuir salário mensal de, no mínimo, dois ou três mil reais. Assim, essas pessoas, naquele momento histórico, não possuíam padrão de vida miserável, mas, pelo contrário, possuíam o mínimo de conforto possível quando comparadas a outras pessoas que possuíam salário mensal inferior a mil reais.

Dessa forma, conforme o cruzamento dos dados verificou-se que à medida que se aumentava o valor do salário mensal das pessoas, as manifestações de opiniões homofóbicas e atitudes discriminatórias ampliavam-se, ou seja, de cada dez pessoas com salário base de três mil reais, seis delas manifestaram, claramente, o preconceito homofóbico; enquanto que a cada dez

pessoas com salário mensal acima de quatro mil reais, sete delas manifestaram, tranquilamente, a homofobia, sem medo de serem julgadas. Já as pessoas com salário mensal acima de oito mil reais, a cada dez, oito delas emitiram opinião preconceituosa sobre os homossexuais.

A análise desses dados mostrou a alta probabilidade de as pessoas das ditas classes média e alta da sociedade, assim classificadas pelo consumo de mercadorias realizado por elas, manifestarem o preconceito homofóbico, em suas opiniões e atitudes, sem muito constrangimento e de forma clara e direta. Dentre as pessoas que fizeram parte de tal pesquisa, mais de 80% correspondeu a essas classes e, nesta porcentagem, mais de 60% emitiu claramente ser desfavorável a homossexualidade, além de recriminar qualquer comportamento ou atitude que indique a demonstração afetiva entre duas pessoas do mesmo sexo ou gênero.

Logo, percebe-se que em posições de classe mais condicionadas, ideologicamente, à burguesia, que inclui os proprietários de lojas e de centros comerciais, a manifestação da homofobia acontece com mais clareza e sem muito impedimento social. São as pessoas da classe burguesa que disponibiliza emprego aos trabalhadores, e, nos dias de hoje, os empregadores estão contratando, para venderem suas mercadorias, os mesmos tipos de pessoas para as quais vêm demonstrando aversão: os homossexuais.

Conforme Leão (2010b), um dos aspectos que promove e permite a manifestação do preconceito é a diferença de classe social e seus extratos intermediários. Aqueles que se aninham no extrato médio e alto de consumo, sentem-se mais a vontade para reproduzir e expressar suas crendices. Assim sendo, analisou-se que a manifestação da homofobia sem grandes empecilhos acontece por pessoas que possuem salário mensal acima de dois mil reais. E, quanto mais alto o salário, maior é a chance de a manifestação homofóbica ser mais aceita socialmente ou expressa com mais segurança.

Outros resultados, também sobre a opinião pública da maioria das pessoas - por volta de 80% -, sobre o que caracteriza a homofobia e a homossexualidade, são interessantes no que diz respeito ao entendimento do preconceito homofóbico. O primeiro deles foi a dificuldade das pessoas em lidar com o termo Homofobia, confundindo-o, muitas vezes, com o termo Homossexualidade. Esse resultado foi nteressante de ser analisado, porque,

quando se falava sobre a importância de combater a homofobia e das medidas para isso, mesmo concordando, as pessoas respondiam como se defendessem o combate à homossexualidade. Ambos os termos, muitas vezes, apareceram nos discursos das pessoas como sinônimos, ocasionado situações bem interessantes, porque, na busca de conversar com as pessoas e articular algo para tentar combater a homofobia, elas conversavam como se estivesse sendo proposto combater a homossexualidade. Assim, entende-se o porquê de muitas políticas contra a homofobia terem pouca eficácia: a maioria das pessoas não domina o uso correto do termo, o que, portanto, as colocam numa posição de não saberem ao certo do que se trata, afinal, as ações governamentais não estão sendo suficientes para colocar a situação em discussão.

Percebeu-se, também, conforme Leão (2012), que discutir o combate da homofobia é bastante complicado, pois, o próprio termo já carrega em si tal complicação. O termo Fobia esta, classicamente, vinculado a uma doença, situando o sujeito homofóbico como alguém que está ou que é doente. O próprio psicólogo americano – George Weinberg (1937 – 2017) ao cunhar, pela primeira vez, o termo Homofobia, em 1972, passou a tratá-la como doença social, o que, para a autora, é bastante complicado, pois, ao se considerar que o corpo social tem a capacidade de adoecer, acaba comparando a sociedade ao organismo humano e, aí, a forma de intervenção passa a ser completamente diferente. Ninguém age no corpo humano da mesma forma que se age num grupo social.

Apesar dessas complicações que o termo carrega em si, tal psicólogo nova-iorquino, ao utilizar a palavra homofobia, indicou que o preconceito à homoafetividade é uma questão social e não um comportamento inerente e exclusivo de cada sujeito. A perspectiva de ser uma manifestação individual, até então, vinha sendo utilizada nos modelos médicos para explicar a homossexualidade como instrumento de opressão. Assim, Leão (2012) pensa que se tivesse sido criada outra denominação, talvez, os resultados de combate à homofobia seriam mais eficazes.

Outro resultado interessante, trazido pela pesquisa de opinião pública, foi o desconhecimento das pessoas sobre a origem tanto da *homo*fobia quanto da homossexualidade. Falando da origem da primeira, cerca de 60% das

pessoas acharam que a homofobia é uma questão individual e que nasce no íntimo de cada individuo; 30% não souberam responder e o restante mostrou que ela é entendimento como uma questão social. Já, ao se tratar da origem da segunda, as opiniões foram as mais diversas possíveis, demonstrando que a origem da homossexualidade pode ter causas, unicamente, genéticas ou fisiológicas ou de aprendizagem ou psicológicas, ou na combinação de algumas delas ou de todas.

Em relação à origem de qualquer preconceito, sabemos que além de atender a determinados interesses de classe dominante, ela é, também, consequência das condições sociais em que as pessoas vivem. A própria sociedade fomenta e sustenta os preconceitos, e a homofobia dentre eles, através de diferentes formas, principalmente por instituições, como a religiosa, por exemplo. E isso se faz muito interessante, porque, conforme Leão (2012), a justificativa que mais apareceu nos discursos das pessoas para explicarem a existência do preconceito homofóbico esteve embasada na lógica explicativa cristã.

A religião cristã, seja qual for o ponto de sustentação de cada igreja, tem como base a ideia de que existe no mundo o homem e a mulher, e que ambos são os responsáveis pela reprodução da espécie e que, portanto, são, também, responsáveis por toda a humanidade através da transmissão das características de Deus ou de Jesus Cristo. Sabe-se que é difícil tal instituição construir outras explicações, mas que pelo menos, ela revisasse os seus fundamentos que fomentam o preconceito.

A opinião geral das pessoas sobre a homossexualidade se deu a partir de julgamentos morais. Tal pesquisa também registrou que a maioria das pessoas da cidade de Campo Grande - MS pensa a homossexualidade e se relaciona como os homossexuais, a partir de relações mediadas pela homofobia aprendida. O aprendizado da homofobia se dá através de crenças preconceituosas, transmitidas por instituições sociais tais como a família, a educação escolar, a religião, por exemplo. Portanto, o homofóbico orienta suas ações pelo seu entendimento, que é a-histórico e errôneo, sobre a homossexualidade e, também, pela aprendizagem do preconceito, o qual possui, na cultura, suas raízes.

Dentre os resultados da mesma pesquisa de opinião, um deles mostra que o motivo que levou as pessoas a classificar alguém como homossexual se deu pela presença de algumas características específicas e estereotipadas. Tais características são preservadas na cultura, ao longo dos séculos como, por exemplo: o jeito de andar e falar, as preferências musicais, a companhia de amigos também homossexuais ou de amigos do gênero oposto ao seu, o estilo de roupa, o corte de cabelo, entre outas.

Confoem Leão (2010b), na tentativa de justificar o preconceito, as pessoas explicaram a origem da homossexualidade de diversas formas diferentes. Uma delas foi a partir de causas relacionadas à aprendizagem, sendo esta causa uma visão mais simples que algumas teorias psicológicas, mas, que também merece atenção. Cerca de 40% das pessoas emitiram opinião de que os sujeitos aprendem a ser homossexuais por influência externa, ou seja, alguém, em algum momento, ensinou o individuo a ser homossexual. Porém, se a homossexualidade fosse uma questão de aprendizagem, as coisas seriam mais fáceis, afinal, bastaria desensinar a ser da forma como são ou da forma como “aprenderam a ser”. Mas, não é assim que acontece, ninguém nasce e aprende a ser hetero ou homo ou bi ou assexual, as pessoas simplesmente são e pronto.

Leão (2012) aponta que seria ilógico pensar que a mesma sociedade que quer eliminar os homossexuais, ensinará e sustentará comportamentos que ela mesma não irá aceitar. Essa visão está presente nos ensimentos das Igrejas, em teorias psicológicas, em teorias da educação e em outras áreas de conhecimento. Tal lógica atrasa a intensão de discutir e minimizar o preconceito, afinal, quando se atribui o preconceito ao individuo, a impressão é de que algo nele o torna, naturalmente, preconceituoso, mascarando, assim, a verdadeira origem da homofobia, que é sociocultural. Portanto, lidar com o preconceito só é possível na ação social, no mesmo grupo social que controla o que pode ou o que não pode ser feito em sociedade. É por isso que, de início, como medida de retensão, há necessidade de criminalizar a homofobia e inserir em cárcere privado as pessoas que manifestarem tal preconceito.

Na mesma pesquisa, também foi verificado que a maioria das pessoas – mais de 50% - disse aceitar melhor as manifestações de afeto e de comportamentos homossexuais femininos do que homossexuais masculinos.

Além disso, a manifestação do preconceito é, ainda, mais recorrente aos homossexuais masculinos afeminados. Conforme Leão (2010b), algumas opiniões foram emitidas, dizendo até que aceitam a existência de trocas de carinho entre duas mulheres na rua, com mãos dadas e abraço, mas, entre dois homens, jamais! Até aceitam o gay, desde que ele não se pareça com uma mulher, que não fale fino, que não rebole e que não desmunheque, que não aparente ser do sexo feminino, que não seja “bicha. Essas falas são apenas alguns exemplos das opiniões de muitas pessoas acerca da homossexualidade. Sabe-se que o motivo do homossexual masculino e afeminando incomodar mais tem a sua origem nos princípios morais da sociedade capitalista e tem, no machismo, a ideia de que a figura feminina é inferior à masculina numa divisão de papeis sexuais.

Portanto, a impressão que dá é de que a misoginia – ódio ou aversão às mulheres – seria o preconceito do qual a homofobia se originou, afinal, o que mais se critica num homem afetado é a sua semelhança com uma mulher, parecendo, assim, que é a ideia do feminino que mais perturba as pessoas. Uma questão que cabe destacar aqui, mas que não será aprofundada nesta pesquisa, é sobre a homossexualidade feminina: até que ponto as trocas de carinhos e afetos entre duas mulheres correspondem a uma suposta – melhor – aceitação quando comparada a troca de afeto entre dois homens, afinal, a vida sexual feminina veio sendo constituída sobre a influência de mecanismos de repressão. Desse modo, há determinação cultural de que as trocas de carinhos entre mulheres não apresentam conotação sexual, uma vez que, historicamente, há o não reconhecimento da sexualidade feminina como condição de interesse social.

Por fim, Leão (2010b) destaca outro resultado. As pessoas emitiram opiniões que demonstram o pensamento delas de que as manifestações homofóbicas e a existência de homossexuais vêm aumentando no decorrer dos tempos. Essa foi a opinião de quase 85% das pessoas que participaram da pesquisa. Apesar de ser difícil constatar se, atualmente, há mais ou menos homofóbicos ou homossexuais, a discussão sobre esse assunto vêm se tornando público e mais constante, o que permite às pessoas conhecer mais claramente a temática – tanto sobre a homofobia quanto sobre a homossexualidade.

Sendo assim, hoje em dia não se trata a homossexualidade unicamente como problema ou doença, não torna ninguém melhor ou pior por causa disso. Da mesma forma, divulgam-se com a mesma tranquilidade as manifestações preconceituosas contra os homossexuais, o que há tempo não acontecia. Então, não é que aumentou o número de homossexuais com o decorrer do tempo, mas, devido à mudança da realidade social, é menos difícil identificar e assumir a homossexualidade e, concomitantemente, a homofobia.

As pessoas, por não quererem se envolver e se comprometer com a situação, acabavam fingindo que os homossexuais não sofriam destrato e agressões. Todo mundo sabia, mas, fingia não saber de nada. Agora, temos a discussão pública sobre homofobia e sobre homossexualidade, ou seja, todas as pessoas têm o livre acesso para conhecerem o que está acontecendo com os homossexuais e, desse modo, ninguém mais pode negar a violência que eles vêm sofrendo, diariamente, por serem como são.

Estes resultados são de extrema importância para se entender qual é a realidade que promove a homofobia e como ela se manifesta na sociedade capitalista. Assim, para o desenvolvimento desta e de outras pesquisas do GEPAPET, foi realizado o levantamento de estudos que vinham sendo produzidos tanto sobre a homofobia quanto sobre a homossexualidade, tanto na psicologia quanto em outras áreas de conhecimento científico, como na sociologia e na antropologia, por exemplo.

Dessa forma, essta dissertação se utilizou da análise desses dados, levando em consideração os resultados de algumas pesquisas realizadas até 2011 sobre a homofobia. Mas, justificando a decisão de trazer novas produções científicas sobre a temática, na relação entre a homofobia e o conceito de Trabalho nas condições atuais da sociedade, objetivou-se ir atrás de novas produções. Os dados pesquisados sobre a homofobia, até 2011, são suficientes para proporcionar o entendimento da sua gênese e da sua função social, avançando, agora, no entendimento atual sobre a relação Homofobia-Trabalho empregado.

Assim, a partir dos descritores Homofobia e Homossexualidade, foram encontradas 982 pesquisas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, 87 na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e cerca de 12.500 publicações no Google Acadêmico. Analisando as descrições e os resumos de

algumas dessas pesquisas, verificou-se que a maioria delas retrata o preconceito homofóbico nas instituições escola, família e no ambiente de trabalho. Além disso, elas, também, retratam os índices de doenças sexualmente transmissíveis na população LGBT, as políticas relacionadas com a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo e a criminalização da homofobia no Brasil.

Como a intensão desta pesquisa não foi analisar tais questões, apesar de se reconhecer a relevâncias e a importância delas; os resultados encontrados foram filtrados pela correlação com outros descritores adicionados à busca: Trabalho e Emprego. Dessa forma, algumas considerações das principais pesquisas encontradas nas ciências humanas e sociais foram relevantes a esta investigação. Foi achado, nos três bancos de dados citados, o total de 14 pesquisas que abordaram a questão da homofobia em relação ao mercado de trabalho para os homossexuais.

4.1. O QUE JÁ SABEMOS SOBRE A HOMOFOBIA NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

A historia dos fenômenos estudados deve garantir a possibilidade do pesquisador em reconstruir as relações de constituição do objeto, chegando à essência do seu movimento constitutivo e superando a aparência dos fatos mostrados como naturalizados e a-históricos. Essa reconstrução exige o entendimento do funcionamento dos tipos de sociedades e de sujeito que permitem a existência do objeto (TONET, 2013).

Assim, compreender as determinações do preconceito homofóbico e a função da homossexualidade na sociedade atual, torna-se fator essencial para analisar como as pessoas que possuem esta condição sexual estão sendo utilizadas, pelos empregadores, para o aumento da circulação de mercadorias e, portanto, para a manutenção e reprodução do capital. Mais que isso, é analisar a função do preconceito homofóbico e a forma dele ser expresso, a partir do trabalho empregado, na relação mediada entre os homossexuais e os capitalistas, bem como entender o processo de ”refinamento” da manifestação homofóbica nos dias de hoje.

Caleiro (2014) afirmou que, em 2014, um evento foi realizado pelo Banco Mundial para analisar o impacto econômico causado no mundo pela discriminação sofrida por grupos de minorias sexuais. Esse evento retratou a redução do potencial do aluno na educação devido ao assédio sofrido na escola, e, também, a diminuição da produtividade do grupo LGBT, mesmo com a busca dessas pessoas por oportunidades de trabalho. Além disso, o evento apontou que o preconceito homofóbico também prejudica o diagnóstico e o tratamento do HIV/AIDS, além de aumentar o índice de suicídio e depressão nos homossexuais. Conforme o autor, o próprio presidente do Banco Mundial destacou que a exclusão da minoria sexual pelo preconceito é uma tragédia humana e econômica e que, o Banco Mundial, não contribuirá com o financiamento de pesquisas para países intolerantes com as pessoas do grupo LGBT.

Analisado este posicionamento do Banco Mundial, pode-se pensar que o interesse principal do Banco para a inserção dos homossexuais no mercado de trabalho decorre da contratação de mão de obra mais barata, afinal, os homossexuais, frente à pressão social da formação do exército de trabalhadores de reserva, acabam aceitando a realidade de baixos salários, do aumento da carga horária trabalhada e da submissão às péssimas condições concretas de trabalho. Isso tudo devido às dificuldades existentes para serem contratados. Ou seja, a justificativa real é a ampliação da exploração da mais valia e, especificamente no que concerne às pessoas LGBT, seria a dupla exploração destes trabalhadores, pois, devido à discriminação, a maioria deles já tem menor grau de escolarização, uma vez que são constantes em suas vidas as dificuldades de acesso e permanência nas instituições de ensino.

Portanto, em função das conclusões do Fórum Internacional do Banco Mundial e do fato de esse ser um dos mais importantes controladores das sociedades a favor da expansão do capital internacional, percebe-se que a orientação dada por ele seja a favor da manutenção do capital. Isso através da inserção de pessoas específicas no mercado de trabalho, sendo que tais sujeitos, pertencentes a grupos sociais com características particulares, tornaram-se aptos ao exército de reserva de trabalhadores.

Assim, como os homossexuais sempre tiveram acesso restrito ao mercado de trabalho e a tipos espécificos de emprego, como cabeleiro ou maquiador, por exemplo, faz-se deles trabalhadores mais suscetíveis de terem a sua mão de obra explorada e de serem mais bem manipulados pelos empregadores. A exploração ampliada desses trabalhadores no Setor Terciário da Economia é mais eficaz quando se cria ideias específicas sobre a ilusão de um susposto saber dos homossexuais sobre a aplicação da moda.

Para tanto, a fim de ampliar o entendimento sobre a temática, esta investigação buscou algumas pesquisas, destacando aquelas que, abordando a questão da homofobia nas relações de trabalho empregado, retrataram como o preconceito homofóbico vem sendo investigado nas ciências humanas e sociais. Essa busca se deu na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Banco de Dissertações e Teses registradas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e nas publicações localizadas pelo site Google Acadêmico.

Ao se referir ao preconceito homofóbico no Brasil, sabe-se que, ao se tornar um assunto público, ele veio sofrendo modificações na forma de ser manifestado. Assim, dentre os estudos localizados, Possamai e Nunes (2011) afirmam que a manifestação da homofobia no Brasil ficou mais controlada ou, de certa forma, mais sútil e refinada, devido alguns agravantes políticos como, por exemplo, as eleições presidenciais de 2010.

Os candidatos José Serra do PSDS e Dilma Rousseff do PT trouxeram para os debates eleitorais questões sobre o casamento *gay* e a aprovação do projeto de lei que criminaliza a homofobia - PLC 122 de 2006. Esse fato suscitou respostas homofobóficas de outros políticos e líderes religiosos como Silas Malafaia e Jair Bolsonaro, bem como de outras pessoas atreladas aos movimentos tradicionalistas, que defendem interesses, exclusivamente, burgueses e conservadores.

Possami e Nunes (2011) também registraram outro importante fato ocorrido neste período: a divulgação da temática sobre a homossexualidade e sobre a homofobia pela emissora de televisão com maior índice de telespectadores no Brasil – a TV GLOBO. Pela novela intitulada Insensato Coração, a emissora exibiu a estória de um homossexual, que promovia o respeito às pessoas homossexuais. Apesar de a mídia dar visibilidade aos homossexuais, o tratamento midiático dado a eles é preocupante, pois, o homossexual, quando aparece em novelas ou nos programas de televisão, acaba sendo retratato de maneira estereotipada daquilo que é entendido comumente como mais degradante: por estereotipias.

A parada do orgulho *gay,* de 2010, também marcou a história pelo fato da mídia retratar, com ênfase, a morte violenta de um rapaz homossexual por homofóbicos, culminando na exposição de debates e discussões sobre a violência homofóbica.

Esses acontecimentos, apesar de provocarem incitações homofóbicas, promoveram a discussão política de conteúdos sobre a homossexualidade e homofobia no país. Tornando estes assuntos públicos, houve forte impacto na vida social, além de possibilitar algumas conquistas para a população LGBTs. Essa possibilidade de falar abertamente sobre tais questões permite que as pessoas busquem compreender melhor a realidade da qual fazem parte e respeitarem os diferentes grupos sociais. Tais avanços, também, acontecem

pelo desenvolvimento do conhecimento científico que, acumulado na cultura, promove a transformação social do sujeito e de sua realidade material.

Partindo de uma base simbólico-interacionista, pós-estruturalista, os pesquisadores Machado e Prado (2005) destacaram que a sociedade civil está organizada cada vez mais de forma fragmentada. Ela tem a sua divisão marcada por interesses contraditórios e está mais preparada para problematizar questões relacionadas à ação política, orientada para mudanças econômicas e sociais. Com a atuação dos movimentos sociais na busca por mudanças que atendam à classe social explorada e, especialmente, as minorias sociais desfavorecidas, a sociedade está construindo novas alternativas por meio de experiências concretas, o que contribui muito para o avanço da democratização em países como o Brasil, por exemplo.

Os autores (2005), ainda referidos, apontaram que os movimentos sociais buscam a conquista por direitos na esfera econômica da organização da sociedade, como, também, nas questões relacionadas à esfera simbólica e cultural. Os movimentos sociais tornam-se partes do conjunto das relações sociais, como participantes do campo político, suscitando tanto as contradições da realidade hegemônica como os antagonismos de interesses plurais e de situações de opressão. Assim, a competição se daria pela busca de novas significações da realidade, que é formada por negociações conflitivas.

Aqui, é importante diferenciar que, a partir da visão materialista, compreende-se que a competição citada pelos autores (2005) só acontece devido à busca por melhores condições materiais, e que, é a mudança histórica do modo de produção, que mudará os significados na sociedade.

Dentre os movimentos sociais, o relacionado à minoria LGBT:

> [...] traz em suas reivindicações mudanças que podem ser entendidas tanto como econômico-estruturais quanto simbólico-culturais. Como pensarmos, por exemplo, manifestações que visam a instituição da parceria civil registrada, que seria uma forma de luta que demanda mudanças em elementos simbólico-culturais – como os conceitos tradicionais de família e certos preceitos religiosos -, mas com a intenção de garantir também direitos diretamente ligados às questões estruturais, como o direito a seguros sociais e de saúde, pensão, distribuição de rendas e divisão de bens (MACHADO e PRADO, 2005, p.37).

O movimento social LGBTs deve ser analisado sempre a partir da sua complexidade e por meio da identificação dos processos psicossociais que estão atrelados a sua constituição política, numa sociedade historicamente construída e em processo de construção. Sabe-se que o movimento social vem motivado tanto pela existência da opressão, que excluem indivíduos na sociedade, como, também, pela intenção de construir uma nova realidade social a partir da constituição de novos elementos simbólico-culturais (PRADO, 2001).

Assim, a divisão clássica na análise dos movimentos sociais, entre componentes de motivações individuais e oportunidades estruturais, traz uma análise reduzida e limitada sobre a complexidade das ações coletivas e políticas, ignorando, assim, o processo de constituição dessas ações e os elementos culturais que elas trazem consigo, seja na busca por mudanças seja por conquistas alcançadas. As práticas dos movimentos sociais trazem elementos no processo psicossocial de sua construção, processo que aponta a construção de identidades a partir do seu âmbito coletivo, configurado no espaço político e numa estrutura e organização sociais antagônicas (PRADO; CAMPICI e PIMENTA, 2004).

Prado (2012) destaca que o fenômeno complexo da homofobia permeia as instituições sociais, dentre elas, a família e a escola, sendo que na primeira instituição os preconceitos são manifestados e aprendidos com mais veemência. É neste ponto que a família assume importante função social no combate a qualquer forma de preconceito. O enfrentamento dos preconceitos deve permear os diálogos nos espaços onde as pessoas convivem e são socializadas. A escola deveria ser o ambiente responsável pelo acolhimento de qualquer pessoa, além de cumprir a função de promover igualdade e respeito, buscando, assim, diminuir grande parte dos estigmas e preconceitos existentes.

Pensar a homofobia não é tão simples, mas, é necessário compreender que as práticas desse preconceito acontecem não apenas no âmbito individual. A homofobia não deve ser pensada como puro consentimento social pactuado e praticado por todos os indivíduos, afinal, numa sociedade de classes, onde as pessoas estão constantemente competindo, o que movimenta o grupo social é a concorrência.

Conforme Prado e colaboradores (2009), localizar a homofobia apenas no nível individual faz com que se ignorem os mecanismos sociais, subjetivos e relacionais, que estão associados na construção desse sistema de opressão. Ela tem, como qualquer preconceito, a sua funcionalidade e a sua dinâmica para existir no meio público da sociedade e que, portanto, tem a sua dimensão psicológica e social.

A homofobia, também, é identificada como prática institucionalizada do preconceito, sendo gerada para garantir a manutenção das hierarquias sociais e sexuais, numa sociedade capitalista, machista e heternormativa. Dessa maneira, combater a homofobia não é tarefa simples, mas sim complexa.

Portanto, a complexidade do fenômeno exige a participação eficaz do Estado. Essa participação aconteceu no Brasil através da criação de programas que colocaram a temática dos direitos da população LGBT na agenda pública, feitas no governo do PT e destruídas no atual governo de Michel Temer. Mesmo assim, muitas das propostas criadas e enviadas ao Congresso Nacional não foram aprovadas.

Importante destacar que a natureza da homofobia é multifacetada, tanto em relação aos campos de sua manifestação como, também, nas diferentes modalidades, afinal, atitudes homofóbicas não são expressas apenas por agressões físicas, como na forma de assassinatos ou espancamento, mas, existem formas mais sutis de manifestá-las, que, também, são considerados atos de extrema violência como, por exemplo, nas relações de trabalho (PRADO, 2012).

Assim, em algumas pesquisas acadêmicas, o preconceito homofóbico vem sendo abordado como um fator que dificulta as relações dos trabalhadores homossexuais com outros funcionários, e pelas dificuldades impostas pelos superiores para impedir o crescimento profissional e o desenvolvimento da carreira de um trabalhador homossexual. A chefia, composta por trabalhadores que contratam e fiscalizam outros trabalhadores, é a instância do trabalho que mais exerce violência, direta e/ou indiretamente, aos direitos trabalhistas dos homossexuais.

As próprias empresas que dizem desenvolver pessoas no âmbito profissional atestam a diferença significativa de tratamento recebido pelos trabalhadores homossexuais. A redação RPA (2017) divulgou que a empresa

on-line Santo Caos (s/d), por exemplo, que anuncia a sua busca por ser referência na compreensão de comportamento humano, apontou dados interessantes do preconceito contra os homossexuais no mercado de trabalho: cerca de 30% das empresas brasileiras afirmaram que jamais contratariam homossexuais para ocuparem cargos de chefia; 61% dos trabalhadores homossexuais optam por esconder a sua condição sexual de colegas de trabalho e da chefia; 41% deles já disseram sofrer discriminação por conta da sua orientação e/ou identidade sexuais; e, mesmo possuindo currículos que atendam as exigências do cargo oferecido, 90% de travestis estão se prostituindo por não conseguirem emprego. Além disso, verificou-se que, através de análises sobre a produtividade, as demissões – os chamados *turnover* – e os processos judiciais de empresas, a homofobia no trabalho acaba custando mais de U$ 400 bilhões para a economia brasileira, segundo a redação RPA (2017).

Conforme tais dados, percebe-se que os trabalhadores que são chefes de outros trabalhadores e, geralmente, responsáveis por escolherem seus funcionários, promovem medo aos homossexuais, fazendo com eles escondam a sua sexualidade. Esses dados instigam, ainda mais, a busca por analisar o motivo de a chefia parecer, mesmo tratando diferenciadamente os trabalhadores homossexuais, optar por contratá-los em suas lojas. Parece, então, que a causa de contratar, preferencialmente, os homossexuais para o setor terciário da economia, não está na aparência do fenômeno – lidar com os homossexuais sem manifestar, aparentemente, o preconceito homofóbico, como em atitudes de igualdade, respeito e inclusão -, mas, possuí raízes explicativas em questões de ordem econômica. Os trabalhadores homossexuais, de alguma forma, vêm trazendo benefício financeiro aos capitalistas – essência do fenômeno.

A contratação de trabalhadores em uma empresa acontece, geralmente, no setor de recursos humanos, departamento responsável também pela fiscalização e demissão de funcionários. Fleury (2006) investigou o preconceito homofóbico de profissionais de Recursos Humanos contra os trabalhadores homossexuais, a partir de atribuições positivas e negativas tanto para funcionários heterossexuais quanto homossexuais. Os resultados de sua pesquisa indicam que a homofobia é expressa de forma sutil e flagrante por

profissionais de Recursos Humanos. A homossexualidade é usada como um fator de desvantagem para a contratação de trabalhadores e para a manutenção deles nos empregos, ou seja, muitas das pessoas que contratam trabalhadores consideram a condição homossexual do candidato um impedimento para que este exerça determinado tipo de trabalho, especialmente aqueles que lidam com o público consumidor.

A partir destes dados, oberva-se que as pessoas se relacionam com outras através da estrutura sociocultural correspondente ao seu grupo social, trazendo, em suas relações, os componentes culturais já construídos que disseminam formas de pensar e agir nesta sociedade. Muitas dessas formas de pensar não são refletidas pelo sujeito que age, mas, ele simplesmente as adota como verdades já concretizadas. Com relação à homofobia é assim que muitas vezes acontece: as suas raízes são culturais e elas são preservadas pela lógica capitalista como mecanismo válido aos seus interesses, fazendo com que as pessoas, principalmente em tempos de crise capitalista, manifestem o preconceito sem ao mesmo saberem o motivo. Assim, o dificultar da contratação de homossexuais não apresenta uma explicação real do motivo desse impedimento, afinal, a base dessa justificativa se encontra no preconceito, que é irracional.

A mesma autora (2006) conclui que existe um favoritismo dos profissionais de recursos humanos pela contratação de trabalhadores heterossexuais para as vagas de emprego. Como já foi dito anteriormente, esta conclusão não condiz com a realidade observada no que se refere ao terceiro setor econômico, pelo contrário, o aumento de trabalhadores homossexuais, principalmente em lojas de Shopping Center, é perceptível, o que pressupõe uma mudança na dinâmica empregatícia para os tipos de funcionários em lojas. Assim, é possível pensar que existe uma orientação internacional para se empregar homossexuais, devido a vantagens socioeconômicas como, também, se percebe a ampliação dessas contratações.

No mesmo ano, Sanches (2006) apontou que a discriminação por condição sexual já acontece no próprio contrato de emprego para os homossexuais, destacando as dificuldades que os sujeitos homossexuais enfrentam para ingressar no mercado de trabalho ou de manterem a sua empregabilidade, quando expressam, publicamente, informações de sua

sexualidade. Estas discriminações são manifestadas de diversas formas como, por exemplo, através da ocultação pelos homossexuais da sua condição sexual. Esse fato ocorre, muitas vezes, por medo de eles sofrerem alguma atitude vexatória ou de serem preteridos em alguma promoção.

Sanches (2006) também lembra que existem alguns fatores que dificultam a contratação de homossexuais. Dentre eles, o poder de mando e gestão do empregador sobre o empregado pode facilitar a discriminação em razão da orientação sexual, afinal, o empregador acredita que, através desse poder, ele tem o direito de controlar não só a vida profissional do funcionário como, também, a vida pessoal. Assim como este, outros fatores se mostram presentes, quando, por exemplo, o trabalhador homossexual se vê obrigado a ficar em silêncio com medo de perder o emprego e/ou virar motivo de piada ou chacota frente aos comentários preconceituosos, feitos pelos colegas ou, principalmente, pela chefia no ambiente de trabalho.

Esta é uma questão que merece ser destacada, afinal, dentre os medos sentidos pelo homossexual no mercado de trabalho, o principal é o medo do desemprego, também sentido por outros trabalhadores com diferente condição sexual. Sabe-se que a questão do desemprego exerce importante controle dos trabalhadores, que, quando empregados ou prestes a serem, submetem-se às péssimas condições de trabalho e de exploração. Além disso, o exército de reserva contribui para a manutenção das relações de trabalho no capitalismo, atuando como dispositivo que faz com que os trabalhadores, empregados ou desempregados, justifiquem a sua empregabilidade ou por meritocracia, dedicação pessoal, ou pelo medo de ser considerado inútil, afinal, dentre os significados sociais que o termo desemprego carrega em si, a inutilidade, a incapacidade e o fracasso são as emoções que caracterizam, de modo mais expressivo, o desempregado.

As considerações descritas merecem atenção para que se entenda melhor a dinâmica capitalista quando nos referimos às relações de trabalho. Tendo a superestrutura relação dialética com a infraestrutura, entende-se que, a partir de lógica marxista, toda a ideologia e os aspectos estruturais jurídico-políticos, desta sociedade, estão em relação constante com a complexidade de ações praticadas na materialidade social. É, partindo dos mecanismos da força produtiva e das relações de produção, que se consegue analisar os fenômenos

das ciências humanas e sociais, como por exemplo, o preconceito. O próprio Marx (2008) esclarece:

> As relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas [...] essa relações têm, ao contrário, sua raízes nas condições materiais de existência [...]. Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o ser social que determina a sua consciência (MARX, 2008, p. 47).

Considerando tais ideias marxistas, destaca-se que a relação existente entre infraestrutura-superestrutura não é reducionista, afinal, a economia não dita os conteúdos da ideologia ou o modo das pessoas se comportarem; não há subordinação entre os sistemas sociais, mas sim uma interdependência funcional e sistêmica entre eles. A realidade é constituída por transformações dinâmicas interligadas em que, mesmo a materialidade sendo a base concreta para o desenvolvimento das condições subjetivas, a dinâmica material do modo de produção capitalista necessita da eficiência dos subsistemas sociais para ser organizada de forma eficaz e estrutural.

Quanto à homofobia, em relação à legislação – correspondente aos aspectos superestruturais da nossa sociedade -, Sanches (2006) ainda concluiu que há uma atitude discriminatória da própria legislação brasileira, uma vez que há insuficiência ou ausência de leis específicas para garantir a igualdade de tratamento entre homossexuais e heterossexuais no mercado de trabalho, e, também, para punição de atos que expressam o preconceito homofóbico.

Isso mostra que, mesmo com a defesa dos direitos dos Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transgêneros e Travestis por movimentos sociais e o reconhecimento desses direitos cidadãos no âmbito jurídico brasileiro, a proteção para estas pessoas ainda continua ineficaz. Nas relações de trabalho, a violação de direitos, a desigualdade em oportunidades de carreira e a violência moral e psicológica são, ainda, mais visíveis.

Apesar de esta pesquisa não ter o objetivo de se aprofundar nos tipos de violência sofrida pelos homossexuais no ambiente trabalho, tais dados apresentado até aqui são importante para se pensar que, por ser o preconceito um problema estrutural na nossa sociedade, a própria legislação brasileira não se mostra eficaz no trato com das diferenças sociais, necessitando, assim, de atualização quanto ao melhoramento de medidas e posicionamentos legais no que tange os direitos de todas as pessoas, independente de suas especificidades.

Assim, entende-se que, ao estudar a homofobia, deve-se considerar que ela interpassa as relações de infra e superestrutura, e que ela também possui, pela lógica capitalista, razão para existir. A manifestação da homofobia é constante no cotidiano das pessoas, fazendo, até mesmo, com que muitos homossexuais se comportem de um modo que possibilite disfarçar ou negar as características que poderiam identificá-los como tais. Essa informação contribuiu para a busca do local onde esse preconceito mais acontece.

Medeiros (2007) apontou ser a família e o trabalho as instituições sociais que mais influenciam no desenvolvimento da vida do sujeito. Além disso, ele destaca que o contexto profissional é a realidade em que os homossexuais mais escondem a sua sexualidade. Muitos deles se sentem obrigados a esconder que são homossexuais para se sentirem mais aceitos pelo grupo, além disso, os colegas de trabalho também fingem não os reconhecerem como homossexuais. Essa negação de assumir ou reconhecer a homossexualidade acontece tanto pelos empregadores quanto pelos próprios trabalhadores homossexuais que, ao assumirem, publicamente, sua condição sexual no ambiente de trabalho, acabam sendo tratados de maneira diferente.

A autora (2007) também afirma que o fato de estes trabalhadores esconderem que são homossexuais acontece por uma combinação de fatores, como o aumento do desemprego, o influente poder dos empregadores sobre a vida profissional dos empregados e o preconceito das pessoas responsáveis pela contratação de trabalhadores. Assim, muitas vezes, os homossexuais sabendo da possibilidade de serem tratados de forma, negativamente, diferenciada pelos colegas de trabalho e/ou pela própria chefia, acabam disfarçando a sua condição sexual, fingindo serem heterossexuais ou omitindo qualquer discurso que diga sobre as suas particularidades.

Mesmo sabendo que a busca de informações pessoais sobre os candidatos ao emprego é uma prática que pode ser adotada para todos, Medeiros (2007) aponta que, em relação aos candidatos homossexuais, essa prática acontece com valor discriminatório. Tanto na fase pré-contratual, quando o empregador explora a vida particular do candidato com o intuito de identificar se possui orientação homossexual para, a partir disso, construir justificativas que impeçam a contratação, quanto até após a demissão do trabalhador homossexual, em que a discriminação continua atuante, através da elaboração de listas denominadas Listas Discriminatórias. Conforme a referida autora, estas listas divulgam, como recomendação para outros empregadores, os nomes ou os tipos de trabalhadores que não devem ser contratados. Dentre estes nomes ou tipos, estão os trabalhadores homossexuais.

Tais informações reforçam os resultados concluídos por Leão (2011), que afirma ser a burguesia e/ou os membros da classe trabalhadora que estão mais próximos da classe dominante, a chamada classe média alta, as pessoas que manifestam o preconceito homofóbico sem grandes impedimentos sociais. Considerando que a burguesia capitalista domina também o Estado - o poder legislativo, judiciário e executivo -, a condição socioeconômica, de classe, protege os indivíduos nas suas manifestações do preconceito; impedindo que sejam criadas e aplicadas sanções penais para tal. Os empregadores são, geralmente, os donos das lojas e aqueles que detêm o modo e os meios pelos quais as contratações de trabalhadores são efetivadas. Esses empregadores também absorvem os lucros derivados da exploração do trabalho de seus funcionários.

Outra consideração interessante para o entendimento da manifestação do preconceito é trazida por Medeiros (2007), o qual lembra que as atitudes discriminatórias acontecem, também, pela omissão e compactuação com os atos de manifestação do preconceito. Assim, mesmo aquelas pessoas que dizem não praticar nenhum ato de discriminação para com os homossexuais, podem ser classificadas como homofóbicas, simplesmente por silenciar e/ou omitir resposta contra o preconceito. Isso mostra que o fato de o empregador contratar homossexuais para a sua loja, não significa que ele não seja ou não manifeste o preconceito homofóbico, tanto na própria loja quanto em outros lugares.

Tais resultados ajudam a pensar que a manifestação da homofobia vem acontecendo de forma, cada vez mais, disfarçada, afinal, quando as pessoas passam a discutir o preconceito por seus aspectos negativos aos valores de moralidade, ele acaba sendo manifestado por atitudes e comportamentos mais discretos e que, dificilmente, seriam entendidos como preconceituosos. A piada sobre homossexuais ou fato de silenciar alguma resposta homofóbica são exemplos disso.

Dentre as diferentes formas de manifestação da homofobia na atualidade, desde as mais violentas como no caso de assassinatos, até as formas mais disfarçadas como por risadas diferenciadas que os menosprezam e apelidos com conotação negativa, as pesquisadoras Irigaray, Saraiva e Carrieiri (2010) analisaram o humor como uma das formas mais constantes de discriminação por orientação sexual do trabalhador no ambiente de trabalho. Essa forma de discriminação foi analisada como um fenômeno que acontece tanto por trabalhadores heterossexuais quanto por homossexuais masculinos e femininos em algumas empresas, das cidades São Paulo e Rio de Janeiro. As autoras da pesquisa apontam que a utilização do humor como manifestação preconceituosa contra os homossexuais é explícita e legitimada pela própria sociedade, a qual difunde, pelos meios de comunicação de massa, a ideia de que os homossexuais são engraçados.

Muitos dos homossexuais, mesmo reconhecendo a sua sexualidade, trataram como piada a sua condição sexual. Conforme Antunes (2016), o fato de a pessoa ser homossexual não impede que ela seja homofóbica, e, nesse caso, quando os homossexuais lidam com a sua sexualidade de forma negativa, pode-se pensar em homofobia internalizada. Devido à presença dos aspectos homofóbicos na nossa sociedade, algumas pessoas não gostam de si mesmas pelo fato de serem homossexuais, negando a sua própria condição sexual. Antes, essas pessoas escondiam o seu desejo, agora, passaram a odiá-lo. A formação da homofobia internalizada pode acontecer ao longo da vida do homossexual e, mesmo depois de ter assumido a sua sexualidade para si e para os outros, ele manifesta o preconceito homofóbico através de comportamento sutil contra si próprio e contra a comunidade homossexual.

As autoras Irigaray Saraiva e Carrieiri (2010) apontam a necessidade de politizar o humor nas organizações e destacar as consequências causadas

pela sua má utilização, pois, ele pode cumprir papel auxiliar nos processos de discriminação social. Assim, ainda que pelo humor, a homofobia pode ser sutilmente manifestada, e os homossexuais, mesmo parecendo que não, porque acontece de forma sutil, são afetados negativamente por ele. Além disso, os próprios homossexuais, tanto os homens quanto as mulheres, são vítimas de discriminação por outros homossexuais, reproduzindo estes, o preconceito contra o seu próprio grupo de iguais.

Monteiro e Neto (2000) destacam que as atitudes preconceituosas se manifestam de maneira diferente conforme as mudanças históricas da humanidade, mas, que na cultura, o preconceito não deixa de existir. As autoras verificaram que o acesso ou não de uma pessoa ao emprego é determinado, de algum modo, pela classe social a qual ela pertence. Elas pesquisaram as atitudes dos empresários em prol da aceitação de pessoas pertencentes a diferentes grupos minoritários e classificaram essa aceitação em três tipos de categorias: muito risco; risco intermediário; e sem risco. Essas categorias foram criadas para verificar as dificuldades, enfrentadas por grupos minoritários, em função da aceitação de empregadores no mercado de trabalho. Tudo isso através da análise fatorial de componentes principais dos dados obtidos pelo questionário aplicado aos sujeitos da pesquisa.

Através da análise da pesquisa, os homossexuais, juntamente com as pessoas imigrantes, os africanos e sujeitos com mais de 40 anos, foram classificados na categoria de risco intermediário, o que significa que os empresários os aceitam melhor como seus funcionários apenas após concluírem formação profissional, ou seja, os homossexuais quando são estagiários ou não possuem formação profissional, são menos aceitos pelos empregadores, quando comparados aos candidatos homossexuais que já concluíram a formação profissional. Verificou-se também que as mulheres empresárias e mais jovens são aquelas que mais aceitam as pessoas desta categoria de risco intermediário, já os empresários mais velhos possuem menor tolerância.

Assim, esses resultados mostram que o preconceito homofobócio além de ser manifestado no ato de avaliar o candidato para uma vaga em função da sua orientação sexual, é, também, condição para os empresários mais novos mostrarem maior aceitação dos homossexuais no mercado de trabalho, e as

mulheres empresárias serem mais tolerantes na contratação deles. Esses resultados serviram como um critério importante para analisar tais características do sujeito dessa dissertação para o fato de ele - empregador jovem de 30 anos – distinguir ou não os vendedores homossexuais dos demais trabalhadores.

O fato de Monteiro e Neto (2000) destacarem a atitude preconceituosa dos empregadores, principalmente por homens e com idade mais avançada, ao rejeitarem ou dificultarem a contratação de homossexuais, diz respeito à manutenção do quadro de funcionários, até então existente, da não contratação de homossexuais, mesmo com maior aceitação daqueles que já concluíram alguma formação profissional. No setor terciário da economia, principalmente em lojas de Shopping Center, esta hipótese não corresponde totalmente com a realidade percebida, pelo contrário, oberva-se o aumento da quantidade de trabalhadores homossexuais, que são identificados pelo próprio empregador a partir de estereótipo ou pelo fato de os próprios trabalhadores terem assumido, publicamente, sua homossexualidade.

Mesmo não encontrando pesquisas que discutissem a homofobia no setor terciário da economia, esta pesquisa abordou alguns resultados de outras pesquisas, que demonstram a manifestação do preconceito em outros tipos de emprego. Os pesquisadores Garcia e Souza (2010) elaboraram uma pesquisa com o intuito de analisar se existe ou não formas de discriminar funcionários homossexuais em bancos públicos e privados. Eles realizarem entrevistas com 10 bancários e analisaram os dados a partir da metodologia – arqueologia do saber - de Michel Foucault (1926–1984), através da análise do discurso.

Os referidos autores (2010) concluíram que os entrevistados sofrem discriminação, direta e indireta, em todos os bancos estudados, mesmo sendo a discriminação direta mais constante nos bancos de regime privado. A discriminação direta está relacionada às normas e regras específicas dos bancos como, por exemplo, clareza das normas que regulam alguns procedimentos como o uso do plano de saúde pelo (a) companheiro (a) do funcionário (a) homossexual, e, também, a não extensão de outros benefícios aos casais homoafetivos. Há bancos de regime privado que nem ao menos oferecem qualquer tipo de benefício para funcionários que possuem relação homoafetiva estável.

A discriminação indireta é manifestada de diversas formas e é a que mais incomoda os trabalhadores homossexuais. Ela aparece em piadas que falam pejorativamente de homossexuais; isolando estes funcionários para que não tenham o contato direto com os clientes e até mesmo com outros funcionários; impedimento a participação deles em atividades informais realizadas fora da empresa; por brincadeiras, fofocas e ironias sobre o modo de andarem, falarem e gesticularem – os trejeitos -; comentários maldosos na tentativa de evidenciarem uma suposta feminilidade nos gays; dificuldade no desenvolvimento da carreira dentro da empresa; dificuldade na contratação de homossexuais, principalmente os gays afeminados; entre outros.

Esses resultados mostram a manifestação do preconceito contra trabalhadores homossexuais em exercício profissional por colegas de trabalho, chefes e clientes de bancos. Constata-se que, neste tipo de trabalho, os funcionários homossexuais possuem tratamento diferente em relação aos funcionários que não são ou não aparentam ser homossexuais. Essa diferenciação é sempre no sentido negativo como, por exemplo, na manifestação da discriminação indireta, alguns trabalhadores homossexuais são direcionados a realizar atividades que não os coloquem em contato direto com o público.

Os resultados dessa pesquisa apontaram justamente o contrário do que é observado no setor terciáro da economia, em algumas lojas de shopping, afinal, os homossexuais estão sendo, em muitas lojas, utilizados como vendedores de produtos, tendo, assim, contato direto com o público consumidor. Mesmo os homossexuais masculinos mais afeminados, apesar de sofrem muito o preconceito homofóbico, vêm sendo empregados.

Alegando sobre a dificuldade em encontrar pesquisas sobre com a população das lésbicas no ambiente de trabalho, Irigaray e Freitas (2011) investigaram o modo como as mulheres homossexuais se percebem no meio corporativo e, para isso, entrevistaram, entre os anos de 2005 a 2008, dezoito (18) lésbicas trabalhadoras em empresas públicas e privadas de diversos setores nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Os resultados apontam que as lésbicas percebem a sua submissão a práticas discriminatórias no ambiente de trabalho e, assim como os *gays*, elas se discriminam entre si.

Até mesmo pela falta de dados sobre as lésbicas no ambiente de trabalho, nesta pesquisa não haverá distinção de identidade de gênero como critério de exclusão para a caracterização dos vendedores homossexuais.

Anteriormente, foi destacado que até mesmo os próprios homossexuais manifestam o preconceito homofóbico contra seu grupo de iguais. Neste sentido, Souza e Pereira (2013) investigaram a discriminação praticada por homens homossexuais no ambiente de trabalho contra outros homens homossexuais, através da metodologia Foucaultiana – arqueogenealogia. Os autores concluíram que os homossexuais têm preconceito e discriminam outros homossexuais no local de trabalho, reproduzindo as relações sociais e de poder estabelecidas na sociedade capitalista. O fato de eles manifestarem o preconceito contra os seus iguais ocorre devido à característica da afeminação nos discriminados, os quais são colocados numa posição inferior dentro da escala socialmente estabelecida sobre os tipos de homossexuais mais e menos discriminados.

Os pesquisadores citados acima apontam, também, outro fato interessante: a definição dos papeis sociais para os homossexuais. A partir desses papeis, os gays que exercem papel ativo numa relação homoafetiva sofrem menos preconceito quando comparados aos gays que exercem papel passivo. Sendo assim, acaba-se achando que o homossexual masculino ativo é menos homossexual do que o passivo. Alguns dos sujeitos de tal pesquisa disseram que não consideram os homossexuais ativos como homossexuais.

Apesar de ter mudado bastante, existe na cultura ocidental o valor atribuído à mulher de exercer papel passivo nas relações sexuais, e, ao homem, o papel ativo. Dessa forma, muitos homossexuais, também como parte dessa cultura, transferem este valor em suas crenças e relações sociais. Da mesma forma, a crença é de que a mulher ocupa posição social inferior a do homem, sendo ela socialmente desvalorizada, o que acaba por desvalorizar, também, qualquer pessoa ou relação que é tratada como extensão dela. Aqui, no caso, os homossexuais afeminados.

Conforme Souza e Pereira (2013), mesmo os homossexuais afeminados reproduzem esse discurso preconceituoso e concretiza em seus comportamentos a discriminação contra seus pares e contra si mesmo. Portanto, o motivo para que os homossexuais tenham aversão a pessoas

afeminadas é o medo de tornar público a sua própria condição sexual. Relacionar-se com pessoas afeminadas, sendo a afeminação o principal indicador da homossexualidade, denuncia – dá visibilidade – àquilo que se deseja esconder: a homossexualidade.

Este estudo mostrou a reprodução de valores construídos por uma sociedade heternormativa, sexista e machista. Por serem valores hegemônicos na sociedade atual, as lésbicas, os homens heterossexuais e homossexuais homofóbicos, também reproduzem esses valores no ambiente de trabalho ao menosprezarem os homossexuais que apresentam características femininas em seus comportamentos. Para as mulheres lésbicas, na medida em que elas se aproximam do padrão masculino socialmente construído, a manifestação do preconceito segue a mesma lógica da escala citada pelos autores (2013) de que, a partir da classificação identitária – quais as características que colocam o sujeito em determinado grupo social -, cria-se um dispositivo de poder que produz uma hierarquia social e que, nesta hierarquia, tem-se a escala que varia do polo heterossexual ao polo homossexual.

Assim, existe a constituição cultural de que é em torno de dois únicos grupos que estão todas as possibilidades de exercício sexual, sendo, tanto o heterossexual como o homossexual, definidos por características universais que podem estar presentes em qualquer pessoa. A feminilidade, por exemplo, é uma característica considerada universal aos homens homossexuais, e a masculinidade aos homens heterossexuais. Essa marcação cultural aponta os possíveis critérios para a identificação dos trabalhadores como homossexuais, afinal, quando as pessoas não falam sobre a sua orientação sexual por vontade própria e de maneira pública, elas acabam sendo, muitas vezes, identificadas por outras pessoas a partir de critérios constituídos socialmente na cultura, dentre eles, a estereotipia.

Sabe-se que a identidade do sujeito é compreendida num processo de mudanças permanentes, em que vai se transformando o sentido construído por ele sobre suas experiências de vida, podendo ser, estas transformações, mediadas com valores negativos, estereotipados e estigmatizantes. Nesse sentido, as pressuposições sobre a identidade homossexual afetam os homossexuais antes mesmo de eles tornarem público a sua condição sexual,

que, através do conformismo das convenções sociais, carregam em si as características consolidadas pela tradição.

Óbvio que o processo identitário é mais complexo e envolve uma rede de relações intersubjetivas, além de outras condições como as relações de classe social, trabalho, religião, faixa etária, gênero, entre outras, mas, para esta pesquisa, é interessante pensar o significado social e o sentido pessoal compartilhado intersubjetivamente na sociedade sobre a homossexualidade, sobre a sua manifestação dela e sobre tudo aquilo que coloque esse assunto em discussão.

Os autores Lima, Dorsa e Zardo (2014) realizaram na cidade de Campo Grande – MS uma pesquisa, que retratou, sob uma perspectiva sociojurídica, o tanto que as práticas homofóbicas são recorrentes na sociedade atual, mesmo diante de leis e debates públicos que desestimulam a manifestação do preconceito, e, também, pela reprodução do Discurso de Poder realizada pelos próprios homossexuais para manterem-se nos postos de trabalho. A lógica de pensamento seguida pelos autores define, como forma de controle, o poder de um grupo sobre outro, sendo o termo controle entendido em sua extensão: até mesmo a partir dos pensamentos e ações sobre os indivíduos dominados. Assim, o grupo social dominante se beneficia a partir do seu poder de controle sobre o grupo social dominado, podendo aquele controlar até mesmo o discurso, o texto e o contexto do grupo, socialmente, dominado.

É através da forma discursiva que o grupo dominante exerce o seu poder de controle de forma mais eficaz sobre o grupo dominado, sendo comparável aos outros recursos de dominação social, como a riqueza, bom emprego, status, conhecimento e até mesmo a educação (LIMA; DORSA; ZARDO, 2014). Assim, o Discurso de Poder está travestido de boas intenções, mas, a sua principal intensão é submeter um grupo a sua dominação.

Registrou-se na pesquisa citada a obscuridade presente no discurso dos sujeitos da pesquisa, e, buscando reconstruir o sentido do texto, os autores (2014) concluíram que essa obscuridade é perceptível em função de o Discurso do Poder reproduzir o Discurso Oficial, ou seja, que mesmo por imposição legal, a aceitação do homossexual pelo empregador em sua empresa só acontece se a condição homossexual do trabalhador não for explícita, pública.

Esta pesquisa também trouxe o resultado de que as características de gays afeminados e lésbicas masculinizadas geram empecilho maior para a contratação de homossexuais, incomodando, sobremaneira, os reprodutores do Discurso do Poder. E, o próprio homossexual que não é afeminado acaba, de forma preconceituosa, tendo aversão para aqueles que carregam o estigma social de aproximar-se, na forma de se comportar, do sexo oposto. Para os mesmos autores, é o sentimento de fazer parte do mesmo grupo que faz com que os homossexuais não afeminados tenham essa aversão.

A partir da ideia de uma sociedade composta por relações de poder, é o Estado que detém e difunde o poder social, e isso acontece através da manipulação dos meios de comunicação. O empregado homossexual, submetido a este Discurso de Poder, utiliza do mesmo discurso para se inserir no grupo social e se manter em suas relações de trabalho empregado.

Nesse sentido, entende-se que o sujeito só usufruirá das relações de poder conforme a inserção dele em sua classe social, afinal, considera-se que o poder não é constituição do sujeito individual, e sim de uma classe social. Dessa forma, observa-se que, como parte da superestrutura social, a ideologia oferece os significados sociais que integram e estruturam as consciências dos sujeitos, e são estas que permitem a eles a apreensão da realidade reificada.

Só para esclarecer, o conceito de reificação é utilizado nesta pesquisa como um processo sociopsicológico que transforma uma ideia - conceitos abstratos - em uma coisa, em realidade concreta – coisificação. Conforme Jappe (2014), reificação é um tipo de alienação, característica do modo de produção capitalista e implica em tornar as relações sociais coisificadas. Dessa maneira, as ações do sujeito e suas implicações deixam de ser consideradas humanas para serem tratadas como coisas e, portanto, substituíveis. A essência das relações sociais está mascarada pela sua aparência, escondendo, assim, a capacidade de envolvimento humano-subjetivo de que o próprio fenômeno social necessita – fenômeno Fetichismo de Mercadoria, que será mais bem analisado mais a frente.

Seguindo a lógica das pesquisas anteriormente citadas, entende-se que para os trabalhadores homossexuais conseguirem trabalhar e permanecer nos empregos, muitos deles criam mecanismos para conviverem com o preconceito manifestado no ambiente de trabalho. Foi o que analisou Caetano (2014) em

sua pesquisa que envolveu entrevistas e gravações de discursos com três cabelereiros na cidade do Rio Grande – RS. Assim, constatou que os trabalhadores homossexuais utilizam uma linguagem cifrada, apresentando nela pistas da constituição indentitária homossexual deles e de outros homossexuais, de modo geral. Essa linguagem cifrada é usada em vários momentos para os homossexuais expressarem os seus pensamentos e não serem compreendidos pelas outras pessoas presentes no mesmo ambiente. A linguagem é utilizada por eles tanto nos momentos em que exercem as atividades pertinentes ao trabalho, quanto nos momentos em que descansam e conversam informalmente sobre assuntos particulares.

Tal linguagem cifrada permite aos homossexuais conversarem sobre diversos assuntos, desde as suas intimidades até mesmo sobre os próprios clientes, sem que estes entendam o que foi dito ou compreendem apenas partes dos discursos. Conforme Caetano (2014), os dizeres cifrados da cultura LGBT, quando expressos por esses cabelereiros no ambiente de trabalho, permitiram analisar alguns conteúdos ideológicos, que trazem aspectos da transformação social, e diferentes efeitos dos sentidos construídos por estes homossexuais nestas condições, que revelam suas experiências diversas.

Esses resultados denunciam a falta de autonomia dos homossexuais até mesmo na expressão do que sentem ou pensam em relação ao preconceito homofóbico e ao modo de ser homossexual. Também, quando os outros funcionários conheciam o léxico cifrado e o utilizavam na fala com os cabelereiros homossexuais, os autores apontam que a rotina e o ambiente de trabalho melhoravam, além de esses outros funcionários se sentirem valorizados, afinal, acabam participando das interações verbais e têm em suas práticas o principio da alteridade.

Portanto, através dos resultados de todas essas pesquisas, verifica-se a forma como a homofobia vem sendo discutida nas ciências humanas e sociais, especificamente no que tange às relações de trabalho tanto dos próprios homossexuais quanto das pessoas que lidam com eles. Para se analisar melhor o fenômeno dessa pesquisa, buscou-se resultados de outros estudos que permitiram construir uma visão geral sobre as relações de trabalho que o homossexual participa, e delimitar as características que comõem o objetivo desta dissertação.

Percebermos que a condição do sujeito na sua classe social interfere, significativamente, na manifestação do preconceito homofóbico. O fato de algumas pessoas ocuparem posição mais próxima à classe burguesa permite a elas a manifestação do preconceito sem muitos impedimentos sociais. Além disso, por mais que a homofobia seja manifestada por colegas de trabalho ou pelos próprios trabalhadores homossexuais, é a chefia - os trabalhadores responsáveis pela contratação de funcionários - que forma o principal motivo de estes trabalhadores tentarem esconder ou disfarçar que são homossexuais.

Como já foi dito, mesmo que as pesquisas não tenham tratado especificamente dos trabalhadores homossexuais no setor terciário da economia, elas apontaram, através de seus resultados, o modo como a homofobia interfere nas relações de trabalho de maneira geral, e o tanto que essa interferência prejudica tais trabalhadores. Assim, não teve interesse de entender como os homossexuais se percebem ou pensam sobre a sua inserção em determinado emprego, muito menos como eles se comportam ou se relacionam no ambiente de trabalho.

Mas, mesmo assim, tais resultados abordados neste capítulo têm importância para que se amplie o entendimento sobre as relações de trabalho, quando existem trabalhadores homossexuais, quando há manifestação da homofobia neste contexto, bem como quando há diferenciação dos trabalhadores quanto a oportunidades de carreiras, cargos, e benefícios. Isso mostra, também, a necessidade atual de se discutir às questões que estejam relacionadas com tal preconceito, principalmente, na psicologia.

4.2. O QUE A PSICOLOGIA NOS DIZ SOBRE O PRECONCEITO

Nesse capítulo da dissertação, são apresentadas algumas contribuições da psicologia, enquanto ciência produtora ou reprodutora de conhecimento científico, sobre o fenômeno do preconceito. O conhecimento da psicologia sobre algumas questões do ser humano contribuem para o desenvolvimento desta pesquisa, seja adotando explicações teóricas que condizem com a realidade do fenômeno, seja desconsiderando outras explicações que interferem no entendimento psicossociológico do preconceito homofóbico, mas, que não foram mais bem desenvolvidas, pois, não condizem com o objetivo dessa dissertação.

Assim, destacam-se as contribuições explicativas que a psicologia vem fazendo sobre as questões que estão relacionadas à sexualidade humana, especificamente a homossexualidade, e, também, sobre o preconceito homofóbico. As considerações feitas neste capítulo visam mostrar outras possibilidades de se pensar a sexualidade humana e a homofobia no inerior da psicologia, além de, também, diferenciar o posicionamento teórico e metodológico desta pesquisa.

Isto, porque, esta investigação parte do entendimento de que os determinantes da cultura ocidental acabaram interferindo na elaboração da ciência psicológica, que, também, já abordou a homossexualidade de maneira preconceituosa. Os distinguiu da maioria das pessoas e buscou identificar os traços que salientassem a sua degradação.

Por isso, muitas teorias psicológicas propuseram medidas sanitárias e repressivas para reduzir ou eliminar os efeitos nocivos dos homossexuais na vida social. A homossexualidade chegou até ser considerada uma doença mental, com designações de causas físicas ou como uma perturbação no desenvolvimento psicossocial do sujeito. Foi apenas a partir do século XX, que a produção desses estudos na psicologia foi diminuindo e as conclusões foram sendo elaboradas para tratá-los como vítimas do preconceito.

Entretanto, os estudos sobre o preconceito na psicologia diferem conforme as teorias psicológicas, e, até o momento, há poucas coincidências

nas pesquisas sobre a sua gênese psíquica. Sendo assim, a posição funcionalista na psicologia, a qual sustenta as Teorias Cognitivistas e a das Representações Sociais, trata o preconceito como uma atitude, sendo um sistema organizado de experiências e comportamentos relacionados a um objeto ou evento particular. O preconceito, nesta posição teórica, seria uma atitude composta por três elementos: o afetivo, o cognitivo e o comportamental, sendo, nada mais, que um comportamento estereotipado que carrega ideias e crenças na cognição e o elemento afetivo negativo.

Desta concepção, surgiram teorias explicando que a origem do preconceito está nas frustrações e raivas que decorrem das competições existentes na sociedade, levando os preconceituosos a deslocarem tais sentimentos negativos para grupos minoritários ou, socialmente, menos aceitos. Assim, o preconceito seria aprendido socialmente por determinados grupos.

Outra contribuição do cognitivismo foi da teoria sobre a Dissonância Cognitiva, a qual acata o conceito de estigma para a explicação do preconceito. Conforme a proposição do sociólogo Goffman (1993), o estigma é uma atribuição social para os desvios, atrelada a uma identidade deteriorada, sendo que essa combinação é designada a uma pessoa ou a um grupo numa relação que leva a desvalorização. Por serem considerados diferentes, os grupos minoritários da sociedade são aqueles que sofrem esta estigmatização, afinal, são identificados como o conjunto de pessoas que não fazem parte da identidade social predominante. Na tentativa desses grupos fugirem desta imposição de valores e modelos determinados, seus membros acabam assumindo as características comuns ao seu grupo social e ocultando as que lhe são próprias, ou seja, buscam se tornar consonante para evitarem ser estigmatizados como opositores de maioria.

Sempre quando há normas de identidade social, acontece o processo de estigmatização. Sendo assim, os homossexuais formam um conjunto de pessoas que compõem um grupo estigmatizado, conforme Goffman (1993). Os homossexuais são o grupo classificado na categoria de desvios de caráter, juntamente com os grupos de doentes mentais, alcoolistas, desempregados, dentre outros. Outros grupos estão relacionados com as anomalias do corpo e como as deformidades físicas, e outros aos estigmas tribais de raça, religião e

nação. Independentemente do tipo de estigma, todos apresentam sempre as mesmas características sociológicas:

> [...] uma pessoa com um estigma tem uma característica diferente do esperado, um traço que a afasta do normal e faz com que os ditos normais se afastem e não mais percebam os outros atributos desta pessoa, reduzindo-o a este traço diferente. (GOFFMAN, 1993, p.14).

Maisonneuve (1998) apontou que os tipos de preconceito já existem antes mesmo do sujeito preconceituoso. Presente na opinião pública, o preconceito estaria firmado em pulsões inconscientes que já existiriam no indivíduo, antes mesmo dele afirmá-lo como seu. Os tipos de preconceitos morais, dentre eles os ligados aos tabus sexuais e aos de classe social, atenuam-se conforme as alterações ideológicas da sociedade, tendo, assim, sustentação numa justificativa racional. Desse modo, a invocação dos preconceitos tornariam as atitudes mais coerentes e sistemáticas, conforme a realidade histórica ou as experiências individuais.

O referido autor (1998) explicou que o preconceito também é um fenômeno sociológico e que, com seu caráter funcional, preenche a sua função de acomodação na sociedade ou no grupo onde se apresenta. Dessa forma, o preconceito deveria ser entendido não apenas pela afetividade agressiva, primitiva ou racionalizada, mas, também, pela busca em erradicá-lo pelo esforço individual e pregação moral. Assim, o preconceito persistirá até que aconteça uma mudança no conjunto das condições psicossociais que o originaram, podendo desaparecer quando não servir de derivativo para um estado de tensão em relação ao grupo rival.

Na posição funcionalista, autores como Kurt Lewin (1890 – 1947) também explicaram as diferenças grupais relacionadas ao preconceito, como já foi abordado na introdução desta dissertação, a partir da explicação de que o preconceio se baseia na diferenciação social enre a maioria e minoria psicológica. Conforme Mailhiot (1977), o grupo ao qual o sujeito pertence é considerado, por Lewin, como o aporte constituinte da sua estrutura psicológica, afinal, o grupo lhe possibilitará manter ou negar o seu *status* social. O grupo, ao oferecer *status* social, faz com que o indivíduo se sinta seguro, já quando o grupo não oferece *status* social, torna-se fonte de insegurança. Essa

segurança ou insegurança dependerá da solidez e fluidez de cada grupo e constitui terreno sobre o qual o indivíduo se mantém, podendo ele se identificar ou não com o grupo.

A estabilidade ou instabilidade emocional de cada indivíduo dependerá de alguns fatores do grupo, sendo este fonte de proteção e segurança ou desamparo e insegurança. Esses fatores indicarão a extensão do espaço de movimento de cada indivíduo, e que, portanto, dependendo desse espaço, o sujeito terá maior ou menor facilidade de se adaptar a vida social. Essa condição torna o pertencimento do sujeito ao grupo um problema, ou não, conforme o grupo facilite ou dificulte o atendimento das necessidades psíquicas individuais, sem comprometer a vida e os objetivos do próprio grupo (MAILHIOT, 1977).

Portanto, reafirma-se que os direitos dos grupos desprivilegiados não podem ser resolvidos de forma individual. Tanto que a mobilidade social, que ampararia a alteração da identificação com grupo psicológico, foi considerada, por Lewin (1935), como possível para os membros do grupo privilegiado, sendo limitada ou obstada para os psicologicamente minoritários.

A maioria psicológica, privilegiada ou um setor dela proíbe a livre mobilidade entre grupos, e, nos grupos socialmente desprivilegiados:

> [...] existiria um certo número de membros para quem o equilíbrio das forças que impelem para o grupo ou que afastam dele é tal que eles prefeririam abandoná-lo. São mantidos dentro do grupo não por suas próprias necessidades, mas por forças que lhe são impostas. Isto tem influência de grande alcance sobre a atmosfera, a estrutura e a organização de todo grupo desprivilegiado e sobre a psicologia de seus membros (LEWIN, 1935, s/p, tradução nossa).

Lewin (1943) também considerou, em suas análises sobre os grupos, que a lealdade aos grupos é diferente, pois, as camadas culturalmente mais centrais mantêm as ideias, hábitos, tradições e valores essenciais e representativos para o próprio grupo e que, portanto, os indivíduos que formam essa camada seriam o ideal do grupo. Já aqueles sujeitos que são mais periféricos, não possuiriam lealdade ao grupo e gostariam de abandoná-lo. Nos grupos desprivilegiados, muitas das pessoas que não possuem lealdade são forçadas a permanecer no grupo, envergonhando-se de sua participação nele. O autor chamou esse fenômeno de chauvinismo negativo.

Nestas condições, esses indivíduos vivem frustrações constantes que levam a um estado fixo de tensão, o que pode gerar uma tendência generalizada para a agressão. Essa agressão deveria ser direcionada ao grupo privilegiado, que impede o membro da minoria de abandonar o seu grupo, porém, esse membro entende que a maioria tem *status* mais alto e é muito poderosa para ser atacada e, dessa forma, direciona a sua agressão ao seu próprio grupo e contra ele mesmo.

Esse processo indica outra gênese para o preconceito homofóbico e para a homofobia internalizada.

Sobre a organização dos grupos desprivilegiados:

> É um fato sabido que a tarefa de organizar um grupo desprivilegiado, economicamente ou de qualquer outra forma, é seriamente dificultada por aqueles membros cujo objetivo real seja deixar o grupo, mais que promovê-lo. Esse profundo conflito de objetivos no interior de um grupo desprivilegiado nem sempre se torna claro para os próprios membros. (...) Mas constitui uma das razões porque mesmo um grande grupo desprivilegiado, que poderia obter igualdade de direitos se estivesse unido para ação, pode ser mantido assaz facilmente numa posição inferior (LEWIN, 1941, s/p, tradução nossa).

São essas forças que dificultam e isolam os grupos psicologicamente minoritários, além de provocarem o ódio do sujeito a si mesmo, como percebido em alguns membros dessas minorias. Esse ódio a si mesmo deve ser analisado tanto como um fenômeno individual, mas, também, como um fenômeno de grupo, além de ser, antes de tudo, um fenômeno social. Como fenômeno de grupo, o ódio destes membros por si mesmo acaba afetando a relação deles no interior do grupo e/ou dos subgrupos minoritários, criando uma situação social de dificuldades na qual são obrigados a viverem.

O ódio explícito nas manifestações de preconceito homofóbico pode ser descrito como atitude ou comportamento que não é evidência de psicopatologia, mas sim uma expressão da situação social em que o indivíduo se encontra. A homofobia não é uma doença, e, portanto, a sociedade não está doente e, muito menos, está o individuo homofóbico. Este tipo de entendimento, que considerada a homofobia como doença, dificulta muito o combate ao preconceito, afinal, o tratamento de doenças é diferente do combate à homofobia. A partir de Lewin (1941), observa-se que a maioria das pessoas, reconhecidas socialmente como homofóbicas, apresenta um estado

normal de saúde mental e que, em poucos casos, apresenta-se a vinculação de alguma patologia. Desse modo, o preconceito pode ser entendido como um fenômeno sócio-psicológico, embora influencie o processo de identidade do sujeito homofóbico, de maneira geral.

Apenas quando uma efetiva igualdade de status entre os grupos for atingida – mesmas oportunidades socioeconômicas e políticas - é que o ódio de si mesmo desaparecerá, baixando a hostilidade do sujeito contra o seu grupo a proporções irrelevantes. Seria saudável que o sujeito tivesse, desde a tenra idade, na infância até a vida adulta, uma educação que ensinasse sobre a posição que cada sujeito ocupa dentro de seu grupo e da sua classe social, contrabalanceando, assim, o sentimento de inferioridade e de temor. Essa educação seria importante quando se fala numa sociedade marcada pela divisão de classes sociais.

Porém, sabe-se que essa educação não é oferecida aos membros dos grupos desfavorecidos e, portanto, os processos psicossociológicos, próprios dos grupos desprivilegiados, são estabelecidos e mantidos, ideologicamente, de forma obscurecida e que, para superar tal condição, há necessidade de fazer com que os indivíduos entendam o preconceito como um problema social, e não como um fenômeno individual de conduta moral.

A realidade da sociedade capitalista é velada por uma ideologia capitalista liberal e, exemplos disso, são tratados pelas ciências sociais, que abordam o preconceito e suas consequências, a partir de conceitos que explicam como a ideologia vem disfarçando a ideia de que existe sim a luta de classes. As ciências sociais, de modo geral, buscam entender as contradições existentes nas relações sociais e, para tanto, consideram as pessoas, que estão sendo instituídos como desqualificados sociais, como sendo incluídas socialmente pela exclusão dos direitos humanos. Alguns são os fatores determinantes para a exclusão social: a desigualdade social, política e econômica, sejam eles resultantes da deficiência ou inadaptação individual ou exploração e desigualdades materiais, uma vez que, numa sociedade de classes, a premissa de justiça social é apenas parte do discurso ideológico.

Quanto ao grupo dos homossexuais, a análise da discriminação contra eles acontece através da negação do direito à diversidade sexual, pois, mesmo

aqueles direitos conquistados atualmente, são insuficientes para a eliminação das diferenças e o estabelecimento da igualdade.

Sujeito excluído socialmente significa o sujeito que está num estado de carência material e de valores burgueses, é o sujeito que está estigmatizado e que acaba sendo considerado perigoso e nefasto à sociedade capitalista. Este significado de sujeito excluído socialmente é usado, ideologicamente, para os membros da classe trabalhadora. Conforme Xiberras (1993), os excluídos são aquelas pessoas impedidas de usufruir de bens produzidos pela sociedade, dificultando, assim, o acesso delas aos produtos destinados apenas para burguesia. Num discurso liberal, tal exclusão revelaria a negação imposta socialmente do excluído em se apropriar da produção material, cultural e social de sua época, além do fato dele ser impedido ou dificultado de se movimentar no espaço público e de expressar suas vontades de classe.

Assim, nesta perspectiva de exclusão-inclusão social, verifica-se que tanto o preconceito quanto o estereótipo são sínteses para justificar o processo de exploração de classe e o domínio da economia capitalista sobre as pessoas, disfarçando-o como mecanismo de exclusão. Para tanto, têm atribuído anormalidades aos processos mentais dos trabalhadores e de outros membros de grupos, tornados bodes expiatórios. Indicam que há transtornos nas operações de julgamento, na descrição das pessoas ou de grupo. Seriam discriminados por suas próprias responsabilidades, por apresentarem características diferentes da maioria e que os destacam por isso.

Outro fator que promove o preconceito homofóbico e que a psicologia, assim como outras ciências, tem a contribuir para o esclarecimento, é a incompreensão das pessoas sobre identidade sexual. Já foi abordado que a gênese da identidade sexual é fisiológica, no sentido de que há uma determinação a partir dos cromossomos sexuais, definidores se o individuo terá características anatômicas de homem ou de mulher. Mas, outras características decorrem das relações socioculturais, uma vez que há características surgidas a partir de cada meio social. Quando uma dessas características é examinada isoladamente, têm-se determinismos exclusivos e uma pré-configuração, seja de ordem fisiológica seja de ordem social.

Na perspectiva das Ciências Sociais, Martín-Baró (2005) destacou os estudos de Margaret Mead (1961), que verificaram as características da

personalidade humana, concretizadoras da masculinidade ou feminilidade, e que se encontram, superficialmente, ligadas somente ao sexo biológico. Confirmou, também, que é a sociedade que determina para cada sexo, e num determinando período histórico, as formas de vestir-se, comer, pentear-se, enfim, de ser homem ou mulher dentro de determinada cultura.

Os trabalhos antropológicos de Margaret Mead (1901–1978) foram precursores da teoria filosófica Queer, que, atualmente, serve como doutrina para a ação política dos grupos que sofrem preconceitos devido às suas sexualidades. Essa filosofia sustenta uma teoria de gênero, a qual afirma que não existem papeis sexuais inerentes ou inscritos na natureza humana, mas, que eles são construções sociais.

Sendo assim, a condição sexual e a identidade sexual de uma pessoa, sem ignorar as condições biofisológicas, são resultados de determinações socioculturais. Esta teoria, ao explicar as diferenciações sexuais de minorias como os homossexuais, por exemplo, busca ir além das definições padrões de teorias que se embasam na oposição homem x mulher. Ela também evita a classificação das pessoas em categorias universais como homens, mulheres, heterossexuais e homossexuais, justificando que tais categorias ocultam um enorme conjunto de variações culturais (BUTLER, 2003).

Alguns conhecimentos científicos, em especial a sociologia, mantêm o entendimento de que a identidade sexual decorre do gênero que é ensinado socialmente ao sujeito. Esse tipo de explicação remete a uma proposição de que a identidade é um processo de conformação ou ajustamento, desconsiderando, assim, a possibilidade da negação daquilo que lhe é atribuído ou percebido. E é nesse contexto que a teoria Queer atua como corrente de pesquisa acadêmica.

Lembrando que a teoria Queer surgiu nos Estados Unidos, no final da década de 1980, sustentando posições políticas ao se relacionar com questões da sexualidade e de identidade, já difundidas nas áreas dos estudos culturais, na sociologia da sexualidade, antropologia social, educação, filosofia, entre outras áreas. Essa corrente teórica discute as formas de compreender a dinâmica da sexualidade e do desejo na organização das relações sociais, fundada nos estudos com homossexuais, na teoria feminista e no pós-

estruturalismo francês, conhecimentos estes que problematizam concepções de sujeito, identidade e identificação.

Essa teoria tem o objetivo de:

> [..] evidenciar como conhecimentos e práticas sexualizam corpos, identidades, desejos e instituições sociais num organização fundada em dois princípios: da heterossexualidade compulsória, ou seja, na obrigação social de se relacionar amorosa e sexualmente com pessoas do sexo oposto, e da heteronormatividade, no enquadramento de todas as relações – mesmo as supostamente inaceitáveis entre pessoas do mesmo sexo – em uma divisão binária de gênero que, a partir do modelo heterossexual reprodutivo, organiza suas práticas, atos e desejos (MONTREOZOL, 2011, p.56)

Portanto, sabe-se que a teoria Queer é uma teoria filosófica, que sustenta uma teoria de gênero. Atualmente, ela – teoria *queer* – vem sendo utilizada como doutrina de ações política importantes para defender direitos de grupos que sofrem preconceitos devido às suas sexualidades, especialmente a população LGBTs.Assim, apesar de reconhecer a importância da teoria filosófica *Queer* para se discutir o preconceito homofóbico, especialmente no que tange os estudos dela sobre as identidades sexuais, esta pesquisa nunca teve o objetivo de analisar a homofobia e a sua manifestação a partir das teorias de gênero.

Além disso, sendo esta uma pesquisa em psicologia social, decidiu-se pela utilização de uma teoria psicológica que considerasse os pressupostos metodológicos definidos nesta pesquisa – Psicologia da Libertação – para se analisar e interpretar os processos psicológicos e as estruturas de consciências, envolvidos na criação, transmissão e reprodução do preconceito homofóbico.

Na psicologia social é comum o entendimento de que a identidade sexual se constitui a partir de fatores socioculturais e de que há uma igualdade fisiológica, a partir da qual se constitui as diversidades sexuais, incluindo, aqui, a homossexualidade. O único aspecto comum que permaneceria constante nas diferenciações de identidade sexual seria a função reprodutora, porém, toda a maneira cotidiana de ser masculino ou feminino seria totalmente diferente, conforme a cultura. Afinal, o que é masculino para uma sociedade pode ser considerado como feminino para outra cultura, tudo dependerá do contexto sociocultural e histórico de cada uma.

Conforme Prado (2000), entende-se que o processo de construção da masculinidade, especialmente no Brasil, é um processo marcado pela violência, e que, para o sujeito ser considerado homem, há a necessidade de ele assumir condutas violentas, atitudes estas elaboradas e ensinadas no grupo social. Essas condutas correspondem ao sistema de dominação estabelecido no patriarcalismo. Isso mostra que o Brasil é um país, assim como outros, onde o machismo é um ideal vinculado com a construção da sociedade capitalista, pois, ele protege e garante o mantimento da propriedade privada.

Assim, o machismo é uma forma de opressão oriunda da ideologia capitalista e que é usada para manter a submissão da mulher e aumentar a exploração do homem pelo homem. O sistema capitalista promove o machismo como um dogma, naturalizando-o. Quando tratamos de sociedade de classes, referimo-nos, também, a propriedade privada e a necessidade de acumular herança, e, para proteger a propriedade privada, foi preciso dividir as famílias e instruir a monogamia. Portanto, é sabido que o machismo não é algo próprio da natureza humana que decorreria do fator genético masculino, mas, é um ideal que pertence à superestrutura burguesa e que é utilizado para proteger propriedade privada, através da noção instituída de que a mulher é inferior ao homem.

Para que se compreenda a importância de se considerar a ideia de gênero como construção para além dos aspectos biofisiológicos, destaca-se, também, outro modelo de explicação sobre o desenvolvimento humano, agora feito pelo cognitivismo, que oferece explicações de que a construção da identidade sexual é determinada pela imagem cognitiva que o sujeito constrói de si mesmo. Durante o seu desenvolvimento, o individuo toma ciência de sua própria realidade física e isso faz com ele se perceba como menino ou menina. Essa identificação ou classificação de si mesmo leva o sujeito a organizar as suas atitudes, conforme o papel sexual que desempenha na sociedade, sendo que os valores sexuais surgiriam da relação entre a imagem própria de si e a necessidade de valorizar o que for congruente consigo mesmo.

Assim, o desenvolvimento da sexualidade estaria mais relacionado aos processos de maturação cognitiva do que os processos de maturação fisiológica, além do que, para os cognitivistas, a masculinidade e feminilidade seriam “o resultado da organização evolutiva-cognitiva dada pela criança a um

mundo social, no qual os papeis sexuais se relacionam com noções corporais e com funções sociais básicas, segundo modelos relativamente universais" (Kohlberg, 1972, pág. 147, apud MARTÍN-BARÓ, 2005, p. 170).

Desse modo, a diferenciação sexual se torna função de uma historia social que deixa marcas tão profundas quanto a programação filogenética. Nesse sentido, Money (1921-2006) estudou o hermafroditismo – pessoas que geneticamente pertencem a um sexo, mas, seus genitais externos ou correspondem ao outro sexo ou torna-se difícil de diferenciá-los do sexo oposto – e, neste estudo, ele (1977) verificou que esta condição, em geral, leva estas crianças a serem educadas como pertencentes a outro sexo, demonstrando que as suas histórias biográficas, especialmente a história social – sociogênese - cumpre função importante na determinação da sexualidade.

Já Adorno (1950) sugeriu que a origem do preconceito está em uma personalidade autoritária, e o preconceituoso é uma pessoa que pensa o mundo com categorias fixas, sem a possibilidade de aceitar e/ou conviver com o diferente dele, nem com aquilo que lhe seja novo. Portanto, o tipo de indivíduo com personalidade autoritária apresenta uma estrutura de ação e de pensamento rígida. Esta estrutura possui relação com componentes de autoridade e poder. Assim:

> O pensamento e a sensibilidade dessas pessoas estão orientados hierarquicamente, submetem-se à autoridade moral idealizada do grupo a que julgam pertencer [...] e estão continuamente alertas a condenar, sob os diversos pretextos, os que se encontram fora do grupo ou aqueles a quem se considera inferiores. (HORKHEIMER; ADORNO, 1985p. 178-179).

Portanto, conforme as avaliações ao longo deste trabalho, verifica-se que a diferenciação sexual está mais relacionada aos aspectos ideológicos da sociedade, relação esta que Martín-Baró (2005) explica ao mostrar que é esse o procedimento responsável por instituir a mistificação das características machistas ou feministas, e que ele:

> [...] começa por sua verificação empírica (se ocorrem estes comportamentos), continua pela análise de sua funcionalidade social (se se dando estes traços sexuais diferenciais satisfaz-se as necessidades sociais por uma divisão de trabalho de homens e mulheres) e termina por sua naturalização, ou seja, atribuindo à natureza o que é produto de uma determinada história social. Este

> processo de mistificação ocorre em situações muito sutis e parece ter a confirmação científica. De fato, como destaca Gissi (1972), as características apresentadas como naturais do homem ou da mulher são ao mesmo tempo características reais e místicas, e essa ambigüidade é precisamente o que mantém sua aparente veracidade. São verdadeiras, porque ocorrem com grande freqüência nas pessoas de nossas sociedades; são místicas, porque se supõe que são naturais, inerentes à essência humana, quando são simplesmente o produto de uma situação histórica. O mito se perpetua mediante a socialização que transmite aquilo que se considera normativo (natural), como uma profecia que leva à sua própria realização. (MARTÍN-BARÓ, 2005, p. 174. Tradução nossa)

O conceito sociológico de ideologia é importante de ser compreendido quando se busca entender algum preconceito. Para isso, algumas considerações são importantes para serem destacadas. O termo ideologia, segundo Bobbio (1991), foi criado, em 1801, por Destut de Tracy (1754-1836) durante o período da Revolução Francesa.

Conforme Abbagnano (1982) o termo floresceu quando Napoleão Bonaparte (1769–1821), então líder político e militar na França, atribuiu sentido negativo a ele: “Como alguns dos ideologistas franceses lhe fossem hostis, Napoleão empregou o termo em sentido depreciativo ao referir-se aos quase doutrinários, isto é, pessoas carecedoras de senso político e em geral, sem contato com a realidade” (p. 506).

O emprego do termo ideologia, na modernidade, passou a ser utilizado como uma doutrina destituída de validade objetiva, doutrina esta que é mantida pelos interesses de quem dela se serve, sejam esses interesses explícitos ou ocultos. Abbagnano (1982) explica que “por ideologia entende-se o conjunto daquelas crenças, conquanto não tem outra validade a não ser aquela de expressar uma determinada parte das relações econômicas e, portanto, de servir à defesa dos interesses que prevalecem em cada fase dessa relação” (p.506).

Alguns autores como Bobbio, Matteucci e Pasquino (1991) explicaram o conceito de ideologia como “falsa consciência das relações de domínio entre as classes” (p.585). Eles recuperaram a ideia de que ideologia diz respeito a uma falsa-consciência, bem como o nexo existente entre falsidade e função social que nela está presente. A partir de análise sociológica, pode-se entender que a ideologia é capaz de explicar uma crença que encobre e mascara os interesses

de uma classe social, podendo, assim, atuar como falsa-consciência de outra classe que está subordinada a ela.

Na filosofia marxista, o conceito e o processo da ideologia se tornam fundamentais como um dos princípios que constituem o materialismo histórico dialético. Marx (1977 e 2008) afirmou a dependência das crenças religiosas, filosóficas, políticas e morais para a manutenção das relações de produção e trabalho.

Monteiro (1994) diz que a ideologia é como “uma forma de ocultação e distorção, destinada a manter a hegemonia de determinados interesses, que se manifestam através da linguagem” (p.86). Essa ocorrência pode acontecer tanto no nível de linguagem científica quanto na linguagem cotidiana, do senso comum. Além disso, ela localizou as manifestações individuais e grupais como manifestações representativas da ideologia, esclarecendo que o fenômeno ideológico se refere ao modo de pensar, e que essa ação é distorcida e traz um efeito negativo na determinação de ideias e modos de pensamento.

Seis tipos de interpretações foram elencados por Monteiro (1994) para o termo ideologia:

> 1.Ideologia como um conjunto de idéias ou sistema de pensamento, referindo-se algumas vezes a indivíduos ou grupos específicos, outras relacionando-se a culturas, formando assim o que se tem denominado “uma visão de mundo”. 2. Ideologia vista como um conjunto de idéias relativas ao fazer estritamente político, em que é possível organizar programas de ação e princípios orientativos da ação social. Esta acepção, por sua vez, vem acompanhada de tendências avaliativas, que acabam orientando a conduta política das pessoas e que as levam a aceitar ou não essas idéias. 3. A ideologia como um construto geral, integrador de outros construtos, levando à formação de sistemas cognoscitivos nas pessoas e nos grupos. Neste sentido, a ideologia constituir-se-ia no nível mais abrangente de um sistema que inclua formas de representação, estereótipos, julgamentos, opiniões, crenças, atitudes e valores, que apresentariam influências sobre os aspectos afetivos do comportamento. 4. A ideologia considerada como um mecanismo de defesa do eu, segundo o qual sua função de censura, relativa a determinados aspectos da vida social, estaria cumprindo um papel dentro de uma determinada estrutura social. 5. A ideologia tida como falsa consciência produzindo uma racionalidade socialmente estabelecida, excluindo alguns aspectos e relações com a finalidade de obter a manutenção do *status quo.* 6. E, finalmente, a ideologia como uma forma de perturbação da comunicação, levando ao ocultamento (à privatização, ao tornar privado) de determinados fatos e relações, e à publicização de outros. Constitui-se, assim, em uma maneira de manter o predomínio de determinados interesses através da linguagem. (MONTEIRO, 1994, pp. 83-84).

Portanto, conforme Monteiro (1994), tanto na Psicologia como nas Ciências Sociais, o termo ideologia tem caráter negativo, que de um lado se descreve uma relação de caráter neutro, relacionado a um conjunto de ideias, de outro lado se adquire sentido de ocultamento e distorção da realidade. Além disso, muitos psicólogos sociais vêm desconsiderando em suas análises a teoria da ideologia. Os membros da sociedade exercem papel ativo na produção e na reprodução da ideologia, afinal, tais membros “são objetos e sujeitos da mesma e não devem ser considerados como entes passivos, senão como dinâmicos agentes produtores, transmissores, modificadores, contestadores e refutadores da ideologia” (p. 86).

Consequência do recurso da ideologia, de ocultamento ou distorção da realidade, criou-se representações sobre a homossexualidade, condenando esta condição sexual e vinculando-a a anormalidade, além de incitar como forma de propagação da AIDS e de outras doenças sexualmente transmissíveis. Essa vinculação faz com que a homossexualidade seja, também, associada à disseminação de doenças.

Contudo, importante lembrar que o ser humano possui a capacidade de pensar a sua existência e o seu meio social e, por isso, ele não deve ser entendido como uma pessoa que têm o cérebro obscurecido pela ideologia, como se fosse recipiente receptivo de pensamentos. O sujeito pensante é capaz de reivindicar um futuro melhor, lutar por uma sociedade que seja justa, afinal, o meio social é constituído pela ação dos próprios sujeitos que nele vivem e se constituem como tais.

Assim, conforme os interesses da classe dominante, as características da homossexualidade serão utilizadas, como representações ideológicas, para influenciar as emoções, os pensamentos e as atitudes da maioria das pessoas que não analisam, criticamente, a realidade. É nesse sentido que esta pesquisa mostra que, atualmente, os homossexuais, pelas suas características, vêm sendo utilizados no setor terciário da economia, pois, devido a interesses burgueses, a classe dominante, a exploração e o controle da produção desses trabalhadores permitem ao sistema a manutenção e ampliação do capital e, ao capitalista, ampliar seus lucros.

Isso, porque, além de serem mais suscetíveis à exploração da mais-valia, devido às dificuldades que sempre tiveram de inserção no mercado de

trabalho, também, criou-se, ideologicamente, a ideia de um suposto saber dos homossexuais sobre moda e aplicação dela. Estas condições fazem deles trabalhadores mais aptos para ampliarem a circulação das mercadorias, pois, os consumidores acabam achando que os homossexuais são os melhores vendedores ou que só eles sabem, melhor do que ninguém, o que é adequado ou não para destacar quem compra os produtos vendidos por eles no convívio social.

4.2.1. A LUTA CONTRA A HOMOFOBIA AINDA É A PELEJA DE TODOS NÓS

É de extrema importância, na atualidade, discutir as questões relacionadas à sexualidade humana, como gênero, identidade sexual, discriminação e os tipos de preconceito, dentre eles, a homofobia, já que essas questões, na maioria das vezes, não são pensadas na e pela família. Sendo assim, as políticas educacionais deveriam promover com mais facilidade tais discussões, sem a interferência das explicações ideológicas de mundo.

Atualmente, muitos casos de violência contra os homossexuais vêm acontecendo no Brasil e, quando não há espaços para se falar sobre essas questões, as pessoas acabam pensando pouco nas consequências desastrosas de tal preconceito. Também é importante discutir esse preconceito, principalmente, para evitar o sofrimento que muitas crianças ou adultos enfrentam em suas vidas, seja pela sua própria ignorância seja pela ignorância de outras pessoas sobre o assunto.

É claro que não basta apenas discutir tais questões para que se acabe com o preconceito homofobia, assim como contra qualquer outro preconceito, mas, é necessário, também, como forma de controle social, que seja aprovada a lei que criminaliza as pessoas que manifestam atitudes e comportamentos homofóbicos.

A existência na comunidade científica de teorias que explicam a homossexualidade e a homofobia permite a construção de sínteses dialéticas, as quais expressam as condições concretas e nos oferecem o reconhecimento do objeto desta pesquisa. As explicações sobre o preconceito variam conforme a perspectiva científica que o aborda, e, na maioria das vezes, tais construções teóricas sobre a homossexualidade, principalmente aquelas que remetem o preconceito a causas biológica, psicológica, social e/ou espiritual, podem ser um fomento de intolerância aos homossexuais e à incompreensão da sexualidade.

Quando se pensa e se fala sobre a homofobia, ações podem ser promovidas para que ocasionem boas mudanças, como, por exemplo, efetivar a aprovação da lei que pretende tonar crime as manifestações homofóbicas no

Brasil. Além disso, a partir do esclarecimento sobre a sua sexualidade, muitos homossexuais sofreriam menos no momento em que acontecesse a manifestação da sua sexualidade. Também, muitos homofóbicos poderiam repensar e modificar as suas atitudes discriminatórias.

Cabe lembrar, aqui, a importância que tem as medidas socioeducativas sobre educação de gênero nas escolas, principalmente, no ensino médio ao afirmar que, do ponto de vista científico, a definição da sexualidade se dá tanto a partir do sexo biológico quanto a partir da convenção cultural sobre ela. A função da educação não seria convencer alguém sobre algum tipo de sexualidade, forçando esse alguém a ser o que não é, mas, seria, justamente, retirar o véu da ignorância que existe no senso comum sobre tais questões, tornando-as mais fáceis de serem compreendidas.

Falar em homofobia é importante, e, ao mesmo tempo, complexo. As explicações sobre a origem deste preconceito são diversas. Nas teorias de base biológica, explica-se que tais comportamentos sociais preconceituosos derivaram do entendimento de que a heterossexualidade seria o estado natural da sexualidade humana, uma vez que este possibilitaria a reprodução da espécie.

Essa explicação corresponde a uma crença, culturalmente, preservada e que é denominada, conforme Sanders (1994), de sexismo. O autor explicou que esta crença torna o heterossexismo e a homofobia conteúdos de uma cultura que influencia no modo de pensar das pessoas. Assim, a percepção da homossexualidade na vida em sociedade agride a cultura homofóbica e heterossexista, sendo que o fato de alguém se dizer homossexual é considerado, no mínimo, um tipo de desafio ou desacato.

Sendo assim, a homofobia se refere não só aos sentimentos negativos direcionados às pessoas homossexuais, mas, também, ao conhecimento de que existem pessoas homossexuais no mundo. Isso tudo está atrelado ao heterossexismo, que compõe a crença da nossa cultura de que a única forma de amor possível seria entre homem e mulher. Sanders (1994) destacou que:

> Ser gay ou lésbica em uma cultura homofóbica e heterossexista pode amparar um segredo sobremaneira potente e deletério. Este não é apenas um segredo sobre um fato, um evento, o acobertamento de um período de tempo, ou de um relacionamento passado, mas é o acobertamento da essência de uma pessoa, daquilo que convida esta

> pessoa a juntar-se a raça humana – a necessidade para afiliar-se, embora com pessoas do mesmo sexo (p. 242).

A gênese e o significado da homofobia também têm sido analisados pela antropologia, ciência que contribui significativamente para o desenvolvimento dos estudos psicológicos sobre o preconceito homofóbico. Sendo assim, segundo Mott (2001), a tradição judaico-cristã é a principal promotora da intolerância anti-homossexual por ter transformado o amor e o sexo entre pessoas do mesmo gênero em algo detestável e pecaminoso. Isso teria acontecido pelo fato desses princípios religiosos terem percebido o caráter revolucionário da homossexualidade. O autor destaca que, numa análise histórica, a homossexualidade representaria uma revolução nos costumes ocidentais, na medida em que questiona e ameaça os alicerces da moral e da sexualidade desta cultura, que é tradicional e ocidental. Assim, a revolução homossexual possibilitaria que as pessoas pensassem as crenças e os costumes da sua sociedade de modo diferente.

Delineando a história da cultura cristã, Mott (2001) expressa que a opressão de práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo possuíra valor que atendiam aos interesses de uma parte dominante da população, e sustentaram o início da homofobia. A opressão dessas práticas sexuais não se resumiu simplesmente ao ato sexual em si, mas, a todo o ideário criado para justificar alguns interesses e preservar outros. Dessa forma:

> A sodomia homossexual sempre foi mais reprimida do que o sexo anal heterossexual por duas razões: por serem dois os indivíduos a desperdiçarem o esperma, e por ameaçarem não apenas o projeto demográfico expansionista, primeiro dos judeus, depois da cristandade e do Islão, mas por ostentarem um estilo de vida incompatível com os pressupostos fundantes da família patriarcal de tradição abraâmica (MOTT, 2001, p.45).

Em sua pesquisa, Mott (2001), também, descreveu a criação de um mito cristão da cultura ocidental, o qual permanece, ainda nos dias de hoje, como um dos maiores tabus: a homossexualidade. Por volta de quatro mil anos atrás, na antiga Caldéia – nação semita, que existiu entre o final do século X e meados do século VI aC; elaborou-se um projeto civilizatório que se tornou o

mito fundador do povo judeu e das três principais religiões do mundo moderno: o judaísmo, o cristianismo e o islamismo.

O referido autor (2001) explica que os povos descendentes de Abraão - judeus cristãos e mulçumanos - herdaram a crença ideológica de que a religião e a moral ensinavam a eles que o sexo apenas serviria para a reprodução da espécie, conforme ordem do Divino Criador. Naquele momento, o povo hebreu tivera um projeto civilizatório com o objetivo de aumentar a sua população e se tornar um grupo mais poderoso, para, assim, enfrentar, por exemplo, as guerras e disputas de territórios.

Com o objetivo de criar novos guerreiros, capazes de enfrentar os violentos inimigos, o povo hebreu resolveu fazer o máximo de filhos possível, engravidando suas mulheres e, também, as escravas. Com esse objetivo, estabeleceu-se a ideia de que qualquer ato sexual que não tivesse o intuito de procriação seria verdadeiro crime contra Deus e contra o povo. Portanto, “todo sêmen do homem deveria ser depositado exclusivamente no único receptáculo capaz de reproduzir: o vaso natural da mulher” (MOTT, 2001, p. 43). Desse modo, se o homem tivesse qualquer prática sexual que “desperdiçasse” o seu sêmen, dentre elas a masturbação e a homossexualidade, ele seria condenado à pena de morte.

A relação homoerótica foi a prática mais perseguida e recriminada, porque, a ideia era de que, numa relação matemática, quando dois homens se relacionassem sexualmente, duas fontes reprodutivas estariam sendo descartadas, diferentemente, da masturbação, por exemplo: prática em que há perda de sêmen de apenas um homem. Dessa forma, Mott (2001) completou que:

> É dentro desta lógica, visando a maximização do aproveitamento do esperma, que o Antigo Testamento praticamente ignorou a existência do lesbianismo dentro do povo judeu. A relação entre duas mulheres não representava a menor ameaça ao projeto super-reprodutivo tribal, posto que nesta sociedade machista e patriarcal não se levava em conta o interesse ou desejo sexual das fêmeas, mas a vontade e o prazer do macho e seu orgulho em demonstrar, com farta prole, sua potência e poder (p.43).

Outro elemento ideológico, também, serviu de inspiração mitológica para direcionar a explicação da homofobia, conforme a necessidade de reprodução

da espécie. Agora, trata-se do mito do nascimento do Messias, considerado o enviado de Deus para instaurar a utopia de que todos esperavam: o paraíso da concórdia e a abundância de benesses. Conforme o mito, a vida do Messias só foi possível graças a uma cópula heterossexual e, dessa forma, o desperdício de sêmen passou a significar não apenas o impedimento do nascimento de um novo pastor ou guerreiro, mas, também, que mensageiros de Deus poderiam ser impedidos de vir ao mundo.

Assim, a partir de uma visão histórica e antropológica, Mott (2001), com o intuito de reconstruir a gênese e o significado da homofobia através da etno-história, destaca a existência desse tipo de explicação mitológica como uma forma possível de explicar o projeto civilizatório dos povos descendentes de Abraão, justificando, assim, a perseguição e a condenação da prática homossexual masculina. Esta pesquisa considera que a mitologia é uma construção cultural que explica fenômenos, mas, ela explica muito pouco sobre a realidade histórica e concreta. Mesmo assim, essa explicação, trazida por Mott, ajuda a entender os aspectos culturais da homofobia na nossa sociedade ocidental, principalmente, pelas ideias divulgadas pelo cristianismo nas religiões.

Do ponto de vista histórico, sabe-se, também, que, com a divisão sexual do trabalho, alguns costumes foram sendo desenvolvidos. Estes passaram a determinar papeis sociais diferenciados para homens e mulheres. Conforme Mott (2001), a partir da construção dos valores morais da falocracia e da himenolatria, o macho teria no falo a origem e a legitimação do seu poder, enquanto que a fêmea se valeria pelo hímen intacto que, ao ser rompido, exigiria, como atributos para o seu valor social, a fertilidade e a fidelidade dela ao marido. Assim, a figura feminina estaria submetida ao domínio masculino com a ratificação dos direitos do homem sobre todas as mulheres de tal cultura. Tudo aquilo que se se aproximasse das características femininas era menosprezado e desvalorizado. Esse é um aspecto social que demonstra a rígida divisão sexual, com destaque à superioridade masculina.

Tanto, que nesse contexto, o travestismo e a inversão de gênero eram fenômenos classificados como terríveis abominações, porém, julgados em grau diferente de gravidade moral. O homem que se travestisse de mulher representava uma ameaça muito maior se comparado à mulher travestida de

homem, pois, quando o homem se transformava em mulher, dar-se-ia o rebaixamento do sexo forte, considerando desonrando o direito natural e divino da hegemonia do sexo masculino. Dessa forma, o desejo da androginia e da unissexualidade era entendido como uma perigosa ameaça de separação dos tradicionais papéis de macho e fêmea, tanto esteticamente como também nas funções sociais de manutenção da sociedade, por exemplo, de subsistência material e proteção (MOTT, 2001).

Apesar disso, em momentos de crise histórica, as mulheres masculinizadas eram honradas por desempenharem funções de guerreiros, mas, os homens afeminados sempre foram considerados abominações, pois, eles estariam abdicando dos sagrados e valorizados privilégios, concedidos ao seu sexo biológico, para dedicar-se a tarefas e ocupações inferiores, causando, assim, uma crise estrutural na sociedade.

Mott (2001) também analisou que o recrudescimento da intolerância aos homossexuais se deu a partir de algumas outras hipóteses, as quais, analisadas na história da tradição ocidental sobre o temor vinculado aos homossexuais, representariam medidas revolucionárias. A primeira delas seria a tentativa de eliminar a expansão do homoerotismo nos cleros e nas instituições religiosas, uma vez que se observava a elevada quantidade de comportamentos e desejos homossexuais entre os padres, bispos e entre outros membros da igreja.

A segunda hipótese é a de que a população da Europa enfrentava uma situação de extinção populacional, que, em decorrência da peste negra, muitas pessoas morreram, e os homossexuais, tratados como bodes expiatórios para explicarem o declínio populacional, foram considerados como as pragas responsáveis por essa pandemia. Além disso, acreditava-se que a população seria prejudicada em seu crescimento pelo fato da queda de copulações entre homens e mulheres. Na atualidade, as pessoas ainda dizem que os homossexuais são a causa que ameaça a destruição da espécie do ser humano, como se eles colocassem toda a humanidade em risco de extinção. Essa ideia voltou a vigorar quando a doença AIDS ganhou notoriedade nos anos de 1980 (MOTT, 2001).

Como última hipótese de explicação para a origem da homofobia, Mott (2001) afirma que a homossexualidade foi pensada como fenômeno associado

ao medo da destruição dos bons e velhos costumes capitalistas, o que poderia colocar em risco a tradição do casamento heterossexual e da formação da família burguesa. Dessa forma, algumas estratégias contra as relações homoeróticas aconteceram, na tantativa de impedir a vulgarização do amor erótico-romântico para manter os interesses dominantes.

Lembra-se, aqui, que os casamentos eram realizados conforme os interesses econômicos e políticos das famílias, tendo como objetivo principal a procriação de filhos, preferencialmente homens, para garantir a posse dos bens familiares. Assim, duas famílias se juntavam através do casamento de seus filhos, unindo riqueza e assegurando posições sociais específicas. Não se casava por amor romântico ou sexual, mas, por interesses econômicos particulares das famílias.

Nota-se que a interpretação dessas práticas socioeconômicas tende a explicar que a união entre duas pessoas do mesmo sexo se dava, apenas, por interesses sexuais e/ou emocionais, privilegiando a emoção e o prazer, em detrimento da reprodução e das alianças econômicas, que eram firmadas pelo casamento. Muito antes de Romeu e Julieta, os homossexuais já promoviam um tipo de relação diferente daquele tempo, provocando outros tipos de arranjos interpessoais que ameaçariam a ordem social hegemônica. O amor romântico e a paixão já estavam sendo preconizados naquele período, e a homofobia cada vez mais solidificada na cultura.

Resumindo, a repressão homossexual estaria atrelada ao estilo de vida dos homossexuais, e este estilo representaria características, tais como:

> [...] a democracia sexual, o questionamento da hierarquia dos gêneros, a alternativa da unissexualidade, a inversão dos papeis sexuais, o travestismo, a transexualidade, todos comportamentos e condutas altamente desestabilizadores da sociedade heterosexista e falocrática, onde as regras de comportamento de gênero e o erotismo são definidos hierarquicamente garantindo a supremacia do macho. As uniões nômades ou passageiras, a “promiscuidade”, a rotatividade de parceiros e a inversão de *performances*, a androginia são mais alguns elementos revolucionários da subcultura gay, já documentada no mundo luso-brasileiro desde o século XVI, constantes ainda hoje em dia, que questionam e assustam a sacralidade e indissolubilidade dos vínculos matrimoniais dos casais heterossexuais (MOTT, 2001, p.55).

Ainda numa visão sociológica, Carneiro (2003) explica que, no campo das representações sociais, o termo homofobia está expresso como um recurso linguístico que foi construído e manifestado, socialmente, para representar os sentidos dos aspectos negativos que ainda são atribuídos aos homossexuais. Isso promove o tratamento dos homossexuais como sujeitos contrários à razão, à virtude, à justiça e ao dever.

Partindo dessa lógica explicativa, entende-se que a homofobia é construída a partir de processos psicossociais e que a sua existência implica em tornar fraco e desprotegido todos aqueles que se mostrarem homossexuais. Isso acaba dificultando até mesmo a própria afirmação desta sexualidade em grande parte dos meios sociais. Estes e, também, outros enfoques teóricos têm promovido o entendimento de que as práticas homossexuais e a homoafetividade são produtos formados a partir de procedentes genético, neurológico, psíquico, hormonal, inatos ou aprendidos durante o desenvolvimento ontogenético.

As explicações do senso comum sobre a homofobia se mostram simplistas e equivocadas. Em geral, elas atribuem ao sujeito homofóbico características homossexuais, as quais seriam negadas pelo seu próprio funcionamento psíquico, mas, que se manifestariam em suas emoções e comportamentos. Essa dinâmica possibilitaria que o sujeito homofóbico reafirmasse a sua heterossexualidade e funcionaria como um mecanismo para defender o sujeito contra a possibilidade de ele desenvolver algum sentimento amoroso por pessoas do mesmo sexo. Pelo seu caráter inconsciente, tal mecanismo permitiria ao sujeito homofóbico se tornar agressivo e intolerante com os homossexuais, no intuito de preservar o risco de se identificar com eles.

Assim, muitas teorias explicam que o sujeito é preconceituoso por ter o medo de se assemelhar ou de se tornar igual às pessoas que apresentam características não aceitas e menosprezadas socialmente.

A partir deste tipo de explicação, os próprios homossexuais que manifestarem atitudes homofóbicas, assim farão por não aceitarem a sua condição sexual, negando, então, a sua própria sexualidade. Mas, existiriam dois casos diferentes: ou a fase de negação da sexualidade ocorreria apenas no primeiro momento de apreensão das manifestações de sua

homossexualidade, ou ela persistiria na vida do sujeito sem que este assumisse a própria sexualidade. Neste último caso, o sujeito poderia contrair um casamento heterossexual e formar uma família tradicional, na tentativa de esconder o fato de ele ser homossexual.

Sob outros aspectos diferentes desses relativos à psicodinâmica individual, o preconceito homofóbico também seria entendido como um problema de identificação grupal. Nesse outro tipo de entendimento, os homofóbicos conformariam as suas crenças, as quais são aprendidas socialmente, com as crenças da maioria das pessoas que pensa semelhante e que obedece a determinado ordenamento social. Além disso, eles se oporiam aos indivíduos que não desempenhassem, no convívio social, os mesmos papéis que eles desempenham. Esta oposição aconteceria mesmo que aparentemente.

Há outras explicações que relacionam a homofobia ao terror de tudo aquilo que seja diferente do comum ou do mais habitual, classificando-a como um tipo de xenofobia. Xenofobia significa a desconfiança ou o medo por pessoas estranhas, incomuns ao meio social e, também, por relações nas quais se vive. Esta concepção é mais criticada por não definir a origem especifica do preconceito contra os homossexuais, afinal, ela também envolve questões particulares de ordem cultural, religiosa, política e ideológica.

Já a Escola de Frankfurt - ou Teoria Crítica da sociedade -, entende que a perda ou defasagem da capacidade de pensamento reflexivo do sujeito e, portanto, da sua própria consciência, contribui para gerar e manter conflitos sociais, dentre eles, o preconceito. Para Crochík (1996; 2006; 2012), o preconceito está descrito como as atitudes que acontecem a partir de uma base ideológica, que, por sua vez, estabelece uma rígida homogeneização social. O autor desta que as atitudes preconceituosas são verificadas a partir de três formas: ou como uma espécie de compensação apresentada pelo excesso de preocupação com o alvo; ou como a manifestação de hostilidade contra o alvo; ou com total indiferença em relação ao alvo.

Adorno e Horkheimer (1973) alegaram que as pessoas preconceituosas se submetem a ordem estabelecida por processo de identificação e por profunda vulnerabilidade e fraqueza do ego. Essas pessoas estão privadas de reflexão e o que lhes sobra é o apego à força, a um poder superior e a esquiva

de qualquer responsabilidade pessoal. Dessa forma, suas ações se direcionam para o aniquilamento do inimigo inventado ou escolhido, bem como pela busca em satisfazerem os seus interesses pessoais ou grupais.

Como foi apontado por Horkheimer e Adorno (1973) e Crochík (2011), a ideia é de que as opiniões pessoais e a autonomia ficariam enfraquecidas, e isso limitaria as pessoas à adaptação, por ser mais atraente e fácil, já que ser diferente disso acarretaria prejuízos como o de ser excluído ou ser alvo de preconceito. Assim, a redução da consciência seria levada ao extremo para a manutenção dos interesses ocultos de poucos.

A ideologia que promove o preconceito é a chamada de ideologia instrumental pelos autores da Teoria Crítica da sociedade, uma vez que seriam constituídas, a partir dela, as atitudes preconceituosas. Crochik (2011) afirma que a fragilidade psíquica motiva o preconceituoso a ser como é, e que essa intenção na atitude preconceituosa está relacionada com a busca do preconceituoso em ser aceito no seu grupo social, permanecendo adaptado e recebendo apoio dele. Assim, a partir da construção de estereótipos, essa busca, consciente ou inconscientemente, legitimaria a violência exercida contra os mais fracos e/ou inadaptados.

A contribuição da Teoria Crítica da sociedade fundamenta-se nos estudos sobre as condições da constituição dos indivíduos a partir da ideologia da racionalidade tecnológica, e, também, está relacionada aos valores da sociedade capitalista. Essa ideologia é a da classe dominante, que esconde e interfere na constituição da (pseudo) subjetividade, bem como da satisfação das suas necessidades sociais, as quais não mais estão ligadas apenas à sobrevivência do sujeito, mas, também, forjadas e impostas para a manutenção e reprodução da estrutura social.

Nesse sentido, conforme os pensadores da Teoria Crítica da sociedade, o sujeito perde, sempre que assujeitado, a sua capacidade crítica, reflexiva e autônoma, obedecendo a padrões culturais estabelecidos, e desejando coisas que não correspondem com a sua realidade. Isso tudo acontece graças a determinação da racionalidade tecnológica ou instrumental, que tem gerado o processo de homogeneização entre os indivíduos. Aqueles que não se adaptam se tornam alvo do preconceito, que é manifestado através de atitudes

violentas, da indiferença ou pela sutil hostilidade, que vem disfarçada por um excessivo cuidado.

Portanto, pata a Teoria Crítica da sociedade, as formas de preconceito estão ligadas à adaptação do sujeito ao meio, que é fomentada pela ideologia da racionalidade instrumental. Além disso, elas são o resultado do enfraquecimento do ego pela repressão imposta pelos valores do capitalismo e pela criação estereotipada atribuída ao alvo que se diferencia.

Ocorre que as identificações com os diferenciados são negadas para não apresentar a própria fragilidade, ou, as características que diferenciam os alvos não permitem a sua inclusão pela não aceitação do grupo. Essa não aceitação do grupo acontece como fuga do padrão ideal social, apesar de que essas características poderiam inclusive ser inventadas pelo próprio grupo e agregadas aos alvos. De qualquer maneira, tanto um caminho quanto outro fomenta as atitudes preconceituosas (CROCHIK, 2011).

Apesar das contribuições de diferentes teoriais sobre o entendimento da homofobia, esta pesquisa a considera como um preconceito e que, portanto, como em todo preconceito, a homofobia tem a sua origem na cultura. Além disso, parte-se do entendimento de que todo tipo de preconceito tem uma funcionalidade social para existir na sociedade capitalista. Além disso, para esta pesquisa, a homofobia não se resume aos termos de psicodinâmica individual, mas, vem sendo constituída a partir de determinações culturais.

Nesse sentido, Corino (2006) destaca que diversos povos, em diferentes épocas históricas, adotavam as práticas homossexuais para exercer a sexualidade, da mesma maneira que manifestavam práticas hetero e bissexuais. É sabido que a homossexualidade, tanto a masculina como a feminina, existe desde os primórdios da existência humana.

Apesar de o termo homossexual ter sido criado, em 1869, na Hungria, a sua prática já era bastante comum nas sociedades antigas. A relação afetivo-sexual entre duas pessoas do mesmo sexo biológico não possuía uma palavra que a descrevesse, mas, estava incluída como expressão de amor afrodisíaco, incluindo homens e mulheres. Como a denominação não existia para descrever a relação homoafetiva, a sua significação na sociedade era outra, e o sentido construído pelas pessoas também.

As pesquisas de antropologia e história registraram os exercícios homossexuais ainda praticados para fins de ensino, como uma instituição pedagógica nas tradições da Grécia, Roma e China antigas, bem como entre os povos indo-europeus. Importante destacar que tais práticas eram aceitas apenas para determinados fins, pois, ao perder o caráter pedagógico, a relação homoerótica era repreendida (CORINO, 2006).

Exemplo disso foram as práticas homossexuais da sociedade grega, as quais tinham a função social de transmitir o conhecimento dos homens mais experientes - mestre ou tutor - para os homens mais jovens, tornando-se comum a relação afetivo-sexual entre um homem mais velho, que admirava as qualidades masculinas de um jovem; com um adolescente, o qual respeitava o homem mais velho por sua experiência, sabedoria e poder social.

Conforme Barbo (2015), esse processo psicossocial de educação grega recebe o nome de Paiderastia e deve ser compreendido conforme os costumes e valores da época em que era praticado. O termo é de origem grega e remete a uma significação erótica de menino amante, designando uma instituição educativa entre um homem mais velho e um jovem, sem ter conotações de abuso sexual.

Caso existisse uma relação homossexual sem caráter educativo ou uma relação homossexual entre dois homens da mesma idade, consideravam-se preocupantes tais práticas, pois, entendia-se que o homem se rebaixaria a posição ocupada pela mulher, perdendo, assim, a sua qualidade de macho dominante. Também poderia-se considerar que tais práticas, nessas condições, rebaixariam o sujeito que a praticasse à posição de escravo ou jovem, posições estas que eram designadas a pessoas submissas.

De acordo com Corino (2006), algumas teorias explicaram que a pederastia surgiu em uma tribo que imigrou para a Grécia, chamada Dorian. Nela, muitos homens mais velhos escolhiam jovens rapazes para iniciá-los na vida adulta, ensinando aquilo que já sabiam como o próprio ato sexual, por exemplo. As cidades de Esparta e Tebes receberam essas influências e os seus soldados passaram a tomar conta dos recrutas novatos, para, que dessa forma, nas batalhas e durante toda a vida, eles permanecessem fiéis um ao outro. Além disso, a relação amorosa e sexual entre dois homens era honrada se ela possuísse o caráter de eficiência militar e liberdade civil.

Já em Roma, a questão da homossexualidade foi idealizada de modo diferente daquela da sociedade Grega:

> A relação homossexual no Império Romano estava à disposição dos prazeres masculinos dos homens livres. Esses poderiam abusar de, preferencialmente um garoto escravo, no momento que desejassem, desde que fosse escravo. Parece haver grande diferença no conceito da homossexualidade da época romana em relação ao modo de se entregar ao sexo anal. Assim, se qualquer tipo de relação sexual anal fugisse do convencional: o homem livre por cima e o escravo como o parceiro receptivo, o momento seria constrangedor para o homem livre se o mesmo fosse pego como passivo na relação (ASSIS, 2006, p. 32).

Em Roma, o homem que mantivesse relacionamento sexual com outro homem não seria condenado, desde que tais relações acontecessem com os escravos. Naquele período histórico, os escravos e as mulheres eram considerados criaturas inferiores, e, por isso, as práticas sexuais de felação e cunilíngua eram consideradas degradantes. Pelo fato de o escravo ser uma criatura inferior ao homem livre, a prática homossexual constituía pecado menor quando comparado ao sexo anal ou oral com pessoas de outra posição social (CUATRECASAS, 1997).

No sexo anal, o homem livre romano só poderia ser o penetrador e nunca o penetrado, uma vez que se ele assumisse a posição de passivo na relação sexual, entendia-se que o próprio abandonaria a sua posição de dominante e seria equiparado a um escravo. Portanto, era comum a ocorrência de relações sexuais entre homens romanos, desde que obedecessem a duas regras: de que os homens livres só se relacionariam sexualmente com outros homens, desde que estes fossem escravos ou homens de baixa condição social; e de que sempre ocupariam a posição de penetrador durante o ato sexual.

Conforme Cuatrecasas (1997), tanto na Grécia quanto na Roma da Antiguidade, o amor e a prática homossexual representava, na maioria das vezes, uma forma de inspiração para tornar o adolescente um cidadão apto a servir aos costumes daquela cultura. Já a prática heterossexual servia apenas para procriar. Era no processo de pederastia, que os laços de amizade e do sexo anal e oral entre dois homens eram aceitos pela sociedade, envolvendo crenças religiosas e intensões educacionais. A pederastia acontecia, também,

no oriente, mas, é no ocidente que ela formava uma instituição praticada em toda a história, embora de diferentes maneiras. Conforme a área geográfica, a aceitação das práticas pederásticas variava entre a aceitação total até a reclusa absoluta.

Em algumas situações na cultura ocidental, da mesma forma que as práticas homossexuais já foram inseridas na educação de jovens do sexo masculino de famílias de boa posição social, elas, também, já foram consideradas uma questão de fascínio estético.

De acordo com Rodrigues e Lima (2004), verifica-se que mesmo a homossexualidade já existindo na Antiguidade, ela só pode ser entendida conforme a cultura dos seus povos. Esses povos retratavam, em sua cultura, principalmente a partir de representações religiosas, as imagens de deuses sem sexo definido. Além disso, eles também construíram significados de que a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo justificava algumas dessas imagens religiosas. Exemplo disso foi a representação do deus hindu da fortuna, Ganesh, o qual teria sido gerado a partir de uma relação entre duas divindades femininas.

Foi somente com o advento do cristianismo, no Império Romano de Constantino (272–337 dC), que a prática unissexual e os seus praticantes começaram a ser perseguidos. Conforme Boswell (1997), o imperador Constantino teria se convertido a fé cristã, tornando-a prática religiosa obrigatória para toda a Roma, que, naquele momento, era o maior império do mundo. Até o século IV, a máxima cristã “Crescei e multiplicai-vos” era restrita aos adeptos do judaísmo e aos poucos cristãos que existiram naquela época.

Pelos princípios cristãos, as relações sexuais eram mantidas unicamente para a procriação, e, portanto, a homossexualidade não tinha razão de existir. Como numa relação unissexual não há reprodução, a homossexualidade era considerada uma prática antinatural de relação sexual, o que levou o império romano a buscar o extermínio dos sacerdotes efeminandos. Foi em 390 dC, após o império de Constantino Magno, no reinado de Teodósio (347–395 dC) - o Grande -, que se tem o primeiro registro do castigo físico aplicado aos homossexuais. Esses castigos decorriam do Decreto Imperial, que condenava as pessoas identificadas como homossexuais (BOSWELL, 1997).

No reinado do imperador cristão Justiniano (483–565 dC), em 533 dC, uma lei foi criada para proibir a homossexualidade, associando-a ao adultério, além de condenar os seus praticantes à pena de morte. Outras leis em 538 dC e 544 dC foram elaboradas com o intuito de obrigar os homossexuais a se arrependerem dos supostos erros que praticavam, através de suas práticas sexuais, fazendo-os acreditar que a sua condição humana era pecado cometido contra a vontade de Deus e que necessitava do remorso e da expiação para a sua salvação.

Ainda, conforme Boswell (1997), a Igreja Católica, ao tornar o seu regime religioso parte do governo, impôs a ética sexual judaico-cristã no lugar da moral helênico-pagã e passou a ter forte influência na educação, na moralidade, na constituição familiar, ou seja, na política e nos costumes romanos. Os homossexuais sofreram perseguições por não gerarem filhos em suas práticas sexuais, sendo considerados pecadores para a doutrina cristã, a qual ainda hoje condena o sexo para prazeres mundanos. Assim, na Idade Média, a homossexualidade foi tratada como heresia, e as sansões contra ela foram embasadas nos ensinamentos cristãos.

A partir do século VII dC, com o nascimento e a expansão do islamismo, o cristianismo potencializou a sua doutrina com a explicação de que o sexo é criado apenas para fins reprodutivos, e, que, qualquer ato sexual que tivesse finalidade diferente desta, deveria ser repudiado e extinguido. No século XIV, por mais que os ensinamentos religiosos condenassem os prazeres da carne, os costumes permaneciam os mesmos. A partir desse período, a Igreja Católica passou por uma série de crises como a conversão de muitos católicos ao protestantismo, após a Reforma realizada por Martinho Lutero de alguns princípios cristãos (1483–1546).

Naquele período, também aconteceu, na Europa, a morte causada pela peste negra de 25 milhões de pessoas. Como ninguém conhecia a doença, atribuíram a causa dela, assim como a causa de outras catástrofes, aos costumes vividos pelas pessoas tidas como pecados. Dentre os grupos minoritários daquela época, os homossexuais, assim como os judeus e hereges, foram considerados a causa dos males da sociedade. O resultado disso ficou refletido na perseguição contra os homossexuais que foram denominados, em referência a Sodoma, de sodomitas. Conforme o relato

bíblico, a cidade e os habitantes de Sodoma foram destruídos por Deus pelo fato de eles praticarem atos sexuais, considerados imorais pelos Antigos Israelitas. Mas, nunca foram encontrados vestígios arqueológicos de que Sodoma e Gomorra tenham existido.

Mesmo nos períodos históricos mais recentes, a afronta aos homossexuais continuou e se tornar cada vez maior e de fácil identificação. Conforme Rodrigues e Lima (2004), em Florença, nos anos de 1432 a 1502, cerca de 20 mil homossexuais foram incriminados e três mil condenados por sodomia, numa população de 40 mil habitantes. Também em outros países europeus foram promulgadas leis que proibiram a manifestação da homossexualidade. No século XIX, na Inglaterra, houve o enforcamento de várias pessoas condenadas de sodomia. Foram mortos cerca de 80 homens em apenas 34 anos – de 1800 a 1834. A pena de morte para os atos de sodomia só foi modificada em 1861 para dez anos de trabalhos forçados.

Por ser assim, no século XIX, a homossexualidade foi entendida como entidade nosológica e, consequentemente, buscaram tratá-la com medicamentos e terapias clínicas. Foi o momento em que a psiquiatria e a medicina substituíram a religião e o direito na definição da normalidade. Tanto que, em 1870, o médico alemão Carl Westphal (1833 – 1890) definiu pela primeira vez a homossexualidade como desvio sexual, atribuindo ao sujeito características psicológicas e fisiológicas específicas (SOUZA FILHO, 2003b).

Já o termo homossexual foi utilizado pela primeira vez como expressão jurídica, em 1869, pelo escritor e advogado húngaro Karol Maria Kertbeny (1824–1882). Conhecido como Dr. Benkert, ele criticou o código penal alemão, por defender a condenação dos homossexuais à prisão com trabalhos forçados. Desde o século XIII, a homossexualidade foi punida como crime semelhante aos crimes de lesa-majestado e heresia, sendo comparada com a bestialidade e com as práticas libidinosas com animais.

Cada cidade condenava a homossexualidade com leis próprias. Na Rússia, por exemplo, antes da revolução socialista de 1917, as condenações eram leves e as perseguições aos homossexuais aconteciam raramente. No governo de Josef Stalin (1878–1953), as coisas mudaram e passou a acontecer condenações severas e perseguições constantes aos homossexuais.

Já no Brasil, as perseguições aos homossexuais começaram no século XVI, com a criação da Inquisição pelo cristianismo católico. Essas perseguições foram mantidas até o século XVIII. Após este século, as perseguições passaram a acontecer através da aplicação dos Códigos Penais portugueses: Manuelino, Filipino e Afonsino, que condenavam à morte qualquer pessoa que manifestasse comportamentos homossexuais (SOUZA FILHO, 2013).

Após o estabelecimento do cristianismo em Roma, o preconceito, calcado na opinião religiosa, promoveu a condenação à morte dos homossexuais por todo o ocidente cristão, até o final do século XVIII. A homossexualidade na perspectiva judaico-cristã era considerada como pecado contra a natureza. Especialmente para a igreja católica, a ideia do sexo ainda continua a ser tratada como assunto dogmático e é destinado somente à reprodução da espécie, condenando, assim, toda forma de ato sexual que se vincule apenas ao prazer.

Conforme Torres (2006), a pregação religiosa, que também está na gênese da homofobia, é a interpretação bíblica da destruição das cidades de Sodoma e Gomorra, a qual foi explicada como a demonstração da ira divina pelos pecados que ali se praticavam, dentre eles, a homossexualidade. Neste momento, a condenação se referia aos próprios homossexuais e não somente aos atos praticados por eles, como antes considerava. Mesmo com tal contexto de condenação instaurado no século XI, o sexo entre homens continuou até mesmo entre os membros do próprio clero. Estas concepções se mantêm na doutrina católica até hoje e são sustentadas com ações como a do papa João Paulo II, por exemplo, que em 1994 afirmou que a homossexualidade é um comportamento moralmente inaceitável.

Em 2002, o Vaticano chegou a publicar seu *Lexicon,* considerando a homossexualidade um conflito psíquico, que a sociedade não poderia institucionalizar como prática. Já o papa Bento XVI, parecia querer mudar o entendimento que se tinha, afirmando que a homossexualidade apenas representaria uma espécie de desordem de identidade de gênero.

Já o Papa Francisco, nascido, em 1936, Jorge Mario Bergoglio, vem apresentando um discurso sobre a homossexualidade que dá a impressão de ser mais libertador ao afirmar que o amor deve prevalecer sobre as diferenças

entre as pessoas, e que os homossexuais devem ser acima de tudo amados e respeitados. Conforme Boaventura e Freitas (2016), a discussão sobre a homossexualidade está registrada tanto na Exortação Apostólica – documento pontifício utilizado pelo Papa para tratar de assuntos diversos – quanto na entrevista realizada pela *Civilità Cattolica*, destacando a respostasta do Papa:

> Pergunta (Spadaro): Penso nos divorciados e recasados, casais homossexuais, outras situações difíceis. Como fazer uma pastoral missionária nestes casos? Em que insistir? O Papa faz sinal de ter compreendido o que pretendo dizer e responde.
>
> Resposta: [...] uma vez uma pessoa, de modo provocatório, perguntou-me se aprovava a homossexualidade. Eu, então, respondi-lhe com uma outra pergunta: "Diz-me: Deus, quando olha para uma pessoa homossexual, aprova a sua existência com afeto ou rejeita-a, condenando-a?" É necessário sempre considerar a pessoa. Aqui entramos no mistério do homem. Na vida, Deus acompanha as pessoas e nós devemos acompanhá-las a partir da sua condição. É preciso acompanhar com misericórdia. Quando isto acontece, o Espírito Santo inspira o sacerdote a dizer a coisa mais apropriada (BERGOBLIO, 2013a apud BOAVENTURA e FREITAS, p. 332, 2016).

Através dessa fala do Papa, percebe-se que ele se refere ao homossexual de modo condescendente, tratando-o como alguém desafortunado e acometido por algo infortúnio, como uma pessoa "aleijada socialmente por sua 'condição' e que, portanto, inspira cuidados, que desperta sentimentos como piedade, a 'misericórdia'" (BOAVENTURA e FREITAS, 2016, p. 332). Durante uma viagem de volta do Brasil a Roma, o Papa deu uma entrevista que ganhou destaque no mundo inteiro, sendo que um repórter da TV Globo perguntou ao Papa sobre como ele enfrentaria o Lobby gay. E a resposta foi:

> Fiz o que o direito canônico pede. A investigação prévia. E não encontramos nada do que acusam. Não encontramos nada. Gostaria de acrescentar uma coisa: vejo que tantas vezes na Igreja se procura os pecados de juventude e se publica. Não os delitos, que são outra coisa. O abuso de menores é uma delíto. Falo de pecados. Mas se uma pessoa laica ou padre ou freira cometeu pecados e depois se converteu, o Senhor perdoa. E quando perdoa, esquece. Naõ temos direito de não esquecer, porque se não, podemos correr o risco de que o Senhor também não se esqueça dos nossos. É importante uma teologia do pecado. Penso em São Pedro que cometeu um pecado grave, renegou Jesus. E mesmo assim foi feito papa. Se escreve tanto do lobby gay. Até agora não encontrei ninguém no Vaticano com uma carteira de identidade que diga 'gay'. Se uma pessoa é gay

> e procura Jesus, e tem boa vontade, que sou eu para julgá-la? O catecismo diz que não se deve marginalizar essas pessoas, devem ser integradas a sociedade. Devemos ser irmãos. O problema é fazer lobby, de pessoas gananciosas, lobby de políticos, de maçons, tantos lobbies. Esse é o pior problema (BERGOGLIO, 2013b).

Assim, percebe-se uma tentativa do Papa Francisco na busca por minimizar a discriminação, a perseguição e o preconceito contra a homoafetividade. Mas, é sabido que tanto ele quanto os bispos da Igreja podem fazer muito mais do que, simplesmente, construir discursos sobre a incapacidade do Papa em contrariar a doutrina oficial da Igreja Católica, a qual considera as práticas homossexuais pecado, condenado-as firmemente. Os homossexuais que buscam representatividade ou acholhida em alguma doutrina religiosa acabam identificando uma lógica de que a Igreja não promoverá mudanças. Já os fiéis, sabendo dessa suposta incapacidade de mudar os documentos oficiais da Igreja, acreditam que o novo Papa vem mudando, minimamente, as ações da igreja, as quais já poderiam estar totalmente modificadas.

Afinal, o Papa Francisco, apesar de não excluir os homossexuais da evangelização, acabar não equiparando a união homoafetiva ao casamento.

> Não podemos insistir somente sobre questões ligadas ao aborto, ao casamento homossexual e uso dos métodos contraceptivos. Isto não é possível. Eu não falei muitos destas coisas e censuraram-me por isso. Mas quando se fala disto, é necessário falar num contexto. De resto, o parecer da Igreja é conhecido e eu sou filho da Igreja, mas não é necessário falar disso continuamente (BERGOGLIO, 2013a apud BOAVENTURA e FREITAS, p. 334, 2016).

Quando nos referimos ao que a Igreja Católica poderia avançar no combate ao preconceito, entendemos que existe uma enorme diferença entre o discurso desses representantes sobre a impossibilidade para as ações com os seus fiéis, e a existência dos documentos internos, que continuam recomendando a não aceitação dos homossexuais. Estes documentos internos da igreja católica circulam na instituição e trazem as verdadeiras orientações aos seus fiéis, e nelas, os homossexuais não são aceitos (SILVA, 2013a).

Sendo assim, verifica-se que a restrição à homossexualidade e as manifestações da homofobia tornam-se produtos históricos e culturais estigmatizados nesta cultura ocidental, formando, assim, uma visão

hegemônica da homossexualidade, que acaba sendo tratada como desvios. E, nem mesmo com as explicações científicas sobre o assunto, mantêm-se as representações sociais e individuais já construídas no processo histórico.

A partir dessa breve reconstituição da intolerância à homoafetividade na história da humanidade, observa-se que a sua depreciação legitima o caráter preconceituoso que vem se manifestando há séculos, ignorando os fatos históricos para o seu esclarecimento, tal como a influência da Igreja Católica, que sempre visou à preservação de sua autoridade, poder e patrimônio. Tal reconstituição histórica, então, permite o entendimento de que a homossexualidade nem sempre foi compreendida da mesma forma nas diferentes sociedades, e que a homofobia também sempre esteve sendo manifestada conforme interesses socioeconômicos.

Para fins de esclarecimento, a palavra homofobia derivou do grego, sendo que o prefixo *homo* significa semelhante, igual, comum. Já o radical *phobía* se refere ao medo irracional, intenso e acompanhado de aversão e hostilidade instintivas. Suas derivações indicam a ação de se por em fuga e medo –*phóbos* – e espantar-se e fugir – *phébesthai.* Genericamente, o termo tem sido usado para definir o ódio e a repugnância que determinados grupos sociais nutrem contra os homossexuais, incentivando comportamentos preconceituosos e discriminatórios. As características significativas do termo fobia são desconsideradas ao excluírem a sua relação com o sentido etiológico e nosológico da palavra. A utilização do termo fobia, muitas vezes, limita-se ao entendimento comum de um medo mórbido e sem controle consciente (LEÃO, 2011).

Portanto, o termo homofobia caracteriza as manifestações de pessoas que, emocionalmente, apresentam tal fobia. No senso comum, as pessoas também acreditam que, numa tentativa de se livrarem das próprias emoções quanto a sua identidade sexual, os homofóbicos transferem, inconscientemente, as reações deste medo para os homossexuais.

Dessa maneira, o homofóbico é, comumente, caracterizado por sua dificuldade em aceitar e/ou conviver com pessoas homossexuais. Essa questão é manifestada pela repulsa e aversão do homossexual pelo homofóbiico, sem motivo aparente. Apenas o fato dos homossexuais existirem no mundo já é motivo para incomodar o homofóbico, que pode manifestar tal incômodo de

diversas maneiras: apenas contando uma piada com argumentos vexatórios sobre a homossexualidade, sorrindo discretamente com o canto da boca ao ver um homossexual, como, também, espancando algum até matá-lo. Não precisa agredir um homossexual para ser uma pessoa homofóbica, pois, a simples desconsideração do individuo homossexual como ser humano semelhante a si, inferiorizando-o por sua condição sexual, já é indicativo de tal preconceito.

Conforme Leão (2009), a cultura indicará, para cada sociedade, quais são as possibilidades de manifestação da sexualidade, conforme o período histórico vigente e, também, de acordo com a função designada pela ideologia dos interesses dominantes. Assim, a própria sociedade promove uma função específica, tanto para a homossexualidade quanto para a homofobia ou qualquer outro preconceito.

Dessa forma, o entendimento da homofobia e de suas consequências remete a psicologia à preocupações metodológicas, uma vez que a abordagem na investigação deve ser psicossocial. Tem que abarcar os aspectos que configuram a identidade, os papéis sexuais e a significação destas características na sociedade para o sistema de produção estabelecido. A centralidade da questão é averiguar a função do preconceito para os interesses econômicos, políticos e ideológicos do grupo dominante, grupo este que mantém os sentidos discriminatórios de aspectos sexuais.

A autora aponta que:

> [...] os determinantes mais amplos da violência derivam da estrutura social, que a exige como um espaço do ordenamento social e a difere das outras formas de violência (interpessoal, educativa, pessoal, etc.). Portanto, só é possível entendê-la no contexto histórico e social em que é produzida. É necessário examinar o ato violento no marco dos interesses e valores concretos, que caracterizam cada sociedade ou cada grupo social, num determinado momento histórico.
> A análise histórica da violência social permite contemplar a abertura humana para a violência e a agressão; seu contexto social, definido pela luta de classes; suas causas imediatas precipitadoras e sua institucionalização e elaboração social, bem como o desenvolvimento pessoal dos indivíduos, que vai acontecendo neste ambiente de desordem estabelecido pelos processos de socialização e modelos violentos (LEÃO, 2009, p.1).

Desse modo, é esta estrutura de sociedade que conforma a atividade do sujeito no seu grupo social e, também, as relações construídas nele conformará o tipo de manifestação da sua sexualidade e da sua identidade

sexual. Isso porque, o processo de apropriação da cultura estabelece o desenvolvimento histórico de cada sujeito, enquanto membro do seu grupo localizado em uma determinada classe social. A estrutura da sociedade possibilita que este processo aconteça e indique quais as relações sociais influentes da violência na subjetividade.

No que diz respeito à identidade sexual na vida das pessoas, Martín-Baró (2005) alegou que para compreender a sexualidade humana, é necessário partir das diferenciações biológico-corporais dos indivíduos mesmo que, enquanto processo psicológico, estas sejam fatores suficientes para a identificação sexual. Psicologicamente, a identidade sexual é constituída no processo das relações do individuo com a sociedade.

Entretanto, quando um grupo social dominante institui a subordinação de outros grupos devido às características distintas daquelas defendidas pelos interesses dos dominantes, a diferenciação torna-se discriminatória. Ou seja, ao invés do grupo discriminado ter as suas características afirmadas por ele e aceitas pelos outros, acaba ocorrendo a depreciação da sua condição de existência.

Nesse sentido, de acordo com Leão (2009), a compreensão da homofobia parte do entendimento sobre o modo de produzir, materialmente, a existência das pessoas, afinal, as condições concretas e objetivas da sociedade promovem a constituição psíquica do sujeito pela sua atividade no grupo social. A organização da sociedade atual é estruturada pelo sistema capitalista, tendo como requisito básico a existência da luta de classes em que uma é dominada e explorada pela outra. Assim, para o capital, a exclusão não acontece em razão das minorias sexuais, mas, essencialmente, em função das classes econômicas.

Esta pesquisa, considerando a homofobia como um preconceito, aborda a violência como um produto social, histórico e político, que é mantido a fim de atender as necessidades da classe hegemônica. Esta violência contra os homossexuais é originada e mantida por determinantes psicossociais, além de ser transmitida socialmente aos indivíduos. Tais determinantes estão vinculados a causas culturais como as religiosas, políticas e ideológicas, que sustentam a homofobia. Uma maneira de a classe burguesa manter a

dominação é exercendo o seu controle por meio da divulgação ideológica de informações deturpadas e naturalizadas.

Assim, Leão (2009) destacou que, para compreender a homofobia na perceptiva da psicologia contemporânea, “precisamos passar pelo conceito de ideologia” (p.8) e que:

> [...] ideologia é o elemento capaz de obstruir na consciência os motivos (ocultos) dos fenômenos, tal como quando a consciência é falseada, distorcendo a realidade de tal maneira, que as reais causas de um fenômeno escapam ao conhecimento consciente e são substituídas por explicações convenientes aos interesses de determinados grupos detentores do poder e dos meios de produção. Por isso, a ciência deve examinar a história da natureza e a história dos homens, posto que esses dois aspectos se condicionam reciprocamente, e possibilita que toda ideologia se reduza ou a uma concepção distorcida desta história, ou a uma abstração completa dela (LEÃO, 2009, p.9).

Desse modo, as relações socialmente produzidas e mantidas pelo sistema produtivo estabelecido criam significados e sentidos discriminatórios para determinados traços sexuais e, assim, contemplam os interesses do capitalismo dominante. Por isso, a violência estrutural, inerente às sociedades divididas em classes e cujo poder decorre da exploração dos homens por outros homens, generaliza-se na estruturação dos interesses de classe.

Por isso, os processos psicológicos referentes ao preconceito são impostos pela cultura, e, para serem eliminados ou minimizados, é importante compreender que a sua existência no sujeito segue uma lógica inversa daquela comumente defendida pelas pessoas no cotidiano: homofobia não acontece do individual para o social, mas, ao contrário disso, é da sociedade que se tem subjetivado e integrado o preconceito aos sujeitos.

Sendo assim, ao transmitir institucionalmente o preconceito aos seus membros, a sociedade mostra que a cultura sustenta e ensina o comportamento do preconceituoso. Os fenômenos e processos psicológicos são constituídos no sujeito a partir das condições sócio-culturais e é, por isso, que os comportamentos violentos são configurados nas relações entre os sujeitos na sociedade: nos momentos constitutivos do sujeito e nas forças sociais materializadas nos diferentes sujeitos e grupos.

A forma capitalista de produzir a existência humana, dada as suas características, promove uma das exigências identitárias nesta sociedade, que

é a capacidade particular de consumo. Outro dos aspectos inerentes a este sistema é determinar a importância de alguém - sua reputação - conforme posição social que ocupa na produção dos bens e serviços, ou seja, o reconhecimento do sujeito se dá a partir da sua classe social e, nela, a partir da sua condição de consumo. Mesmo que o individuo pertença à classe proletária, ele ocupará posição dentro da sua classe, conforme a sua capacidade de produzir serviços e adquirir bens.

Assim, muitas vezes, o poder de consumo é utilizado pelos homossexuais para enfrentarem as barreiras e as resistências sociais. Verifica-se que na área do marketing, o perfil de consumo do público gay está voltado ao lazer e à informação. Eles procuram meios para terem informações e melhor relacionamento pessoal. A relação existente entre homoafetividade e consumo legitima os homossexuais e contribui para a diminuição do preconceito e, também, pode ser um entrave para a aquisição de direitos políticos e sociais.

As empresas, ao visarem à ampliação do lucro pelo consumo das mercadorias pelos homossexuais e, agora, através dos serviços prestados por eles, de certa forma, fomentam a suposta aceitação da homossexualidade, como parte da cultura do país, bem como com a minimização do preconceito e da discriminação, uma vez que veiculam tipos de homossexuais à mídia e direcionam propagandas e produtos aos homossexuais. Por trás do discurso que incentiva a luta contra a homofobia ou a conquista de direitos dos homossexuais, o verdadeiro interesse parece ser outro e parece ser econômico.

Assim, percebe-se que a base que sustenta o preconceito na sociedade capitalista é econômica, e que ela existe a fim de atender aos interesses da classe social dominante. Para isso, a homofobia cumpre função social de garantir a manutenção da ideologia burguesa e a reprodução do capital. A homofobia até parece diminuir ou extinguir-se quando os homossexuais atendem aos interesses do capital burguês, mas, já quando não atendem, são alvo da discriminação. Se o homossexual é interessante ao avanço capitalista, a manifestação da homofobia é bem mais sutil, dando até a sensação de ela não acontecer ou de ser inexistente.

A maioria das pesquisas sobre a relação da homoafetividade com a economia está embasada na área de marketing e administração. Conforme

Pereira e Ayrosa (2007), tais pesquisas sempre tiveram o objetivo de mostrar o potencial consumidor dos homossexuais ou constatar o consumo como instrumento utilizado no enfrentamento do preconceito. Mesmo que a maioria destas pesquisas retrate a influência do sistema produtivo no processo de constituição do sujeito, elas não estão baseadas no enfoque sociológico e, muito menos, psicológico. As poucas que existem com estes embasamentos já alertaram que, para o capital, a diferenciação das pessoas acontece, primeiramente, em função das classes sociais e não da minoria política.

Portanto, já se sabe que a compreensão do preconceito homofóbico é uma questão complexa e que envolve inúmeras variáveis, de ordem econômica, política e ideológica. Enquanto ciência capaz de promover transformações, a psicologia deve estar comprometida não só com a produção de conhecimento sobre os fenômenos que analisa, mas, principalmente, com a luta política e social a favor dos grupos oprimidos e explorados, e das pessoas que são, ideologicamente, alienadas.

5. TAL COMO O MUNDO É, ASSIM DEVE SER ENTENDIDO-METODOLOGIA

Conhecer o mundo exige métodos. Porque, o mundo não é tal como parece.

O conhecimento cienífico é a forma mais avançada de análise e produção de conhecimentos sobre a realidade, porque decorre de um processo sistemático de exploração e organização de dados. Portanto, há a necessidade do método científico para qualquer ciência produzir conhecimentos. Gerar conhecimento científico implica em reconhecer que os resultados científicos são bases para a tomada de decisões nas áreas a que correspondem, e, por isso, é necessário que esteja embasado por métodos, teorias e técnicas adequadas.

A principal questão metodológica é o reconhecimeno da visão de mundo que orienta o pesquisador, e o que orienta o entendimento sobre como se pode conhecer o objeto a ser pesquisado. Por isso, o método é uma condição dada pela epistemologia. E, no caso da ciência psicológica, exige-se uma definição filosófica e sociológica sobre o que seja o sujeito que está sendo pesquisado. Somente após essa explicitação, é que se pode deliberar sobre quais teorias e técnicas permitirão a construção do conhecimento.

Conforme Andery e colaboradores (1996), a compreensão do sujeito, em seus mais diferentes aspectos, se dá pela relação que ele mantém com o seu momento histórico a partir da sua interação com o meio social no qual se insere. A complexidade do desenvolvimento humano depende de vários fatores que comportam as necessidades materiais, as formas de satisfazê-las, o grupo social, o outro e as suas ideias, formando, assim, uma rede de variáveis que se interpenetram ao ponto de produzir o próprio sujeito num processo de transformação contínua.

O entendimento do que acontece com o indivíduo em sua subjetividade depende sempre de uma análise histórica da sua existência material, da sua atividade e dos instrumentos utilizados por ele no processo de sua

transformação, afinal, é na ação do sujeito sobre o meio onde ele vive que há a modificação da realidade, e, neste processo, ele também se modifica.

Conforme Granger (1994), descobrir algo pela ciência exige conhecimento prévio, já acumulado na cultura, ou seja, as ideias com grau de precisão preparam a construção para um novo saber científico. Nesse sentido, a segunda metade do século XX ficou conhecida como a idade da ciência, devido ao desenvolvimento e as aplicações daquilo que havia sido elaborado no século XIX ou início do século XX.

Dentre os conhecimentos produzidos pelo homem, o científico é determinado pelas condições materiais que interferem na tentativa de explicar e compreender, racionalmente, a natureza, não sendo, de forma alguma, regalia do homem contemporâneo, mas, presente em sua história na busca de entender o mundo e a si mesmo (ANDERY et. al; 1996).

Uma das principais questões discutidas por Granger (1994) em seu livro “A ciência e as ciências” é a existência plural do pensamento cientifico, tanto nos dias atuais como na sua história pregressa. Desde o século XVII, apresentavam-se dois campos desenvolvidos e denominados, até hoje, de ciência: o das matemáticas, com a necessidade de quantificação dos dados, e o da astronomia, entendida, na maioria das vezes, como algo místico. A área de conhecimento científico carecia da unificação dos meios, métodos e da própria descrição dos fenômenos observados para que fossem descritos. Assim, a ciência, mesmo possuindo variedade de métodos, detém o “senso” de unificar o pensamento científico.

A interpretação, ordenada nos moldes de uma teoria, é, fundamentalmente, necessária para verificar um fato científico, uma vez que a teoria aborda fatos abstratos que estão direcionados numa rede de conceitos. Estes conceitos envolvem a própria teoria na sua explicação científica. A ciência é desenvolvida, geralmente, num sistema de símbolos, em que a linguagem é indispensável para a sua existência. No decorrer dos anos, o pensamento científico passou a utilizar sistemas simbólicos formais para atingir melhor expressão de um saber científico, sugerindo, também, novos conhecimentos para possíveis realizações empíricas ou construção de novas teorias.

> O conhecimento científico do que depende a experiência consiste sempre em construir esquemas ou modelos abstratos dessa experiência, e em explorar, por meio da lógica e das matemáticas, as relações entre os elementos abstratos desses modelos, para finalmente deduzir daí propriedades que correspondam, com uma precisão suficiente, a propriedades empíricas diretamente observáveis. Os objetos das ciências empíricas, portanto, são rigorosamente abstrações, mas abstrações suscetíveis de serem vinculadas segundo procedimentos regulados por constatações de nossos sentidos (GRANGER, 1994, p. 70 e 71).

Faz-se necessário, então, conhecer a oposição existente entre as ciências da natureza e as ciências humanas para que seja possível a caracterização científica dos conhecimentos psicológicos, ao passo que estes, pela variedade de teorias que explicam o ser humano, possuem maiores dificuldades na classificação científica.

> O obstáculo fundamental está, evidentemente, na natureza dos fenômenos de comportamento humano, que carregam uma carga de significações que se opõem a sua transformação simples em objetos, ou seja, em esquemas abstratos da lógica e matematicamente manipuláveis. Vêm dessa dificuldade todas as características cientificamente negativas dos fatos humanos, e em especial seus elementos de liberdade e de imprevisibilidade, assim como a estreita associação apresentada por eles entre o positivo e o normativo, entre o realizado e o desejável. Um sentimento, uma reação coletiva, um fato de língua parece que dificilmente podem reduzir-se a tais esquemas abstratos. Assim, a questão não é reduzi-los, e sim, representá-los, ainda que parcialmente, em sistemas de conceitos. (GRANGER, 1994, p.85-86).

Conforme Leão (informação verbal)[5], nas ciências humanas, as visões que os estudiosos têm de um mesmo fenômeno divergem, porque, julgam e interpretam as mesmas questões e acontecimentos com sistemas de valores diferentes. É que esses sistemas são concepções do mundo que podem ser divergentes por expressarem os interesses de classes opostos. Essas questões só podem ser respondidas pela filosofia.

Portanto, é necessário que se reconheçam as próprias opções e os princípios que as informam, pois, a consciência da origem dos valores e vontades que orientam a escolha das preferências humanas, julgamentos e seleção de acontecimentos que guiam os pensamentos e comportamentos, é função de uma filosofia. Evita-se, assim, que os pontos de vistas adotados

[5] Aula ministrada na disciplina Pressupostos teóricos e metodológicos da pesquisa em Psicologia, Curso de Mestrado em Psicologia FACH/UFMS, 2015.

nesta pesquisa sobre o processo do conhecimento, e, portanto, sobre o problema da verdade, sejam impostos pelas idéias filosóficas mais divulgadas.

No desenvolvimento histórico da humanidade, alguns pressupostos filosóficos e metodológicos das ciências naturais e sociais ganharam importância devido a sua capacidade de explicar a realidade objetiva, condizente com a situação real da sociedade. Essa capacidade explicativa seguiu a comprovação histórica de suas análises. O materialismo histórico-dialético teve a sua origem nos estudos e sínteses teóricas de Karl Marx (1818 – 1883) e Friedrich Engels (1820 – 1895), os quais analisaram a situação social das pessoas, a partir de um sistema econômico específico: o capitalismo.

Sabe-se que a teoria social marxista teve como principal objetivo analisar o modo de produção capitalista em todo o seu funcionamento. Além disso, nota-se que Marx era contra a ideia de separação entre teoria e prática, vinculando o caráter revolucionário à sua teoria, afinal, além de ter buscado formular uma teoria sobre a realidade capitalista, ele também teve o propósito de agir sobre esta realidade.

Conforme Netto (1994), o pensamento de Marx recebeu influência da filosofia alemã, do socialismo francês e, principalmente, da economia política inglesa. Da filosofia alemã, Marx sofreu a influência do pensamento de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770 – 1831), no que diz respeito à construção filosófica de história e à concepção da dialética. Em Hegel, o mundo seria composto e organizado por um constante processo de vir-a-ser, destacando que nada daquilo que existe é estático. Mesmo esse raciocínio sendo compatível aos princípios marxistas, a teoria hegeliana é totalmente idealista e, neste ponto, afasta-se do pensamento marxista.

Conforme Krapivini (1985), a contribuição de Hegel para a filosofia do materialismo-dialético se deu através da construção de categorias, leis e princípios. Hegel demonstrou que a elaboração da ideia aconteceria de forma progressiva, partindo do que existiria de mais simples para o mais complexo. Além disso, também indicou a existência de uma lei referente à transformação da quantidade em qualidade, uma vez que num fenômeno ideativo existiriam forças internas desta totalidade, sendo estas opostas e existindo em constante conflito umas com a outras. Essa lei demonstrou o automovimento existente na construção de novas ideias e, que, desta forma, para compreender um

fenômeno seria necessário buscá-lo, inicialmente, em sua totalidade e depois em suas particularidades e singularidades, ou seja, partir-se-ia da totalidade para a singularidade, sendo que estas instâncias se interagiriam e se determinariam.

Conforme Alves (2010), a noção de dialética na metodologia marxista é única e, mesmo advinda da dialética hegeliana com suas modificações, contém especificidades que a torna materialista. Assim:

> O materialismo dialético pode ser definido como a filosofia do materialismo histórico, ou o corpo teórico que pensa a ciência da história. Os princípios fundamentais do materialismo dialético são quatro: (1) a história da filosofia, que aparece como uma sucessão de doutrinas filosóficos contraditórias, dissimula um processo em que se enfrentam o princípio idealista e o princípio materialista; (2) o ser determina a consciência e não inversamente; (3) toda matéria é essencialmente dialética, e o contrário da dialética é a metafísica, que entende a matéria como estática e anistórica; (4) a dialética é a contradição da essência mesma das coisas (ALVES, 2010, p.1).

Em Hegel, a progressão da dialética aconteceria tanto esclarecendo aquilo que está implícito no fenômeno, mas, que não foi articulado numa ideia; como, também, no sentido de completar ou reparar alguma característica ausente nas ideias. O processo de pensamento para Hegel, que ele denominou de ideia, transformaria o sujeito em autônomo e o tornaria responsável por organizar o real, instância que permitiria ao sujeito manifestar o seu interior.

Apesar de a filosofia hegeliana ter contribuído para a teoria de Marx e Engels, Hegel estava orientado para uma noção idealista de construção dialética do pensamento humano, partindo do contexto de uma ideia absoluta, abstrata e ideológica.

Segundo Nosella e Buffa (2005), a teoria de Marx, mantendo a lógica dialética para explicar a sociedade capitalista, alega que a tese necessária para que se tenha a síntese não é a ideia nem o espírito, mas, a matéria concentrada na economia, ou seja, os elementos da infraestrutura de uma sociedade. Portanto, a história e a cultura são construções processuais do sujeito concreto, que é indissociável deste processo.

Entende-se o método marxista como a investigação dialética do processo histórico da humanidade, através dos seus desdobramentos possíveis, pois, aquilo que é explicitado na cultura é a síntese de um

determinado contexto histórico e social e, que, para realmente entender a realidade, é preciso analisar o movimento dialético contraditório da origem do processo.

O movimento dialético implica na busca de relacionar os aspectos contraditórios existentes para o fenômeno, uma vez que a própria palavra Dialética significa, etimologicamente, a oposição e o conflito promovidos pela contradição (NOSELLA; BUFFA, 2005). Assim, a verdade é encontrada no próprio movimento da realidade social.

A posição dialética em Marx e Engels não foi apenas diferente da hegeliana, mas, totalmente oposta, afinal, na teoria marxista, todo o conteúdo ideativo é material transposto do real para o sujeito. Dessa forma, o que transforma a realidade não é, simplesmente, a ideia do sujeito pensante, mas, a atividade dele que deriva das condições do pensamento da realidade e, que, portanto, a precedência da transformação é material. Assim, a transformação da sociedade não ocorre pela mudança do individuo e sim através de mudança nas relações sociais.

Conforme Krapivini (1985), as ideias advindas do pensamento hegeliano foram refutadas por Marx, através dos princípios mecanicistas de Feuerbach, o qual defendeu que a condição determinante da subjetividade não é a ideia e sim a materialidade.

Contudo, a própria concepção de mundo de Feuerbach apresentou uma deficiência explicativa, pois, a materialidade era considerada, de forma absoluta, como determinante das pessoas, ignorando o caráter revolucionário e a luta existente entre as classes sociais. Já para Marx e Engels, as construções de uma teoria e de um método deveriam estar atreladas a classe trabalhadora. Desta forma, o marxismo adotou posição contrária a todas as teorias idealistas anteriores, pois, elas favoreciam apenas aos interesses da classe dominante.

Dessa forma, conforme Alves (2010), o marxismo não é um método positivista, mas, um método realista por tratar de um conjunto de elementos que compõe a realidade objetiva da sociedade e das relações sociais do sujeito. A dialética neste método materialista considera os pressupostos atuantes no modo da vida humana, de forma ontológica–materialista, relacional e histórica. É ontológica-materialista, pois, houve a crítica à ontologia idealista da filosofia da época e à visão empirista do senso-comum.

Portanto, a construção do materialismo dialético foi de extrema importância para a luta da classe trabalhadora, a fim de transformar o sistema de produção capitalista num modelo justo e que atendesse a todos de forma igualitária. Também com o objetivo de combater a ideologia presente no capitalismo, a ciência dialética materialista se atém à realidade das pessoas, elaborando uma visão de mundo que seja capaz de contemplar os domínios da vida social e concreta. Para se entender o momento presente, é necessário que se recorra para além das determinações imediatas de um determinado tempo, é necessário que se recorra ao processo das transformações históricas da sociedade.

Lembrando que o materialismo histórico-dialético deve ser compreendido na sua essência como um guia de orientação e não como uma metodologia dogmática e inflexível, afinal, esse método possibilita perceber e entender o mundo em seu movimento e em suas constantes transformações. Assim, o materialismo-dialético se transforma na medida em que o mundo também é modificado.

De acordo com Krapivini (1985), as análises sociais e econômicas realizadas por Marx e Engels resultaram importante marco histórico às consequências promovidas pelo sistema capitalista: das desigualdades sociais e da distribuição do que é produzido materialmente pela humanidade, da exploração de muitos que trabalham em função do enriquecimento de poucos, e da falta do conhecimento destes muitos explorados sobre a sua própria condição material e, consequentemente, subjetiva.

Sendo assim, o uso desse aporte metodológico decorre da materialidade concreta da vida para a transformação científica, e o objetivo é o de modificar a realidade do proletariado. Conforme Krapivine (1985), o conceito Matéria é entendido como tudo aquilo que existe no mundo e que independente da consciência humana, ou seja, matéria é entendida “[...] como categoria filosófica para designar a realidade objetiva, que é dada aos homens através de suas sensações, que é copiada e fotografada e refletida pelas sensações, existindo independente delas” (KRAPIVINE, 1985, p. 95).

Importante destacar que a matéria, independente da sua forma, também está em constante movimento, sendo que o processo de transformação é a forma de ser da matéria. Assim, o fato de a matéria estar em movimento não

significa o deslocamento de corpos no espaço, mas, todo o movimento das forças e dos elementos inerentes a ela. Todos esses elementos e forças são interdependentes e estão interligados para transformar a matéria e originar novas estruturas, que não descartam as propriedades anteriores.

A estrutura da consciência do sujeito jamais será constituída de forma dissociada da totalidade objetiva do mundo, uma vez que é pela necessidade do individuo refletir sobre a sua forma de agir no grupo social que a subjetividade emergirá em processo constitutivo. Assim, toda prática científica direcionada pelo e para o materialismo dialético entenderá o mundo como unidade material em sua totalidade, na qual o ser humano se insere pela sua atividade para desenvolver a sua prática social, seja com os objetos, com as pessoas e consigo mesmo.

Portanto, enquanto método de conhecimento, a filosofia marxista está fundamentada em dois princípios centrais: o materialismo e a dialética. O materialismo dialético oferece ao sujeito um método específico para entender o mundo em suas transformações, direcionando a percepção crítica para os movimentos pelos quais a matéria se transforma, e para o sujeito em constituição que participa dessa transformação. Os corpos materiais estão conectados e há relação de influência mútua de uns sobre os outros, caracterizando a constância do movimento, o qual possibilita as transformações dos corpos (KRAPIVINE, 1985).

Dessa forma, as teorias psicológicas que estão estruturadas nos fundamentos epistemológicos e metodológicos do materialismo dialético, iniciam suas análises a partir da objetividade das formas de movimento da matéria, para, depois, analisar e entender os processos psicológicos do individuo. Para analisar a subjetividade a partir da dialética, é necessário utilizar os sistemas interpretativos e conceituais, que permitem analisar o movimento existente na relação materialidade-subjetividade.

A essência da dialética subjetiva está contida na dialética objetiva, sendo a primeira capaz de, através de - leis – categorias – sistemas -, interpretar, comparar, abstrair, generalizar e analisar a realidade concreta. Pela lógica dialética é possível entender tanto as mudanças sociais e históricas no mundo, como a constituição de processos psicológicos na consciência do sujeito.

A partir da lógica dialética, conforme Leão (1999), as funções psicológicas não são mais entendidas pela redução delas aos aspectos fisiológicos e muito menos o contrário disso, mas, os processos psíquicos são vistos a partir do domínio do sujeito sobre as condições e os elementos constituídos no meio social e que, pela sua atividade e através da utilização de todo o conjunto de instrumentos construído historicamente, esse processo de apropriação cultural e desenvolvimento da consciência é possível.

É por este caminho que compreendemos os processos da consciência relacionados ao preconceito homofóbico. Leão (1999) destacou que numa abordagem materialista histórico-dialética de psicologia, a estruturação e a análise dos dados são diferenciadas das outras teorias psicológicas, afinal, atribui a gênese das funções psicológicas superiores “à diferenciação das funções psicológicas primitivas promovidas pelo desenvolvimento histórico e social do homem” (Leão, 1999, p. 17).

A lógica dialética permite a compreensão de fenômenos sociais e subjetivos. Para tanto, é importante saber quais são os princípios da dialética. Conforme Bottomore (1988), um deles é o princípio da conexão universal entre os objetos concretos do meio com os processos e fenômenos materiais. Assim, entende-se que a mudança de um objeto movimenta outros objetos que estão em conexão com ele. Tal conexão é universal e abrange todo tipo de relação entre objetos, havendo interação entre eles e, portanto, há movimento. Além disso, a existência do movimento permite a transformação recíproca dos objetos e de suas relações.

Assim, as relações materiais interferem na consciência e, neste processo, forma-se um conjunto de ideias que determinam nos sujeitos toda a ideologia da lógica de produção material vigente. Ao pensar dialeticamente, o sujeito pode perceber o movimento dos elementos materiais na relação com os processos subjetivos, uma vez que a conexão entre os objetos e o próprio sujeito forma uma totalidade, seja por interações físicas, mecânicas, biológicas e/ou sociais.

Outro principio importante da dialética diz respeito ao desenvolvimento contínuo dos objetos, pois, o mundo não é um aglomerado de objetos prontos. Tais objetos estão sempre em mutação e tal mutação indica o movimento existente do mais simples para o mais complexo, ou seja, o que existe no

presente é o que de mais desenvolvido a humanidade criou e, para compreender tal complexidade, é necessária a desintegração de seus processos, fenômenos ou objetos. Lembra-se, aqui, que o desenvolvimento das coisas para o seu complexo é caracterizado como progresso, podendo gerar mudanças qualitativas e, portanto, irreversível. Mas, também, no desenvolvimento da humanidade, o regresso de transformações efetivadas pode acontecer, sendo isso o processo inverso.

Conforme Oliveira (2005) sabe-se, portanto, que o desenvolvimento social não é retilíneo, mas, histórico, pois, as categorias de análise apresentam avanços e retrocessos neste processo. A concepção dialética tem caráter revolucionário e jamais permitirá o entendimento do mundo de modo estático, sem movimento e sem contradição. Ao contrário da ciência metafísica, que busca as causas de transformação fora dos objetos sem levar em consideração o movimento, a contradição existente e a historicidade; a dialética se oferece como ferramenta interpretativa que considera as relações objetivas, os mecanismos interativos, os fenômenos e processos, tendo em si o caráter de transformação na busca do movimento.

Através da lógica dialética aborda-se o objeto em sua totalidade de processos e conexões universais, buscando, assim, fazer uma análise multilateral ao considerar as suas múltiplas determinações históricas e sociais. Nos elementos constitutivos do objeto em análise dialética, verificam-se as propriedades quanti e qualitativas, as suas relações mecânicas com outros objetos, dentre outros aspectos que compõe a relação do objeto com seus determinantes. A essência do objeto ou fenômeno ou processo são compreendidos quando se analisa as causas internas correspondentes às transformações deles em seu desenvolvimento histórico, percebendo todo o movimento que os constitui.

Analisar dialeticamente o objeto, fenômeno ou processo é analisá-lo conforme as relações histórica e concreta nas quais esteve e ainda está determinando; condições estas que cerceiam as reflexões dos fatores geográficos, o período histórico, as etapas de seu desenvolvimento e a sua posição na atual realidade social. Elementos de espaço e tempo, do cotidiano e da prática social apontam questões a serem consideradas em tais análises e promovem novas discussões.

Conforme Oliveria (2005), interpretar dialeticamente algo é também considerar a interferência ativa do sujeito pelo trabalho social que, através dele, o individuo pensante age no meio para transformá-lo e, ao transformar o meio social, também é transformado. A prática social do sujeito transforma as condições de sua existência concreta ao modificar a natureza social e, neste processo de transformação, o sujeito que modificou não é o mesmo que aquele antes da modificação. Ele agora tem sua realidade subjetiva também transformada.

Dessa maneira, a sociedade é constituída a partir do conjunto amplo de determinações objetivas e subjetivas, e ambos os tipos de determinações estão em relação entre si no movimento contraditório exposto pela história da humanidade. Esse movimento contraditório compõe a essência da dialética que, através da prática humana social, dimensiona a ligação do sujeito com a sociedade, afinal, compreender o primeiro exige antes a compreensão do segundo, e é nesse dimensionamento que ocorre o ritmo e a direção do avanço social.

Ressalta-se que a essência da dialética é composta pela lei da unidade e o movimento da contradição de elementos contrários, vinculando a sua importância com a causalidade dos fenômenos e da correlação com as causas internas deste. Assim, os elementos contraditórios determinantes do objeto existem e se excluem mutuamente um em função do outro, com a constituição da síntese deste processo. Na síntese dialética os elementos antigos são destruídos e os novos, resultantes do processo, são constituídos sobre a destruição do velho.

Há na teoria materialista histórico-dialética outra lei que merece atenção: a lei de transformação da quantidade em qualidade, sendo esta o conjunto de características particulares que expressam a natureza dos traços específicos de um objeto ou processo ou fenômeno. Os elementos quantitativos caracterizam o objeto, fenômeno ou processo em nível de desenvolvimento, grau e intensidade, pois, expressam tais propriedades em termos numéricos. A ciência prática exige de certa forma tais medidas e, quando expressam uma nova realidade, gera uma mudança qualitativa na realidade. Tais mudanças não obedecem a uma forma linear de acontecimento, seja nas transformações do objeto em seu processo constitutivo , seja na história do conhecimento.

De acordo com Oliveira (2005) a dialética também comporta a lei da negação, a qual consiste em três momentos: colocar fim em algo, conservar este algo e superá-lo em forma e conteúdo. Importante saber que quando é falada a expressão “superar algo”, a referência que é feita não diz respeito à eliminação deste, mas, significa transformá-lo em sua essência, superar as estruturas estabelecidas, preservar a sua base.

A ligação do velho com o novo entre as etapas do desenvolvimento da natureza e do pensamento humano é estabelecida pela negação da negação. Negar a negação tem caráter universal, identificando elementos contraditórios com valores e papeis distintos, modificando-os numa intensão ideologicamente progressiva. Ao negar algo se conserva os seus aspectos positivos para gerar nova composição social (OLIVEIRA, 2005).

Entender a realidade humana de forma dialética consiste em diferenciar este entendimento da lógica positivista de ciência. O positivismo buscou entender os objetos de maneira classificatória, ignorando os aspectos contraditórios do desenvolvimento histórico da humanidade, bem como os elementos da realidade material e subjetiva. A ciência, ao fazer desta maneira, acaba limitando o conhecimento do sujeito sobre algo, além de mascarar o objeto analisado na sua realidade.

Assim, com base nesse breve entendimento sobre a metodologia baseada do materialismo histórico-dialético, nas ciências humanas, a pesquisa não se limita ao ato contemplativo e descritivo do fenômeno, afinal, existe uma relação entre pessoas, a qual possibilita a obtenção de dados. Nesse sentido, a relação entre sujeitos é constituída no processo comunicativo, no qual o pesquisador e o pesquisado interagem, eliminando, assim, a ideia de abordar o sujeito como apenas um objeto, como uma produção de uma só consciência. Com base nessa interação entre os sujeitos, os sentidos são construídos numa situação específica na esfera social de movimentação de discursos.

5.1. AS TÉCNICAS - INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS PARA MEDIAR A RELAÇÃO ENTRE REALIDADES DIFERENTES

Conforme Moresi (2003), os dados obtidos pela entrevista se referem aos mais diversos aspectos da vida social do entrevistado, sendo a entrevista uma técnica muito utilizada nas ciências humanas e sociais, devido a sua enorme flexibilidade em orientar a pesquisa para outras fases. Além disso, é possível a comprovação de hipóteses, a identificação de variáveis e suas relações, bem como oferecer ao entrevistado explicações sobre o objetivo e o direcionamento de cada pergunta.

Na realização da entrevista, busca-se considerar os elementos normalmente intervenientes nestas situações. Como elas não são estabelecidas por si mesmas, mas, são um meio para se obter uma informação extrínseca ao contexto imediato, que só o sujeito possui, entende-se que o momento de sua realização é constitutivo da produção dessa informação e da forma como é apresentada. É isto que dá à entrevista um caráter paradoxal: ela é provocação e produção de uma linguagem que se deseja que seja inteiramente destacada do ato de comunicação em si, para o qual não se orienta a investigação (LEÃO, 1999).

Para esta pesquisa, foi utilizada como instrumento para a coleta de dados a entrevista semiestruturada, que é uma ferramenta de comunicação bilateral entre duas pessoas capaz de fornecer informações a partir dessa interação. Elas podem ser classificadas como entrevista estruturada, semiestruturada ou não estruturada, por serem organizadas de maneira diferente conforme cada pesquisa. Para a obtenção das informações sobre o motivo da empresa ter contratado muitos homossexuais para os cargos de vendedores utilizamos uma entrevista semiestruturada.

A entrevista semiestruturada caracteriza-se pelo fato de o pesquisador, antecipadamente, elaborar um roteiro de perguntas, para utilizá-lo no momento da aplicação da técnica, direcionando, assim, o entrevistado para os assuntos que se quer abordar. Mesmo com a elaboração prévia do roteiro da entrevista, o pesquisador permite que o entrevistado responda as perguntas com mais

liberdade. Além disso, as perguntas podem ser modificadas e, até mesmo, novas perguntas podem ser acrescentadas ou retiradas durante a entrevista. Nesta pesquisa, as perguntas foram oralmente formuladas pelo entrevistador e respondidas, oralmente, pelo entrevistado.

Destaca-se que a entrevista foi realizada após a aprovação do projeto de pesquisa pelo comitê de ética da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O roteiro da entrevista foi elaborado a partir de questões discutidas e refletidas sobre a temática da homofobia, da homossexualidade, do trabalho no setor terciário da economia, bem como da relação produtiva existente no sistema capitalista. Após este planejamento, as perguntas foram sendo construídas e direcionadas conforme o objetivo da pesquisa, de analisar se a atividade de trabalho do vendedor homossexual promove o aumento da circulação de mercadorias.

Antes do início da entrevista, o entrevistado recebeu o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com informações sobre a participação dele na pesquisa. O TCLE informou a voluntariedade, o sigilo, os riscos e o mecanismo de registro da participação do entrevistado, o qual concordou e assinou a autorização da coleta dos dados. As repostas oferecidas pelo gerente foram registradas nos momentos em que elas ocorreram, com um gravador de voz, assim como as perguntas realizadas.

Através delas, tivemos a possibilidade de compreender o modo como o pensamento do sujeito vem sendo estruturado com os elementos culturais, a partir dos significados referentes à homossexualidade que levam ao entendimento que se tem da homofobia. Tais aspectos culturais são constitutivos do sujeito, de forma que são mediados pela ideologia de classe presente no sistema de produção capitalista.

O sujeito da pesquisa foi escolhido por meio de alguns critérios. O primeiro deles se deu a partir da escolha da loja. Como o objetivo desta pesquisa foi construído a partir da observação feita sobre o aumento de trabalhadores homossexuais no setor terciário da economia, assim, nas lojas onde mais se verificou vendedores homossexuais, o entrevistado foi escolhido. Em três lojas específicas do principal shopping de Campo Grande – MS, sendo este o shopping da capital que mais concentra números de consumidores, observou-se concentração elevada de vendedores homossexuais.

Na escolha do sujeito conforme a identificação da loja, o público consumidor também foi considerado, pois, as mercadorias vendidas nas lojas atendem aos interesses dele. Cada loja específica contém um público específico, conforme os produtos que ela vende.

Nesta pesquisa, o sujeito entrevistado foi um trabalhador, mas, que na realidade, é um sujeito representativo do empresário dono da empresa. Esta representatividade lhe é outorgada pelo cargo que ocupa na empresa, ainda que continue sendo membro da classe dos trabalhadores, pois vende a sua força de trabalho. Como representante dos interesses do capitalista, ele é encarregado da contratação de outros trabalhadores. É nesse cargo que representa a classe dominante, pois, a sua atividade de trabalho lhe dá o poder decisório sobre a utilização da força de trabalho e a exploração da mais-valia.

Portanto, o motivo constituído na sua consciência, que foi identificado no seu discurso, contém ideias de uma realidade parcial da sua existência material e subjetiva, tendo a sua vida orientada por objetivos da classe burguesa, uma vez que os vendedores homossexuais, a partir da sua atividade de trabalho, medeiam a mediação existente entre mercadorias e os clientes das lojas. Os trabalhadores responsáveis pela contratação de vendedores são mediação entre os interesses capitalistas e os empregados, afinal, apesar de também serem trabalhadores, eles exercem poder decisório no mercado de trabalho, com a contratação de força de trabalho específica. Por isso são considerados representantes dos capitalistas.

A entrevista ocorreu em local previamente preparado pelo entrevistador, com boa iluminação e silêncio no ambiente. Ao entrar em contato com o entrevistado, incialmente, o pesquisador agendou data e horário, não acontecendo nenhum imprevisto que dificultasse ou impedisse a realização da entrevista. A entrevista durou aproximadamente uma hora, e o entrevistado respondeu a todas as perguntas realizadas pelo entrevistador.

Dessa forma, a entrevista semiestruturada possibilitou a obtenção do discurso emitido pelo empregador, que oferece conteúdo a ser analisado no alcance do objetivo de entender os processos que se dão na atividade dos vendedores homossexuais. Para isso, esta pesquisa se apoiou na técnica de análise gráfica do discurso simplificada, que permite a investigação dos processos e conteúdos da consciência.

> Na Análise Gráfica, parte-se das representações comunicadas pela linguagem para o desvelamento dos conteúdos e processos da consciência. Isto porque as comunicações da linguagem verbal são também processos cognitivos onde estão envolvidos as imagens dos significantes sociais, seus respectivos conteúdos ideológicos, as experiências vividas e outros elementos que desempenham funções de direcionamento para as ações individuais, e, conforme afirma sua autora (Lane, 1991, p.6), permitem que "possamos chegar, através da análise, à constatação dos movimentos e dos estados da consciência" (LEÃO, 1999, p. 136).

A Análise Gráfica do Discurso Simplificada foi desenvolvida por Leão (2007), sob a influência da técnica da Análise Gráfica, criada e desenvolvida por Lane (1991), a qual destaca a fala como o elemento fundamental para uma investigação psicológica, que, para ser realizada, há necessidade de se partir dos dados empíricos através da manifestação objetiva da subjetividade. Portanto, quando se pergunta ao entrevistado sobre o que ele pensa a respeito de um assunto, ele emitirá um discurso que expressa os conteúdos da sua subjetividade, sendo que tais verbalizações se apresentam como representações, que orientam o sujeito, em suas ações, no meio social.

5.2. UM INSTRUMENTO DE ANÁLISE DA REALIDADE TAL COMO É ALTERADA PELO CAPITAL E SEUS REPRESENTANTES - A ANÁLISE GRÁFICA DO DISCURSO SIMPLIFICADA

A entrevista semiestruturada foi utilizada como instrumento de coleta de dados, a técnica da Análise Gráfica do Discurso Simplificada foi utilizada como ferramenta para se analisar a consciência do sujeito entrevistado, através do discuso emitido por ele. Tal técnica de investigação da consciência permite ao pesquisador analisar as sínteses construídas pelo movimento dialético existente na relação dos fenômenos intrapsicológico e interpsicológico. A partir do discurso expresso pelo entrevistado, o pesquisador consegue identificar as palavras que são mais constantemente usadas no discurso, as quais, através de suas incidências, indicam que os seus significados e sentidos são os conteúdos sobre os quais o sujeito sente e pensa devido ao afeto recebido e, portanto, são os núcleos do pensamento.

Com a organização dos núcleos em um gráfico, orientado pelas incidências dos núcleos, esta técnica expressa visualmente os movimentos do pensamento e das emoções, os quais representam as várias funções que o fenômeno em análise tem na consciência do sujeito. Assim, permite ao psicólogo entender os processos psicológicos e o conteúdo de palavras que estão condensados nos núcleos do pensamento do sujeito, isso em conformidade com a cultura na qual ele está inserido e com a atividade que ele exerce no meio social. Assim, consideramos que, conforme Leão (2007), a construção do conhecimento científico decorre da apreensão do fenômeno investigado como “resultante do processo das relações materiais e dos condicionamentos gerados pelas características do momento histórico em que se dão.” (p. 67).

Portanto, todo o conhecimento só é válido quando se pode analisar o fenômeno de modo a reconstituí-lo em síntese, que proporcionará a verificação dos elementos que já o constituem. Neste processo, tais elementos são confrontados com os aspectos culturais e históricos da atual realidade. Assim, esta pesquisa partiu de dados empíricos para chegar à essência do fenômeno

psicológico, levando em consideração que o conhecimento produzido não é neutro e muito menos está contido na verificação empírica, mas, acima de tudo, é a construção coletiva de um produto histórico (LEÃO, 2007), ainda que:

> [...] deve-se observar que nem todas as propriedades dos indivíduos, ainda que tenham origens sociais, são propriedades estruturais de um coletivo. Ao contrário da concepção cartesiana, a concepção vigotskyana implica que o discurso linguístico: seria o desdobramento, desenvolvimento coletivo e público da interação simbólica que daria forma ao pensamento (LEÃO, 2007, p. 71).

Para atingir a essência do fenômeno psicológico a partir dos dados empíricos, o sujeito deve ser entendido como a "manifestação da totalidade histórico-social". (LANE; 1987c, p. 45).

Além disso, a possibilidade de análise de fenômenos e processos psicológicos se dá por meio da compreensão e da utilização de conceitos teóricos como: atividade e consciência, possibilitando, assim, que as funções e os processos psicológicos sejam apreendidos pela linguagem, afinal, é "o discurso produzido pelo indivíduo, que transmite a representação que ele tem do mundo onde vive, ou seja, a sua realidade subjetiva, determinada e determinante de seus comportamentos e atividades" (LANE; CODO, 1987 apud LEÃO, 2007, p. 68). Os processos estruturais da linguagem internalizados pelo sujeito possibilitam que, "sua influência se estende ao âmbito geral do comportamento, pelo que aparecem atividades complexas não existentes nas formas inferiores de vida" (LEÃO, 2007, p.72).

> Portanto, é para apreendermos a amplitude da consciência e as implicações ideológicas que utilizamos o discurso individual, elaborado na relação dos sujeitos pesquisados com o pesquisador. E cuja análise deve ser processada a partir das categorias que se manifestam neste mesmo discurso [...] (LEÃO, 2007, p. 68).

Dando prosseguimento, LEÃO (2007) ainda afirma que:

> [...] tais entendimentos implicam na adoção da práxis como um requisito da análise, o qual deve garantir que se partindo do empírico realize-se a análise, se teorize e retorne-se ao empírico. Entretanto, (Lane) alertava que esta possibilidade dependia de mudanças na relação pesquisador-pesquisado, a qual deveria permitir que ambos se colocassem como sujeitos do processo e simultaneamente objetos da mesma ação, condições estas dadas, inicialmente, nas relações grupais. Portanto, a pesquisa exige a análise das atividades

> desenvolvidas pelo grupo e que determinam o discurso produzido pelos sujeitos membros. (LEÃO, 2007, 68-69).

Assim, a linguagem e os grupos são os principais mediadores nas relações entre o sujeito e a sociedade.

> [...] a linguagem e o significado não são coisas subjetivas privadas, mas, coisas públicas e intersubjetivas. Não se trata de crenças convergentes, ou de consenso normativo ou de valor. Um alto nível de significado intersubjetivo é congruente com divisões e conflitos, sem que os sujeitos tenham dúvidas sobre os que os separa. Significados comuns se encontram interligados na linguagem de uma comunidade e em todas as formas em que os membros de tal comunidade podem falar, porem-se de acordo ou não, dar sentidos, pedir, descrever rebelarem-se ou investigar a realidade social construída por meio de tal linguagem. (LEÃO, 2007, p.70).

Leão (2007) também destaca que, através desta técnica de análise, as inferências individuais podem ser evitadas, porque se apreende do discurso os elementos do psiquismo, que se manifestam quando executamos as seguintes etapas na leitura do Gráfico analítico:

> (a). Localizar, através do discurso, os núcleos de consciência que foram construídos e/ou desenvolvidos pelos sujeitos durante as suas atividades específicas de produção; (b) acompanhar e analisar a influência dos diferentes aspectos subjetivos, expressos no sentido das palavras, para a organização das consciências e das atividades desenvolvidas nas interações; (c) demonstrar o movimento de alterações dos conceitos, relacionando suas expressões, significações e sentidos (LEÃO, 2007, p. 70).

É necessário que se faça uma organização empírica dos conteúdos pesquisados para realizar uma investigação a partir da linguagem discursiva. Esta organização é possível após as entrevistas. Essas entrevistas são longas e contemplam conteúdos que podem ser explorados, por serem significativos para a pesquisa. Por isso, o entrevistador deve ter o cuidado de apresentar ao entrevistado a finalidade e a forma como os dados serão analisados (LEÃO, 2007).

As entrevistas realizadas e registradas em gravador de áudio devem ser transcritas pelo pesquisador de modo fiel ao áudio, ou seja, o entrevistador deverá transcrever o discurso do entrevistado do mesmo jeito que este se comunicou sobre o assunto – utilizando as mesmas palavras ditas pelo

entrevistado, na mesma sequência, mesmo que estas palavras ou a expressão delas tenham sido pronunciadas erroneamente, conforme a norma culta da língua portuguesa.

Após a transcrição das entrevistas, o pesquisador deverá organizar os seus dados para analisá-los. Essa tarefa exige que "se identifique e assinale as palavras que se repetem ou seus sinônimos, que indicarão em torno de quais temáticas o discurso foi elaborado" (LEÃO, 2007, p.72).

Abaixo, apresentamos a guisa de exemplo, um trecho da entrevista já normalizado e marcado.

Eu percebo **que na "LOJA"** houve um **aumento na contratação de** trabalhadores *homossexuais***.** Existe uma política **de contratação** *específica* **para** contratar *homossexuais***? E qual** seria**?** Não existe uma política (**de contratação** *específica* para contratar *homossexuais***) né**!? A gente tem ***como*** código de **conduta** ética a, a, a *pluralidade* ***cultural***. Então, a gente num, num, num tem distinção de ***raça***, de ***credo***, **né**, de ***opção sexual***.

Então, a gente..., ***até*** este público, independente de ***opção sexual***, um público, querendo ou não, nos ajuda bastante. É um público bastante **voltado** para **resultado**, eu acho que boa parte dos **nossos colaboradores** que tem, **éh**, **éh**, a, a ***opção sexual***. Eles trabalham ***até melhor*** do que muitos **colaboradores** que tem; que sejam, **éh**, ***como*** que é? Eu não ***sei*** ***como*** eu vou falar **né**? pra que não fique ***caracterizado como homofobia***. Mas, aqui, a ***empresa prega*** bastante, **éh**, o respeito, a, a sua, a sua ***opção sexual*** do **colaborador**, e tudo mais. A gente num tem distinção ***nenhuma***, isso *tanto* que parte da política da empresa mesmo, é falado nas, nas **reuniões** e também na, em toda ***entrada*** de **colaborador**. **E** existe uma ***preferência*** **em** contratar *homossexuais***?** Não existe uma ***preferência*** (*em* contratar *homossexuais*). Eu acho assim, vai muito da, da ***entrevista***, de ***como*** a **pessoa** se vende, independente da, da ***opção sexual***. Eu acho que se a **pessoa** ***sabe*** vender muito bem o seu ***profissional***, a gente opta por um, independente da, da, da ***opção sexual***, Se, se ele, se (ele) vende muito bem e ***mostra*** que pode ser um *excelente* **colaborador**, a gente contrata em detri em detrimento disso. **O *fato* de você** contratar muitos *homossexuais* fez **com que**

aumentasse o ***faturamento*****, o** *lucro* **da** *loja***? *Olha*!** Não da pra ***medir*** (se Eu contratar muitos *homossexuais* fez **com que aumentasse o** ***faturamento*****, o lucro da** *loja***),** se a gente tem *lucro* hoje ***devido*** a ***entrada*** de **colaboradores** *específicos*. A gente ***acredita*** **muito**, eu acho que, no, no ***potencial*** de cada um. A gente tenta extrair isso de cada um. **Éh**, às vezes, isso ***reflete*** **sim** em **vendas**. Que **daí** ***depende*** muito, ***igual*** um ***exemplo***, **éh**, a gente tem, tem alguns *homossexuais* que tem uma ***facilidade*** muito ***grande*** com o ***visual Merchandize***. **Éh**, então, ***onde*** que eles fazem ***looks*** ***bacanas***, às vezes (**os** *homossexuais*) são ***até*** muito **volt**ados pra moda mesmo. ***Onde*** que a gente tem um ***incremento*** nas **vendas** ***devido*** a essa capacidade de (**os** *homossexuais*) não só fazer ***looks***, mas, ***como*** atender muito bem o **cliente**. (**Os** *homossexuais*) têm uma ***noção*** de moda e isso nos ajuda. Mas eu num, eu num vou falar pra você que isso é o que ***impacta*** hoje na **nossa venda**, **éh**, em questão de *lucro* ou ***incremento*** nas **vendas**, **aumento** nas **vendas**. Você acha **que o** público **que** ***consome*** **os produtos da** *loja* ***prefere*** ser atendido **por** trabalhadores *homossexuais* **a heterossexuais? (**Eu acho**)** Boa parte dos **nossos clientes** não tem essa distinção **(que o** público **que** *consome* **os produtos da** *loja* ***prefere*** **ser** atendido **por** trabalhadores **homossexuais a heterossexuais**), **tá**!? A gente só, assim, **éh**, eu ***acredito*** que aqueles que ***sofram*** um pouquinho são aqueles mais conservadores. Porque, querendo ou não, a gente trabalha num ***shopping*** que é mais rai. Que é um **cliente** que, querendo ou não, tem um ***poder aquisitivo***, **éh**, mesmo tendo o **conhecimento né**!? **Éh**, um pouco mais ***acentuado*** do que muitos não tem **né**, que não teve ***acesso***. Ainda tem um público um pouco conservador que, não, não que seja ***mal educado***, mas, ***evita***, **éh**, ***certo contato***. Então, às vezes, fala que não ***precisa*** de ajuda. **Éh**, e, às vezes, ***busca*** ***atendimento*** com outros, mas num, pelo **menos**, num ***deixa*** a, a mostra para o **colaborador** que, **ah**, ele não está sendo atendido pela ***opção sexual*** desse **colaborador** em si.

As palavras marcadas facilitam a contagem e apreensão delas e suas incidências. Ao organizá-las por esse critério, constrói-se uma tabela, onde

constarão as palavras e o registro das suas incidências, em ordem decrescente.

Esta já indica os significados sociais fundamentais na organização da consciência do sujeito sobre o tema discutido.

QUADRO DE REGISTRO DAS INCIDÊNCIAS DAS PALAVRAS NO DISCURSO

PALAVRAS QUE SE REVELARAM COMO NÚCLEOS DO PENSAMENTO	INCIDÊNCIA
SÃO/ É/ SER/ ERA/ SOU/ FUI/ SEJAM/SEJA/ ERAM/SERIA	4/ 32/ 9/ 4/ 7/ 1/ 1/ 1/ 2/ 1 - 62
EU/ ME/ MINHA(s)/ MEU/ MIM	49/ 2/ 6/1/1 - 59
NÃO/NUM/NUNCA/ NEM	30/ 14/ 1/ 1 - 46.
TEM/ TÊM/ TER/ TENDO/ TEVE/ TENHO/ TEMOS	26/ 2/ 5 / 1/ 2/ 6/ 1 - 43
A GENTE	39
UM/ UMA	25/13 - 38.
ISSO/DISSO/ESSE(s)/ESSA(s)/NESSE/DESSE/DESSA/ESTE	8/ 3/ 5/ 6/ 1/ 2/ 1/ 1 - 27
HOMOSSEXUAL(s)	21
ACHO/ ACHAR/ ACHA	15/ 1/ 2 -18.
PÚBLICO/ PÚBLICOS	17
MAIS	17
COLABORADOR (s)	16
VOCÊ/ SUA/ SEU	8/ 5/ 3 - 16
MUITO (s)	15
LOJA(s)	14
TUDO/ TODO (S)/ TODA	8 /6 - 14.
~~MAS/ PORÉM~~	12 / 2 - 14.
CONTRATAR/ CONTRATA(M)/CONTRATADOS	14
COMO	11.
OPÇÃO SEXUAL	11.
ELE(s)/ELA(s)	7/ 3 - 10.
TRABALHA/TRABALHAM	10
HOJE	9
TAMBÉM	9
VENDAS/ VENDA	8
FAZ/ FEZ/FAZEM/FAZER	2/2/3/1 - 8.
MESMO(S)/ MESMA(S)	8
ATENDE/ ATENDER/ ATENDIDO	7
TANTO	7.
CONTRATAÇÃO	7
ATÉ	7
PESSOA(s)	7.

PALAVRAS QUE SE REVELARAM COMO NÚCLEOS DO PENSAMENTO	INCIDÊNCIA
INDEPENDENTE	7
IR/VOU/VAI	1/ 3/ 3 - 7
ENTÃO	6
MÊS/MENSAL	6
ALGUM(S)/ALGUMAS	6
TRABALHADOR (s)	6
POLÍTICA	6
QUERENDO/ QUER	6
ÀS VEZES	6
FUNCIONÁRIO(s)	5.
ABERTO/ABRE	5
PARTE	5
“LOJA”	5
QUESTÃO	5
META(s)	5
NOSSA(s)/ NOSSO(s)	2/3 - 5.
PRODUTOS	5
ESPECÍFICA/ESPECÍFICOS	5
VENDE/ VENDER/ VENDIDO	5.
EXISTE; HOUVE	5
FALAR/FALADO/FALA/ DIZER	5
ASSIM	5
PORQUE/ POR QUE	5.
VIDA	5
SUPER	5
AMIGOS/AMIGAS	5
NÓS / NOS	1 / 3- 4
DINÂMICA	4
BASTANTE	4
VOLTADO(s)	4
CLIENTE(s)	4
AÍ/DAÍ	4
PERFIL	4
BEM	4
AUMENTO/AUMENTASSE	4
AJUDA/ AJUDAR	4
LUCRO	4
PESSOAL	4
TRABALHO	3
ESCALA(s)	3
FORMATO/ FORMA	3
CARA	3

PALAVRAS QUE SE REVELARAM COMO NÚCLEOS DO PENSAMENTO	INCIDÊNCIA
EQUIPE	3
AQUI	3
SOBRE	3
MODA	3
CADA	3
MELHOR/MELHORES	3
TIPO(s)	3
DISTINÇÃO	3
RESPEITO	3
DETRIMENTO	3
HETEROSSEXUAL(s)	3
POUCO/ POUQUINHO	3
CONSERVADOR(s)	3
OUTRA/OUTROS	3
ESTOU/ ESTÁ/ ESTAR	1/ 1/ 1 - 3.
HOMOSSEXUALISMO/HOMOSSEXUALIDADE	3
SOCIEDADE/ SOCIAL	2/1 - 3.
PENSO/PENSAM/PENSA	1/ 1 /1 - 3.
FILHO(s)	3
IMPORTANTE	3
CONVÍVIO	3

Reservamos aqui para a exposição do quadro de registro das incidências das palavras no discurso do entrevistado, e o gráfico formado com a constituição dos núcleos do pensamento, para facilitar ao leitor a verificação das palavras encontradas no discurso do entrevistado. Além disso, possibilita-se uma visão geral de como os enunciados foram produzidos e, consequentemente, isso facilitará, também, a compreensão da análise.

Com este procedimento realizado, já são contempladas as palavras cujas incidências as mostram como núcleos em torno das quais se organizou o pensamento do sujeito. Assim, após serem registradas as palavras que se repetiram e os seus sinônimos, pode-se elaborar um gráfico com as mesmas. São gráficos sintéticos que utilizam apenas os Núcleos de pensamento, e deixa o *corpus* da entrevista como elemento para confrontação durante a interpretação.

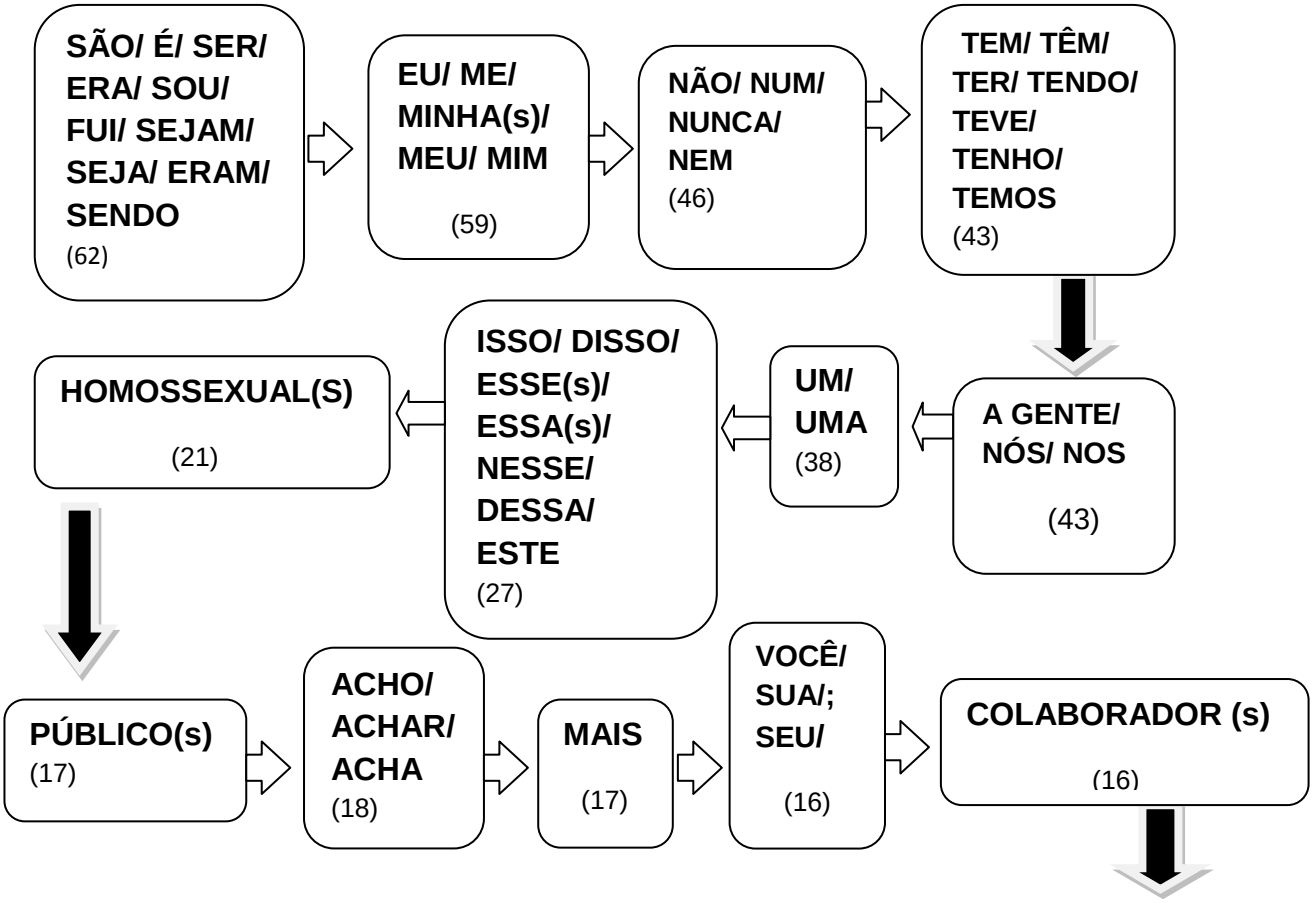
Neste, as palavras-núcleos são ligadas por setas, através das quais se mantém os ordenamentos das incidências das suas emissões.

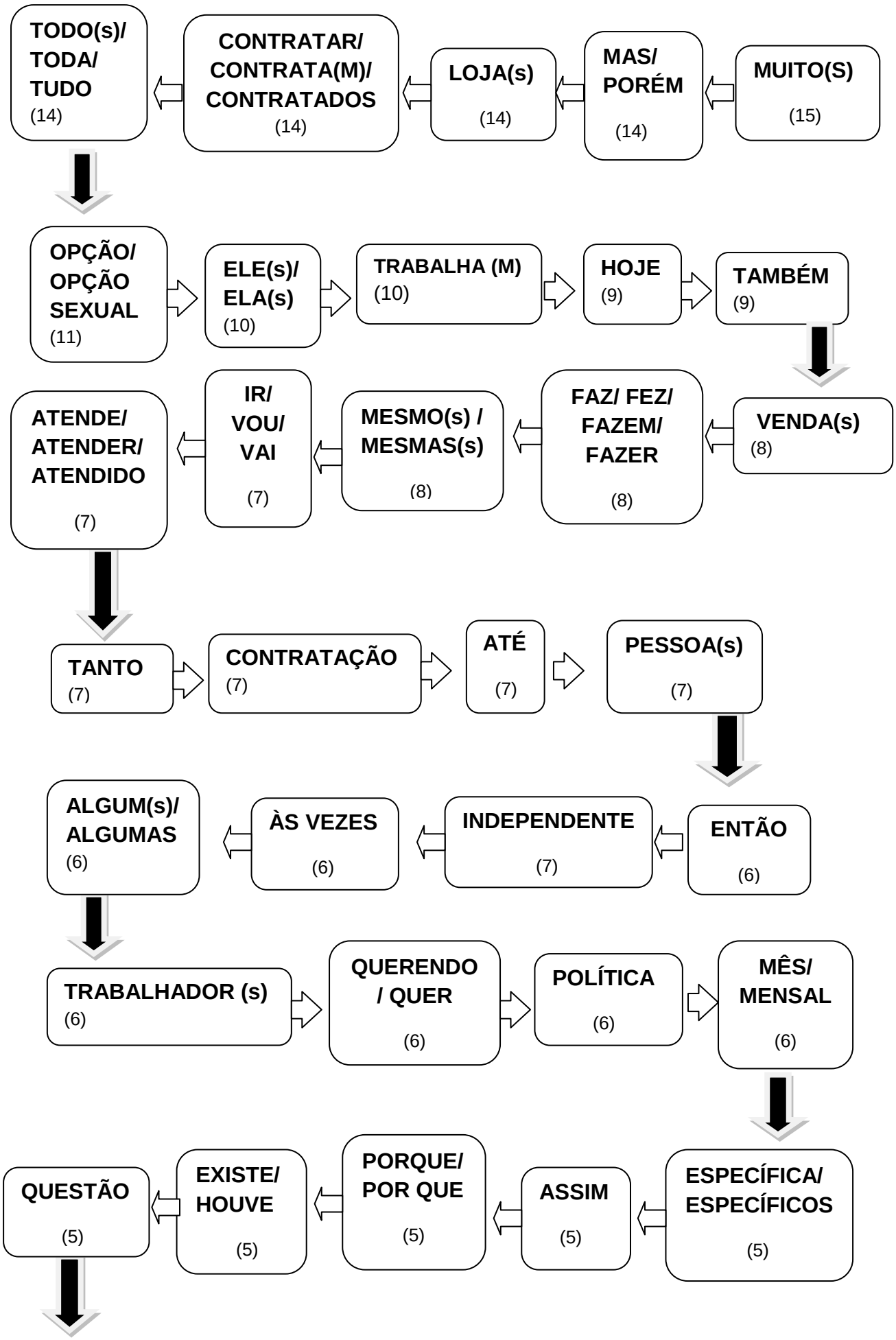
Conforme Leão (1999):

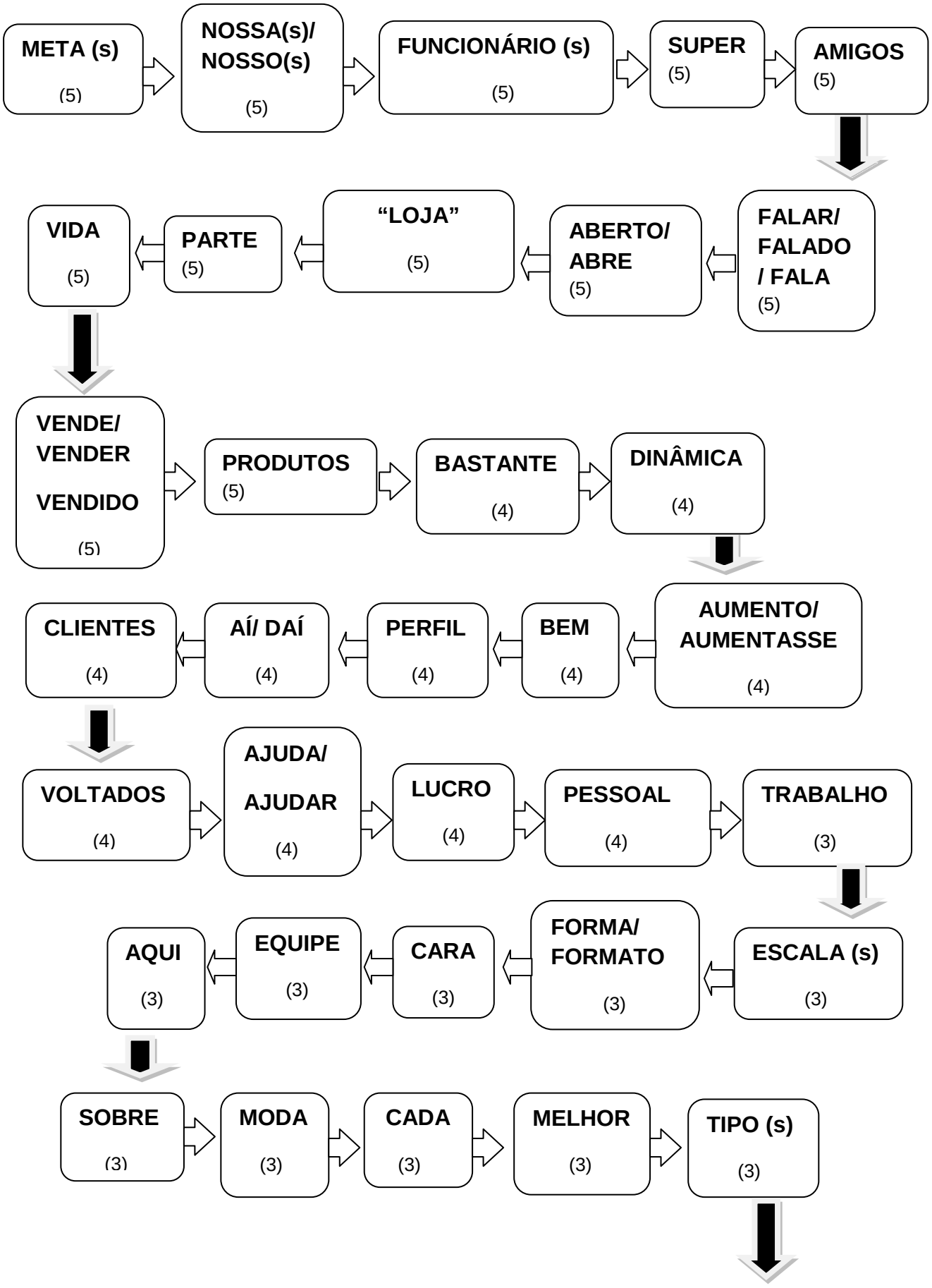
> [...] nos gráficos do discurso localiza-se os principais núcleos de representação e os sentidos atribuídos às situações significativas. Analisa-se as representações e as mudanças que elas sofrem ao longo do discurso através das contradições, dos aspectos ideológicos e das relações estabelecidas com a realidade. No aprofundamento da análise tenta-se encontrar as relações entre o discurso e as alterações das características dos sujeitos, do seu grupo social e das suas atividades. Para tanto nos detemo-nos nas características específicas das palavras e das frases tanto como elementos da comunicação, como processos de pensamento que são integrados por componentes emocionais (p. 146).

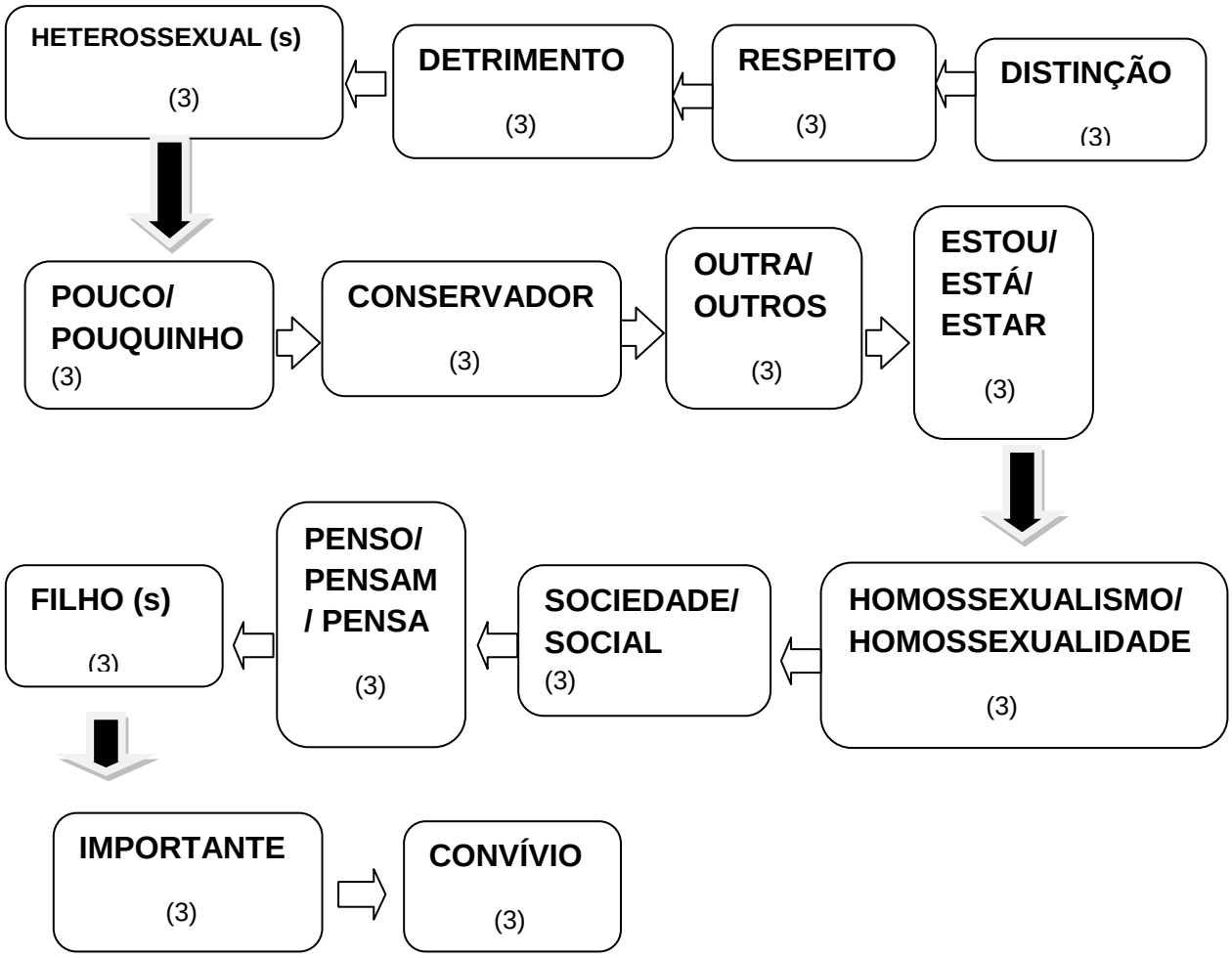
Portanto, no gráfico é possível visualizar o movimento do pensamento, pois, mantêm-se suas relações com todo o discurso. O gráfico apresenta o conteúdo condensado "do qual nem o próprio sujeito teve consciência quando tentava elaborar o discurso sobre a temática" (LEÃO, 2007, p. 74). A partir da identificação de tal movimento, no discurso do entrevistado, mostram-se quais foram os conteúdos que se manifestaram a cada momento do processo de interação, como verificado:

CONSTITUIÇÃO DOS NÚCLEOS DE PENSAMENTO




TODO(s)/ TODA/ TUDO (14)
CONTRATAR/ CONTRATA(M)/ CONTRATADOS (14)
LOJA(s) (14)
MAS/ PORÉM (14)
MUITO(S) (15)
OPÇÃO/ OPÇÃO SEXUAL (11)
ELE(s)/ ELA(s) (10)
TRABALHA (M) (10)
HOJE (9)
TAMBÉM (9)
VENDA(s) (8)
FAZ/ FEZ/ FAZEM/ FAZER (8)
MESMO(s) / MESMAS(s) (8)
IR/ VOU/ VAI (7)
ATENDE/ ATENDER/ ATENDIDO (7)
TANTO (7)
CONTRATAÇÃO (7)
ATÉ (7)
PESSOA(s) (7)
ENTÃO (6)
INDEPENDENTE (7)
ÀS VEZES (6)
ALGUM(s)/ ALGUMAS (6)
TRABALHADOR (s) (6)
QUERENDO / QUER (6)
POLÍTICA (6)
MÊS/ MENSAL (6)
ESPECÍFICA/ ESPECÍFICOS (5)
ASSIM (5)
PORQUE/ POR QUE (5)
EXISTE/ HOUVE (5)
QUESTÃO (5)


META (s)
(5)
NOSSA(s)/ NOSSO(s)
(5)
FUNCIONÁRIO (s)
(5)
SUPER
(5)
AMIGOS
(5)
FALAR/ FALADO / FALA
(5)
ABERTO/ ABRE
(5)
"LOJA"
(5)
PARTE
(5)
VIDA
(5)
VENDE/ VENDER
VENDIDO
(5)
PRODUTOS
(5)
BASTANTE
(4)
DINÂMICA
(4)
AUMENTO/ AUMENTASSE
(4)
BEM
(4)
PERFIL
(4)
AÍ/ DAÍ
(4)
CLIENTES
(4)
VOLTADOS
(4)
AJUDA/ AJUDAR
(4)
LUCRO
(4)
PESSOAL
(4)
TRABALHO
(3)
ESCALA (s)
(3)
FORMA/ FORMATO
(3)
CARA
(3)
EQUIPE
(3)
AQUI
(3)
SOBRE
(3)
MODA
(3)
CADA
(3)
MELHOR
(3)
TIPO (s)
(3)



A Análise Gráfica do Discurso Simplificada, por ser realizada com os núcleos do pensamento do entrevistado sobre a temática abordada, nos mostrou dois enunciados, cujas frases mostraram o motivo real do sujeito pensar a questão investigada sobre a preferência do capitalista por contratar trabalhadores homossexuais no setor terciário da economia.

Interessa destacar, ainda, a diferença entre os conteúdos da consciência e o que é expresso no discurso. No momento da entrevista, o entrevistado elabora e produz um discurso que se difere dos conteúdos presentes na consciência ao nível das ideias e que são explicitados nos enunciados mostrados na análise gráfica.

Esta parece ser uma observação um pouco óbvia quando consideramos as profundas diferenças existentes entre o conteúdo da consciência individual e aquele que é comunicado socialmente. Além do filtro produzido pelos sentidos individuais e as normas sociais que regem os discursos públicos, há ainda a influência da ideologia dominante sobre os processos psicológicos do sujeito.

Tal ideologia consegue ocultar ou camuflar as contradições sociais e a dominação existentes na sociedade capitalista, invertendo o modo de o sujeito pensar o mundo e a si mesmo.

Sendo assim, parece que temos a construção de dois textos distintos: o primeiro foi produzido no momento da entrevista (anexo B) e que, provavelmente, foi elaborado sob a influência de algumas variáveis, como a presença do entrevistador e o registro da fala por um gravador de áudio, por exemplo. Já o segundo texto é o que contém os núcleos do pensamento do sujeito, e que está expresso a seguir:

Enunciado 1:

É, eu não tenho, a gente, ~~um~~ isso (de) homossexual. (O) publico acha mais seu colaborador, muito. Porém, (a) loja contrata todos (pela) opção sexual. Eles trabalham hoje também (nas) vendas, fazem (o) mesmo - vai atender tanto contratação até pessoas.

Enunciado 2:

Então, independente. Às vezes, alguns trabalhadores quer(em) política mensal específica, assim, porque existe (a) questão das metas. Nossos funcionários, super amigos, falam aberto (da) “LOJA” (como) parte (da) vida: vender produtos.

A título de informação, destaca-se que para preservar o sigilo sobre a identificação do entrevistado, houve a substituição de palavras que pudessem fazer oferecer informações a respeito de sua localização e identidade. Por isso, tanto no próprio discurso transcrito quanto nas tabelas e gráficos, o nome da loja onde o entrevistado trabalha foi substituído pela palavra “LOJA”, desta mesma maneira de escrita.

6. A REALIDADE COMO ELA É.

Após todo esse procedimento técnico, o material é passível de ser interpretado pelo pesquisador, o qual buscará “os conteúdos que se manifestaram a cada momento do processo de desdobramento da ideia em discurso verbal, comunicacional” (LEÃO, 2007, p. 74).

Conforme foi realizado nesta pesquisa, Leão (2007) destaca uma informação importante quando esta técnica de análise é utilizada com diferentes sujeitos, dizendo que: “Também é objeto de análise as semelhanças e diferenças das representações expressas por diferentes sujeitos, envolvidos em um mesmo evento, uma vez que podem indicar a homogeneização da consciência social através da internalização da representação ideológica hegemônica” (p.74).

Neste sentido, para a utilização desta técnica a partir do referencial teórico e metodológico adotado:

> [...] a consideração dos vários aspectos integrantes das palavras e das frases como estruturas de realização e concretização da atividade cognitiva e afetiva conduz à apreensão dos movimentos da consciência. Sobre os elementos assim apreendidos, podemos reconstruir os imbricamentos das funções, dos sistemas e dos processos utilizados para determinar a forma de constituição da identidade, com as formas da inserção social (LEÃO, 2007, p. 74).

Assim sendo, mesmo sendo utilizada uma única entrevista para a produção dos dados desta pesquisa, sabe-se que os dados têm dimensões mais amplas, que não são dados característicos de uma realidade, exclusivamente, subjetiva. Apesar das especificidades e particulares de cada sujeito, muitos que estão lendo este trabalho fazem parte de uma mesma sociedade, que compartilha a mesma ideologia expressa, culturalmente, nos grupos sociais. É claro que isso não exime que sejam consideradas as características particulares e a subjetividade de cada sujeito, mas, quando se considera as determinações socioculturais na constituição do sujeito, sabe-se que a subjetividade não é tão única e particular, como muitos acreditam que seja.

6.1. EXPLORAR CRITICAMENTE A REALIDADE: INTERPRETAÇAO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Primeiramente destaco que para a análise realizada houve a necessidade de se aprofundar as ênfases nas conseqüências das conquistas do capital, nos seus movimentos de expansão e aprofundamento das contradições, e nas relações do entrevistado com a classe trabalhadora. Certamente, cabe cuidar melhor dos aspectos ideológicos que impedem o desenvolvimento das consciências individuais sobre as realidades, social e de classe, bem como da autoconsciência.

Nessa pesquisa, tivemos como objetivo analisar se o mercado de trabalho no comércio - terceiro setor da economia - tem optado propositalmente, apesar da homofobia, por contratar a força de trabalho dos homossexuais para que as características pessoais destes medeiem a circulação ampliada das mercadorias, e, consequentemente, aumente o lucro capitalista.

A nossa hipótese foi que essa ampliação, da contratação de homossexuais para trabalharem como vendedores em lojas que atendem a segmentos sociais preconceituosos, decorreria do fato de os homossexuais estarem se submetendo a sobre-exploração na utilização das suas forças de trabalho. Ou seja, se ocorreria o uso das suas forças de trabalho na mediação das relações de venda, mas condicionada pela aplicação das suas características, como a delicadeza no trato com as pessoas, o bom gosto, o interesse e o domínio na aplicação da moda, sem que haja, assim, a remuneração por esta aplicação das suas qualidades como ferramentas de trabalho.

Só tivemos a nossa hipótese confirmada na Análise Gráfica; quando os núcleos da consciência mostraram que o entrevistado tinha ciência da recomendação da empresa para tal e, portanto, pensou, mas não falou que sabia: “Porém, (a) loja contrata todos (pela) opção sexual.” (Entrevistado). Não dizer é uma escolha dada pela voluntariedade do sujeito, ou seja, ele usa uma das principais caracteristicas das funções psicológicas superiores: o controle

voluntário sobre seu comportamento, orientado pelo pensamento verbal e pelas emoções sucitadas devido a possibilidade de condenação social. O faz por entender que poderá sofrer condenações morais, provocadas pela declaração que contratam trabalhadores e que têm dificuldades para conseguirem se empregar devido à homofobia, mas cujo motivo real é a dupla exploração do trabalho dos homossexuais.

Trata-se de dupla exploração, uma vez que a utilização das características pessoais dos trabalhadores, para promover a circulação ampliada, não é remunerada como se faz, por exemplo, no uso das caracteristicas físicas e psicológicas de modelos na propaganda. Portanto, no caso dos vendedores homossexuais, dá-se apenas a ampliação da exploração da mais valia, porque, a Circulação Ampliada ou Circulação Capitalista caracteriza a movimentação de mercadorias na forma D-M-D: - dinheiro, que é trocado por mecadorias, que retorna a forma de mercadorias, que é acrescida de uma mais valia. Nessa circulação se dá uma forma de exploração específica da força de trabalho como capital variável que cria valor. Assim, há valorização ampliada, transformando o dinheiro em capital[6].

A regulação da expressão dos conteúdos da consciência pela emoção a faz ser controlada pelos padrões morais hegemônicos, que no contexto social atual condena os preconceitos e, falsamente, se indigna com a exploração do trabalho daqueles que são minoria psicológica, tal como a trata Lewin, ou seja, quando o destino coletivo dele vem determinado pela vontade de outro grupo – o dominante. Por isso, na enunciação do discurso houve a negação dessa prática.

O trabalhador encarregado da contratação de funcionários para a loja assegurou que emprega os homossexuais, mas, não por ser uma política da empresa. Porém, devido à capacidade destes trabalhadores para vender os produtos da loja:

> Não existe uma política (*específica de contratação para trabalhadores homossexuais*) né!? A gente tem como código de conduta ética a, a, a pluralidade cultural. Então, a gente num, num tem distinção de raça, de credo, né!? de opção sexual. Então, a gente, *até...* Este público (*de trabalhadores homossexuais*), independente de opção sexual, é, é um público (*de*

[6] Conforme Marx, 1980, p.116-186, apud Carlos Montaño e Maria Lucia Duriguetto, Estado, Classe e Movimento Social, São Paulo: Editora Cortez, s/p, 2013

> *trabalhadores*), que querendo ou não nos ajuda bastante. É um público (*de trabalhadores*) bastante voltado para resultado. (E*u*) acho que boa parte dos nossos colaboradores que tem, éh, éh, a, a opção sexual, eles trabalham até melhor do que muitos colaboradores que tem..., que sejam, éh, Como que é? Eu não sei como (*eu*) vou falar né, pra que não fique caracterizado como homofobia. Mas aqui a empresa prega bastante, éh, o respeito a, a sua, a sua opção sexual, do colaborador e tudo mais. A gente num tem distinção nenhuma! Isso, tanto que parte da política da empresa mesmo, (*isso*) é falado nas, nas reuniões e também na, em toda entrada de colaborador. (Entrevistado, conforme anexo B).

Pela utilização da técnica da Análise Gráfica, há a possibilidade de se analisar as contradições presentes na consciência do sujeito, como falar pelo empresário e executar as suas políticas comerciais, ainda que seja um trabalhador e um objeto das políticas que pratica. Essa e outras contradições presentes na sua consciência construíram os sentidos das suas manifestações.

O gráfico da análise simplificada do discurso nos ofereceu, ainda, a possibilidade de analisarmos os processos e funções que os núcleos desempenham na consciência. São, principalmente, as funções psicológicas das emoções e dos processos que articulam as funções psicológicas superiores, como, por exemplo, quando o entrevistado segue uma forma de pensar o conteúdo da entrevista, mas, no percurso do pensamento, ele acaba expressando palavras que demonstram as contradições com o que foi dito anteriormente por ele.

A interpretação dos processos psicológicos e dos conteúdos que estavam condensados no nível das ideias, na consciência, fez-se possível, porque, estes foram mostrados como núcleos do pensamento do sujeito entrevistado, expostos pelas palavras. Como as palavras têm um significado único para todos os sujeitos do nosso grupo social, podemos entender ao que se reporta o sujeito, principalmente pelo conhecimento de tais aspectos presentes na cultura na qual estamos inseridos.

Também, nós consideramos as informações oferecidas pela atividade trabalho que o sujeito exerce, e que são moldadas socialmente pelas especificidades das relações sociais necessárias às suas práticas no modo de produção. Assim, o discurso do entrevistado deixa de ser considerado como sua produção individual, elaborada apenas por suas especificidades psíquicas,

e assume a sua verdadeira característica, que é reproduzir a ideologia dominante, como se fosse a verdade.

Na psicologia, a ideologia deveria ser entendida, segundo Martín-Baró (2005, p.50), “como aqueles esquemas cognoscitivos e valorativos produzidos pelos interesses objetivos da classe dominante em uma sociedade determinada e impostos às pessoas, que passam a assumi-los como próprios”. É nesse processo que a ideologia pode ser entendida como fenômeno que impede a consciência plena, e que, historicamente, dificulta o desvelamento da situação dos povos e de suas necessidades. Deveria ser compreendida:

> [...] como realidade psicossocial, relacionada à consciência coletiva de que falava Durkheim (1984). A consciência inclui a imagem que as pessoas têm de si mesmas e que é produto da historia de cada qual, e que, obviamente não é assunto privado; mas inclui também as representações sociais (Banchs, 1982; Deconchy, 1984; Lane, 1985). E portanto, todo saber social e cotidiano que chamamos senso comum, que é o âmbito privilegiado da ideologia (Martin-Baró, 1989a). Na medida em que a Psicologia tome como objeto especifico os processos da consciência humana deverá entender o saber das pessoas sobre si mesmas enquanto indivíduos e enquanto membros de uma coletividade. Agora bem, o saber mais importante do ponto de vista psicológico não é o conhecimento explicito e formalizado, mas o saber inserido na práxis cotidiana, no mais das vezes implícito, estruturalmente inconsciente e ideologicamente naturalizado, tanto por ser adequado ou não as realidades objetivas, quanto por humanizar ou não as pessoas e ainda permite ou impede aos grupos e povos manter as teias de sua própria existência” (MARTIN-BARÓ, 1998, p. 168. Tradução nossa).

Portanto, para a psicologia científica contemporânea, ideologia são os esquemas subjetivos, criados a partir dos interesses específicos da classe dominante para serem impostos as pessoas, as quais passam a assumi-los e a reproduzi-los como se fossem de autoria própria (MARTÍN-BARÓ, 2005). Essa apropriação da cultura pelo sujeito acontece por sua atividade no meio, lembrando que a principal atividade do sujeito, nesta sociedade capitalista, se dá pelo trabalho-empregado, oferecido pelo próprio sistema produtivo.

Essa visão da psicologia tem que analisar a conduta do sujeito, que só pode ser entendida a partir de seus significados pessoais e sociais. Assim, se considera que:

> Nosso saber psicológico deve ser confrontado com os problemas novos dos povos centroamericanos e das questões que demandam por esse saber (...) é urgente assumir a perspectiva das maiorias

> populares. Sabemos por meio da Sociologia do conhecimento, que o que se vê da realidade e como se vê, depende essencialmente do lugar social de onde se olha. (...) O saber psicológico deve se colocar a serviço da construção de uma sociedade onde o bem estar das minorias não se assente sobre o mal estar das maiorias, onde a realização de uns não requeira a negação dos outros, onde o interesse de poucos não exija a desumanização de todos. (MARTIN-BARÓ, 1998, p.p. 176-177. Tradução nossa).

Outro aspecto inerente ao processo psicológico do pensamento, motivado por um afeto e que deve ser usado para orientar as interpretações, são os recursos linguísticos próprios da língua portuguesa com os quais são elaborados os discursos. Vejamos um breve exemplo que permite reconhecer as várias vezes em que foi usado no discurso. A questão formulada pelo pesquisador para afetar o sujeito foi:

- Em sua opinião, por que você acha que os homossexuais não eram contratados pelas mesmas lojas que hoje em dia os contratam?

A resposta formulada pelo entrevistado foi:

> Eu acho que é, é mais pelo preconceito. Eu acho que querendo ou não era ... Num era muito difundido, éh, éh... Não, na mídia, né¿! Mas, acho que os antigos, o pessoal mais conservador que, éh, éh... o homossexualismo era errado e isso num era contra, ahm, o que a sociedade prega e tudo mais. E hoje pode... Tá saindo mais nas mídias, né?! que... Eu acho que todo mundo é livre pra escolher o que éh, a opção que quer da, da sua vida. Eu acho que isso num, num tem tanto me impactado. Tanto, né!? (Entrevistado, conforme anexo B).

Em seu discurso, o empregador expressa os recursos da repetição e interrupção do pensamento, para examinar e reformular o quê está dizendo. Nas estruturas psíquicas que dominam a língua em nível mais sofisticado, quando se percebe que se pode ser criticado pela ideia que verbaliza, os enunciados não são expressos. Outro recurso é a interpolação das ideias. As suas emissões são interrompidas quando se percebe que o quê vai ser expresso pode ser inadequado para a situação.

Mesmo evidenciando a lógica da verbalização, evita-se, assim, que o pensado seja dito completa e claramente, mas se menciona o núcleo fundamental: “[...] dos antigos, do pessoal mais conservador/ o homossexualismo era errado/ isso num era contra, ahm, o que a sociedade prega e tudo mais/ a opção que quer da, da sua vida.” (Entrevistado, conforme anexo B). Tais esquivas são confirmadas quando ele, ao final, acrescenta um conteúdo que não tem relação com a pergunta, mas, que expressa uma

constatação sobre si mesmo: “Eu acho que isso num, num tem tanto me impactado. Tanto, né!?” (Entrevistado, conforme anexo B).

Todos esses recursos são próprios do pensamenho, ainda em elaboração na consciência. Em geral, as pessoas não os expressam nessas condições que demonstram um dialogo consigo mesmo, e isso ocorre quando ainda estão examinando os seus próprios conteúdos. Aqui, percebemos que o entrevisado está analisando a si mesmo e não aos demais, como lhe foi solicitado, e, assim o faz com processos bastante primários e que são próprios da primeira fase da interiorização do pensamento dialógico. O que é próprio da busca de recursos já dominados quando se é desestruturado pelo afeto em qualquer momento da vida, ou seja, quando se busca interpretar os motivos gerados pelos afetos propiciados pelas perguntas (anexo A): o que ele pensou sobre o assunto abordado na entrevista, condicionado pelas relações sociais.

Para a interpretação dos enunciados resultantes da Análise Gráfica, que nos mostraram os principais aspectos sobre a homossexualidade, a homofobia e o trabalho dos homossexuais, presentes na consciência do trabalhador encarregado de contratar outros trabalhadores conforme as orientações do capitalista - proprietário da empresa -; respeitamos os ensinamentos sobre a palavra isolada não expressar um julgamento completo e/ou uma idéia completa.

Só as orações, mesmo as mais simples, designam algum objeto ou fenômeno, e, também, expressam um pensamento determinado, além de comunicar um acontecimento verificado. A oração é a expressão de um pensamento, de um julgamento determinado. Com a oração, aparece um novo princípio de organização da linguagem e um novo princípio de organização da fala. Este consiste em que, na base da organização dos enunciados verbais, encontra-se uma passagem fluida de uma palavra à outra, a organização de uma alocução fluente. As palavras que entram na oração constituem a alocução, a formulação da idéia ou do acontecimento e são, em conseqüência, uma unidade da interpretação.

Aqui, também respeitamos a lógica que o ponto de partida de qualquer enunciação verbal é um motivo, ou seja, a necessidade de expressar determinado conteúdo. Entendemos que o motivo da enunciação verbal foi uma exigência, uma demanda de caráter informativo que foi acrescida da

vontade de formular mais claramente a própria idéia, o que decorre de estados emocionais.

Portanto, para a interpretação dos dados, apontamos o que fomos identificando a partir dos significados das palavras, mediados pelos preceitos sobre a homossexualidade.

Aqui, resolvemos apresentar alguns principais pontos do discurso original – discurso formal - do entrevistado para, depois, analisarmos os principais núcleos obtidos do pensamento.

Assim, enquanto o discurso do entrevistado revela um tipo de conteúdo, racionalmente organizado em palavras, os núcleos do pensamento obtidos revelam outros conteúdos diferentes. O empregador diz claramente que a loja que ele trabalha tem um público consumidor mais da classe média, e que este público é bastante preocupado com as tendências da moda.

Cabe destacar que a conhecida classe média corresponde a classe trabalhadora que está no intermédio das classes sociais: ela não é nem a classe que depende da venda da força de trabalho para o capitalista, muito menos é classe burguesa que exploração a mão de obra do trabalho e vive exclusivamente da administração do capital extraído da mais-valia. Ela também é conhecida como pequena burguesia e pode haver nela pessoas ricas e pobres. Sua camada superior confunde-se com a classe dos capitalistas enquanto que a sua camada inferior confunde-se com o proletariado. No Brasil, a classe média está sendo o foco principal de discursos políticos de alguns governos, geralmente, conservadores e progressistas. A atividade dos trabalhadores desta classe intermediária não é diretamente produtiva no sentido de criar riqueza material, mas, o seu crescimento se da pelo aumento da produtividade do trabalho e pelo aumento da riqueza da sociedade. Esses trabalhadores são como se mandassem em outros em nome do capital, exercendo função de atenuar os conflitos de classes (CORRÊA, 2017).

Assim, sabemos que a noção criada de classe média tem relação intrínseca com as disposições da exploração do trabalho humano, uma vez que essa noção contém uma visão predominante da relação de consumo e do mercado em função de explicações sobre a exploração da mais valia. O ponto principal que devemos entender se refere à ideia de que a classe média esta sendo utilizada como forma de cindir a classe trabalhadora, demarcada,

especialmente, pelas relações de produção, circulação e reprodução do capital, e estabelecer em termos de conflitos de classe através das mercadorias.

Enfim, contiuando no discurso, o entrevistado destacou que o funcionamento da loja ocorre em torno do plano de metas, o qual todos os funcionários, incluindo ele, estão submetidos.

Cabe lembrar que as metas para os funcionários de empresas é uma estratégia de gerencia que indica aos trabalhadores o lucro mínimo que devem alcançar para o emregador. São modos de controlar a produção e forçar a atividade dos trabalhadores para valores sempre maiores. As metas são importantes para que os empregados possam entender as responsabilidades designadas a eles dentro da empresa, e, para isso, há necessidade de elas serem bem detalhadas para que o funcionário saiba exatamente o que precisa fazer para atingí-las.

A partir do estabelecimento de metas, os gerentes podem traçar planos estratégicos e operacionais para direcionar tanto as equipes quanto os próprios clientes e fornecedores a um novo futuro da empresa. Assim, as metas possibilitam que se estimulem os empregados para melhorarem os seus desempenhos e para reconhecerem os resultados da empresa. Porém, trabalhar para simplesmente cumprir metas pode pressionar os funcionários e gerar complicações, tanto produtivas quanto psicológicas.

Então, no discurso, o entrevistado se refere à importância das metas para o funcionamento da loja e, de certa forma, para a empregabilidade dos trabalhadores, uma vez que esta política gerou uma mudança infraestrtural e, paralelamente, superestrutural, modificando, assim, a maneira de o sujeito exercer a sua atividade de trabalho.

É interessante notar que, no discuros do empregador, os trabalhadores são tratados pelo termo colaboradores, dizendo que há necessidade de estimulá-los na venda por meio de premiações. Não podemos ignorar esse discurso de classificação do empregado como colaborador, pois, na atualidade, há uma tentativa de resonsabilizar o trabalhador como se fosse uma espécie de sócio da empresa, mesmo ele continuando a receber um salário mínimo por uma jornada massacrante de trabalho.

Nesse sentido, o trabalhador empregado começa a reproduzir o discurso de que ele deve vestir a camisa da empresa e atender todas as exigências de

seu patrão, mesmo aquelas além da sua carga horária ou além das suas obrigações. A empresa se utiliza desse discurso de colaborador, mas, na prática, é exigido que o empregado atue como um robô, produzindo muito e descansando nada.

Na continuidade da entrevista, o empregador disse que a loja tem uma política de contratação de funcionários que avalia a escolaridade e algumas características físicas do trabalhador, dizendo que o sujeito que ali quer trabalhar tem que saber vender e ser bem apresentável, ou seja, o sujeito tem que se encaixar minimamente no padrão de beleza estabelecido hoje pela nossa cultura, e saber fazer os produtos circularem na relação de venda.

O empregador inicia a sua resposta dizendo que um dos critérios para a contratação de vendedores é o ensino médio completo, mas, o critério destacado foi o referente ao perfil estereotipado de um bom vendedor que o trabalhador tem que ter para ser contratado, tanto na loja em que o entrevistado trabalha quanto em qualquer outra loja. Provavelmente, este perfil condiz com a disponibilidade para trabalhar para além da carga horária contratada e em horário flexível, exigido pelo empregador. Além disso, o empregado deve ter vontade inabalável de atingir as metas de venda.

Quando foi pergutado ao empregador sobre a questão da contratação de funcionários homossexuais, ele respondeu que não há uma política específica de contratação para eles, mas, que a loja tem um tipo de acordo interno que não permite a discriminação dos seus funcionários conforme o tipo de orientação sexual. Mesmo o empregador dizendo, equivocadamente, que a homossexualidade é uma opção sexual, ele afirma que os trabalhadores homossexuais da loja ajudam bastante para os resultados de venda esperados. Ele disse que “eles trabalham até melhor do que muitos colaboradores...”. E, logo em seguida, não conseguiu terminar a frase com medo de ele parecer preconceituoso.

De modo geral, o entrevistado afirmou que na sua loja não há distinção para a contratação de funcionários conforme a características da sexualidade, e muitos menos de que existe uma opção por contratar homossexuais, mas, lembremo-nos de que o empregador disse sobre a existência de um perfil específico para contratação dos bons vendedores – aqueles que provavelmente atingem as metas.

Também foi respondido numa pergunta que não há como medir se o aumento de empregados homossexuais fez com que aumentasse o lucro e o faturamento da loja, mas, o empregador afirmou que a existência de trabalhadores específicos reflete no aumento das vendas dos produtos. Além disso, foi dito que os empregados homossexuais têm algumas facilidades: como a simpatia com os clientes e o bom entendimento de moda que acabam influenciando os consumidores na compra das mercadorias.

Contudo, numa outra pergunta, mais específica quanto à preferência de atendimento do público consumidor, o empregador respondeu que mesmo que não haja distinção dos consumidores em serem atendidos por trabalhadores homossexuais, o shopping possibilita um ambiente mais acolhedor. O próprio entrevistado disse que o público que mais frequenta as lojas de shoppings é composto de pessoas com elevado poder aquisitivo, e, na opinião dele, com mais conhecimento. Porém, ele também disse que há alguns consumidores que acabam optando pelos vendedores não homossexuais.

O entrevistado também disse da importância da mídia na construção das opiniões públicas referentes à melhor aceitação ou não da homossexualidade e sobre a manifestação mais explícita ou sutil da homofobia no meio social. Interessante notarmos que algumas questões estão mudando no cenário atual, afinal, a manifestação do preconceito homofóbico se dá de forma mais violenta em momentos de crise do capitalismo. Essas ações homofóbicas representam a falência da dominação burguesa, que tem no preconceito bons princípios para fragmentação da classe trabalhadora e sustenar o capitalismo.

Assim, a burguesia, para ampliar seus lucros e manter o controle social, distingue os seres humanos entre várias categorias, sendo que algumas delas valem mais e outras menos no mercado de trabalho. Então, o valor da mão de obra passa a ser regulado por características físicas, de gênero, de origem nacional e social. Portanto, se você for mulher receberá um salário menor que um salário de um homem; se ainda for negra, receberá menos ainda; e, se ainda for mulher negra lésbica e nordestina, provavelmente, receberá algo que mal pode ser considerado salário.

Os preconceitos jamais acabariam no capitalismo, afinal, eles legitimam a ideia de que os dominadores são melhores que os dominados, de que a dominação acontece não por interesses de uma classe social, mas, por origens

da natureza humana. Dessa forma, é como se os preconceitos tomassem vida própria, disfarçando os lações da dominação direta da burguesia sobre o proletariado. E, então, podemos dizer que quando há uma manifestação homofóbica, por exemplo, não é que esteja ocorrendo a simples alienação do preconceituoso aos interesses dominantes, mas, o homofóbico afirma, também, uma posição de classe social, direcionada aos preceitos da dominação burguesa.

Atualmente, nos momentos de crise do capitalismo, parece que está acontecendo uma mudança com a manifestação do preconceito homofóbico: em vez de os homossexuais serem atacados violentamente na tentativa de eliminá-los do sistema de produção, eles estão sendo incluídos na lógica produtiva. Conforme o discurso do entrevistado, a sociedade vem mudando os seus parâmetros de entender os fenômenos do mundo conforme a interferência midiática. Para ele, se a mídia expõe que a homossexualidade é um processo normal do ser humano, as pessoas respeitam os homossexuais, mas, se a mídia expõe o contrário disso, as pessoas discriminam. No final da resposta, ele afirmou novamente que cada pessoa é livre para escolher o que quer, como se a sexualidade fosse uma questão de escolha pessoal.

Quando questionado sobre o que ele pensa da homossexualidade, o empregador disse respeitar os homossexuais, já afirmando, imediatamente, que ele é heterossexual. Na sua resposta, percebemos que o fator que predomina na melhor ou pior aceitação da homossexualidade se relaciona a marcadores sociais como à independência financeira, por exemplo. É como se a aceitação da homossexualidade se desse a partir de um limiar de interferência dos homossexuais em sua vida, mas, que não fosse através de uma interferência pessoal, e sim econômica. Seria mais fácil aceitar um tipo de homossexual a outro se, de alguma forma, ele for produtivo. Assim, mais aceito socialmente ele também será.

Na última pergunta da entrevista, o empregador disse que tem amigos que são homossexuais e que os seus amigos não interferem em seus vínculos familiares e nas suas escolhas sexuais. Dessa forma, se essas pessoas homossexuais são amigos do entrevistado, a interferência nos vínculos familiares deveria acontecer, afinal, os amigos, também são considerados como membros do grupo famíliar. Interessante notar que mesmo o entrevistado

reconhecendo que a sociedade promove a aversão aos homossexuais, ele busca respeitar e conviver com todos os seus amigos, independente da orientação sexual deles. Pelo menos, é o que foi dito por ele.

Destacamos, até aqui, os pontos importantes do discurso que foram racionalment, elaborados pelo empregador, para analisarmos os núcleos de seu pensamento. Para facilitar a compreensão da análise, destacamos frase por frase e algumas considerações.

Enunciado 1:

É, eu não tenho, a gente, ~~um~~ isso (de) homossexual. (O) publico acha mais seu colaborador, muito. Porém, (a) loja contrata todos (pela) opção sexual. Eles trabalham hoje também (nas) vendas, fazem (o) mesmo - vai atender tanto contratação até pessoas.

Logo de início, a primeira frase resultante com os núcleos do pensamento de palavras que mais se repetiram no discurso do empregador foi a seguinte: "**É, eu não tenho, a gente, isso (de) homossexual**". Antes de considerarmos essa frase, penso ser importante esclarecer que as palavras entre parênteses foram colocadas por nós no intuito de dar melhor sentido linguístico a ela, ou seja, através de alguns conectores linguísticos (artigos, pronomes e preposições), buscamos melhorar a estrutura gramatical da frase para a lermos com mais clareza. Isso, sem alterar o sentido das frases.

Observação feita, vamos à frase. Para esta primeira, devemos considerar que a questão norteadora nela tratada é de que vem ocorrendo uma opção dos empregadores pela contratação de trabalhadores homossexuais em suas lojas. Num primeiro momento, os núcleos apontaram que o empregador compreendeu o assunto da entrevista, e afirma algo do conteúdo abordado, utilizando o verbo ser **(É)**, que liga alguma atribuição ao sujeito, mas que também indicou a concordância dele em perceber que existe sim um elevado número de homossexuais empregados na sua loja, mesmo existindo, também, uma ideia que nega a preferência dele ou da política da loja em contratar tais trabalhadores.

Além disso, o entrevistado negou que tanto ele **(eu não tenho)** quanto à loja **(a gente)** preferem contratar **(isso)** homossexuais (**homossexual**) para

trabalharem como vendedores. A palavra EU se refere ao próprio entrevistado e indica como ele elaborou o discurso. A palavra NÃO aparece como a negação do sujeito em ter algo ou alguém que, nesse contexto, liga o sujeito ao não ter homossexual ou a não ter homossexualidade. O verbo TER, indicando posse do sujeito sobre algo, compõe a primeira frase com palavras que expressam que o sujeito não tem a suposta preferência, insinuada durante a entrevista. Com a utilização da expressão A GENTE, também com função de pronome pessoal, deixa-se de considerar o sujeito por si mesmo para considera-lo num coletivo, a partir de um grupo social. Assim, a negação de algo que não tem em si é deslocada para a negação de algo que não tem para todos, considerando a loja na sua totalidade, desde os donos, os consumidores e os próprios trabalhadores.

Na forma de pronome demonstrativo, ISSO fez referência a algo oculto que liga o empregador, representante da loja, aos homossexuais. No conjunto das frases, esse algo escondido no pronome – isso - representa, ainda que de forma subentendida, a preferência do empregador e da loja em contratar homossexuais para venderem os seus produtos. A palavra HOMOSSEXUAL faz referência à sexualidade humana e indica o trabalhador da sua loja que sente atração sexual e/ou mantém relação amorosa e/ou sexual com pessoas do mesmo sexo. No todo da primeira frase “É, EU NÃO TENHO A GENTE ISSO HOMOSSEXUAL”, já nota-se que, mesmo tendo a negação de que o empregador e a loja preferem empregar homossexuais, afirma-se logo de inicio que existe algo do tipo.

A primeira frase continuou sendo desenvolvida pelos seguintes núcleos do pensamento, que estão expressos na frase: “**(O) público acha mais seu colaborador, muito**”, indicando a consideração e a importância dos consumidores para o funcionamento da loja. A palavra PÚBLICO, então, fez referência às pessoas que compram os produtos da loja e, através disso, relacionam-se com os vendedores homossexuais, aceitando ou não as opiniões deles sobre suas preferências de moda. Assim, o verbo ACHAR liga essas pessoas que consomem os produtos aos vendedores homossexuais, adjetivados agora como COLABORADOS que, acrescidos do advérbio MUITO que intensifica o adjetivo, interfere no gosto das pessoas e, assim, contribuem significativamente para aumentar a venda das mercadorias. Se o público se

identifica com quem vende as mercadorias, estas podem ganhar um novo valor.

A combinação desses núcleos em duas frases, com as palavras que mais se repetiram no discurso, retrata que o empregador, ao ser questionado na entrevista, seguiu uma lógica de pensamento e fala formalmente elaborada, e que seria mais bem aceita socialmente pelo outro, no caso, eu equanto entrevistador ou o outro enquanto membro da sociedade. Afinal, manifestar a homofobia nos dias de hoje é algo mais complicado, pois, a tendência tida é a de disfarçar o preconceito aprendido e manifestá-lo de maneira mais sutil. Isso porque o preconceito homofóbico e a homossexualidade se tornaram uma discussão pública, feita em espações públicos, como na mídia, por exemplo. Portanto, hoje em dia mostrar qualquer tipo de aversão aos homossexuais se tornou algo feito pelas pessoas de forma mais velada que, nos significados das palavras utilizadas, percebem-se os preceitos que levam a homofobia.

Hoje se fala mais claramente sobre a homossexualidade, colocando-a como um não problema, uma não doença, e na ideia de que ninguém se torna melhor ou pior por ser homossexual. Ao mesmo tempo, já se divulga com a mesma tranquilidade as manifestações preconceituosas contra os homossexuais, o que um tempo atrás não acontecia. Assim, as pessoas fingiam que os homossexuais não existiam, fingiam que eles não eram distratados por serem como são, e, do mesmo modo, fingiam que a violência não se fazia presente em suas vidas, afinal, essas pessoas não queriam se comprometer com tal questão. Como agora todos estão tendo conhecimento do que vem acontecendo com os homossexuais, tornando o assunto público, as pessoas não podem mais negar a situação e, então, acabam se comportando de outra maneira.

Retomando aos núcleos, percebemos que a segunda frase dos núcleos do pensamento do empregador completa a primeira, e dá essa ideia quando analisadas isoladamente do restante, pois, o discurso de quem é questionado sobre a aceitação da homossexualidade se estrutura basicamente na mesma lógica cultural: iniciam com a afirmação de que não há preconceito, de que não há discriminação e de que há aceitação das diferenças, só que, após tais afirmativas, sempre vem um termo linguístico sinalizando oposição de ideias contrárias.

Portanto, as pessoas sempre dizem aceitarem os homossexuais, mas, com uma lista de restrições, dizendo “até aceito os homossexuais, desde que eles não se beijem em público, desde que eles não deem as mãos na minha frente, desde que não sejam afeminados, desde que não demonstrem carinho pelo seu parceiro (a), desde que não se comportem ou falem da mesma forma que fala o sujeito do sexo oposto, desde que não tenham um salário maior que o meu, desde que não tenham filhos ou se casem”, enfim, desde que não existam no mundo e de que não tenhamos os mesmos direitos que um sujeito heterossexual.

Assim, no contexto analisado, as duas primeiras frases mostraram que o empregador inicialmente construiu um sentido para negar a questão do aumento de homossexuais empregados por ele e, ao mesmo tempo, outro sentido de reconhecimento de que há sim um elevado índice de trabalhadores homossexuais contratados como vendedores em sua loja. Os núcleos do pensamento apontaram até mesmo que os próprios consumidores/clientes da loja preferem o atendimento dos vendedores homossexuais a atendimento dos vendedores heterossexuais (**público acha mais seu colaborador, muito**).

Lembrando que o público consumidor das lojas de shopping está composto, em sua maioria, por pessoas de elevado poder aquisitivo e que ocupam uma posição dentro da sua classe social que permite a falsa ideia de que estão mais próximos da burguesia. Essa observação nos possibilita considerar que esses consumidores aceitam a interferência de sujeitos homossexuais em suas vidas, seja na vestimenta ou até mesmo em alguma sugestão de moda ou de discernimento pessoal, mesmo que provavelmente em outros ambientes, os mesmos clientes manifestem mais claramente o preconceito contra os homossexuais.

Então, as duas primeiras frases foram contraditadas inicialmente pelos núcleos de pensamento da terceira frase, sinalizando essa contradição por recurso linguístico através de uma conjunção adversativa: **Porém**, sendo uma conjunção que liga orações e introduz frases que denotam basicamente oposição ou restrição ao que já foi dito anteriormente. Os núcleos iniciais vinham mostrando que não há (**isso**) uma tendência em inserir os homossexuais no mercado de trabalho, até o momento que, ainda no inicio,

encontramos a contradição do pensamento expressa na terceira frase (**Porém, a loja contrata todos pela opção sexual**).

A terceira frase não só contém o núcleo que expressa a negação das outras duas frases iniciais, mas também, contém os núcleos que afirmam a hipótese de que os empregadores estão optando por contratarem trabalhadores homossexuais para venderem os produtos de suas lojas e uqe, portanto, há uma política específica para isso. Nesse sentido, a ideia de que os homossexuais estão sendo utilizados no terceiro setor da economia substancia a justificativa de que eles fazem as mercadorias circularem mais, aumentando, assim, o lucro capitalista.

A palavra CONTRATA faz referência à inserção de trabalhadores no mercado de trabalho por meio do trabalho empregado, o que garante ao sujeito produzir a sua existência material e, portanto, fazer parte do sistema produtivo. Por OPÇÃO SEXUAL, observa-se a ideia que comumente a maioria das pessoas pensa de que o desenvolvimento e a manifestação da sexualidade, no caso dos homossexuais, decorrem de escolha indivual, ou seja, o homossexual é como é, porque assim ele decidiu. Essa é uma crença irreal, pois, é impossível dizer em que momento da vida o sujeito escolhe ser homo, hetero, bi ou assexual.

Esta terceira frase foi ainda completada pelos núcleos da quarta frase, mostrando que os trabalhadores homossexuais trabalham tanto nas vendas (**Eles trabalham hoje nas vendas**) como na contratação de outros trabalhadores (**vai atender tanto contratação até pessoas**), fazendo o mesmo trabalho que outros tantos empregados heterossexuais fazem na loja. Assim, essa frase indicou que os vendedores homossexuais são utilizados da mesma forma que os vendedores heterossexuais no setor terciário da economia, mas, podemos pensar que a política de contratação das lojas vem sendo direcionada para que os empregadores deem significativa importância para a condição sexual dos trabalhadores. Não estamos afirmando que os outros critérios de contratação são desconsiderados pelos empregadores no processo de contratação, mas, o que queremos dizer é que a orientação sexual dos empregados, e aqui a homossexual, é condição importante utilizada como critério para empregar trabalhadores.

Considerando o assunto abordado na entrevista, sabemos, pelo contexto que o discurso foi emitido, que os núcleos - opção sexual - e – eles - remetem à homossexualidade e a homossexuais, consecutivamente. As palavras: ELES TRABALHAM HOJE NAS VENDAS, pode sinalizar o reconhecimento de que, atualmente, os homossexuais estão sendo inseridos no setor terciário da economia, pois, há critérios que os tornam preferidos para lidarem com o público ou, até mesmo, com os outros trabalhadores. Com esta frase, finaliza-se o primeiro enunciado construído por nós.

Tanto o primeiro enunciado quanto o segundo, contêm os núcleos de pensamento, geradores do discurso. Esses núcleos de consciência, construídos pelo sujeito entrevistado, possibilitou a realização dessa análise através do sentido das palavras expressas, dos aspectos subjetivos organizadores tanto da consciência do sujeito, e das atividades desenvolvidas por ele em sua interação social. Assim, os aspectos do pensamento e da apreensão lógica e histórico-conjuntural da realidade foram considerados a partir do movimento desses núcleos.

Até aqui, analisamos as frases do primeiro enunciado, que trouxeram dados importantes para esta pesquisa como, por exemplo, a confirmação da hipótese de que o aumento de trabalhadores homossexuais, observado por nós no dia-a-dia nas lojas de shopping, vem ocorrendo por opção dos empregadores por empregá-los, e isso devido ao fato de eles, os trabalhadores homossexuais, fazerem as mercadorias circularem mais, fortalecendo, assim, o capital. Além dessa preferencia dos empregadores, localizamos também o movimento de núcleos que demonstram a preferência do próprio público consumidor pelo atendimento dos vendedores homossexuais, fato que para fazer circular mercadorias é fundamental – a venda delas.

Muito do tratamento que a mídia vem dando a homossexualidade, expressando-a em personagens com características de alegria, beleza e que demonstram sinceridade e lealdade aos seus amigos, por exemplo, pode ser o reflexo da influência ideológica burguesa que vem modificando a ideia que se tinha sobre os homossexuais para atender aos interesses de classe dominante. Isso pode estar modificando, também, o sentido construído pelas pessoas sobre o significado social da homossexualidade, fazendo os capitalistas utilizar os homossexuais nas vendas.

É como se as pessoas buscassem encontrar nas mercadorias vendidas pelos homossexuais aquelas características, que estão sendo cultuadas pela ideologia dominante. O marxismo já nos disse que o ser humano vem tratando a mercadoria como produto de adoração e não mais como produto humano, fazendo com que elas percam a sua utilidade atual e recebam atribuição de um valor simbólico. Assim, o sujeito não compra mais algo pelo aspecto real do produto, mas sim pelo seu valor transcendental, e os trabalhadores homossexuais, pela sua atividade, estão sendo mediadores no processo da venda dessas mercadorias compradas pelo público consumidor.

ENUNCIADO 2:

Então, independente. Às vezes, alguns trabalhadores quer(em) política mensal específica, assim, porque existe (a) questão das metas. Nossos funcionários, super amigos, falam aberto (da) "LOJA" (pois) parte (que) vida: vender produtos.

O segundo enunciado foi resultado dos núcleos que demonstraram, basicamente, o movimento do pensamento do empregador sobre o que leva os empregados homossexuais a venderem os produtos da loja. Os núcleos indicam que a existência de uma política de metas mensal é o que incentiva os vendedores a venderem os produtos, independente de tratá-los, disfarçadamente, como colaboradores da empresa ou como amigos de quem os emprega. O que interessa realmente ao empregador é o lucro e sempre soubemos disso, agora, o que interessa aos trabalhadores homossexuais parece que é bater as metas de venda e, assim, melhorar o seu salário mensal (**Então, independente. Às vezes, alguns trabalhadores quer(em) política mensal específica, assim, porque existe (a) questão das metas**). Era de se duvidar que os trabalhadores homossexuais se sentissem valorizados pela sua atividade de trabalho e que, em relação à homofobia, buscassem conquistar tratamento igualitário, mas, percebe-se que enquanto classe social – proletariado -, eles denunciam a exploração e a opressão do sistema produtivo capitalista, que almeja unicamente o lucro e o acumulo de riqueza pela apropriação da mais-valia.

Os núcleos da primeira frase do segundo enunciado apontaram que o empregador considerou a importância de que os trabalhadores homossexuais possuem no aumento das vendas e do seu lucro mensal e, mesmo dizendo que a empresa tem uma política que respeita as diferenças, há sim uma preferência em contratar homossexuais não para promover a superação do preconceito homofóbico.

A aceitação de homossexuais pelo capitalista acontece por motivo de ordem econômica, ou seja, é a velha história do: “eu aceito o homossexual, desde que”, ele gere lucro, desde que ele venda muitos produtos, desde que o público consumidor compre mais os produtos, e desde que o lucro do capitalista aumente cada vez mais. Para isso, o trabalhador homossexual tem que cumprir a política mensal da empresa que é composta encima de plano de metas.

Já discutimos esta questão de plano de metas anteriormente, sendo que alguns núcleos mostraram esse movimento de que os trabalhadores homossexuais são contratados e mantidos na loja para venderem os produtos, buscando, assim, cumprir os objetivos traçados em planos de metas (**Então, independente**). A ideia que temos com estas duas palavras é a de que, independente de o empregador considerar os homossexuais como bons trabalhadores ou não, tentando não discriminá-los, mas, a sua preocupação se dá com a venda dos produtos da loja. E, para o empregador, também é da mesma forma: que os trabalhadores vendam mais para que o seu lucro seja cada vez maior.

Desde o momento que o papel do Estado se fez mais decisivo para intervir e planejar a economia, e isso com a instalação do plano de metas, a burguesia industrial e partidos políticos vieram buscando a desnacionalização da economia brasileira, e isso permitiu o desenvolvimento de novas relações de trabalho empregado.

A construção dessa estrutura de trabalho substanciou, principalmente, o terceiro setor econômico e organizou a produção de seus serviços. Para cumprirem suas funções e produzirem o seu trabalho, os vendedores acabam tendo que atingir objetivos almejados pelos empregadores para, assim, receberem o seu salário. Podemos pensar o plano de metas também como uma maneira de o capitalista conseguir explorar ainda mais a mão de obra do

trabalhador, afinal, os objetivos impostos podem ser constantemente modificados, para que os empregados produzam mais do seu trabalho sem receberem por isso, a não ser que alcancem as novas metas alteradas.

Sabemos que existem lojas onde o vendedor recebe um salário mínimo ou algum dinheiro que, de tão pouco, nem a um salário pode ser comparado e que, para conseguir receber o mínimo real para se sustentar, ele tem que se submeter a um plano de metas, ou seja, dessa forma, o empregador deixa claro que o salário do empregado dependerá do seu esforço para cumprir as metas de venda estabelecidas. Com isso, trabalha-se mais e se ganha ainda menos, além de trabalhar com a ideia de que só receberá dinheiro em função do seu esforço por vender.

No caso dos vendedores homossexuais, devemos considerar, também, a influência do preconceito contra eles. É claro que não é só isso, mas, o capitalismo, a partir da homofobia, sempre colocou os homossexuais numa posição de descarte de mão de obra, ampliando o exército de reserva, os desempregados. Alargando o exército de reserva de mão de obra, contribui-se para manter e/ou reduzir os salários de trabalhadores, abaixo das suas necessidades, e, também, cria-se uma massa de sujeito disposta a ser inserida imediatamente nos processos produtivos. Com os homossexuais, essa realidade sempre existiu,colocando-os à disposição dos capitalistas, a qualquer momento para serem explorados mediante as requisições existentes.

Agora, está acontecendo um movimento distinto, mas, que o objetivo é o mesmo: atender interesses de classe dominante. Devemos considerar, então, que as condições adversas de trabalho podem estar sendo mais bem aceitas pelos homossexuais como, por exemplo, a submissão deles por salários ainda mais precários e a mecanismos de exploração ainda mais eficazes.

Sendo assim, através dos núcleos do pensamento do empregador, vimos que o motivo para os empregadores inserirem homossexuais no mercado de trabalho é realmente econômico, e isso não faz com que o capitalista supere o preconceito homofóbico, uma vez que a homofobia, sendo um preconceito, tem as suas raízes na cultura.

Além disso, conforme os núcleos do pensamento, o movimento real da consciência do empregador é de que a convivência com os homossexuais se dê em determinadas circunstâncias, que atendam aos interesses de classe

dominante, mas, se em outras circunstancias, esses mesmos sujeitos deixarem de ser úteis à manutenção do capital, eles podem sofrer mais intensamente a manifestação do preconceito contra eles, e a qualquer momento, da mesma forma que acontece com os homossexuais, isso pode acontecer na vida de qualquer pessoa.

Psicologicamente, verificamos que o motivo dado pelas perguntas, elaboradas para serem afetos desencadeadores da atividade psicológica, é somente o fator inicial que provoca o processo da enunciação verbal. Isso, porque, o motivo em si mesmo ainda não possui conteúdo determinado. É com a constituição do projeto da alocução que se determina o conteúdo da enunciação. Vimos que, psicologicamente, essa etapa é caracterizada como a da formação do sentido subjetivo geral da futura enunciação. E que, sempre nessa etapa, o sujeito precisa transformar esse sentido subjetivo em um sistema de significações verbais, desenvolvidas e compreensíveis para todos.

Ainda que as pessoas saibam qual é a idéia que está na base da alocução, ela é uma formulação psíquica de difícil manifestação, mas, precisamente é ela que determina o projeto da enunciação. Sabemos que teoricamente, e vimos aqui demonstrado, que o processo de passagem da idéia ao discurso é um fenômeno complexo: o pensamento não se materializa, mas, ele passa por uma série de etapas em que se forma ou que se realiza na linguagem.

A análise gráfica e as caracterizações sociais e indivuduais que alcançamos na interpretação, confirmaram que o problema psicológico fundamental da inter-relação entre o pensamento e a linguagem é o da passagem do sentido subjetivo - representação simbólica individual -, ainda não verbalmente formulada, e que é compreensível somente para o próprio sujeito, para um sistema de significados verbalmente formulados, e compreensíveis para qualquer interlocutor que se constitui na alocução verbal.

Assim, relembramos que, na realidade, aquilo que o sujeito quer formular em sua enunciação já lhe é conhecido. O problema consiste somente em como elaborar esta enunciação e em como transformar o sentido primário e subjetivo em um sistema de significações verbais, desdobrado e compreensível a todos. Esse processo se realiza com a ajuda da linguagem interior, que constitui a etapa seguinte na formação da enunciação verbal.

Nas primeiras etapas, a linguagem interior se dirige ao interlocutor, e nas seguintes a si mesmo. A formulação da linguagem interior surge da passagem da linguagem exterior fragmentária a uma linguagem sussurrada e, depois, transforma-se em linguagem para si, adquirindo um caráter dobrado.

Na sua composição morfológica, a linguagem interior se diferencia da externa por possuir um caráter abreviado, amorfo e, por sua característica funcional, ser principalmente predicativa. A linguagem interior inclui em sua composição somente palavras isoladas e seus enlaces potenciais. Assim, é essa conservação dos enlaces, proporcionados pela significação, os laços do registro semântico primário na linguagem interior, que serve de base para a alocução verbal desdobrada. Conseqüentemente, a linguagem interior, apesar de abreviada e disforme, conserva a possibilidade de se desdobrar novamente, transformando-se em linguagem exterior sintaticamente organizada.

No processo da interpretação dos dados da Análise Gráfica, a tentativa é sempre de recompor esses processos, que são realizados pelos sujeitos que falam conosco e para nós, pois, são os recursos para materializarmos os pensamentos e as emoções e, assim, sabermos sobre os nossos interlocutores, mas, também, de nós mesmo. Esta interpretação é o que reconhecemos como o trabalho do Psicológo, sendo este profissional responsável em se utilizar de uma ciência de forma crítica.

Até aqui, seguiu-se a lógica de se analisar os dados desta pesquisa a partir dos significados culturais da homossexualidade, os quais levam à homofobia e suas manifestações. Após essa discussão, apontamos, também, os resultados construídos a partir da Psicologia da Libertação, de Ignácio Martín-Baró.

Conforme Chauí (1982), a capacidade crítica da ciência é de extrema importância para a compreensão do fenômeno analisado. A ciência quando crítica torna-se capaz de perceber o movimento histórico da realidade. Caso ela não for assim, acabará, na maioria das vezes, apenas descrevendo o movimento histórico sem entendê-lo na sua essência, não identificando as múltiplas determinações que criaram o fenômeno, e impedindo o sujeito de compreendê-lo. É importante que a psicologia critique posições teóricas que transformam as ciências em um instrumento ideológico capaz de justificar a realidade e mostrar como naturais os fenômenos históricos e sociais.

Assim, a Psicologia da Libertação reconhece que a realidade do mundo decorre da oposição entre polos antagônicos que o constituem, e cuja relação gera o novo. Esse entendimento dialético da realidade permite entender que a burguesia e o proletariado são os polos antagônicos fundamentais do capitalismo, e os seus enfrentamentos, conhecidos como luta de classes, são suscitados pela defesa dos seus interesses, que movimentam a constituição histórica da humanidade.

A gênese desse enfrentamento está no processo produtivo do capitalismo, cuja divisão social atribuiu o esforço para a elaboração dos produtos aos que ficaram sem a posse dos meios de produção. Assim sendo, os trabalhadores, que constroem a realidade humana, material e subjetiva, não têm como controlar a produção das suas próprias vidas. Esse modo de produzir se repete em todas as etapas: na produção, circulação e consumo das mercadorias.

Pela lógica liberal do capitalismo, o trabalhador não detém os meios de produção, nem os instrumentos necessários para produzir e, muito menos, possui capital. Por isso, ao vender a sua força de trabalho, ele é explorado pelo burguês, que se apropria de todo o excedente produzido – apropriação de mais-valia.

A força de trabalho do sujeito empregado, quando vendida por salário, torna-se uma mercadoria. Como qualquer mercadoria, o trabalho utilizado na sua produção agrega valor ao produto final. Este produto final será vendido, pelo capitalista, conforme as determinações do mercado. Como não é suficiente ao capitalista que o valor da venda final seja igual ao valor investido na produção do produto, ele, para obter lucro, exige uma quantidade maior de força de trabalho do trabalhador, a qual não será paga, obrigando-o a trabalhar para além do valor que receberá, conforme estabelecido no contrato de emprego.

Esse conflito existente entre força de trabalho e apropriação do seu excedente atenua-se pela disseminação da ideologia construída acerca dos fenômenos socioculturais como os preconceitos, por exemplo, dentre eles a homofobia. Para manter o controle sobre as relações produtivas determinantes da vida social, a classe dominante dos meios de produção também controla os meios de manutenção da ordem hegemônica. Isso se dá, principalmente,

através de instrumentos ideológicos, utilizados para intensificar a exploração dos trabalhadores. Assim, promovendo os diversos tipos de preconceitos por instituições sociais controlas por ela, a burguesia pode manter e estimula a rivalidade entre heterossexuais e não heterossexuais, entre brancos e negros, mulheres e homens, pobres e ricos, entre outros.

Essa rivalidade promovida pelos preconceitos possui, para o sistema capitalista, a função de fragmentar a classe trabalhadora e ampliar o controle de sua produção e vida social pela classe dominante. Assim, sendo coerente não só com a Teologia da Libertação, mas, principalmente com o marxismo, Martín-Baró (1989a) destaca que são as transformações provocadas pelos movimentos dos homens na natureza, que permitem a manutenção das suas vidas. Porém, como esses movimentos são planejados para atingirem um resultado determinado pelas necessidades humanas, eles se tornaram trabalho, o quê Martín-Baró confirmou em sua Psicologia como a principal atividade que constitui o ser humano. Por consequência, o trabalho e todas as suas exigências e implicações interferem nas determinações sociais das características sexuais dos seres que irão trabalhar ou usufruir do trabalho alheio.

Portanto, considerando o trabalho humano na sua íntima relação com a ordem política burguesa, estabelecida na sociedade capitalista, as características psíquicas das pessoas e os comportamentos humanos são articulações dessa ordem social. Ou seja, os sujeitos, suas características sexuais e psicológicas, bem como as suas atividades no processo de trabalho devem ser analisada como “mediaciones políticas y/o como processos que influyen en el orden político de un país” (MARTÍN-BARÓ, 1989b, p.19). O que reflete a constatação que:

> Es un hecho que el poder social fundamental se genera en las relaciones económicas y, por tanto, en el proceso de distribuir socialmente el trabajo. Si el poder se fundamenta en los recursos de que disponen los grupos y personas para sus relaciones en las diversas áreas de la vida social, es obvio que el ámbito laboral contituye la mina política por excelencia, y ello tanto en términos grupales como en téminos personales. Las classes sociales se configuran en su relación mutua frente a los medios de producción en el proceso de dar respuesta a las necesidades humanas. Y en ese mismo proceso las personas se van desarrollando o estancando, realizando o alienando, humanizando o deshumanizando (MARTÍN-BARÓ, 1989b, p.19).

Desse modo, o comportamento no trabalho humano aparece, em sua dimensão ideológica, como produto e canalização das forças sociais de acordo com os interesses do modo de produzir a sociedade. No capitalismo, esses interesses são os da classe burguesa e, dentre eles, um é o de fragmentar a classe trabalhadora, através de aparatos como, por exemplo, a discriminação das pessoas, que estabelece e reproduz a diferenciação classista; a marginalização e o desemprego.

Esses interesses ajudam na manutenção da obediência e concordância dos sujeitos sexualmente diferenciados tal como na dos trabalhadores, porque ampliam o grupo que compõe o exercito de reserva que dá estabilidade ao sistema produtivo; e, por fim, a alienação de todos para garantir a exploração da força de trabalho para ampliar as margens de lucro. Essa opressão exercida pela classe dominante sobre a classe dominada se dá pela influência do Estado, tanto por constructos de convicções quanto de coerção.

O sujeito trabalhador, tal como os que são sexualmente diferentes do modo convencional de lidar com a humanidade, que é apresentada como um conjunto de sete bilhões de sujeitos composto normalmente por homens e mulheres; tornam-se, assim, parcial ou totalmente alienados dos seus interesses. Portanto, ficam concordantes com os interesses burgueses, que promovem a ideia de que a heterossexualidade é a única condição natural de vida sexual existente no universo.

Sabe-se que na sociedade capitalista, a dinâmica empregatícia e a contratação de pessoas no mercado de trabalho decorrem da exigência de reprodução do capital, pois, os empregos são ofertados com o intuito de ampliar o lucro dos capitalistas em suas organizações (CODO, SORATTO, VASQUES-MENDES, 2004). Tais relações foram examinadas no Terceiro Setor da economia, o qual abrange não só o comércio em si, mas, também, outras atividades em que o trabalhador aplica a sua força de trabalho para fornecer serviços que se fazem úteis ao consumidor.

Esse setor da economia se diferencia dos demais, pois, ele não se restringe ao uso de instrumentos e objetos materiais, mas se estrutura a partir das relações interpessoais e da capacidade intelectiva. A partir desta questão, Roggero (s.d) argumenta que:

> [...] a hipótese de que o Setor terciário guarda uma racionalidade que interessa ao capital do ponto de vista de revisão, manutenção ou alteração dos conteúdos culturais das sociedades. Desse ponto de vista, não importa o quanto tal Setor possa ser economicamente rentável [...] o que importa é que ele se mostra útil às transformações culturais que possibilitem a produção e reprodução do capital (ROGGERO, s.d, p. 7).

São para esses interesses, que os trabalhadores vêm sendo utilizados nesse setor, sendo que a exploração deles ocorre não só a partir da atividade de trabalho vendida, mas, também, das características que os trabalhadores apresentam em si para exercerem tais atividades. Portanto, as características dos trabalhadores serão preferidas ou não conforme as exigências do mercado de trabalho para a manutenção do capital.

Conforme Sennett (1998), a modificação do valor das mercadorias no processo da venda só foi possível devido à aplicação do mercantilismo, que possibilitou aos estabelecimentos comerciais a existência de preços flutuantes nas mercadorias vendidas. Conforme apontado no segundo capítulo desta pesquisa, apesar de o setor terciário manter relação com os outros setores da economia, especialmente o Setor Industrial, é nele que o capitalista consegue ampliar bastante o seu lucro, através da utilização de características para além daquelas contidas na mercadoria.

Além disso, há mais facilidade em explorar a mão de obra do trabalhador pertencente a grupos com características particulares, que diferem seus membros dos padrões culturalmente estabelecidos como naturais, tornando essas pessoas aptas a comporem o exército de trabalhadores de reserva.

Sendo assim, como os vendedores são o principal mediador do processo de venda que interfere no valor da mercadoria, os homossexuais, ao serem inseridos no comércio, além de se destacarem nas venda devido à valoração de suas características, eles também compõem um grupo historicamente oprimido e violentado, podendo ser trabalhadores constantemente mais explorados devido à ameaça que sofrem de voltarem à condição de desempregados. Isso não acontece somente com os trabalhadores homossexuais, mas também com as mulheres, os negros e outras pessoas de grupos politicamente minoritários.

No segundo capítulo dessa pesquisa, também foi discutido o fato de que os empregadores vêm elaborando um perfil desejado de vendedor, e que esse

perfil “inclui-se habilidades mais amplas que lhe permitem (ao vendedor) interagir com o cliente, detectar suas necessidades e apontar as soluções e os produtos mais indicados para o seu caso” (ALMEIDA, 1997, p.145). Apesar de serem exigidas essas habilidades dos vendedores, foi posto que eles também devam ter outras habilidades de cunho pessoal, como boa capacidade de organização, de liderança e raciocínio lógico, inteligência, domínio de situações variáveis, boa comunicação oral, comportamentos que demonstrem paciência com os clientes, interesse pelos produtos que vendem, entre outras. Assim:

> As empresas reestruturadas passam a buscar um profissional mais motivado e engajado, capaz não só de operar sistemas mais caros e supostamente mais complexos de trabalho, mas, também, de dar sugestões, assumir responsabilidades e tomar decisões. Neste caso, o novo perfil parece reunir tanto aspectos cognitivos – que compreendem conhecimentos básicos gerais, [...] – quanto ético-disciplinares, de cunho comportamental, referentes ao processo individual de socialização e de formação de personalidade (ALMEIDA, 1997, p. 145).

Sendo assim, considerando as possibilidades da relação dialética e as transformações que os homens causam na realidade, tal como ao estabelecer as características sexuais humanas, Martín-Baró (2005) se embasou no caráter ideológico e social da determinação da sexualidade humana, sem desconsiderar os aspectos genéticos e biológicos.

A Psicologia da Libertação aderiu a quatro importantes ensinamentos, e esta mesma estrutura nos permite explicar a importância do trabalho dos homossexuais no comércio neste contexto de crise estrutural do capitalismo, que vem forçando as demissões, mas, contraditoriamente, força a contratação de outros trabalhadores específicos. Assim, Martín-Baró (2005) nos mostra que: (a) o fenômeno é antes de tudo um processo histórico; (b) é também um processo conflitivo; (c) de natureza grupal ou coletiva; e (d) ele se constrói a partir de uma identidade social.

Por esses preceitos e tendo como causa primeira a fundamentação teórica e metodológica do materialismo histórico-dialético, Martín-Baró (2011) pôde recuperar questões importantes que trouxe para a psicologia latino-americana, tais como as indagações e respostas não tradicionais sobre as identidades sexuais e a função do trabalho para os humanos. Portanto, vinculando diretamente ao principio da transformação como movimento

necessário para a manutenção da vida, foram elaboradas as suas ressalvas, que fundamentaram a recuperação do princípio que toda a diferenciação dos humanos, inclusive as sexuais, deve ser considerada como algo normal e até mesmo desejável. Isso, porque essas distinções acabam por expressar a diversidade de processos dos quais o ser humano deriva e que está apto a realizar ao longo da história da sua existência.

É importante perceber que, conforme explicado no capítulo quatro, as características da homossexualidade foram apropriadas pela lógica produtiva de maneiras diferentes. Através dos determinantes econômicos predominantes de cada período histórico, ora houve a discriminação evidente dos homossexuais no processo produtivo, bem como nas relações sociais, ora, quando necessário, deu-se o velamento do preconceito homofóbico para utilizá-los em circunstâncias específicas. Esse movimento histórico de exaltar ou disfarçar o preconceito homofóbico e as características da homossexualidade sofre influência da ideologia dominante que medeia as relações sociais no processo de constituição do sujeito.

Muitas dessas mediações acontecem por importantes instituições sociais, políticas e econômicas, sendo que essas mediações institucionais possuem caráter ideológico na atribuição de representações estabelecidas conforme as relações sociais de manutenção da sociedade, que, atualmente, está estruturada pelo sistema de produção capitalista. Assim, tais mediações ideológicas acontecem pela ação da igreja, da escola, do poder jurídico, entre outras, que distorcem os fatos da realidade e escondem as contradições existentes na sociedade. Essas contradições são geradas conforme o desenvolvimento dialético da história (LANE, 1987b).

A religião, por exemplo, cria condições e justificativas para o fomento da homofobia, além de ser um dos pontos fundamentais que estrutura o conservadorismo presente na reação ideológica e política das mudanças da realidade. Sendo assim, apesar de a religião já ter condenado os homossexuais a hereges, perseguindo-os e condenando-os com punições severas, ela também, em períodos históricos distintos, já os considerou seres especiais por possuírem características de ambos os sexos, tornando-os seres capazes de exercerem a função de sacerdotes, responsáveis pela comunicação sagrada entre o divino e os homens na terra.

Na história da cultura ocidental, verifica-se que a relação homossexual já serviu a interesses específicos de algumas sociedades, como Roma e Grécia, por exemplo – e que diferem dos interesses capitalistas. Naqueles períodos históricos, as pessoas também existiam no grupo social conforme a posição de classe que ocupavam na sociedade, e as manifestações da homossexualidade possuíam uma função específica e condições particulares para serem aceitas socialmente. Assim, as práticas homossexuais atendiam a conflitos inerentes àquelas sociedades, sendo inseridas como atividades desejadas, tanto na educação quanto em questões de fascínio estético, por exemplo.

Somente com o advento do cristianismo que as práticas homossexuais passaram a ser condenadas e os seus praticantes perseguidos devido à necessidade de aumentar a população para garantir o aumento da produção. Portanto, o movimento histórico da humanidade mostra que no seu processo constitutivo, a manifestação da homossexualidade foi sendo permitida ou condenada conforme motivos inerentes à manutenção de cada sociedade.

Por essa constatação histórica de que os homossexuais ora são perseguidos ora são cultuados como seres especiais, e que carregam em si características específicas tanto da masculinidade quanto da feminilidade, foi que nós verificamos que, atualmente, devido a essa representação dos homossexuais, os empregadores passaram a diferenciá-los para contratá-los como vendedores. Assim, os homossexuais, por possuírem características necessárias ao processo de vendagem, tanto as masculinas quanto as femininas, tornaram-se, no presente momento do capitalismo, trabalhadores preferidos pelos capitalistas para serem inseridos no Setor Terciário da Economia.

Por serem homossexuais, tais trabalhadores representam características consideradas masculinas, como a abordagem incisiva e agressiva que é necessária ao processo de venda, mas também, carregam características representativas das mulheres como, por exemplo, em atitudes que demonstram afetividade e sensibilidade, oferecendo vantagens no trato com as pessoas consumidoras. Essa constatação é confirmada tanto nas pesquisas citadas na introdução deste trabalho, quanto no próprio enunciado do empregador: (O) publico acha mais seu colaborador, muito.

Verificamos, então, que o significado cultural da homossexualidade está estruturalmente inserido na realidade latino-americana através do entendimento cultural e histórico das características da sexualidade humana, envoltos em padrões de homem e mulher, o que Martín-Baró (2005) denomina de tipificação sexual.

Esta tipificação sexual decorre de um processo de aprendizagem:

> [...] pelo qual o indivíduo adquire padrões de conduta sexualmente tipificados: primeiro aprende a *distinguir* entre estes padrões; depois a *generalizar* estas experiências concretas de aprendizagem para situações novas, e, finalmente, a *praticar* tais condutas. O processo inclui ainda o condicionamento direto ou indireto de muitos estímulos que adquirem valor diferenciador e provocam nos sexos respostas emocionais e atitudes diferentes." (Mischel, 1942, pág. 38). Deste modo, os indivíduos adquirem condutas sexualmente tipificadas, ou seja, aquelas que acarretam diversas consequências para os indivíduos de sexos diferentes. Certos movimentos corporais são considerados como próprios da mulher e as tornam mais atraentes, porém acarretam a rejeição quando são executados por um homem; se trata de gestos sexualmente tipificados (MARTÍN-BARÓ, 2005, p. 169-170).

Assim, esse processo de aprendizagem cultural, das características sexuais do homem e da mulher, é uma das formas que diferenciará o sujeito no meio social. Essa diferenciação sexual do sujeito pode ser utilizada para oprimi-lo, caso ele manifeste condutas sexualmente tipificadas do sexo oposto, como ocorre, por exemplo, com os homossexuais, que são discriminados por manifestarem comportamentos e atitudes considerados como próprios do sexo contrário ao seu.

Martín-Baró (1985) esclarece que, na realidade dos povos da América-Latina, esses padrões tipificados da sexualidade humana determinam as relações sociais, bem como a atividade constituinte dos processos psicológicos. Tais padrões – masculino e feminino - são construções sociais e vêm sofrendo modificações no processo histórico de constituição dessa sociedade. Além disso, na cultura latino-americana, esses padrões sexuais se estruturam a partir da crença predominante de que apenas a heterossexualidade corresponde à natureza humana.

Assim, promove-se a ideia de que as pessoas não heterossexuais são seres inferiores devido à imposição social de que todas as relações sexuais devem acontecer apenas entre sexos distintos para fins de reproduzir

exemplares da espécie. Essa crença, instalada na nossa cultura machista, tem por sustentação o heterosexismo, que possui um significado de tornar a heterossexualidade monogâmica e reprodutiva para definir normas específicas de práticas sexuais e, consequentemente, considerar outras práticas diferentes destas como desviantes. Esse entendimento de heterosexismo tem proximadade com o que Martín-Baró (1985) nomeia de Síndrome do Macho.

> [...] he caracterizado al tipo machista con cuatro rasgos: (a) fuerte tendencia y gran valoración de la actividad genital (el macho es "muy gallo"); (b) frecuente tendencia hacia la agresividad corporal (el macho "las puede"); (c) una sistemática actitud de "valeverguismo" o indiferencia frente a todo aquello que no se relaciona claramente con sua imagen de "macho" (al macho "le vale v." todo lo que no se relaciona com faldas o violencia); (d) el "guadalupismo", es decir, una hipersensibilidad respecto a la figura idealizada de la madre y todo lo que se relaciona con ella (MARTÍN-BARÓ, 1985, p. 166)

Nesta síndrome de machismo, há um componente característico que afirma a presença de agressividade, que pode se fazer presente até mesmo no próprio comportamento sexual do homem, mas, também, em situações independentes desse. É exigido socialmente que o macho esteja sempre preparado para enfrentar situações adversas com agressividade, estar sempre armado para combater o perigo, além de ser sempre forte e viril em sua aparência e em seus comportamentos. Assim:

> El hombre con complejo de macho considera que la virilidad consiste fundamentalmente en una "genitalidad" de la vida: el hombre es más hombre cuanto más macho, cunto más desarolle su sexualidad genital [...] la genitalidad queda caracterizada por estos dos factores: actividad sexual y agressividad. El macho es el hombre que se comporta de una manera sexual y de uma manera agressiva (MARTÍN-BARÓ, 1968, p.39).

Nota-se que a síndrome machista apresenta caráter discriminatório e tem como consequência o fato de a discriminação, como toda forma de opressão, ser desumanizadora tanto para o oprimido como para o opressor. Nesse sentido que os homossexuais masculinos buscam apresentar comportamento e atitudes condizentes a esse padrão cultural de macho, e esconder qualquer manifestação comportamental que faça referência à mulher, na tentativa de não sofrerem as manifestações homofóbicas, afinal, se apresentarem comportamentos tidos como femininos, eles são discriminados.

Como os elementos ideológicos dominantes, numa sociedade estruturada pela divisão de classes, regulam as diferentes formas de manifestar a sexualidade, a síndrome do machismo funciona como “una forma concreta como los interesses de la classe dominante canalizan su domínio social y lo justifican como inherente a la naturaleza humana, mediante la definición social de los valores que deben caracterizar al indivíduo viril (MARTÍN-BARÓ, 2005, p. 77).

Portanto, acompanhando esta sexualidade exacerbada e a agressividade contínua do homem macho, existem os elementos afetivos que estruturam o horror profundo por tudo aquilo que possa implicar no homem a delicadeza, a sensibilidade e as manifestações emocionais. Tais elementos estariam associados à fragilidade e às debilidades femininas, sendo que apenas as mulheres estariam aptas para expor suas emoções e se comportarem de maneira delicada. Perante as situações que envolvam tais elementos emocionais, o homem macho se mostrará incapaz de viver essas situações na sua vida, ou pelo menos acreditará nisso.

Frente a todo o padrão machista, estabelecido socialmente:

> [...] se encuentra una mentalidad sobre la mujer: La mujer es básicamente inferior al hombre, inferior en cuanto ser humano. Es decir que la mujer es, según esta mentalidad, un ser humano de segunda categoría. Por lo tanto, el valor de la mujer está en función del hombre quien cuenta ante la sociedad, mientras que la mujer ha de resignarse a un papel meramente casero. Por otro lado, se parte del presupuesto de que la mujer vale muy poco intelectualmente y de que sus posibilidades en el campo mental son muy limitadas (MARTÍN-BARÓ, 1968, p.40).

Sendo assim, a Síndrome do Macho existe na cultura latino-americana, tendo relação com a existência de outra síndrome, que Martín-Baró (1985) define como a Síndrome da Fêmea ou também chamada de *Hembrismo,* caracterizada pelos seguintes aspectos:

> [...] (a) la subordinación instrumental frente al macho: la realización de la mujer sólo es concebida mediante el servicio all hombre y la procreación y educación de sus hijos; (b) la exigencia de virginidad y enclaustramiento; mientras es soltera, la mujer debe reservarse intacta para un hombre, y una vez casada, debe permanecer dedicada integralmente a sua hogar. Frente a la genitalidad, la mujer debe llegar virgen al matrimonio, ya que compete al marido llegar con experiencia sexual y así moldear a sua esposa en esse aspecto; (c) el

> cultivo de la sensibilidad y de la afectividad; puesto que la hembra es de inteligencia inferior, a ella no le compete enfrentar y resolver los problemas objetivos, sino cultivar la emotividad y el sentido de las realidades subjetivas; (d) el conservadurismo y la religiosidad: a la hembra le compete conservar vivas em la familia las tradiciones culturales y espirituales, y así mantener religadas la familia con los parientes (vivos y defuntos) así como con Dios (MARTÍIN-BARÓ, 1985, p. 166).

Martín-Baró (1968) ainda lembra que os termos macho e fêmea correspondem a uma determinação para diferenciar os animais e que, portanto, utilizar esses termos para se referir ao ser humano seria o mesmo que tratá-lo por aspectos exclusivamente biológicos, equiparando as suas características às dos animais. Isso pode ser notado a partir do momento em que é feita a distinção entre a sexualidade e a genitália humanas.

Enquanto a genitália se refere ao aspecto biológico – órgãos genitais do homem e da mulher, tanto em seres humanos quanto em animais – organizados para a reprodução da espécie; a sexualidade humana, ao contrário, é parte da determinação psicológica que permite a constituição humana. Assim, ser homem ou mulher é a realidade de uma dialética interpessoal em que o sujeito contém em si as determinações socioculturais, pois, a masculinidade e a feminilidade não podem ser consideradas como características excludentes (MARTÍN-BARÓ, 1968).

Assim, tanto a masculinidade quanto a feminilidade são construções socioculturais que vão se constituindo, diferentemente, em cada período histórico. A cultura determina a valorização das características femininas e masculinas, conforme as necessidades produtivas de cada sociedade. Essas características vêm sofrendo modificações no movimento histórico da humanidade, delimitando a constituição da sexualidade humana e a desvalorização de características que não condizem aos padrões sexuais estabelecidos. Portanto, as características da sexualidade humana, dentre elas as da homossexualidade, não estão cristalizada na cultura, mas, pelo contrário, são utilizadas conforme o movimento histórico de cada sociedade por determinações culturais.

Tais determinações se apresentam numa superestrutura, que tem relação dialética com o modo de produção concreta da existência humana – infraestrutura. As duas estruturas sociais medeiam as funções intra e

interpsicológicas. Esse conjunto de ideias e valores que regulam as interações sociais deriva do conflito existente entre as duas classes sociais: burguesia e proletariado. Tal conjunto de ideias é elemento da superestrutura, construídos para a proteção do conjunto das relações de produção. A sua função é apresentar à classe trabalhadora o entendimento da realidade próprio da burguesia e, assim, manter os trabalhadores ignorantes de si mesmo e dominados pelas relações econômicas que constituem a infraestrutura para reforçar os interesses da classe dominante.

Entretanto, a relação existente entre infraestrutura e superestrutura não se configura como uma relação causal mecânica, mas sim, de causalidade dialética. Portanto, a superestrutura influencia na infraestrutura, ainda que as mediações sejam estruturalmente favoráveis a esta última.

A partir dessa relação de mútua influência, que a Psicologia da Libertação destaca as contribuições que se pode fazer para que os sujeitos entendam que a diferenciação de um grupo de pessoas com características particulares poderia ser tomada como condição a ser usada pelos interesses dominantes, para manutenção do capital. Isso, porque os apontam como aptos ao exercito de reserva de trabalhadores. Porém, podemos partir dos instrumentos superestruturais para demonstrar que se diferenciar é a regra para todos os seres vivos.

Entendida esta lei sócia histórica de determinação primeira do modo de produção da vida material nos processos da vida sociopolítica, considera-se, também, o processo inverso, que parte da influência superestrutura na infraestrutura: condiciona-se o processo da vida social, naturalizando as diferenças apoiadas nas instituições religiosa e familiar, e também na mídia, pois, estamos lidando com constructos ideológicos que incidem, inclusive, na própria constituição das identidades sexuais.

Antes de realizarmos a entrevista, perguntamos às pessoas sobre o que pode levar alguém a preferir o atendimento de vendedores homossexuais a heterossexuais, as principais respostas foram as de que os homossexuais sabem vender melhor o produto e que, por serem mais sensíveis, eles acabam tratando as pessoas com mais educação, respeito e atenção. Além disso, quase todas as pessoas responderam que os homossexuais entendem mais de moda, possuem bom gosto e que toda mulher deveria ter um amigo gay.

Assim, como pudemos verificar no discurso do gerente da empresa, que adotou como política para a contratação de trabalhadores priorizar condições da sexualidade, e na análise gráfica do mesmo, os homossexuais estão sendo empregados no comércio, porque, nesse setor, a venda dos produtos se dá na relação direta entre o vendedor e o público consumidor. Ou seja, a única mediação estabelecida para concretizar a transação é a do trabalhador homossexual. Assim, pela sua atividade de trabalho, ele medeia a relação direta da venda entre o público consumidor e as mercadorias vendidas por ele, atribuindo a elas valor específico em função do processo da fetichização.

Logo, mesmo que se tenha aumentado a quantidade de vendas *online*, sabemos que o produto comercializado tem o seu valor ampliado quando é vendido não apenas a partir de suas próprias características ou capacidades, mas, também, a partir de todo o contexto da negociação, que, no caso dos vendedores homossexuais, constituiu-se pela atribuição imaginária de habilidades que os fazem melhores entendedores de moda, e pela crença de que eles lidam melhor com o público no contato direto com o consumidor.

Sendo assim, o valor da mercadoria vendida não se resume apenas ao produto em si, mas também, abrange o modo de vendê-la. Além disso, a eficácia da venda está muito mais relacionada às características atribuídas ao produto durante a sua comercialização, do que a própria utilidade dele. E isso os capitalista já conseguiram entender, pois, o vendedor, sendo o principal mediador na relação direta da venda de mercadorias aos consumidores, será empregado conforme suas características e habilidades.

Tais características e habilidades são valorizadas conforme o direcionamento da ideologia sobre o que se torna mais rentável ao empregador. Assim, o trabalhador que possuir as características valorizadas pelo mercado consumidor, em decorrência da construção de uma crença que as valoriza e as direciona para determinadas pessoas, tornar-se-á preferido para ser empregado pelo capitalista. O que, nesse momento, atribuem-se aos homossexuais, como verificado no primeiro enunciado com os núcleos de pensamento obtidos pela análise gráfica.

Enunciado 1:

É, eu não tenho, a gente, ~~um~~ isso (de) homossexual. (O) publico acha mais seu colaborador, muito. Porém, (a) loja contrata todos (pela) opção sexual. Eles

trabalham hoje também (nas) vendas, fazem (o) mesmo - vai atender tanto contratação até pessoas.

No contexto analisado, a primeira frase mostra os núcleos que expressam um sentido construído para negar algo sobre a homossexualidade ou sobre o homossexual. Logo em seguida, há o reconhecimento de que o público consumidor considera os vendedores homossexuais como trabalhadores mais colaborativos. Lembrando que o público consumidor das lojas de shopping é composto, em sua maioria, por pessoas de elevado poder aquisitivo e que ocupam uma posição específica dentro da sua classe social. Essa posição do sujeito na classe pode condicioná-lo à ideia de que está mais próximo de ser membro da classe dominante, e que, portanto, ele pode pensar que é melhor do que outras pessoas da sua classe.

No capitalismo, a utilização do trabalhador empregado faz com que o sujeito seja avaliado não mais pelo seu valor essencial, enquanto trabalhador ativo que vende a sua força de trabalho e produz algo, mas, apenas pela sua utilidade no sistema produtivo A valorização do sujeito se dá pela capacidade que o trabalhador terá para satisfazer a determinados interesses que, certamente, não são os seus. Mesmo que o sujeito seja tratado no processo mediado constitutivo ora como objeto ora como sujeito, destaca-se a categorização dele como desumanizado e coisificado.

A lógica capitalista é a de que a coisificação – transformação do ser humano em coisa, em objeto – faça com que a pessoa humana seja utilizada como parte ou extensão da mercadoria produzida, para que, assim, facilite a comercialização do objeto. Esse processo de agregar valor às mercadorias através das características apresentadas pelo sujeito que a vende, remete à superestrutura ideológica do capitalismo, que, por exaltar tais características, acaba empregando trabalhadores específicos em função de ampliar a circulação de mercadorias para compensar a retração no comércio.

Conforme Sennett (1998), o êxito das lojas de departamentos na Era Moderna aconteceu devido à transformação dos valores das mercadorias, ou seja, as mercadorias deixaram de representar o trabalho concentrado e não pago aos trabalhadores, adquirindo outro valor que não aquele de seu uso – valor de troca.

Assim, utilizamos o conceito de fetichismo da mercadoria para explicar a mistificação dos produtos comercializados pelo mercado de consumo, destacando que as pessoas passaram a atribuir características humanas às mercadorias e a pensá-las como objetos que independem do trabalho humano para existirem.

Nesse sentido, verificamos que os homossexuais e suas características vêm compondo o fetiche da mercadoria, pois, criou-se a fantasia de que os homossexuais sabem muito sobre moda e sobre tudo o que é adequado para quem quer se destacar no convívio social. Esse ideário criado sobre os homossexuais carrega a ideia de que eles possuem a aptidão inata ou que possuem a facilidade para aprender e/ou desenvolver as habilidades relacionadas às questões de orientação e aplicação da moda.

Dada à representação de que o homossexual domina o saber sobre o consumo correto da mercadoria, isso ocorre quando eles comentam ou indicam um produto ao consumidor, há a crença de que assim o fazem com propriedade, e isso acaba valorizando o produto vendido, tanto como algo desejável para ser consumido quanto como algo que carrega em si um valor sígnico: da capacidade de destacar quem usa ou de quem terá o produto vendido por eles. Com isso, os valores de uso e de troca são ampliados.

Logo, a política de contratação de funcionários delimita o perfil preferido de trabalhador a ser empregado, e mesmo que isso ainda não esteja expresso em documentos específicos, nós verificamos, pela análise gráfica do discurso do empregador, que o capitalista já percebeu que a atividade de trabalho dos homossexuais amplia a circulação das mercadorias.

Além disso, conforme o discurso analisado e o ordenamento dos núcleos - *Eles trabalham hoje também (nas) vendas, fazem (o) mesmo - vai atender tanto contratação até pessoas -,* verificamos que quando inseridos como vendedores no mercado de trabalho, os trabalhadores homossexuais não permanecem restritos apenas às atividades relacionadas à venda de mercadorias, mas, eles acabam sendo utilizados, assim como qualquer trabalhador, em outras atividades de trabalho da empresa.

Portanto, apesar de os empregadores preferirem inserir os homossexuais, como vendedores, no comércio, estes quando inseridos acabam exercendo outras atividades além da vendagem, mostrando que eles

estão sendo úteis ao capitalista também por outras questões. Então, verificamos que os outros núcleos do pensamento do empregador, que estão ordenados no segundo enunciado, mostram que, independente de o vendedor ser homossexual, o interesse do empregador nele é econômico, pois, acima de tudo, ele é trabalhador e, portanto, mão de obra a ser explorada.

ENUNCIADO 2:

Então, independente. Às vezes, alguns trabalhadores quer(em) política mensal específica, assim, porque existe (a) questão das metas. Nossos funcionários, super amigos, falam aberto (da) "LOJA" (pois) parte (que) vida: vender produtos.

Os núcleos mostram que, após estarem atuando como vendedores, o que interessa para os homossexuais é a política mensal de metas, pois, como todo trabalhador empregado, eles acabam entrando da dinâmica do trabalho e se sentindo pertencentes àquele grupo. Logo, aderem como seus objetivos os mesmos daqueles outros trabalhadores não homossexuais.

Além disso, como verificado nos últimos núcleos ordenados nesse enunciado, os vendedores contratados, independente de serem homossexuais ou não, estruturam suas vidas a partir da atividade de trabalho que realizam. O vendedor homossexual, independente da sua sexualidade, não demonstra preocupação se está sendo mais ou menos aceito socialmente por estar empregado, apesar de serem considerados como amigos pelo empregador, mas, assim como qualquer vendedor, assumi o objetivo de que há necessidade dele vender produtos para atingir as metas e garantir a sua existência.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes da exposição das últimas considerações sobre os resultados desta pesquisa, é resguardada uma importante observação: o caráter das considerações finais não compreende o término das discussões acerca do preconceito homofóbico e de suas manifestações, muito menos sobre a homossexualidade. Ao contrário disso, lançamos apenas os elementos que podem direcionar novas discussões críticas sobre o assunto, que ainda tem muito a ser aprofundado na Psicologia Social.

Mas, já podemos afirmar que a peculiaridade psicológica da fala - a enunciação verbal desdobrada – é de que as frases aí incluídas sempre ocorrem em um contexto verbal ou prático determinado, que deve corresponder não somente à idéia daquele que fala, mas também, à atividade daquele que escuta. Conseqüentemente, as frases incluídas em um discurso possuem uma natureza referencial que indica um determinado acontecimento, e, também, um significado sócio-contextual. Esses se constituem na comunicação concreta e só podem ser compreendidos sobre a base do processo de comunicação.

Como em outras formas da atividade psíquica, na atividade verbal devemos separar o motivo que a origina, o objetivo ao qual se subordina e a tarefa que surge, quando este objetivo se dá em determinadas condições. Devem-se separar, na atividade verbal desdobrada, as etapas ou ações dos processos que realizam estas operações.

Constatamos ainda que a atividade verbal depende da formulação do objetivo da enunciação e da tarefa concreta que existe ante aquele que fala: informar a quem recebe a comunicação. Isto exige a utilização da memória e de um complexo sistema que permite identificar o sentido essencial da fala, inibir as relações secundárias e escolher as formulações verbais correspondentes ao motivo colocado.

Avaliamos que o processo psicológico da compreensão da enunciação, de decodificação da informação verbal, inicia-se com a percepção da linguagem externa desdobrada, a seguir passa à compreensão do significado geral da enunciação e logo à compreensão da coerência interna da alocução. Vimos que o fundamental desse processo de compreensão é o reconhecimento

do significado sócio cultural de toda a comunicação, aquilo que constitui sua coerência geral. Daí busca-se seu sentido interno, o que dá à comunicação profundidade e coerência interna. Essas ações são dirigidas pelo contexto da comunicação percebida, sem o qual nem a compreensão do texto, nem a avaliação correta dos elementos que entram em sua composição, são possíveis.

Esperamos ter demonstrado, também, que é insuficiente a compreensão do significado imediato da comunicação, e que é indispensável o processo de individualização daquilo que constitui o sentido interno central da comunicação, para depois se tornarem compreensíveis os motivos existentes por trás das ações das pessoas no contexto dado.

Pudemos demonstrar que o sentido interno da enunciação pode divergir de seu significado externo, e que a compreensão do verdadeiro sentido da alocução, ou de seu subtexto, consiste em não se limitar à descoberta do significado externo da comunicação, mas, em passar ao subtexto profundo. Abstraindo-se este significado externo do texto superficial, passa-se do significado ao sentido e logo ao motivo que está na base da comunicação.

Outro aspecto que consideramos relevante nas análises gráficas dos discursos é que elas confirmam e demonstram que a linguagem e suas estruturas lógico-gramaticais permitem chegarmos a conclusões com base em raciocínios lógicos, sem termos que nos dirigir a cada vez à experiência sensorial imediata. Permite-nos realizar a operação dedutiva, sem nos apoiarmos nas impressões imediatas, utilizando-nos dos meios que ela própria dispõe. Esta propriedade da linguagem cria a possibilidade de existência das formas mais complexas do pensamento discursivo, indutivo e dedutivo, que constituem as formas fundamentais da atividade intelectual produtiva do homem.

O conjunto de combinações lógicas de enunciações verbais, formado no decorrer de muitos milênios de história social, constitui o sistema fundamental de meios que embasam o pensamento lógico do homem.

Além disso, pudemos pensar algumas questões importantes para a prática do psicólogo que trabalha com a psicologia social, de modo a pensar na realidade do povo latino-americano. Sendo assim, tal prática deve ser reflexiva e sempre estar direcionada por um saber que seja crítico à sociedade, que não

deixe de considerar as relações sociais e as determinações políticas e econômicas do mundo, para, assim, se tornar um modo de intervenção psicológica a partir de oposições ao poder.

O psicólogo deve, ao fazer a sua prática profissional, pensar para que e para quem serve a psicologia que aplica, pois, a intervenção do psicólogo acontece a partir da sua prática pensada conforme as exigências mais autênticas dos povos, e que leve a substituir os hábitos violentos, como as manifestações da homofobia, por hábitos mais racionais como a promoção do conhecimento de que a homossexualidade, da mesma forma que a heterossexualidade e/ou a bissexualidade, é comum na nossa espécie, afinal, o que diferencia o valor de uma condição sexual da outra são os interesses sociais dominantes de poder.

Na maioria das vezes, esse saber inserido na práxis cotidiana é estruturalmente inconsciente - parcialmente não conhecido e muitas vezes não refletido pelo sujeito, porque, está, ideologicamente, naturalizado. Assim, acontece de o mundo e as pessoas não serem compreendidos a parti do movimento histórico e dialético, constitutivo tanto do sujeito quanto da humanidade. O homofóbico, por exemplo, na maioria dos casos, não tem a clareza da violência que ele pratica contra os homossexuais, tornando tal preconceito muito perigoso, pois, pode matar uma pessoa simplesmente por ela existir no mundo.

Do mesmo jeito, a caracterização da homofobia e de suas manifestações acompanham o movimento histórico e as determinações concretas de produção da vida humana. Portanto, a homofobia não é um fenômeno estratificado na sociedade, muito menos que não se altera no decorrer do processo constitutivo da humanidade. Pelo contrário, nós vimos que ela possui caráter flexível, pois tem suas raízes na cultura, a qual se modifica e se mostra diferentemente determinante.

Desse modo que o preconceito homofóbico foi e continua sendo utilizado conforme exigências produtivas para manter a ordem social, e que, no presente momento do capitalismo, a homofobia vem sendo manifestada de forma ainda mais velada e sempre mantendo a sua função específica para fins de manutenção do capital.

O trabalho dos psicólogos pode contribuir muito para promover mudanças reais nos processos subjetivos que sustentam as injustas estruturas socioeconômicas. Não compete ao psicólogo atuar para mudar objetivamente as estruturas socioeconômicas de injustiça, que mantém a divisão de classes e as desigualdades e os recursos ideológicos que sustentam a homofobia, mas, é dever dele contribuir para que as pessoas saibam, por exemplo, que a sexualidade humana não se resume à simples divisão binária, a qual classifica as pessoas a partir de dois sexos biológicos – macho e fêmea. Pois, o ser humano, sendo mais complexo que isso, manifestará a sua sexualidade conforme o movimento histórico da sociedade a partir da sua atividade no seu grupo social (Martín-Baró 1996).

Consideramos também que o psicólogo deve se comprometer com uma posição política e social específica. Como Martín-Baró (1996), o psicólogo tem que atuar a favor do povo – da classe trabalhadora - e não da classe dominante para, daí, analisar e intervir na realidade subjetiva das pessoas que têm a sua consciência de mundo alienada (MARTÍN-BARÓ, 1996). Essa opção política custou-lhe a vida, pois, ele foi acusado de subversivo, comunista-terrorista, sendo assassinado pelo governo salvadorenho.

A proposta dessa teoria psicológica para os psicólogos latino-americanos é que atuem de forma a promover a libertação do povo. A libertação como a ação ou efeito de pôr(-se) em liberdade, liberar-se de tudo que o coloca numa posição de desigualdade em relação ao outro, oprimido, vítima de violência, injustiçado e dominado, entre tantas outras características com qualidade negativa que prejudica a todo um grupo social como, por exemplo, a população LGBT.

Entende-se, então, que o psicólogo deve promover a ampliação da consciência dos indivíduos para que eles apreendam a realidade em que estão inseridos e construam estruturas psíquicas para o enfrentamento do que lhe é desfavorável.

Para isso, a noção de uma ciência neutra deve ser criticamente negada, pois toda ação tem conteúdo ético e político, e que, portanto, é uma ação política que deve ser ética (MARTÍN-BARÓ, 1998). Não reconhecendo essas características da sua atuação profissional, o sujeito em suas ações fará apenas a manutenção da ordem já estabelecida, na busca de manter o *status*

quo. Portanto, todo psicólogo tem o dever de contribuir com o desvelamento da realidade social naturalizada pela ideologia dominante, a fim de, em sua prática profissional, libertar o sujeito da ignorância social, bem como promover a luta contra qualquer forma de violência, intolerância, desigualdade e preconceito.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia.** São Paulo: Mestre Jou, 1982.

ADORNO, T. W. **Introdução à "Personalidade Autoritária"**, Nova Iorque: Harper, 1950. Disponível em: <https://bibliotecasocialvirtual.files.wordpress.com/2010/08/adorno-introducao-a-e2809ca-personalidade-autoritariae2809d.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2017

ADORNO, T. W; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALBORNOZ, S. **O que é Trabalho.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

ALMEIDA, M. L. Comércio: perfil, reestruturação e tendências. **Educação e Sociedade,** Campinas, v.18, n.61, p. 139-158, 1997.

ALMEIDA, S. L. **Racismo e Crise**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iJDljVTIn8s>. Acesso em: 1 mai. 2018.

ALVES, A. M. O Método Materialista Histórico Dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia**, São Paulo, v. 9, n.1, p. 1-13, 2010.

ANDERY, M. A.; SERIO, T. M. P; RUBANO, D. R.; MOROZ, M.; PEREIRA, M. E.; GIOIA, S. C.; GIANFAIDONI, M.; SAVIOLI, M. R.; ZANOTTO, M. L. **Para Compreender a Ciência**: uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Editora EDUC, 1996.

ANICETO, K. R. P. Mudanças no mundo do trabalho e as novas exigências de qualificação dos trabalhadores. **Revista Científica Hermes**, Osasco, n.1, p. 49-70, 2009.

ANTUNES, H. **Adeus ao Trabalho?** - ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez, 1998.

ANTUNES, P. P. S. **Homofobia Internalizada**: o preconceito do homossexual contra si mesmo. 2016. 433 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

ASSIS, D. P. R. **A homossexualidade desconstruída em Levítico 18,22 e 20,13**. 2006. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2006.

BARBO, D. A paiderastia sob o historicismo de Werner Jaeger. **Revista e-hum**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 78-87, 2015.

BARBOSA, F. M. **Comunidades eclesiais de base na história social da igreja Cariacica (1973 – 1989)**, 2007, 206 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

BARROS, J. D. O conceito de alienação no jovem Marx. **Tempo Social:** revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 23, n.1, p. 223-245, 2011.

BERGOGLIO, J. M. **Entrevista ao Papa Francisco por Pe. Antonio Spadaro**, 2013a. Disponível em: <http://www.vatican-stg.va/content/francesco/pt/speeches/2013/september/documents/papafrancesco_20130921_intervista-spadaro.html>. Acesso em: 29 abr 2018.

_____. **Papa Francisco fala sobre gays e ganha manchetes pelo mundo**. 2013b. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornalnacional/noticia/2013/07/papa-francisco-fala-sobre-gays-e-ganha-machetes-pelo-mundo.html>. Acesso em: 29 abr 2018.

BLANCO, A. Introducción: la Coherencia en los Compromisos. In: MARTÍN-BARÓ, I. **Psicología de la liberación**. Madrid: Trotta, p. 9-36, 1998.

BLANCO, A; CORTE, L. Psicología Social de la violência: La perspectiva de Ignácio Martín-Baró. In BLANCO, A; CORTE, L. (org.) **Poder, Ideología y Violencia**. Madrid: Trotta, p. 9-62, 2003.

BOAVENTUA, L. H.; FREITAS, E. C. A construção do *ethos* nos discursos do Papa Francisco. **Revista Gragoatá**, Niterói, n. 40, p. 317-338, 2016.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política.** v.1. Brasília: UnB, 1991.

BOFF, L. **América Latina**: da conquista à nova evangelização. 3 ed. São Paulo: Ática, 1992.

_____. **Teologia do Cativeiro e da Libertação**. Petrópolis: Vozes, 1980.

BOFF, L; BOFF C. **Como Fazer Teologia da Libertação**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

BORRILLO, D. Descortinando a homofobia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 583-592, 2012.

BOSWELL, J. **Cristianismo, Tolerancia Social y Homosexualidad**. Barcelona: Muchnik Editores, 1997.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e da

outras providências. **Diário oficial da União [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, de 20 set 1990, Seção 1, p. 18055.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Orientação Sexual. Brasília, DF, 1996.

_____. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem homofobia**: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004a. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2018.

_____. Ministério da Saúde. Portaria Nº 2.227/GM, de 14 de outubro de 2004. Dispõe sobre a criação do Comitê Técnico para a formulação de proposta da política nacional de saúde da população de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais - GLTB. **Diário Oficial [da] União da República Federativa do Brasil**, Brasília, de 14 out 2004, Seção 2, p. 24.

_____. Ministério da Educação. **Gênero e Diversidade na Escola**: formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Brasília, 2009. Disponível em: < http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdf>. Acesso em: 4 mai. 2018.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificações Brasileira de Ocupações**: CBO. 3 ed. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego. v. 3, 2010.

_____. Secretaria de Direitos Humanos. **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil**: ano de 2013. Disponível em: < http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2013.pdf> Acesso em: 13 out. 2017.

_____. Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos – SEJU. Departamento de direitos humanos e cidadania – DEDIHC. **Glossário**: ano de 2016. Disponível em: < http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>. Acesso em: 4 mai 2018.

BRITO, L. L. Medellín e Puebla: epicentro do confronto entre progressistas e conservadores na América Latina. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 111, 2010, p. 82. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/10681/5854>. Acesso em: 13 mar. 2018.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAETANO, V. Discurso, trabalho e construção da identidade homossexual: a linguagem cifrada em diálogo. **Revista L@el em (Dis-)curso**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 102-118, 2014.

CALEIRO, J. P. Como a homofobia prejudica o desenvolvimento econômico. **Exame** – Economia, 2014. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/noticiais/homofobia-prejudica-desenvolvimento-diz-banco-mundial> Acesso em: 25 mai. 2016.

CAMILO, R. A. L. A Teologia da Libertação no Brasil*:* das formulações iniciais de sua doutrina aos novos desafios da atualidade. In: Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais – UFG, 2, 2011, Goiânia. **Anais eletrônicos...** Goiânia: UFG, 2011. Disponível em: <https://anais.cienciassociais.ufg.br/up/253/o/Rodrigo_Augusto_Leao_Camilo.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2017.

CARONE, I. A Dialética Marxista: uma leitura epistemológica. In LANE, S. T. M; CODO, W. **Psicologia Social**: o homem em movimento, 5 ed. São Paulo: Brasiliense, p. 20-31, 1987.

CARNEIRO, N. S. **Palavras em jeito de medo**: expressões linguístico-identitárias da homofobia. Lisboa, 2003. Disponível em: <http://www.psicologia.com.pt/artigos/codigo=A0142&area=d11&subarea=d11B>. Acesso em: 12 abr. 2016.

CERIONI, C. Grandes empresas já são referência global em acolher e promover um ambiente igualitário livre de preconceitos, **Exame**, 2016. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/por-que-empresas-que-contratam-lgbt-sao-mais-inovadoras/>. Acesso em: 1 mai. 2018.

CHAUÍ, M. **O que é Ideologia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

CODO, W; SORATTO, L; VASQUES-MENDES, I. Saúde mental e trabalho**.** In: ZANELLI, J. C; JAIRO, J. E; BASTOS, A. V. B. **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, p. 276-299, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 01/1999, de 22 de março de 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Disponível em: <http://www.crp07.org.br/upload/legislacao/legislacao39.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução nº 489/2006, de 3 de junho de 2006. Estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional. Disponível em:

<http://www.rits.org.br/rets/download/campanhas110707.pdf>. Acesso em: 12 set. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. **Brasil sem Homofobia**: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.

CORINO, L. C. P. Homoerotismo na Grécia antiga – homossexualidade e bissexualidade, mitos e verdades. **Revista Biblos,** Rio Grande, v.19, p. 19-24, 2006.

CORRÊA, P. H. **A classe média no Brasil**. São Paulo, 2017. Disponível em: < http://www.marxismo.org.br/content/a-classe-media-no-brasil-atual/>. Acesso em 18 fev. 2018.

CROCHÍCK, L. Preconceito, indivíduo e sociedade. **Temas de psicologia**, n. 3, p. 47-70, 1996.

_____. Preconceito e inclusão. **Revista do Instituto Cultural Judaico March Chagall**, v. 3, n. 1, p. 32-42, 2011.

_____. Fatores psicológicos e sociais associados ao *bullying.* **Psicologia Política**, v. 12, n. 24, p. 211-229, 2012.

CUATRECASAS, A. **Erotismo no Império Romano**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

DIAS, M. B. **Homoafetividade**: o que diz a justiça! Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

DEZAN, L. C. **Fetichismo da Mercadoria e Inconsciente**: contribuições marxianas e psicanalíticas para uma teoria da ideologia. 2013, 105 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo – São Paulo, 2013.

DOBLES, I. O. **Ignácio Martín-Baró y Psicología de la Liberación**: un desafio vigente, p. 1-30, 2009. Disponível em: <http://www.catedralibremartinbaro.org/pdfs/PCL_DoblesI_UnDesafioVigente.pdf>. Acesso em 10 mar. 2018.

_____Psicologia social da América Central: desafios e perspectivas. Entrevista com o Dr. Ignácio Martín-Baró. **Jornal Costarricense de Psicologia**, San José, p. 8-9, 71-76, 1986.

ESPAÇO SOCIALISTA. **Lutar contra a homofobia e contra o capitalismo**. Organização Marxista Revolucionária, 2011. Disponível em: <http://espacosocialista.org/portal/2011/02/lutar-contra-a-homofobia-e-contra-o-capitalismo/>. Acesso em: 1 mai. 2018.

FERREIA, G. N; BOTELHO, A. Revendo o pensamento conservador. In: _____. **Revisão do Pensamento Conservador**: ideias e políticas no Brasil. São Paulo: Hucitec, v.3, 2010

FLEURY, A. R. D. **Homossexualidade e Preconceito:** o que pensam os profissionais de recursos humanos. 2006, 152 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006.

GARCIA, A; SOUZA, E. M. Sexualidade e trabalho: estudo sobre a discriminação de homossexuais masculinos no setor bancário. **Revista da Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 6, p. 1353-1377, 2010.

GIBELLINI, R. **A Teologia no Século XX**. São Paulo: Loyola, 1988.

GLOBO.COM. **1 em cada 5 empresas não contrataria homossexuais, diz estudo**. Disponível em: <http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2015/05/1-em-cada-5-empresas-nao-contrataria-homossexuais-diz-estudo.html>. Acesso em: 1 mai. 2018.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1993.

GRANGER, G. G. **A Ciência e as Ciências**. São Paulo: UNESP, 1994.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Notícias**: Quem a homotransfobia matou hoje? Assassinato de LGBT no Brasil - relatório 2015. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/2016/01/28/assassinato-de-lgbt-no-brasil-relatorio-2015/> Acesso em: 19 mai. 2016.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Notícias**: Pessoas LGBT mortas no Brasil - relatório 2017. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>. Acesso em 10 mai. 2018

GUIMARÃES, L. E. LANZA, F. **A teologia da libertação e o contexto latino-americano**. In: Escola Nacional de Formação José Adelar Nunes (ENFOJAN), 2, 2015, Fortaleza: PJMP, 2015. Disponível em: <http://www.pjmp.org/subsidios_arquivos/pjmp/enfojan_2015/DOC-7-A-TEOLOGIA-DA-LIBERTACAO-E-O-CONTEXTO-LATINO-AMERICANO.pdf> Acesso em: 11 set. 2016.

GUTIÉRREZ, G. **Teologia da Libertação**: perspectivas. São Paulo: Loyola, 2000.

GUTIÉRREZ, G. **A Força Histórica dos Pobres**. Petrópolis: Vozes, 1981.

IBÁÑEZ, C. L. La psicologia de Ignácio Martín-Baró como psicologia social crítica: una presentación de su obra. **Revista de Psicología General y Aplicada**, Madrid, v.53, n.3, p.437-450, 2000.

IRIGARAY, H. A. R; SARAIVA, L. A. S; CARRIERI, A. P. Humor e discriminação por orientação sexual no ambiente organizacional. **Revista de Administração Contemporânea,** Curitiba, v. 14, n. 5, p. 890-906, 2010.

IRIGARAY, H. A. R; FREITAS, M. E. Sexualidade e organizações: estudo sobre lésbicas no ambiente de trabalho. **Revista OES**, Salvador, v. 18, n. 59, p. 625-641, 2011.

JAPPE, A. Alienação, reificação e fetichismo de mercadoria. **Limiar**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 4-29, 2014.

KRAPIVINE, V. V. **Que é o Materialismo Dialético?** São Paulo: Progresso, 1985.

LANE, S. T. M. A psicologia social e uma nova concepção de homem para a psicologia. In: LANE, S. T. M; CODO, W. (org.). **Psicologia Social**: o homem em movimento, 5 ed. São Paulo: Brasiliense, p. 10-19, 1987a.

_____. Consciência/alienação: a ideologia no nível individual. In: Lane, S. T. M; CODO, W. (org.). **Psicologia Social**: o homem em movimento, 5 ed. São Paulo: Brasilense, p.40-47, 1987b.

_____. A linguagem, pensamento e representações sociais. In: LANE, S. T. M; CODO, W. (org.). **Psicologia Social**: o homem em movimento, 5 ed. São Paulo: Brasiliense, p. 32-39, 1987c.

_____. **A Linguagem e as Representações Sociais**. São Paulo: Mimeog, 1991.

_____. **O que é Psicologia Social**. 22 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LANE, S. T. M; SAWAIA, B. B. **Novas Veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

LEÃO, I. B. **Os professores universitários**: a emoção e o pensamento em um trabalho intelectual institucionalizado. 1999. 387 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. Educação e psicologia: reflexões a partir da teoria sócio-histórica. In: Leão, I. B. **Educação, Trabalho e Psicologia**. Campo Grande: UFMS, p. 49-68, 2003.

_____. Um método para investigar a consciência: do intrapsicológico ao interpsicológico. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, p. 67-75, 2007.

_____. Contribuições da psicologia de Martín-Baró para o entendimento da violência contra os grupos sociais de sujeitos homoafetivos. In: XV Encontro Nacional da ABRAPSO, 15, Maceió, 2009**. Anais...** Maceió, 2009.

_____. Educação e desemprego: a falsa consciência relação ideologicamente verdadeira. In: Encontro de Pesquisa em Educação da ANPED Centro-Oeste: desafios da produção do conhecimento, 10, Uberlândia, 2010. **Anais...** Uberlândia: FACED, v.1, p. 1-10, 2010a.

_____. Preconceito, educação e psicologia: as manifestações da homofobia. In: Encontro Nacional da ABRAPSO, 10, e Encontro Local de Psicologia Social, 2, Taubaté, 2010. **Anais…** Taubate, v.1, p. 1-15, 2010b.

_____. Determinações psicossociais do preconceito contra a homoafetividade: algumas considerações teóricas da psicologia social. In: Encontro Nacional de Psicologia Social da ABRAPSO, 16, Recife, 2011. **Psicologia Social e seus Movimentos**: textos completos do encontro nacional de psicologia social da ABRAPSO. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, v.1, p. 1-10, 2011.

_____. Emoção é movimento para fora: por isso o inconsciente é ausência da mediação das emoções. In MARTIN, S. T. F. **Psicologia Sócio-Histórica e Contexto Brasileiro:** interdisciplinaridade e transformação social. Goiânia: PUC Goiás, 2015.

_____. **Partilhando caminhos com Drª Inara Barbosa Leão**, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LC-jOWkFOQA>. Acesso em: 3 jun. 2016.

LEWIN. K. Psycho-sociological problem of a minority group. **Character Personal**, v. 3, p. 175-187, 1935.

_____. Personal adjustment and group belongingness. **Jewish Social Service Quarterly**, v. 17, n. 4, p.362-366, 1941.

_____. Psychology and the process of group living. **The Journal of Social Psychology**, v. 17, n. 1, p. 113-131, 1943.

LIBANIO, J. B. **Teologia da Libertação**: roteiro didático para um estudo. São Paulo: Loyola, 1987.

LIMA, A. H. M; DORSA, A. C; ZARDO, T. Preconceito, homossexualidade e aspectos de poder nas relações de emprego em Campo Grande – MS sob a ótica da análise crítica do discurso e sua relevância para o direito humano ao desenvolvimento. **Athenas**, Conselheiro Lafaiete, v. 2, p. 136-152, 2014.

MACHADO, F. V; PRADO, M. A. M. Movimentos homossexuais: a constituição da identidade coletiva entre a economia e a cultura: o caso de dois grupos brasileiros. **Interações**, Belo Horizonte, v. X, n.19, p.35-62, 2005.

MAILHIOT, G. B. **Dinâmica e Gênese dos Grupos**: atualidade das descobertas de Kurt Lewin, 4 ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

MAISONNEUVE, J. **A Psicologia Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

MARSIAJ J. P. P. Gays ricos e bichas pobres: desenvolvimento, desigualdade socioeconômica e homossexualidade no Brasil. **Cadernos AEL**, v.10, n.18/19, p. 133-147, 2003.

MARTÍN-BARÒ, I. Un extraño remedio para la homosexualidad: su legalización. **Estudios Centroamericanos ECA,** San Salvador, v. 21, n. 221, p. 54, 1966. Disponível em: <http://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/articulo/un-extrano-remedio-para-la-homoxesualidad/>. Acesso: 15 jan. 2017.

_____. El complejo de acho o el “machismo”. **Estudios Centroamericanos ECA**, San Salvador, v. 23, n. 235, p. 38-42, 1968.

_____. **Sistema, grupo y poder**: psicología social desde centroamérica II. San Salvador: UCA, 1989a.

_____. Psicologia politica del trabajo en America Latina. **Revista de Psicología de El Salvador**, San Salvador, v. 13, n. 31, p. 5-25, 1989b.

_____. Los grupos con historia: un modelo psicossocial. **Revista de Psicología de El Salvador**, San Salvador, v.11, n.43, p.7-29, 1992.

_____. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v.2, n.1, p.7-27, 1996.

_____. **Psicología de la Liberación**. Madrid: Trotta, 1998.

_____. **Poder, Ideología y Violencia**. Madrid: Trotta, 2003.

_____.**Acción e Ideología**: psicología social desde centroamérica. San Salvador: UCA, 2005.

_____. Hacia una psicología de la liberación. **Revista Eletrônica de Intervención Psicosocial y Psicología Comunitária**, San Salvador, v.1, n.2, p.7-14, 2006.

_____. Para uma psicologia da libertação. In GUZZO, R. S. L; LACERDA Jr, F (org.). **Psicologia Social para a América Latina**: o resgate da Psicologia da Libertação, 2 ed. Campinas: Alínea, 2011.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política, 10 ed. Livro 1, v.1, tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**, 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1977.

MEDEIROS, M. O trabalho homossexual: o direito a identidade sexual e a não-discriminação no trabalho. In: POCAHY, F (org.). **Rompendo o Silêncio:**

homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea - políticas, teoria e atuação. Porto Alegre: Nuances, 2007.

MEYER, D. E. E; PETRY, A. R. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 193-198, 2011.

MONTEIRO, I. P; NETO, M. **As atitudes dos empresários algarvios face ao emprego de pessoas socialmente discriminadas: um estudo empírico**, 2000. Disponível em: <http://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/1937>. Acesso em: 15 abr. 2016.

MONTERO, M. Estratégias Discursivas Ideológicas. In LANE, S.T.M.; SAWAIA, B.B. (org.) **Novas Veredas da Psicologia Social.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Hacer para Transformar**: el método en psicología comunitária: Buenos Aires: Paidós, 2006.

MONTREOZOL, J. R. **Sobre a educação aquendada**: uma análise da relação entre a identidade sexual travesti e o processo de educação formal. 2011. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2011.

MORESI, E. (ORG.). **Metodologia de Pesquisa**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2003.

MOTT, L. A revolução homossexual: o poder de um mito. **Revista da USP**, São Paulo, n. 49, p. 40-59, 2001.

NETTO, J. P. **O que é Marxismo.** 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

NORONHA, C. U. A. Teologia da Libertação: origem e desenvolvimento. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 185-191, 2012.

NOSELLA, P; BUFFA, E. As Pesquisas sobre Instituições Escolares: o método dialético marxista de investigação. **EccoS - Revista Científica**, São Paulo, v.7, n.2, p.351-368, 2005.

OFFE, C. **Capitalismo Desorganizado**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OLIVEIRA, B. A dialética do singular – particular - universal. In: ABRANTES, A. A.; SILVA, N. R; MARTINS, S. T. F. (org.). **Método Histórico-Social na Psicologia Social.** Petrópolis: Vozes. 2005.

OLIVEIRA, A. **Características da consciência dos trabalhadores do setor terciário da economia**: análise do sentido que a maioria dos desempregados atribui à situação de desemprego, 2008, 79 f. Monografia (Curso de Psicologia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2008.

PEREIRA, B; AYROSA, E. A. T. A Identidade Homossexual Masculina: O Consumo como Forma de Enfrentamento e Resistência. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 8, Recife, 2007**. Anais eletrônicos...** Recife: UFPE, 2007.

POSSAMAI, P. C; NUNES, A. C. O tema da homofobia em dissertações e teses. **Métis:** história e cultura, Caxias do Sul, v. 10, n. 20, p. 273-284, 2011.

PRADO, M. A. M; CAMPICI, C. P. F; PIMENTA, S. D. Identidade coletiva e política na trajetória de organização das trabalhadoras rurais de Minas Gerais: para uma psicologia política das ações coletivas. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v.10, n.16, p.298-317, 2004.

PRADO, M. A. M; MARTINS, D. A; ROCHA, L. T. L. O litígio sobre o impensável: escola, gestão dos corpos e homofobia institucional. **Bagoas**, Natal, n. 4, p. 209-232, 2009.

PRADO, M. A. M. **(Des)Razão - sujeitos da consciência e políticas de identificação**: mapa teórico acerca do sujeito coletivo e do político na literatura sobre as ações coletivas. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. Psicologia política e ação coletiva. **Revista Sociedade Brasileira de Psicologia Política**, Curitiba, v.1, n.1, p. 149-172, 2001.

_____. **O perfil da homofobia**. In: Centro Latinoamericano em Sexualidade e Direitos Humanos, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.clam.org.br/destaque/conteudo.asp?cod=9726> Acesso em: 04 mar. 2017.

RABELO, R. F. Plano de Metas e consolidação do capitalismo industrial no Brasil. **Revista Economia e Gestão**, v. 2 e 3, n. 4 e 5, p.44-55, 2003.

REDAÇÃO RPA. **Infográfico sobre a comunidade LGBT: você sabia que 33% das empresas não contratariam pessoas LGBT para cargos de chefia?** In: Site Terra, razões para acreditas. 2017. Disponível em: <http://razoesparaacreditar.com/representatividade-2/lgbts-empresas-chefia/>. Acesso em: 15 mai. 2017.

RODRIGUES, A.; VIEIRA, M; VALENTE, R; VELOSO, R; CARAÇAS, V. **Fetichismo da Mercadoria**. In: Blog do professor Neves, Universidade do Minho. 2007. Disponível em: <https://marxengels.wordpress.com/fetichismo-da-mercadoria/>. Acesso em: 28 set. 2015.

RODRIGUES, H; LIMA, C. C. Vale tudo: homossexualidade na antiguidade. **Guia do estudante.** 2004. Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/vale-tudo-homossexualidade-na-antiguidade/>. Acesso em: 20 set. 2016.

ROGGERO, R. Uma leitura sobre o desenvolvimento do setor terciário no movimento contemporâneo do capital. **Boletim Técnico do SENAC,** Rio de Janeiro, v.24, n.3, p. 2-15, 1998.

SANCHES, V. K. C. **A discriminação por orientação sexual no contrato de trabalho**, 2006, 111 f. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico e Social) – Pontíficia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006.

SANCHOTENE, D. Gays são melhores vendedores para lojas de artigos femininos, 2008, **Jornal: A Gazeta**. Disponível em: <http://www.athosgls.com.br/noticias_visualiza.php?contcod=22788>. Acesso em: 1 mai. 2018.

SANDERS, G. L. O amor que ousa declarar seu nome: do segredo à revelação nas afiliações de gays e lésbicas. In: IMBER-BLACK, E. **Os Segredos na Família e na Terapia Familiar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SENNETT, R. A. **A Corrosão do Caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1998.

SIGNIFICADOS. **Significado de fetiche.** 2014. Disponível em: <https://www.significados.com.br/fetiche/>. Acesso em 8 de mai. 2016.

_____. **Significado de preconceito.** 2017. Disponível em: <https://www.significados.com.br/preconceito/>. Acesso em 3 de abr. 2018.

SILVA, A. P. B. **Homofóbicos graças a Deus!** As identificações com a tradição católica manifestadas na personalidade de seus fiéis, 2013. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.

SINGER, P. I. **Economia Política da Urbanização**. 14 ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SOLIMEO, L. S. **A KGB inventou a teologia da libertação? Simples demais...** 2015. Disponível em <https://ipco.org.br/a-kgb-inventou-a-teologia-da-libertacao-simples-demais/>. Acesso em 15 mar.2018.

SOUZA, E. M.; PEREIRA, S. J. N. Homossexualidade e preconceito: crítica de uma fraude nos campos científico e moral. **Bocas no Mundo:** Revista da Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB, Recife, ano.1, junho, 2003.

_____;_____. (Re)Produção do heterossexismo e da heteronormatividade nas relações de trabalho: a discriminação de homossexuais por homossexuais. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 76-115, 2013.

SOUZA, J. A. M. **Sociedade, classe e individuo**: a consciência enquanto representação do movimento real. 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado em

Psicologia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015a.

_____. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 122, p. 199-223, 2015b.

TONET, I**. Método Científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TORRES, M. A. Os significados da homossexualidade no discurso moral-religioso da igreja católica em condições históricas e contextuais específicas. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, n.1, p.142-152, 2006.

TROTTA, W. Esboça acerca da ideologia como inversão da determinação do real, em Marx. **Revista Ítaca**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 220-233, 2015.

TOITIO, R. D. **Homofobia e desigualdade social.** 2012. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/11310/>. Acesso em: 2 mai. 2018.

VEIGA, A. C. **Teologia da libertação**: nascimento, expansão, recuo e sobrevivência da imagem do excluído dos anos 1970 à época atual. 2009.295 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VENTURI, G. Diversidade sexual e homofobia no Brasil: intolerância e respeito às diferenças sexuais. São Paulo: **Fundação Perseu Abramo**. 2010. Disponível em: < http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/pesquisas-de-opiniao-publica/pesquisas-realizadas/apresentacao-4>. Acesso em 4 mai. 2018.

VIANA, N. **O que são minorias?** 2016. Disponível em: <https://informecritica.blogspot.com/2016/08/o-que-sao-minorias.html>. Acesso em: 30 mai. 2018.

ANEXOS

ANEXO A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

Nome Fictício:
Cargo:
Tempo na Empresa:

Pergunta: Como é o funcionamento da loja, o público consumidor e a dinâmica de trabalho entre os funcionários?

Pergunta: Eu observo que algumas lojas contratam tipos específicos de trabalhadores, conforme o seu público, os produtos vendidos e tudo mais. A partir disso, como é a política de contratação de funcionários da “LOJA”?

Pergunta: Eu percebo que na “LOJA” houve um aumento na contratação de trabalhadores homossexuais. Existe uma política de contratação específica para contratar homossexuais? E qual seria?

Pergunta: E existe uma preferência em contratar homossexuais?

Pergunta: O fato de você contratar muitos homossexuais fez com que aumentasse o faturamento, o lucro da loja?

Pergunta: Você acha que o público que consome os produtos da loja prefere ser atendido por trabalhadores homossexuais a heterossexuais?

Pergunta: Em sua opinião, por que você acha que os homossexuais não eram contratados pelas mesmas lojas que hoje em dia contratam homossexuais?

Pergunta: O que você pensa sobre a questão da homossexualidade?

Pergunta: E você tem algum convívio com homossexuais na sua vida pessoal? Como é?

ANEXO B - TRANSCRIÇÃO E SINALIZAÇÃO DA ENTREVISTA

Nome Fictício: E. R. S.

Cargo: Supervisor de Atendimento e Responsável pela contratação de funcionários.

Tempo na Empresa: Dez meses

Como é **o funcionamento da** *loja*, **o** público **consumidor e a *dinâmica* de trabalho entre os** funcionários**? Tá**, (**o funcionamento da** *loja*, **o** público **consumidor e a *dinâmica* de trabalho entre os** funcionários**)**, a gente abre de **segunda** a **domingo**, **né**!? Com escalas, a gente tem uma escala no **formato seis** por um. O cara **colaborador**, então, ele tem uma escala de **dois** por um, trabalha-se **dois domingos** e **folga** um. **h**, (**os** funcionários**)** são **divididos** em, em **grupos** em que a, a equipe de *loja*, que é o DCC, que é a parte do **crediário**, **caixas né**, e áreas de **vendas**, **tá**, e a equipe do estoque que é o LPR, que aqui a gente **chama** tudo por **sigla**, **tá! Éh**, **referente** a **pergunta** sobre ***dinâmica*** de **vendas**? ***Dinâmica* de trabalho, o** público **que frequenta a *loja*. Tá**! O público que a gente trabalha hoje, que a "LOJA" trabalha em si, é o público mais da **classe**, **éh**, B e **C**, **né**!? **Éh**, mas ela tem, ela atende bastante o público A, por ser uma *loja*, **né**!? E que trabalha **junto** com os públicos da **Renner**, da **CeA**. A gente trabalha com, com um, um público **voltado** mais pra moda **né**!? **Éh**, a gente **dividi** aqui em *loja* a questão de **metas**. **Éh**, todo **início** de **mês** a gente recebe o **nosso**, a **nossa meta mensal** *tanto* de **vendas** quanto de **produtos financeiros**, de **cartão**, de **cadastramento**, que a gente também tem que ter **metas** de **clientes** novos e tudo mais. Tudo isso é passado para a gente no **início** do **mês**, no **final** de cada **mês** a gente faz as **reuniões**, **né**!? Que é pra, pra **meta** dos **colaboradores**, **destaque** do **mês**, dos **melhores resultados**, **éh**, a gente **premia** esses **colaboradores aí**, ***como*** um incentivo para o **mês seguinte**. **Éh**, essa é mais ou **menos** a **meta** com que a gente trabalha com a questão de incentivo e tudo mais. Eu **observo que** algumas *lojas* contratam **tipos** *específicos* **de** trabalhadores**,** conforme **o** seu público**, os produtos** vendidos **e** tudo mais**. A partir** disso**, *como*** é **a**

política **de contratação de** funcionários **da "LOJA"? (**Eu **observo que** algumas *lojas* contratam **tipos** *específicos* **de** trabalhadores**, conforme o** seu **púbico, os produtos** vendidos **e** tudo mais**. A partir** disso**,** ***como*** **é a** política **de contratação de** funcionários **da "LOJA"?).** A política de **contratação** hoje da "LOJA", a gente tem requisito mínimo, **né**!? A gente tem uma **regra** de **contratação** que hoje é no mínimo **Ensino Médio completo**, **né**!? Do, do **colaborador** ou uma **formação acadêmica né**!? **Éh**, a gente também **né**!? A gente tem um perfil de **colaborador**, mas, infelizmente a, a **Praça** de **Campo Grande** não atende **cem** por **cento** desse perfil, **né**!? que é, a, da mesma **forma** que algumas concorrentes, ou até, pequena, pequenas concorrentes trabalham com perfil. **Éh**, de uma **pessoa**, **éh**, mais bem **apessoada né**, um perfil de **vendedor** muito, muito aderente. A gente também trabalha com esse mesmo público, porém nesse mesmo, **voltado** para esse tipo de **colaborador**, porém a demanda em **Campo Grande** não é *tanto* dessa **forma**. Então, a gente **acaba**, **éh**, não **levando** *tanto* **atributos físicos** e **sim** mais **conhecimento** e **experiência**, que é o que a gente faz para contratar (trabalhadores) hoje. Eu **percebo que na "LOJA"** houve um **aumento na contratação de** trabalhadores *homossexuais***.** Existe uma política **de contratação** *específica* **para** contratar *homossexuais***? E qual** seria**?** Não existe uma política (**de contratação** *específica* para contratar *homossexuais***)** **né**!? A gente tem ***como*** código de **conduta** ética a, a, a *pluralidade* ***cultural***. Então, a gente num, num, num tem distinção de ***raça***, de ***credo***, **né**, de ***opção sexual***. Então, a gente ***até*** este público, independente de ***opção sexual***, um público, querendo ou não, nos ajuda bastante. É um público bastante **voltado** para **resultado**, eu acho que boa parte dos **nossos colaboradores** que tem, **éh**, **éh**, a, a ***opção sexual***. Eles trabalham ***até melhor*** do que muitos **colaboradores** que tem; que sejam, **éh**, ***como*** que é? Eu não ***sei como*** eu vou falar **né**? pra que não fique ***caracterizado como homofobia***. Mas, aqui, a ***empresa prega*** bastante, **éh**, o respeito, a, a sua, a sua ***opção sexual*** do **colaborador**, e tudo mais. A gente num tem distinção ***nenhuma***, isso *tanto* que parte da política da empresa mesmo, é falado nas, nas **reuniões** e também na, em toda ***entrada*** de **colaborador**. **E** existe uma ***preferência* em** contratar *homossexuais***?** Não existe uma ***preferência*** (*em* contratar *homossexuais*). Eu acho assim, vai muito da, da ***entrevista***, de ***como*** a

pessoa se vende, independente da, da ***opção sexual***. Eu acho que se a **pessoa** *sabe* vender muito bem o seu *profissional*, a gente opta por um, independente da, da, da ***opção sexual***, Se, se ele, se (ele) vende muito bem e *mostra* que pode ser um *excelente* **colaborador**, a gente contrata em detri em detrimento disso. **O *fato* de você** contratar muitos *homossexuais* fez **com que aumentasse o *faturamento*, o** *lucro* **da** *loja***? *Olha*!** Não da pra ***medir*** (se Eu contratar muitos *homossexuais* fez **com que aumentasse o *faturamento*, o lucro da** *loja*), se a gente tem *lucro* hoje *devido* a ***entrada*** de **colaboradores** *específicos*. A gente *acredita* muito, eu acho que, no, no ***potencial*** de cada um. A gente tenta extrair isso de cada um. **Éh**, às vezes, isso ***reflete*** **sim** em **vendas**. Que **daí *depende*** muito, ***igual*** um *exemplo*, **éh**, a gente tem, tem alguns *homossexuais* que tem uma *facilidade* muito ***grande*** com o ***visual Merchandize***. **Éh**, então, *onde* que eles fazem *looks bacanas*, às vezes (**os** *homossexuais*) são ***até*** muito **volt**ados pra moda mesmo. *Onde* que a gente tem um ***incremento*** nas **vendas** *devido* a essa capacidade de (**os** *homossexuais*) não só fazer *looks*, mas, ***como*** atender muito bem o **cliente**. (**Os** *homossexuais*) têm uma ***noção*** de moda e isso nos ajuda. Mas eu num, eu num vou falar pra você que isso é o que ***impacta*** hoje na **nossa venda**, **éh**, em questão de *lucro* ou ***incremento*** nas **vendas**, **aumento** nas **vendas**. Você acha **que o** público **que *consome* os produtos da** *loja* ***prefere*** ser atendido **por** trabalhadores *homossexuais* **a heterossexuais? (**Eu acho**)** Boa parte dos **nossos clientes** não tem essa distinção **(que o** público **que** *consome* **os produtos da** *loja* ***prefere*** **ser** atendido **por** trabalhadores **homossexuais a heterossexuais**), **tá**!?, A gente só, assim, **éh**, eu *acredito* que aqueles que *sofram* um pouquinho são aqueles mais conservadores. Porque, querendo ou não, a gente trabalha num *shopping* que é mais rai. Que é um **cliente** que, querendo ou não, tem um ***poder aquisitivo***, **éh**, mesmo tendo o **conhecimento né**!? **Éh**, um pouco mais ***acentuado*** do que muitos não tem **né**, que não teve ***acesso***. Ainda tem um público um pouco conservador que, não, não que seja *mal educado*, mas, ***evita***, **éh**, ***certo contato***. Então, às vezes, fala que não ***precisa*** de ajuda. **Éh**, e, às vezes, ***busca atendimento*** com outros, mas num, pelo **menos**, num ***deixa*** a, a mostra para o **colaborador** que, **ah**, ele não está sendo atendido pela ***opção sexual*** desse **colaborador** em si. **Em** sua ***opinião*,** por que você acha **que os** *homossexuais*

não eram contratados **pelas** mesmas *lojas* **que** hoje **em dia** contratam *homossexuais***?** Eu acho (**que os homossexuais** não **eram** contratados **pelas mesmas** *lojas* **que** hoje **em dia** contratam *homossexuais***)** que é mais pelo ***preconceito***! Eu acho que, querendo ou não, era, num era muito ***difundido***, **éh**, **éh**, não na ***mídia*** **né**!? Mas, eu acho que dos ***antigos***, do pessoal mais conservador que, **éh**, **éh**, o *homossexualismo* era *errado*. E, isso num era contra, **ah**, o que a sociedade prega e tudo mais. E, hoje pode estar ***saindo*** mais nas ***mídias***, **né**, que, eu acho que todo ***mundo*** é ***livre*** pra ***escolher*** o que, **éh**, a ***opção*** que quer da, da sua vida. Eu acho que isso num, num tem *tanto* me ***impactado*** *tanto* **né**!? **O que** você pensa **sobre a** questão **da** *homossexualidade***? Bom**, eu, eu, eu (eu *penso* *sobre a* questão *da homossexualidade)* assim, eu sou um cara super aberto. Assim, **ah**, **ah**, (eu) respeito **né**!? Eu Sou, sou heterossexual, sou ***casado***, eu tenho filhos, mas, eu respeito ***totalmente***! Eu acho que todo ***mundo*** é ***livre*** pra ser *feliz* do *jeito* que, que achar **melhor**. Eu acho que é importante no, no *frigir* dos *ovos* **aí**, é você ser *feliz* independente do que as **pessoas** pensam. Eu acho que, assim, independente do *momento* que, que eu *pago* as minhas *contas*, eu sou *dono* de mim **né**, e não é a outra **pessoa**, que não *paga* e nem *assume* as minhas *responsabilidades*, que vai, **éh**, me *impor* o que eu devo ser, **né**!? Mas, eu sou um cara super aberto, *tanto* que eu tenho **colaboradores** na, na minha equipe, na minha *gestão* que eu, a que eu faço *gestão* de **caixa**, **crediário**, (nós) temos **colaboradores** com, com outra ***opção sexual*** e, pôw, (eu sou) *sempre* super aberto. A gente ***até*** tenta ajudar, porque, querendo ou não, **éh**, **éh**, (os homossexuais) têm ***certa*** *dificuldade* na, na **vida** social, porque, às vezes, as **pessoas** não *entendem*. Ás vezes, ***até*** a gente dá uma *orientação* **aí** pra, pra (a gente) ir vivendo essa, essa **vida** louca que a gente tem todo dia, não só no *comércio*, mas também no pessoal, também. **E** você tem algum convívio **com** *homossexuais* **na** sua vida pessoal**?** ***Como*** é**?** (Eu tenho algum **convívio com** *homossexuais* **na minha vida pessoal).** **Vários** amigos, eu tenho **vários** amigos, amigas, **éh**, que fazem, *enfim*, fazem parte do meu *vínculo*. Eu *sempre* fui super aberto. Eu tenho filho, num é porque eu tenho filho que eu vou ***deixar*** de ter ***contato*** com essas **pessoas** ou que ele vai ser *influenciado* ou algo do *gênero* **né**!? **Éh**, eu acho importante esse, a gente ter o convívio com todos, **éh**, em detri, independente de, de ***opção sexual*** ou não. **Éh**, minha *esposa*

também é super *tranquila*, ela também tem amigas e amigos que também que são, tem, **éh**, a ***opção sexual,*** ser homossexual, mas, a gente nunca teve *problema* ***nenhum***, eu acho que ***até*** é *saudável*, **éh**, é importante a gente ter esse *vínculo* independente de *pensamentos* ou o que a sociedade nos queira dizer. **Obrigado.** *Desculpa* eu não ter atendido (você) *antes*, é que eu estou *sozinho* no *fechamento*.

Entrevista realizada no Dia 13 de Dezembro de 2016 das 19h – 20h.

ANEXO C - QUADRO COMPLETO DE REGISTRO DAS INCIDÊNCIAS DAS PALAVRAS NO DISCURSO

PALAVRAS QUE SE REVELARAM COMO NÚCLEOS DO PENSAMENTO	**INCIDÊNCIAS**
SÃO/ É/ SER/ ERA/ SOU/ FUI/ SEJAM/SEJA/ ERAM/SERIA	4/ 32/ 9/ 4/ 7/ 1/ 1/ 1/ 2/ 1 - 62
EU/ ME/ MINHA(s)/ MEU/ MIM	49/ 2/ 6/1/1 - 59
NÃO/NUM/NUNCA/ NEM	30/ 14/ 1/ 1 - 46.
TEM/ TÊM/ TER/ TENDO/ TEVE/ TENHO/ TEMOS	26/ 2/ 5 / 1/ 2/ 6/ 1 - 43
A GENTE	39
UM/ UMA	25/13 - 38.
ISSO/DISSO/ESSE(s)/ESSA(s)/NESSE/DESSE/DESSA/ESTE	8/ 3/ 5/ 6/ 1/ 2/ 1/ 1 - 27
HOMOSSEXUAL(s)	21
ACHO/ ACHAR/ ACHA	15/ 1/ 2 -18.
PÚBLICO/ PÚBLICOS	17
MAIS	17
COLABORADOR (s)	16
VOCÊ/ SUA/ SEU	8/ 5/ 3 - 16
MUITO (s)	15
LOJA(s)	14
TUDO/ TODO (S)/ TODA	8 /6 - 14.
~~MAS/ PORÉM~~	12 / 2 - 14.
CONTRATAR/ CONTRATA(M)/CONTRATADOS	14
COMO	11.
OPÇÃO SEXUAL	11.
ELE(s)/ELA(s)	7/ 3 - 10.
TRABALHA/TRABALHAM	10
HOJE	9
TAMBÉM	9
VENDAS/ VENDA	8
FAZ/ FEZ/FAZEM/FAZER	2/2/3/1 - 8.
MESMO(S)/ MESMA(S)	8
ATENDE/ ATENDER/ ATENDIDO	7
TANTO	7.
CONTRATAÇÃO	7
ATÉ	7
PESSOA(s)	7.
INDEPENDENTE	7
IR/VOU/VAI	1/ 3/ 3 - 7
ENTÃO	6
MÊS/MENSAL	6

ALGUM(S)/ALGUMAS	6
TRABALHADOR (s)	6
POLÍTICA	6
QUERENDO/ QUER	6
ÀS VEZES	6
FUNCIONÁRIO(s)	5.
ABERTO/ABRE	5
PARTE	5
“LOJA”	5
QUESTÃO	5
META(s)	5
NOSSA(s)/ NOSSO(s)	2/3 - 5.
PRODUTOS	5
ESPECÍFICA/ESPECÍFICOS	5
VENDE/ VENDER/ VENDIDO	5.
EXISTE; HOUVE	5
FALAR/FALADO/FALA/ DIZER	5
ASSIM	5
PORQUE/ POR QUE	5.
VIDA	5
SUPER	5
AMIGOS/AMIGAS	5
NÓS / NOS	1 / 3- 4
DINÂMICA	4
BASTANTE	4
VOLTADO(s)	4
CLIENTE(s)	4
AÍ/DAÍ	4
PERFIL	4
BEM	4
AUMENTO/AUMENTASSE	4
AJUDA/ AJUDAR	4
LUCRO	4
PESSOAL	4
TRABALHO	3
ESCALA(s)	3
FORMATO/ FORMA	3
CARA	3
EQUIPE	3
AQUI	3
SOBRE	3
MODA	3
CADA	3
MELHOR/MELHORES	3
TIPO(s)	3

DISTINÇÃO	3
RESPEITO	3
DETRIMENTO	3
HETEROSSEXUAL(s)	3
POUCO/ POUQUINHO	3
CONSERVADOR(s)	3
OUTRA/OUTROS	3
ESTOU/ ESTÁ/ ESTAR	1/ 1/ 1 - 3.
HOMOSSEXUALISMO/HOMOSSEXUALIDADE	3
SOCIEDADE/ SOCIAL	2/1 - 3.
PENSO/PENSAM/PENSA	1/ 1 /1 - 3.
FILHO(s)	3
IMPORTANTE	3
CONVÍVIO	3
CONSUMIDOR	2
SEGUNDA	1
VÁRIOS	2
DOMINGO(s)	2
SEIS	1
DOIS	2
FOLGA	1
DIVIDI/DIVIDIDOS	2
GRUPOS	1
CREDIÁRIO	2
CAIXA(s)	2
ÁREAS	1
ESTOQUE	1
CHAMA	1
SIGLA	1
REFERENTE	1
PERGUNTA	1
FREQUENTA	1
CLASSE	1
B	1
C	1
CONCEITO	1
JUNTO	1
RENNER	1
CeA	1
SI	2
INÍCIO	2
RECEBE	1
FINANCEIRO	1
CARTÃO	1
CADASTRAMENTO	1

NOVOS	1
PASSADO	1
FINAL	1
REUNIÕES	2
DESTAQUE	1
RESULTADO(s)	2
PREMIA	1
INCENTIVO	2
SEGUINTE	1
MENOS	2
OBSERVO	2
CONFORME	2
REQUISÍTO	1
MÍNIMO	2
REGRA	1
ENSINO MÉDIO	1
COMPLETO	1
FORMAÇÃO	1
ACADÊMICA	1
INFELIZMENTE	1
PRAÇA	1
CAMPO GRANDE	2
CEM/CENTO	2
APESSOADA	1
VENDEDOR	1
ADERENTE	1
DEMANDA	1
ACABA	1
LEVANDO	1
ATRIBUTOS	1
FÍSICOS	1
SIM	2
CONHECIMENTO	2
EXPERIÊNCIA	1
PERCEBO	1
CÓDIGO	1
CONDUTA	1
ETICA	1
PLURALIDADE	1
CULTURAL	1
RAÇA	1
CREDO	1
SEI/SABE	2
CARACTERIZADO	1
HOMOFOBIA	1

EMPRESA	2
PREGA	2
NENHUM/ NENHUMA	2
ENTRADA	2
PREFERÊNCIA	2
ENTREVISTA	1
PROFISSIONAL	1
MOSTRA	2
EXCELENTE	1
OLHA	1
MEDIR	1
FATO	1
FATURAMENTO	2
DEVIDO	2
ACREDITA/ ACREDITO	2
POTENCIAL	1
REFLETE	1
DEPENDE	1
IGUAL	1
EXEMPLO	1
FACILIDADE	1
GRANDE	1
VISUAL	1
MERCHANDIZE	1
ONDE	2
LOOK	2
BACANAS	1
INCREMENTO	2
NOÇÃO	1
IMPACTA/ IMPACTANDO	2
PREFERE	2
SOFRAM	1
SHOPPING	1
PODER	1
AQUISITIVO	1
ACENTUADO	1
ACESSO	1
MAL	1
EDUCADO	1
EVITA	1
CERTO/CERTA	2
CONTATO	2
PRECISA	1
BUSCA	1
ATENDIMENTO	1

DEIXA/ DEIXAR	2
OPINIÃO	1
PRECONCEITO	1
DIFUNDIDO	1
MÍDIA/MÍDIAS	2
ANTIGOS	1
ERRADO	1
SAINDO	1
MUNDO	2
LIVRE	2
ESCOLHER	1
BOM	1
CASADO	1
TOTALMENTE	1
FELIZ	2
JEITO	1
FRIGIR	1
OVOS	1
MOMENTO	1
PAGO/PAGA	2
CONTAS	1
DONO	1
ASSUME	1
RESPONSABILIDADES	1
IMPOR	1
GESTÃO	2
SEMPRE	2
DIFICULDADE	1
ENTENDEM	1
ORIENTAÇÃO	1
COMÉRCIO	1
ENFIM	1
VÍNCULO	2
INFLUENCIADO	1
GÊNERO	1
ESPOSA	1
TRANQUILA	1
PROBLEMA	1
SAUDÁVEL	1
PENSAMENTOS	1
DESCULPA	1
ANTES	1
SOZINHO	1
FECHAMENTO	1
CONSOME	2

ANEXO D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você esta sendo convidado a participar de uma pesquisa. Você precisa decidir se quer participar ou não. Por favor, não se apresse em tomar a sua decisão. Esta pesquisa contribuirá para entender como a circulação de mercadorias é relacionada à contratação de funcionários específicos para o processo de venda. Leia cuidadosamente as informações a seguir e pergunte ao responsável pelo estudo qualquer dúvida que você tiver. Este estudo está sendo orientado pelo acadêmico Mario Olavo Malfatti Ianhez.do curso de pós-graduação/Mestrado em Psicologia – UFMS.

A sua participação nesta pesquisa será por meio de uma entrevista em seu próprio local de trabalho ou, caso o participante prefira, no prédio do Programa de Mestrado em Psicologia na UFMS. A duração da entrevista será de aproximadamente 50 minutos. Você pode escolher não fazer parte ou pode desistir a qualquer momento.

Se você concordar em participar deste estudo, seu nome e sua identidade serão mantidos em sigilo. A menos que requerido por lei, somente o acadêmico e a sua orientadora terão acesso às suas informações para as análises propostas.

Para qualquer dúvida referente à sua participação neste estudo ligue para Mario Olavo Malfatti Ianhez, cujo número do telefone celular é (067) 98437-9287 ou para o Comitê de Ética em Pesquisas em Seres Humanos da UFMS, pelo telefone (067) 3345-7187.

Sua participação na pesquisa é voluntária. Você não terá nenhum custo financeiro e nenhuma remuneração ou gratificação por participar dela. Você também não perderá nenhum benefício ao qual você tem direito. Você poderá ser convidado a sair do estudo se não cumprir os procedimentos previstos ou atender as exigências estipuladas. Você receberá uma via assinada deste termo de consentimento. A entrevista entre o pesquisador e você será gravada por áudio.

Declaro que li e entendi este formulário de consentimento e todas as minhas dúvidas foram esclarecidas e que sou voluntário a fazer parte desta pesquisa.

Assinatura do Voluntário.

_____data_____

Assinatura do pesquisador.

_____data_____